ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLI Nº 134

Brasília - DF, quarta-feira, 16 de julho de 2014

Sumário

PÁGINA

Atos do Congresso Nacional 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 11
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 12
Ministério da Cultura 14
Ministério da Defesa 16
Ministério da Educação 18
Ministério da Fazenda 21
Ministério da Integração Nacional 40
Ministério da Justiça 40
Ministério da Previdência Social 43
Ministério da Saúde 44
Ministério das Cidades 49
Ministério das Comunicações 49
Ministério de Minas e Energia 52
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ... 65
Ministério do Esporte 69
Ministério do Meio Ambiente 70
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 70
Ministério do Trabalho e Emprego 73
Ministério dos Transportes 79
Conselho Nacional do Ministério Público 80
Ministério Público da União 80
Tribunal de Contas da União 81
Poder Judiciário 82
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais ... 82

Atos do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 26, DE 2014

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 646**, de 26 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 27 de maio de 2014, que "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 15 de julho de 2014
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 27, DE 2014

O **PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 647**, de 28 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 29 de maio de 2014, que "Dispõe sobre a adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 15 de julho de 2014
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 28, DE 2014

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 648**, de 3 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 4 de junho de 2014, que "Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e dispõe sobre a flexibilização do horário de transmissão do programa oficial de informações dos Poderes da República, durante a Copa do Mundo FIFA 2014", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 15 de julho de 2014
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 29, DE 2014

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 649**, de 5 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 6 de junho de 2014, que "Altera a Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012, que dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor quanto à carga tributária incidente sobre mercadorias e serviços", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 15 de julho de 2014
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 199, de 15 de julho de 2014. Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado da Bahia e o Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura - FIDA, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável na Região Semiárida da Bahia - PROSEMIÁRIDO".

Nº 200, de 15 de julho de 2014. Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, na modalidade denominada *Development Policy Loan-DPL*, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Inclusão e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado da Bahia 2ª Etapa - PROINCLUSÃO II",

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 15 de julho de 2014

Entidade: AR CAIXA, vinculada à AC CAIXA PF, AC CAIXA PJ e AC CAISA JUS
Processos nºs: 00100.000025/2003-36, 00100.000052/2003-17 e 00100.000145/2006-86

Acolhe-se as Notas nºs 361 e 358/2014/APG/PFE-ITI/PGF/AGU e 344, 345, 346, 347, 348 e 349/2014/PRCC/PFE-ITI/PGF/AGU, que opinam pelo deferimento dos pedidos de alteração de endereço da Instalação Técnica da AR CAIXA, vinculada à AC CAIXA PF, AC CAIXA PJ e AC CAIXA JUS, listados abaixo, para as Políticas de Certificados credenciadas.

Instalação Técnica	ENDEREÇO
7740-GI Retaguarda Pará-PA	Anterior: Rua Santo Antônio, 329, Campina, Belém-PA
	Novo: Avenida Governador José Malcher, 2725, 2º Andar, São Brás, Belém-PA
7743-GI Retaguarda Sul de Goiás-GO	Anterior: Rua 11, 250, 2º andar, Central, Goiânia-GO
	Novo: Rua 11, 250, 2º andar, Setor Central, Goiânia-GO
7787-GI Retaguarda Oeste do Parana-PR	Anterior: Rua Paraná, 3194, 3º Andar, Centro, Cascavel-PR
	Novo: Rua Souza Naves, 3891, 2º Andar, Centro, Cascavel-PR
7831-GI Retaguarda Norte Fluminense-RJ	Anterior: Avenida Rio Branco, 174, 9º Andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ
	Novo: Rua Boulevard Francisco de Paula Carneiro, 1/9, Centro, Campos dos Goytacazes-RJ
7843-GI Retaguarda Baixada Santista-SP	Anterior: Rua General Câmara, 15, 5 Andar, Centro, Santos-SP
	Novo: Avenida Senador Pinheiro Machado, 824, 3º Andar, Marapé, Santos-SP
7885-GI Retaguarda Roraima-RR	Anterior: Rua José Coelho, 86, Centro. Boa Vista-RR
	Novo: Avenida Santos Dumont, 1470, Nossa Senhora Aparecida, Boa Vista-RR

Entidade: AR CAIXA, vinculada à AC CAIXA PF e AC CAIXA JUS
Processos nºs: 00100.000025/2003-36 e 00100.000145/2006-86

Acolhe-se as Notas nºs 570 e 572/2013/APG/PFE-ITI/PGF/AGU que opinam pelo deferimento dos pedidos de credenciamento de nova Instalação Técnica da AR CAIXA, vinculada à AC CAIXA PF e AC CAIXA JUS, denominada CITDI/BR Centralizadora Regional de Tratamento de Documentos de Imagens/DF, localizada na Rua SEPN- Setor de Edifícios de Utilidades Pública Norte, Qd 512, Conjunto C, 5º Andar, Ala Sul, Asa Norte, Brasília-DF, para as Políticas de Certificados credenciadas. Em vista disso, e consoante com o disposto no item 3.2.1.3, do DOC-ICP-03, defere-se o credenciamento.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 9 DE JULHO DE 2014 (*)

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIII do art. 4º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 4º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Tendo em vista o contido no Processo nº 00482.000099/2011-35; e

Considerando a jurisprudência iterativa do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, contrárias às teses já defendidas pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em juízo, edita a seguinte instrução, a ser observada pelos Procuradores Federais, na representação judicial do INSS:

Art. 1º Fica autorizada a desistência e a não interposição de recursos das decisões judiciais que, conferindo interpretação extensiva ao parágrafo único do art. 34 da Lei nº 10.741/2003, determinem a concessão do benefício previsto no art. 20 da Lei nº 8.742/93, nos seguintes casos:

I) quando requerido por idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, não for considerado na aferição da renda *per capita* prevista no artigo 20, § 3º, da Lei n. 8.742/93:

a) o benefício assistencial, no valor de um salário mínimo, recebido por outro idoso com 65 anos ou mais, que faça parte do mesmo núcleo familiar;

b) o benefício assistencial, no valor de um salário mínimo, recebido por pessoa com deficiência, que faça parte do mesmo núcleo familiar;

c) o benefício previdenciário consistente em aposentadoria ou pensão por morte instituída por idoso, no valor de um salário mínimo, recebido por outro idoso com 65 anos ou mais, que faça parte do mesmo núcleo familiar;

II) quando requerido por pessoa com deficiência, não for considerado na aferição da renda *per capita* prevista no artigo 20, § 3º, da Lei n. 8.742/93 o benefício assistencial:

a) o benefício assistencial, no valor de um salário mínimo, recebido por idoso com 65 anos ou mais, que faça parte do mesmo núcleo familiar;

b) o benefício assistencial, no valor de um salário mínimo, recebido por pessoa com deficiência, que faça parte do mesmo núcleo familiar.

Art. 2º O disposto no artigo anterior não afasta a necessidade de discussão da matéria fática, devendo ser impugnada a decisão judicial fundamentada em acervo probatório que não comprove, de forma efetiva, a situação de miserabilidade do autor da ação.

Art. 3º Fica dispensada a propositura de ação rescisória contra as decisões judiciais transitadas em julgado nos termos do art. 1º desta Instrução Normativa.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

Art. 4º Esta Instrução Normativa é de exclusiva observância por parte dos órgãos de contencioso da Procuradoria-Geral Federal, e não desobriga o oferecimento de resposta e a arguição de matérias processuais, prescrição, decadência, matérias do art. 301 do Código de Processo Civil e outras de ordem pública.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS INACIO LUCENA ADAMS

(*) Republicada por ter saído, no DOU nº 131, de 11/7/2014, Seção 1, pág 1, com incorreções no original.

PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 507, DE 1º DE JULHO DE 2014

Altera a competência territorial da Procuradoria Federal no Estado do Ceará.

O PROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, e as alterações trazidas pela Portaria PGF nº 425, de 26 de maio de 2014, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado do Ceará responderá, sem prejuízo de suas competências atuais, pelos municípios de Alto Santo, Aracati, Deputado Irapuan Pinheiro, Ererê, Fortim, Icapuí, Iracema, Itaiçaba, Jaguaretama, Jaguaribe, Jaguaruana, Jaguaribara, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Pereiro, Potiretama, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe, Solonópole, Tabuleiro do Norte.

Art. 2º A competência territorial atribuída à Procuradoria Federal no Estado do Ceará pelo art. 1º será realizada a partir da data de publicação desta Portaria até a conclusão da revisão da Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, alterada pela Portaria PGF nº 47, de 22 de janeiro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS

CONSELHO DE DEFESA NACIONAL
SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 22, DE 15 DE JULHO DE 2014

Homologa a Revisão 01 da Norma Complementar nº 07/IN01/DSIC/GSIPR.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, na condição de **SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 6º e no art. 7º do Decreto nº 3.505, de 13 de junho de 2000, com nova redação dada pelo Decreto nº 8.097, de 4 de setembro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica homologada a Revisão 01 da Norma Complementar nº 07/IN01/DSIC/GSIPR que estabelece diretrizes para implementação de controles de acesso relativos à Segurança da Informação e Comunicações (SIC) nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF), direta e indireta.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA

DIRETRIZES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE CONTROLES DE ACESSO RELATIVOS À SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

ORIGEM
Departamento de Segurança da Informação e Comunicações

REFERÊNCIA LEGAL E NORMATIVA
Art. 6º da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003;
Art. 6º do Anexo I do Decreto nº 8.100, de 4 de setembro de 2013;
Decreto nº 3.505, de 13 de junho de 2000;
Instrução Normativa nº 01 do Gabinete de Segurança Institucional, de 13 de junho de 2008 e suas Normas Complementares;
NBR ISO/IEC 27001:2013 - Sistema de Gestão de Segurança da Informação;
NBR ISO/IEC 27002:2013 - Código de Práticas para a Gestão da Segurança da Informação.

CAMPO DE APLICAÇÃO
Esta Norma Complementar se aplica no âmbito da Administração Pública Federal, direta e indireta.

SUMÁRIO
1. Objetivo
2. Considerações Iniciais
3. Fundamento Legal da Norma Complementar
4. Conceitos e Definições
5. Diretrizes para Implementação de Controle de Acesso Biométrico
6. Diretrizes para Controle de Acesso Lógico
7. Diretrizes para Controle de Acesso Físico
8. Vigência
9. Anexos A e B

INFORMAÇÕES ADICIONAIS
Anexo: Não há

APROVAÇÃO

RAPHAEL MANDARINO JUNIOR
Diretor do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações

1. OBJETIVO

Estabelecer diretrizes para implementação de controles de acesso relativos à Segurança da Informação e Comunicações nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta - APF.

2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

2.1. O objetivo do controle é sistematizar a concessão de acesso, a fim de evitar a quebra de segurança da informação e comunicações.

2.2. A identificação, a autorização, a autenticação, o interesse do serviço e a necessidade de conhecer são condicionantes prévias para concessão de acesso nos órgãos ou entidades da APF.

2.3. A identificação dos controles de acesso lógico e físico, nos órgão ou entidade da APF, é consequência do processo de Gestão de Riscos de Segurança da Informação e Comunicações.

2.4. A implementação dos controles de acesso está condicionada à prévia aprovação pela autoridade responsável pelo órgão ou entidade da APF.

2.5. Para implementar os controles de acesso aprovados é fundamental a elaboração e divulgação de normas, bem como programas periódicos de sensibilização e conscientização em conformidade com a Política de Segurança da Informação e Comunicações dos órgãos ou entidades da APF.

2.6. Os órgãos ou entidades da APF, em suas áreas de competência, estabelecem regras específicas para credenciamento de acesso de usuários aos ativos de informação em conformidade com a legislação vigente, e em especial quanto ao acesso às informações em áreas e instalações consideradas críticas.

3. FUNDAMENTO LEGAL DA NORMA COMPLEMENTAR

Conforme disposto no inciso II do art. 3º da Instrução Normativa nº 01, de 13 de Junho de 2008, do Gabinete de Segurança Institucional, compete ao Departamento de Segurança da Informação e Comunicações - DSIC, estabelecer normas definindo os requisitos metodológicos para implementação da Gestão de Segurança da Informação e Comunicações pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta.

4. CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos desta Norma Complementar são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

4.1. Acesso: ato de ingressar, transitar, conhecer ou consultar a informação, bem como a possibilidade de usar os ativos de informação de um órgão ou entidade.

4.2. Ativos de informação: os meios de armazenamento, transmissão e processamento, os sistemas de informação, bem como os locais onde se encontram esses meios e as pessoas que a eles têm acesso.

4.3. Autenticação de multifatores: utilização de dois ou mais fatores de autenticação para concessão de acesso a um sistema. Os fatores de autenticação se dividem em: algo que o usuário conhece (senhas, frases de segurança, PIN, dentre outros); algo que o usuário possui (certificado digital, tokens, códigos enviados por SMS, dentre outros); algo que o usuário é (aferível por meios biométricos, tais como digitais, padrões de retina, reconhecimento facial, dentre outros).

4.4. Biometria: é a verificação da identidade de um indivíduo por meio de uma característica física ou comportamental única, através de métodos automatizados.

4.5. Bloqueio de acesso: processo que tem por finalidade suspender temporariamente o acesso.

4.6. Contas de Serviço: contas de acesso à rede corporativa de computadores necessárias a um procedimento automático (aplicação, script, etc.) sem qualquer intervenção humana no seu uso.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

4.7. Controle de acesso: conjunto de procedimentos, recursos e meios utilizados com a finalidade de conceder ou bloquear o acesso.

4.8. Credenciamento: processo pelo qual o usuário recebe credenciais que concederão o acesso, incluindo a identificação, a autenticação, o cadastramento de código de identificação e definição de perfil de acesso em função de autorização prévia e da necessidade de conhecer.

4.9. Credenciais ou contas de acesso: permissões, concedidas por autoridade competente após o processo de credenciamento, que habilitam determinada pessoa, sistema ou organização ao acesso. A credencial pode ser física como crachá, cartão e selo ou lógica como identificação de usuário e senha.

4.10. Exclusão de acesso: processo que tem por finalidade suspender definitivamente o acesso, incluindo o cancelamento do código de identificação e do perfil de acesso.

4.11. Gestão de Riscos de Segurança da Informação e Comunicações: conjunto de processos que permite identificar e implementar as medidas de proteção necessárias para minimizar ou eliminar os riscos a que estão sujeitos os seus ativos de informação, e equilibrá-los com os custos operacionais e financeiros envolvidos.

4.12. Necessidade de conhecer: condição pessoal, inerente ao efetivo exercício de cargo, função, emprego ou atividade, indispensável para o usuário ter acesso à informação, especialmente se for sigilosa, bem como o acesso aos ativos de informação.

4.13. Perfil de acesso: conjunto de atributos de cada usuário, definidos previamente como necessários para credencial de acesso.

4.14. Prestador de serviço: pessoa envolvida com o desenvolvimento de atividades, de caráter temporário ou eventual, exclusivamente para o interesse do serviço, que poderão receber credencial especial de acesso.

4.15. Quebra de segurança: ação ou omissão, intencional ou acidental, que resulta no comprometimento da segurança da informação e comunicações.

4.16. Sistema de acesso: é um conjunto de ferramentas que se destina a controlar e dar permissão de acesso a uma pessoa a um local ou sistema.

4.17. Sistema biométrico: é um conjunto de ferramentas que se utiliza das características de uma pessoa, levando em consideração fatores comportamentais e fisiológicos, a fim de identificá-la de forma unívoca.

4.18. Termo de Responsabilidade: termo assinado pelo usuário concordando em contribuir com a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações que tiver acesso, bem como assumir responsabilidades decorrentes de tal acesso (Modelo - Anexo A).

4.19. Tratamento da informação: recepção, produção, reprodução, utilização, acesso, transporte, transmissão, distribuição, armazenamento, eliminação e controle da informação, inclusive as sigilosas.

4.20. Usuário: servidores, terceirizados, colaboradores, consultores, auditores e estagiários que obtiveram autorização do responsável pela área interessada para acesso aos Ativos de Informação de um órgão ou entidade da APF, formalizada por meio da assinatura do Termo de Responsabilidade.

5. DIRETRIZES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE CONTROLE DE ACESSO BIOMÉTRICO

5.1.1. A conta de acesso biométrico, quando implementada, deve ser vinculada a uma conta de acesso lógico e ambas devem ser utilizadas para se obter um acesso, a fim de atender os conceitos da autenticação de multifatores.

5.1.2. O órgão ou entidade deverá tratar seus respectivos dados biométricos como dados sigilosos, preferencialmente, utilizando-se de criptografia, na forma da legislação vigente.

6. DIRETRIZES PARA CONTROLE DE ACESSO LÓGICO

6.1 Quanto à criação e administração de contas de acesso:

6.1.1. A criação de contas de acesso aos ativos de informação requer procedimentos prévios de credenciamento para qualquer usuário.

6.1.2. Disponibilizar ao usuário, que não exerce funções de administração da rede local, somente uma única conta institucional de acesso, pessoal e intransferível.

6.1.3. Utilizar conta de acesso no perfil de administrador somente para usuários cadastrados para execução de tarefas específicas na administração de ativos de informação.

6.1.4. Responsabilizar o usuário pela quebra de segurança ocorrida com a utilização de sua respectiva conta de acesso, mediante assinatura de Termo de Responsabilidade (Modelo - Anexo A).

6.1.5. A criação de contas de serviço exige regras específicas vinculadas a um processo automatizado.

6.1.6. Os órgãos ou entidades da APF, em suas áreas de competência, estabelecem regras para credenciamento, bloqueio e exclusão de contas de acesso de seus usuários, bem como para o ambiente de desenvolvimento.

6.1.7. Recomenda-se a utilização de autenticação de multifatores para o controle de acesso lógico, a fim de autenticar a identidade de um usuário e vinculá-lo a uma conta de acesso a ativos de informação.

6.2. Quanto à rede corporativa de computadores:

6.2.1. Conceder credenciais de acesso à rede corporativa de computadores após a data de contratação ou de entrada em exercício do usuário.

6.2.2. Excluir credenciais de acesso à rede corporativa de computadores quando do desligamento do usuário.

6.2.3. Registrar os acessos à rede corporativa de computadores de forma a permitir a rastreabilidade e a identificação do usuário por período mínimo a ser definido em cada órgão ou entidade da APF.

6.2.4. Utilizar mecanismos automáticos para inibir que equipamentos externos se conectem na rede corporativa de computadores.

6.2.5. Manter, na rede corporativa, mecanismos que permitam identificar e rastrear os endereços de origem e destino, bem como os serviços utilizados.

6.2.6. Utilizar a legislação específica para a concessão de acesso às informações sigilosas e para o acesso remoto, no âmbito da rede corporativa, por meio de canal seguro.

6.2.7. Gravar o acesso remoto à rede corporativa em logs para posterior auditoria, contendo informações específicas que facilitem o rastreamento da ação tomada;

6.2.8. Os órgãos ou entidades da APF, em suas áreas de competência, estabelecem regras para o uso de redes sem fio.

6.3. Quanto aos ativos de informação:

6.3.1. Conter ferramentas de proteção contra acesso não autorizado aos ativos de informação, que favoreça, preferencialmente, a administração de forma centralizada.

6.3.2. Respeitar o princípio do menor privilégio para configurar as credenciais ou contas de acesso dos usuários aos ativos de informação;

6.3.3. Utilizar ativo de informação homologado nas aplicações de controle de acesso, de tratamento das informações sigilosas e de criptografia;

6.3.4. Registrar eventos relevantes, previamente definidos, para a segurança e rastreamento de acesso às informações sigilosas.

6.3.5. Criar mecanismos para garantir a exatidão dos registros de auditoria nos ativos de informação.

6.3.6. O uso dos ativos de informação que não guarde relação com o exercício do cargo, função, emprego ou atividade públicas será considerado indevido e passível de imediato bloqueio de acesso, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, penal e civil.

6.3.7. Os órgãos ou entidades da APF, em suas áreas de competência, estabelecem regras para o uso da Internet, do Correio Eletrônico e de Mensagens Instantâneas.

7. DIRETRIZES PARA CONTROLE DE ACESSO FÍSICO

7.1 Quanto às áreas e instalações físicas:

7.1.1. Os Órgãos ou entidades da APF estabelecem regras para o uso de credenciais físicas, que se destinam ao controle de acesso dos usuários às áreas e instalações sob suas responsabilidades;

7.1.2. Os Órgãos ou entidades da APF definem a necessidade e orientam a instalação de sistemas de detecção de intrusos nas áreas e instalações sob suas responsabilidades;

7.1.3. Classificar as áreas e instalações como ativos de informação de acordo com o valor, a criticidade, o tipo de ativo de informação e o grau de sigilo das informações que podem ser tratadas em tais áreas e instalações, mapeando aquelas áreas e instalações consideradas críticas;

7.1.4. Os Órgãos ou entidades da APF orientam o uso de barreiras físicas de segurança, bem como equipamentos ou mecanismos de controle de entrada e saída;

7.1.5. Proteger os ativos de informação contra ações de vandalismo, sabotagem, ataques, etc, especialmente em relação àqueles considerados críticos.

7.1.6. Implementar área de recepção com regras claras para a entrada e saída de pessoas, equipamentos e materiais;

7.1.7. Definir pontos de entrega e carregamento de material com acesso exclusivo ao pessoal credenciado;

7.1.8. Intensificar os controles para as áreas e instalações consideradas críticas em conformidade com a legislação vigente.

7.1.9. Para utilização de controle de acesso físico por meio de sistema biométrico são requeridos procedimentos prévios para o credenciamento do usuário. Esse recurso deve ser utilizado em conjunto com outro sistema de identificação (cartão, crachá, senha, chave, dentre outros), a fim de atender os conceitos da autenticação de multifatores.

7.2. Quanto aos usuários:

7.2.1. Difundir e exigir o cumprimento da Política de Segurança da Informação e Comunicações, das normas de segurança e da legislação vigente acerca do tema.

7.2.2. Conscientizar o usuário para adotar comportamento favorável à disponibilidade, à integridade, à confidencialidade e à autenticidade das informações.

7.2.3. Identificar e avaliar sistematicamente os riscos à segurança da informação e comunicações dos ativos de informação e quais controles devem ser aplicados quanto aos acessos dos usuários;

7.2.4. Estabelecer formulário específico de Termo de Responsabilidade (Modelo - Anexo A) a ser difundido e assinado individualmente pelos usuários;

7.2.5. Definir regras específicas para autorização de acesso e credenciamento dos usuários em conformidade com a classificação dos ativos de informação.

7.3. Quanto aos ativos de informação:

7.3.1. Estabelecer distância mínima de segurança para manutenção das mídias contendo as cópias de segurança (backups);

7.3.2. Classificar os ativos de informação em níveis de criticidade, considerando o tipo de ativo de informação, o provável impacto no caso de quebra de segurança, tomando como base a gestão de risco e a gestão de continuidade de negócios relativa aos aspectos da segurança da informação e comunicações da APF,

7.3.3. Um exemplo para classificação dos ativos de informação está disposto no Anexo B.

7.3.4. Os ativos de informação classificados como sigilosos requerem procedimentos especiais de controles de acesso físico em conformidade com a legislação vigente.

7.4. Quanto ao perímetro de segurança:

7.4.1. Definir perímetros de segurança, suas dimensões, equipamentos e tipos especiais de controles de acesso aos ativos de informação;

7.4.2. Ilustrar em documentação própria e permitir que sejam identificados os perímetros de segurança de cada ativo de informação por todos que transitarem ou tiverem acesso em tais espaços, em especial às áreas e instalações consideradas críticas;

7.4.3. Regulamentar, por intermédio de normas específicas de cada órgão ou entidade da APF, o armazenamento, a veiculação de imagem, vídeo ou áudio, registrados em perímetros de segurança.

8. VIGÊNCIA

Esta norma entra em vigor na data de sua publicação.

9. ANEXOS

A - Modelo de Termo de Responsabilidade

B - Modelo de Classificação de Ativos de Informação

ANEXO A - Modelo de Termo de Responsabilidade

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
(Nome do órgão ou entidade da APF)

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente instrumento, eu _____, CPF _____, identidade _____, expedida pelo _____, em _____, e lotado no(a) _____ deste (Nome do órgão ou entidade), DECLARO , sob pena das sanções cabíveis nos termos da _____ (legislação vigente) que assumo a responsabilidade por:

I) tratar o(s) ativo(s) de informação como patrimônio do (Nome do órgão ou entidade);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

II) utilizar as informações em qualquer suporte sob minha custódia, exclusivamente, no interesse do serviço do (Nome do órgão ou entidade);

III) contribuir para assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações, conforme descrito na Instrução Normativa nº 01, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, de 13 de junho de 2008, que Disciplina a Gestão de Segurança da Informação e Comunicações na Administração Pública Federal, direta e indireta;

IV) utilizar as credenciais, as contas de acesso e os ativos de informação em conformidade com a legislação vigente e normas específicas do (Nome do órgão ou entidade);

V) responder, perante o (Nome do órgão ou entidade), pelo uso indevido das minhas credenciais ou contas de acesso e dos ativos de informação;

Local, UF, _____de _____de _____ .

_____
Assinatura
Nome do usuário e seu setor organizacional

_____
Assinatura
Nome da autoridade responsável pela autorização do acesso

ANEXO B - Modelo de Classificação de Ativos de Informação

Grau de criticidade	Ativos de informação	Impacto	Cor
Nível 1 - Alto	Data-center, servidores, central telefônica, recursos criptológicos, cópias de segurança, equipamentos de conectividade ou de armazenamento de informações ou de computação móvel das autoridades de primeiro escalão.	Interrompe a missão do órgão ou provoca grave dano à imagem institucional, à segurança do estado ou sociedade.	Vermelha
Nível 2 - Médio	Computadores com dados e informações únicas, de grande relevância, equipamentos de conectividade ou de armazenamento de informações ou de computação móvel das autoridades de segundo escalão.	Degrada o serviço do órgão ou provoca dano à imagem institucional, à segurança do estado ou sociedade.	Amarela
Nível 3 - Baixo	Os demais ativos de informação	Compromete planos ou provoca danos aos ativos de informação.	Sem cor

PORTARIA Nº 23, DE 15 DE JULHO DE 2014

Homologa a Revisão 02 da Norma Complementar nº 09/IN01/DSIC/GSIPR.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, na condição de **SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 6º e no art. 7º do Decreto nº 3.505, de 13 de junho de 2000, com nova redação dada pelo Decreto nº 8.097, de 4 de setembro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica homologada a Revisão 02 da Norma Complementar nº 09/IN01/DSIC/GSIPR que estabelece orientações específicas para o uso de recursos criptográficos em Segurança da Informação e Comunicações (SIC) nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF), direta e indireta.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS PARA O USO DE RECURSOS CRIPTOGRÁFICOS EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

ORIGEM
Departamento de Segurança da Informação e Comunicações

REFERÊNCIA NORMATIVA
Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011
Decreto nº 3.505, de 13 de junho de 2000
Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012
Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012
Instrução Normativa GSI nº 01 de 13 de junho de 2008 e suas respectivas Normas Complementares publicadas no DOU pelo DSIC/GSIPR.

CAMPO DE APLICAÇÃO
Esta Norma se aplica no âmbito da Administração Pública Federal, direta e indireta.

SUMÁRIO
1. Objetivo
2. Conceitos e definições
3. Fundamento Legal da Norma Complementar
4. Responsabilidades
5. Orientações Específicas
6. Controle
7. Dispositivos Transitórios
8. Vigência
9. Anexos A e B

INFORMAÇÕES ADICIONAIS
Não há

APROVAÇÃO

RAPHAEL MANDARINO JUNIOR
Diretor do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações

1. OBJETIVO

Normatizar o uso de recurso criptográfico para a segurança de informações produzidas nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal - APF, direta e indireta.

2. CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos desta norma complementar, aplicam-se os seguintes termos e definições:

2.1 Agente Responsável: servidor público ocupante de cargo efetivo ou militar de carreira de órgão ou entidade da APF, direta ou indireta, possuidor de credencial de segurança;

2.2 Algoritmo de Estado: função matemática utilizada na cifração e na decifração de informações sigilosas, necessariamente as informações classificadas, desenvolvido pelo Estado, para uso exclusivo em interesse do serviço de órgãos ou entidades da APF, direta e indireta, não comercializável;

2.3 Algoritmo Registrado: função matemática utilizada na cifração e na decifração de informações não classificadas, para uso exclusivo em interesse do serviço de órgãos ou entidades da APF, direta e indireta, cujo código fonte e método de processo sejam passíveis de controle e auditoria;

2.4 Chave Criptográfica: valor que trabalha com um algoritmo criptográfico para cifração ou decifração;

2.5 Cifração: ato de cifrar mediante uso de algoritmo simétrico ou assimétrico, com recurso criptográfico, para substituir sinais de linguagem em claro, por outros ininteligíveis por pessoas não autorizadas a conhecê-la;

2.6 Credencial de Segurança: certificado que autoriza pessoa para o tratamento de informação classificada;

2.7 Decifração: ato de decifrar mediante uso de algoritmo simétrico ou assimétrico, com recurso criptográfico, para reverter processo de cifração original;

2.8 Empresa Estratégica de Defesa (EED) do setor de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC): toda pessoa jurídica do setor de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) devidamente credenciada pelo Ministério da Defesa mediante o atendimento cumulativo das condições previstas no inciso IV do art. 2º da Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012.

2.9 Gestor de Segurança da Informação e Comunicações: é responsável pelas ações de segurança da informação e comunicações no âmbito do órgão ou entidade da APF;

2.10 Informação Classificada: informação sigilosa em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada;

2.11 Informação Sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado; e

2.12 Recurso Criptográfico: sistema, programa, processo, equipamento isolado ou em rede que utiliza algoritmo simétrico ou assimétrico para realizar cifração ou decifração.

3. FUNDAMENTO LEGAL DA NORMA COMPLEMENTAR

Com fulcro no previsto pelo inciso II do art. 3º da Instrução Normativa nº 01, de 13 de junho de 2008, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI/PR, compete ao Departamento de Segurança da Informação e Comunicações - DSIC, estabelecer normas definindo os requisitos metodológicos para implementação da Gestão de Segurança da Informação e Comunicações pelos órgãos e entidades da APF, direta e indireta.

4. RESPONSABILIDADES

4.1 A Alta Administração dos órgãos e entidades da APF, direta e indireta, é responsável:

4.1.1 Pela utilização dos recursos criptográficos para a segurança das informações, principalmente as sigilosas, em conformidade com esta norma;

4.1.2 Por capacitar os Agentes Responsáveis para o uso dos recursos criptográficos, observando as normas vigentes, os procedimentos de credenciamento de segurança, e o tratamento de informação classificada; e,

4.1.3 Por prever recurso orçamentário para o uso de recursos criptográficos, conforme necessidade de cada órgão ou entidade.

4.2 O Gestor de Segurança da Informação e Comunicações dos órgãos e entidades da APF, direta e indireta, é responsável pela implementação dos procedimentos relativos ao uso de recursos criptográficos, em conformidade com as orientações contidas nesta norma e deve possuir credencial de segurança; e,

4.3 Todo Agente Responsável usuário de recurso criptográfico é encarregado pela sua operação e sigilo, deve possuir credencial de segurança e assinar o respectivo Termo de Uso de Recursos Criptográficos, conforme modelo constante no Anexo A.

5. ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS

Para fins de utilização de recursos criptográficos pelos órgãos e entidades da APF, direta e indireta, além da legislação aplicável, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

5.1 Algoritmo de Estado:

5.1.1 Toda a informação classificada, em qualquer grau de sigilo, produzida, armazenada ou transmitida, em parte ou totalmente, por qualquer meio eletrônico, deverá obrigatoriamente ser protegida com recurso criptográfico baseado em algoritmo de Estado.

5.1.2 A cifração e decifração de informações classificadas, em qualquer grau de sigilo, utilizará exclusivamente recurso criptográfico baseado em algoritmo de Estado em conformidade com os parâmetros e padrões mínimos estabelecidos no Anexo B desta norma.

5.1.3 O transporte e a recepção de documento com informação classificada em grau de sigilo ultrassecreto serão efetuados pessoalmente por agente público autorizado, ou transmitidas por meio eletrônico, desde que sejam usados recursos de criptografia previsto no Anexo B, vedada sua postagem.

5.1.4 O canal de comunicação seguro (Rede Privada Virtual - VPN) que interligue redes dos órgãos e entidades da APF, direta e indireta, objetivando a troca de informações classificadas, deve utilizar recurso criptográfico baseado em algoritmo de Estado.

5.1.5 A utilização de recurso criptográfico, baseado em algoritmo de Estado, para cifração e decifração das informações não classificadas é opcional.

5.1.6 O Agente Responsável pela cifração ou decifração, no exercício do cargo, função, emprego ou atividade, utilizará recurso criptográfico baseado em algoritmo adotado pelo órgão ao qual está vinculado;

5.1.7 O uso de recurso criptográfico baseado em algoritmo de Estado é restrito ao Agente Responsável e requer treinamento e credenciamento de segurança, sob responsabilidade dos órgãos e entidades da APF, direta e indireta;

5.1.8 O credenciamento de estrangeiros para uso de recurso criptográfico baseado em algoritmo de Estado deve ser submetido ao GSI/PR;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

5.1.9 O GSI/PR é o órgão responsável pelo apoio técnico no tocante a atividades de caráter científico e tecnológico relacionadas ao recurso criptográfico baseado em algoritmo de Estado.

5.1.10 O recurso criptográfico, baseado em algoritmo de Estado, deverá ser de desenvolvimento próprio ou por órgãos e entidades da APF, direta ou indireta, mediante acordo ou termo de cooperação, vedada a participação e contratação de empresas e profissionais externos à APF, para tal finalidade.

5.1.11 Excepcionalmente, com anuência da Alta Administração do órgão ou entidade, o previsto no item 5.1.10 poderá ser terceirizado, desde que atendidas obrigatoriamente as seguintes condições:

a) seja uma Empresa Estratégica de Defesa do setor de Tecnologia de Informação e Comunicação e utilize tecnologia nacional, não sendo aceito empresas que apenas forneçam recursos criptográficos com tecnologia estrangeira;

b) seja realizado exclusivamente por meio de Contrato Sigiloso, nos termos dos arts. 48 e 49 do Decreto no 7.845, de 14 de novembro de 2012; e

c) seja previsto em cláusula contratual que fica vedado ao contratado os direitos de propriedade e de exploração comercial do recurso criptográfico com algoritmo de Estado objeto do referido contrato.

5.1.12 O não cumprimento do previsto no item 5.1.10 ou nas letras a, b e c do item 5.1.11, poderá gerar responsabilidade administrativa, civil e penal, conforme legislação vigente.

5.1.13 A Alta Administração dos órgãos e entidades da APF deverá prever explicitamente nos entendimentos, contratos, termos ou acordos de aquisição e manutenção de equipamentos, dispositivos móveis, sistemas, aplicativos ou serviços que disporão de recurso criptográfico baseado em algoritmo de Estado, o fiel cumprimento do disposto na presente norma, sem prejuízo da legislação vigente.

5.1.14 Além do disposto nesta norma, os recursos criptográficos baseados em algoritmo de Estado podem ser objeto de regulamentação específica.

5.2 Algoritmo Registrado:

5.2.1 A cifração e decifração das informações sigilosas não classificadas deve utilizar recurso criptográfico, no mínimo, baseado em algoritmo registrado, desde que atendidas obrigatoriamente as seguintes condições:

a) O desenvolvimento ou obtenção do algoritmo registrado deverá ser realizado levando-se em consideração a necessidade de proteção da informação sigilosa, bem como as possíveis ameaças à sua exposição, cabendo tal responsabilidade a alta administração do órgão que o empregará; e

b) O algoritmo deverá ser registrado no GSI/PR, que manterá sob sua guarda e controle o banco de registros;

c) O órgão deverá manter sob sua guarda o código fonte e método de processos do algoritmo, bem como implementar os controles adequados, inclusive quanto à auditoria;

5.3 Toda informação sigilosa - classificada ou não -, independente do algoritmo de criptografia utilizado, somente poderá ser armazenada em centro de processamento de dados fornecido por órgãos e entidades da Administração Pública Federal, conforme legislação em vigor.

5.4 É vedado ao Agente Responsável por recurso criptográfico nos órgãos e entidades da APF, direta e indireta:

5.4.1 utilizar recursos criptográficos em desacordo com esta norma, bem como, com a legislação em vigor; e

5.4.2 utilizar recursos criptográficos diferentes dos parâmetros e padrões mínimos definidos pelo órgão ou entidade da APF, direta e indireta, a que pertence.

6. CONTROLE

6.1 Todo recurso criptográfico constitui material de acesso restrito e requer procedimentos especiais de controle para o seu acesso, manutenção, armazenamento, transferência, trânsito e descarte, em conformidade com a legislação vigente.

6.2 A Alta Administração dos órgãos e entidades da APF deverá:

6.2.1 enviar para o GSI/PR relatório de conformidade relativo à aderência a presente norma de todos os recursos criptográficos baseados em algoritmo de Estado sob sua responsabilidade, ao serem adquiridos, quando solicitado e com periodicidade estabelecida por aquele Gabinete;

6.2.2 enviar para o GSI/PR relatório relativo aos procedimentos aplicados no tratamento de informação classificada previstos no art. 41 do Decreto 7.845, de 14 de novembro de 2012, quando solicitado e com periodicidade estabelecida por aquele Gabinete ou, oportunamente, por iniciativa do próprio órgão, quando ocorrer o previsto nos incisos IV e V do mesmo artigo;

6.2.3 informar ao GSI/PR, tempestivamente, o comprometimento do sigilo de qualquer recurso criptográfico baseado em algoritmo de Estado;

7. DISPOSITIVOS TRANSITÓRIOS:

7.1 A Alta Administração dos órgãos e entidades da APF, direta e indireta, providenciará a adequação dos recursos criptográficos já em uso, no prazo máximo de 180 dias, contados a partir da publicação do guia técnico de recursos criptográficos previsto no item 7.3;

7.2 Os órgãos e entidades deverão adotar os recursos criptográficos baseados em algoritmo de Estado com parâmetros e padrões de que trata o Anexo B no prazo de um ano a contar da publicação da presente norma;

7.3 O GSI/PR coordenará a elaboração, em 90 (noventa) dias, prorrogáveis por igual período, de um guia técnico de recursos criptográficos como orientações de como proceder para cumprir o previsto no item 5.2.

8. VIGÊNCIA

Esta norma entra em vigor na data de sua publicação.

9. ANEXOS

A - Modelo de Termo de Uso de Recurso Criptográfico

B - Padrões mínimos para recurso criptográfico baseado em algoritmo de Estado

ANEXO A

Modelo de Termo de Uso de Recurso Criptográfico

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

(Nome do órgão ou entidade da APF)

TERMO DE USO DE RECURSO CRIPTOGRÁFICO

Pelo presente instrumento, eu _____, CPF _____, identidade _____, expedida pelo _____, em _____, e lotado no(a)_____ deste (Nome do órgão ou entidade), DECLARO , sob pena das sanções cabíveis e nos termos da _____ (legislação vigente) que TENHO conhecimento sobre o uso do recurso criptográfico sob minha responsabilidade, sendo vedado seu uso:

I) para fins diversos dos funcionais ou institucionais;

II) para interceptar ou tentar interceptar transmissão de dados ou informações não destinados ao seu próprio acesso por quaisquer meios;

III) para tentar ou efetuar a interferência em serviços de outros usuários ou o seu bloqueio por quaisquer meios;

IV) para violar ou tentar violar os recursos de segurança dos equipamentos que utilizem recursos criptográficos;

V) para cifração ou decifração de informações ilícitas, entre os quais, materiais obscenos, ofensivos, ilegais, não éticos, ameaças, difamação, injúria, racismo ou quaisquer que venham a causar molestamento, tormento ou danos a terceiros;

VI) de forma inadequada, expondo-o a choques elétricos ou magnéticos, líquidos ou outros fatores que possam vir a causar-lhes danos, incluindo testes de invasão/intrusão/penetração, teste de quebra de senhas, teste de quebra de cifração, e teste de técnicas de invasão e defesa entre outros;

Local, UF, _____de _____de _____ .

Assinatura

_____

Nome do usuário e seu setor organizacional

ANEXO B

Padrões mínimos para recurso criptográfico baseado em algoritmo de Estado

TABELA I - Tamanho da chave:

Nível de segurança da Informação	RSA/LD	Curvas Elípticas
Reservado	2048	224
Secreto	3248	256
Ultrassecreto	Não recomendado	Não recomendado

TABELA II - Algoritmos de bloco:

Classificação	Algoritmo	
	Chave	Bloco
Reservado	192	128
Secreto	256	128
Ultrassecreto	Não recomendado	

TABELA III - Algoritmos sequenciais:

Classificação	Algoritmo
Reservado	192
Secreto	256
Ultrassecreto	Não recomendado

TABELA IV - Sistema de Chave Única:

Classificação	Algoritmo
Ultrassecreto	Sequência aleatória

PORTARIA Nº 24, DE 15 DE JULHO DE 2014

Homologa a Norma Complementar nº 19/IN01/DSIC/GSIPR.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, na condição de **SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 6º e no art. 7º do Decreto nº 3.505, de 13 de junho de 2000, com nova redação dada pelo Decreto nº 8.097, de 4 de setembro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica homologada a Norma Complementar nº 19/IN01/DSIC/GSIPR que estabelece padrões mínimos de Segurança da Informação e Comunicações para os sistemas estruturantes da Administração Pública Federal (APF), direta e indireta.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA

PADRÕES MÍNIMOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES PARA OS SISTEMAS ESTRUTURANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

ORIGEM
Departamento de Segurança da Informação e Comunicações

REFERÊNCIA NORMATIVA
Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967
Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011
Decreto nº 3.505, de 13 de junho de 2000
Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012
Decreto nº 8.135, de 04 de novembro de 2013
Instrução Normativa GSI 01 de 13 de junho de 2008
Instrução Normativa SLTI/MP nº 4 de 12 de novembro de 2010
Normas Complementares 01, 02, 04, 06, 07, 10, 13, 14 e 16 da IN01/DSIC/GSIPR de 13 de outubro de 2008

CAMPO DE APLICAÇÃO
Esta Norma se aplica no âmbito da Administração Pública Federal, direta e indireta.

SUMÁRIO
1. Objetivo
2. Fundamento Legal da Norma Complementar
3. Conceitos e Definições
4. Princípios, Diretrizes e Procedimentos
5. Responsabilidades
6. Vigência

INFORMAÇÕES ADICIONAIS
Não há

APROVAÇÃO

RAPHAEL MANDARINO JUNIOR
Diretor do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. OBJETIVO

Estabelecer padrões mínimos para a segurança da informação e comunicações dos sistemas estruturantes nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta.

2. FUNDAMENTO LEGAL DA NORMA COMPLEMENTAR

Conforme disposto no inciso II do art. 3º da Instrução Normativa nº 01, de 13 de Junho de 2008, do Gabinete de Segurança Institucional, compete ao Departamento de Segurança da Informação e Comunicações - DSIC, estabelecer normas definindo os requisitos metodológicos para implementação da Gestão de Segurança da Informação e Comunicações pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta.

3. CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos desta norma complementar, aplicam-se os seguintes conceitos e definições:

3.1 Acesso: ato de ingressar, transitar, conhecer ou consultar a informação, bem como a possibilidade de usar os ativos de informação de um órgão ou entidade.

3.2 Ativos de informação: os meios de armazenamento, transmissão e processamento da informação; os equipamentos necessários a isso; os sistemas utilizados para tal; os locais onde se encontram esses meios, e também os recursos humanos que a eles têm acesso.

3.3 Autenticação de multifatores: utilização de dois ou mais fatores de autenticação para concessão de acesso a um sistema. Os fatores de autenticação se dividem em: algo que o usuário conhece (senhas, frases de segurança, PIN, dentre outros); algo que o usuário possui (certificado digital, tokens, códigos enviados por SMS e similares) ou algo que o usuário é (aferível por meios biométricos, tais como digitais, padrões de retina, reconhecimento facial, dentre outros).

3.4 Custodiante: aquele que, de alguma forma e total ou parcialmente, zela pelo armazenamento, operação, administração e preservação de um sistema estruturante - ou de ativos de informação que compõem um estruturante - que não lhe pertence, mas que está sob sua custódia.

3.5 Gestão de Riscos de Segurança da Informação e Comunicações: conjunto de processos que permite identificar e implementar controles e medidas de proteção necessárias para minimizar ou eliminar os riscos a que estão sujeitos os seus ativos de informação e equilibrá-los com os custos operacionais e financeiros envolvidos.

3.6 Modelo de Implementação de Nuvem Própria: solução compartilhada de recursos computacionais configuráveis cuja infraestrutura da nuvem pertence apenas a uma organização e suas subsidiárias.

3.7 Modelo de Implementação de Nuvem Comunitária: solução compartilhada de recursos computacionais configuráveis cuja infraestrutura da nuvem é compartilhada entre diversas organizações que possuem necessidades comuns, tais como, missão, valores, requisitos de segurança, políticas, requisitos legais, entre outras.

3.8 Sistema de Proteção Física: sistema composto por pessoas, equipamentos e procedimentos para a proteção de ativos contra danos, roubo, sabotagem e outros prejuízos causados por ações humanas não autorizadas, conforme gestão da segurança física e ambiental.

3.9 Sistema Estruturante: sistema com suporte de tecnologia da informação fundamental e imprescindível para planejamento, coordenação, execução, descentralização, delegação de competência, controle ou auditoria das ações do Estado, além de outras atividades auxiliares, desde que comum a dois ou mais órgãos da Administração e que necessitem de coordenação central.

3.10 Trilha de Auditoria: registro ou conjunto de registros gravados em arquivos de log ou outro tipo de documento ou mídia, que possam indicar, de forma cronológica e inequívoca, o autor e a ação realizada em determinada operação, procedimento ou evento.

4. PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS

Os padrões de segurança dos sistemas estruturantes deverão incorporar, gradativamente, controles de segurança da informação e comunicações (SIC), no mínimo, no que tange aos seguintes aspectos:

4.1 Planejamento, Concepção e Manutenção do Sistema

4.1.1 As demandas de planejamento, concepção e manutenção de sistemas estruturantes deverão seguir processo formal de Gestão de Riscos de Segurança da Informação e Comunicações.

4.1.2 As demandas de planejamento que resultem em sistemas estruturantes deverão seguir as diretrizes para a gestão de continuidade de negócios, nos aspectos relacionados à Segurança da Informação e Comunicações, conforme Norma Complementar nº 6 à IN01/DSIC/GSI/PR.

4.1.3 A integração, a fusão ou a ampliação de sistemas legados que ensejarem novos ou reformulados sistemas estruturantes deverá observar as diretrizes para a Gestão de Mudanças, nos aspectos relativos à Segurança da Informação e Comunicações, recomendadas na Norma Complementar nº 13 à IN01/DSIC/GSIPR.

4.1.4 O desenvolvimento e obtenção de software para sistema estruturante deverá observar as diretrizes recomendadas na Norma Complementar nº 16 à IN01/DSIC/GSI/PR.

4.1.5 Os sistemas estruturantes deverão atender aos padrões de interoperabilidade estabelecidos pela e-PING/SLTI/MP.

4.1.6 As contratações de soluções de tecnologia da informação decorrentes de projetos de implementação ou manutenção de sistemas estruturantes deverão observar as fases preconizadas pela Instrução Normativa nº 4 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, salvo as disposições contrárias, conforme legislação em vigor.

4.1.7 Os instrumentos contratuais celebrados entre a APF e prestadores de serviço, em decorrência das contratações de soluções de tecnologia da informação para projetos de implementação ou manutenção de sistemas estruturantes, deverão conter cláusulas que garantam a realização de auditorias nos aspectos de Segurança da Informação e Comunicações.

4.1.8 Preferencialmente, os sistemas estruturantes devem optar por ativos de informação constituídos por arquiteturas que permitam auditar seus respectivos projetos e códigos, conforme legislação em vigor.

4.2 Infraestrutura

4.2.1 Os dispositivos de armazenamento e contingência de dados que suportam, total ou parcialmente, sistemas estruturantes deverão estar fisicamente localizados em dependências de um ou mais órgãos ou entidades públicos da administração pública federal, dentro do território nacional, conforme legislação em vigor.

4.2.2 Os dispositivos de armazenamento, recuperação, processamento de dados e interconectividade de rede poderão adotar preferência por fabricantes nacionais, conforme legislação em vigor.

4.2.3 As soluções de infraestrutura em nuvem para sistemas estruturantes deverão adotar somente os modelos de implementação de Nuvem Própria ou de Nuvem Comunitária, em todos os modelos de serviços, conforme Norma Complementar nº 14 à IN01/DSIC/GSI/PR, desde que restritas às infraestruturas de órgãos ou entidades da administração pública federal.

4.2.4 As infraestruturas de rede e telecomunicações utilizadas pelos sistemas estruturantes deverão ser fornecidas por órgãos ou entidades da administração pública federal, conforme dispositivos legais em vigor.

4.2.5 As instalações de infraestrutura computacional, de armazenamento e recuperação de dados, de rede e de telecomunicações utilizadas, total ou parcialmente, por sistema estruturante deverão ser planejadas, operacionalizadas e continuamente monitoradas por processo formal de Gestão de Riscos de Segurança da Informação e Comunicações, observando-se, principalmente:

a) Sistemas de Proteção Física para mitigar o risco de acesso não autorizado;

b) Sistema alternativo de provisão de energia elétrica;

c) Proteção contra descargas elétricas e atmosféricas;

d) Planos e sistemas de proteção contra incêndio e outros sinistros;

e) Sítio alternativo que garanta a disponibilidade do sistema em caso de sinistro.

f) Utilização de infraestrutura de redes e telecomunicações seguras.

4.3 Controle de Acesso e Identidades

4.3.1 Todo acesso ao sistema estruturante deverá observar as diretrizes recomendadas na Norma Complementar nº 7 à IN01/DSIC/GSI/PR.

4.3.2 O acesso lógico ao sistema estruturante deverá empregar os seguintes métodos de autenticação de usuário:

4.3.2.1 Autenticação de usuário com mais de um fator - autenticação de múltiplos fatores - sempre que possível; e

4.3.2.2 N o mínimo, autenticação com certificação digital para gestores, operadores administrativos e perfis críticos de acesso, conforme legislação em vigor.

4.3.3 Os sistemas estruturantes devem conter um conjunto de processos de negócio e de mecanismos lógicos e físicos capazes de viabilizar, quando necessário, trilhas de auditoria aos controles de acesso, principalmente, no tocante ao uso e manutenção das identidades digitais, conforme Norma Complementar nº 7 à IN01/DSIC/GSI/PR.

4.3.3.1 Os estruturantes que tratam informações sigilosas e aqueles relacionados à liberação ou manipulação de recursos públicos devem implementar trilhas de auditoria, conforme legislação em vigor.

4.4 Tratamento de Incidentes

4.4.1 O órgão ou unidade responsável pelo sistema estruturante deverá possuir Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais, apta a identificar e tratar os incidentes que comprometam a segurança da informação e comunicações relacionados ao estruturante, devendo o órgão viabilizar capacitação dessa equipe e, quando aplicável, ferramentas para sua atuação, conforme Norma Complementar n. 5 à IN01/DSIC/GSI/PR.

4.4.2 Os incidentes de SIC identificados deverão ser informados ao CTIR.Gov, conforme legislação em vigor.

4.5 Política e Conformidade

4.5.1 Os órgãos e entidades da APF gestores dos estruturantes devem estabelecer formalmente diretrizes, papéis, responsabilidades e controles nos casos em que os sistemas são delegados a um custodiante.

4.5.2 Os sistemas estruturantes devem possuir política ou normativo específico que disciplina seu uso, seus controles e perfis de acesso, bem como responsabilidades decorrentes de sua má utilização, conforme legislação em vigor.

4.5.2.1 Os normativos de que trata o caput devem ser revisados e ajustados periodicamente.

5. RESPONSABILIDADES

Caberá aos órgãos e entidades da APF, no âmbito de suas competências, cumprir e fazer cumprir as determinações contidas nesta norma, inclusive as possíveis cláusulas contratuais com eventuais fornecedores, sob pena de responsabilidade.

6. VIGÊNCIA

Esta norma entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 25, DE 15 DE JULHO DE 2014

Homologa a Norma Complementar nº 20/IN01/DSIC/GSIPR.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, na condição de **SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 6º e no art. 7º do Decreto nº 3.505, de 13 de junho de 2000, com nova redação dada pelo Decreto nº 8.097, de 4 de setembro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica homologada a Norma Complementar nº 20/IN01/DSIC/GSIPR que estabelece Diretrizes de Segurança da Informação e Comunicações para Instituição do Processo de Tratamento da Informação nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF), direta e indireta.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DIRETRIZES DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

E COMUNICAÇÕES PARA INSTITUIÇÃO DO PROCESSO

DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO NOS ÓRGÃOS

E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

ORIGEM

Departamento de Segurança da Informação e Comunicações

REFERÊNCIA NORMATIVA

Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950.
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 2001.
Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.
Decreto nº 2848, de 07 de dezembro de 1940.
Decreto nº 3.505, de 13 de junho de 2000.
Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003.
Decreto nº 7724, de 16 de maio de 2012.
Decreto nº 7845, de 14 de novembro de 2012.
Decreto nº 8135, de 04 de novembro de 2013.
Resolução nº 07/Conarq, de 20 de maio de 1997.
Resolução nº 14/Conarq, de 24 de outubro de 2001.
Portaria nº 03/SLTI/MP, de 16 de maio de 2003.
Portaria Normativa nº 05/SLTI/MP, de 19 de dezembro de 2002.
Instrução Normativa nº 01/DSIC/GSI/PR, de 13 de junho de 2008 e suas Normas Complementares.
Instrução Normativa nº 02/DSIC/GSI/PR, de 05 de fevereiro de 2013.
ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013.
ABNT NBR ISO/IEC 27002:2013.
ABNT NBR 16167:2013.

CAMPO DE APLICAÇÃO

Esta Norma se aplica no âmbito da Administração Pública Federal, direta e indireta.

SUMÁRIO

1 Objetivo
2 Considerações iniciais
3 Conceitos e Definições
4 Diretrizes gerais
5 Ciclo de Vida da Informação
6 Diretrizes específicas
7 Implementação
8 Vigência
9 Anexos

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Não há

APROVAÇÃO

RAPHAEL MANDARINO JUNIOR

Diretor do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações

1 OBJETIVO

Estabelecer diretrizes de Segurança da Informação e Comunicações para instituição do processo de tratamento da informação, envolvendo todas as etapas do ciclo de vida da informação, no âmbito da Administração Pública Federal, direta e indireta.

2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF) produzem e tratam informações diariamente na rotina de trabalho de seus agentes públicos, ocupando relevância fundamental para a gestão da máquina pública e o processo de tomada de decisões quanto às políticas públicas federais.

Neste sentido, a presente norma dispõe acerca de diretrizes a serem cumpridas no âmbito órgãos e entidades da APF quanto ao adequado tratamento da informação durante as fases do seu do ciclo de vida.

Esta norma configura instrumento complementar as políticas, procedimentos e regras regulamentados por atos normativos que norteiam o tratamento da informação nos órgãos e entidades da APF. Por essa razão, ressalta-se a importância da observação, por parte dos agentes públicos, dos dispositivos estabelecidos na legislação relativa a temas como Segurança da Informação e Comunicações (SIC), gestão documental e arquivística, gestão da informação, acesso à informação, e sigilo da informação.

3 CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos desta Norma Complementar são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

Agente Público: todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos e entidades da APF.

Ciclo de vida da informação: ciclo formado pelas fases da Produção e Recepção; Registro e Armazenamento; Uso e Disseminação; e Destinação.

Documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato.

Informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

Informação classificada: informação sigilosa em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, a qual é classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.

Metadados: dados que descrevem os dados, isto é, são informações úteis para identificar, localizar, compreender e gerenciar os dados.

Tratamento da informação: conjunto de ações referentes às fases do ciclo de vida da informação.

4 DIRETRIZES GERAIS

4.1 Toda informação institucional dos órgãos e entidades da APF em qualquer suporte, materiais, áreas, comunicações e sistemas de informação institucionais, é patrimônio do Estado brasileiro e deve ser tratada segundo as diretrizes descritas nesta Norma Complementar, nos termos da legislação pertinente em vigência.

4.2 O tratamento das informações ao longo de seu ciclo de vida deverá ser realizado de modo ético e responsável pelos agentes públicos dos órgãos e entidades da APF e com respeito à legislação vigente.

4.3 O tratamento da informação deverá ser feito conforme atos normativos de Segurança da Informação e Comunicações (SIC), assegurando-se os requisitos da disponibilidade, da integridade, da confidencialidade e da autenticidade da informação em todo seu ciclo de vida.

4.4 As informações institucionais dos órgãos e entidades da APF deverão ser tratadas visando-se as suas funções administrativas, informativas, probatórias e comunicativas, e considerados os princípios de acesso a informação dispostos pela Lei 12.527/2011.

4.5 É dever do agente público salvaguardar a informação classificada, sigilosa ou pessoal, bem como assegurar a publicidade da informação de caráter ostensivo, utilizando-as, exclusivamente, para o exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública, sob pena de responsabilização administrativa, civil e penal.

4.6 As medidas e os procedimentos relacionados ao tratamento da informação a ser realizado com apoio de empresas terceirizadas, em qualquer fase do ciclo de vida da informação, deverão ser estabelecidos contratualmente para que se assegure o cumprimento das diretrizes previstas nesta norma, bem como em legislações vigentes.

4.7 Os órgãos e entidades da APF devem promover ações para conscientização dos agentes públicos visando à disseminação das diretrizes de tratamento da informação.

5 CICLO DE VIDA DA INFORMAÇÃO

O tratamento da informação abrange as políticas, os processos, as práticas e os instrumentos utilizados pelos órgãos e entidades da APF para lidar com a informação ao longo de cada fase de seu ciclo de vida, contemplando o conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação.

Para efeito desta norma, as ações referidas estão agrupadas nas seguintes fases, conforme Anexo A:

5.1 Produção e Recepção: refere-se ao estágio em que as informações são produzidas ou recebidas pelos agentes públicos, independentemente de seu formato ou suporte.

5.2 Registro e Armazenamento: diz respeito à fase em que as informações são registradas e armazenadas em quaisquer suportes ou formatos.

5.3 Uso e Disseminação: trata-se do estágio em que as informações estão sendo utilizadas e compartilhadas pelos órgãos e entidade da APF, envolvendo ações como o seu uso, transporte, transmissão e divulgação.

5.4 Destinação: refere-se ao estágio final do ciclo de vida da informação, no qual devem ser tomadas as medidas necessárias à sua destinação, tais como guarda permanente ou eliminação.

6 DIRETRIZES ESPECÍFICAS

6.1 Produção e Recepção

Os principais aspectos a serem observados pelos órgãos e entidades da APF na fase da produção ou recepção são:

6.1.1 Os processos de produção e recepção das informações deverão ser planejados e implementados considerando-se:

a) os interesses da APF;

b) o período previsto para a retenção das informações; e

c) os custos com recursos materiais, financeiros e pessoas.

6.1.2 A produção e a recepção de informações deverão ser feitas de modo que seu registro possa estar disponível e acessível a todos os agentes públicos que delas necessitarem para o desempenho de suas atribuições.

6.1.3 Com vistas a garantir as condições essenciais ao aprofundamento da democratização do acesso a informação no âmbito interno e externo aos órgãos e entidades da APF, deve-se priorizar a produção de informações em linguagem clara e precisa independentemente de seu formato ou suporte.

6.1.4 Os órgãos e entidades da APF deverão garantir que a produção e a recepção de informações sejam feitas com a devida proteção das informações pessoais.

6.1.5 Na fase da produção e recepção de informações, os órgãos e entidades da APF deverão verificar se as informações por eles produzidas ou custodiadas se enquadram em quaisquer hipóteses de sigilo especificadas na Lei 12.527/2011 ou em legislações específicas - tais como aquelas referentes aos sigilos legal, fiscal e bancário, ao segredo industrial ou de justiça (conforme Anexo B) -, a fim de adotar as medidas cabíveis quanto ao seu tratamento.

6.1.6 Nas reuniões em que serão produzidas informações sigilosas, deverão ser adotados controles de acesso ao ambiente, documentos, anotações, mídias e demais recursos utilizados.

6.1.7 Quando a produção de informação sigilosa exigir impressão em tipografias, impressoras, oficinas gráficas ou similares, a operação deverá ser acompanhada por pessoa credenciada, responsável pela execução das medidas de salvaguarda necessárias à garantia do sigilo durante todo o processo.

6.1.8 Recomenda-se que, durante a produção e a recepção de informações, sejam identificados os metadados necessários para a gestão da informação nos órgãos e entidades da APF.

6.2 Registro e Armazenamento

Os aspectos principais a serem observados pelos órgãos e entidades da APF na fase do registro e armazenamento são:

6.2.1 A seleção, dentre as opções de registro e armazenamento de informações, deverá considerar:

a) as características físicas do suporte e do ambiente;

b) o volume e estimativa de crescimento;

c) o período previsto para a retenção da informação;

d) a proteção contra acesso não autorizado;

e) as eventuais necessidades de classificação e preservação das informações conforme atos normativos correlatos;

f) as perdas por destruição, furto ou sinistro;

g) a frequência de uso;

h) os custos relativos ao seu armazenamento.

6.2.2 É dever do agente público a manutenção dos registros que tenham servido de fundamento ao ato administrativo.

6.2.3 Para o registro de seus documentos arquivísticos, os órgãos e entidades da APF devem observar as legislações pertinentes que tratam dos procedimentos gerais para utilização de protocolo na APF.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

6.2.4 Na fase do registro e armazenamento das informações, os órgãos e entidades da APF deverão avaliar eventuais necessidades de indexação, catalogação, classificação e marcação das informações, conforme arcabouço legal existente e orientações adicionais internas que se fizerem necessárias.

6.2.5 Os órgãos e entidades da APF deverão priorizar a adoção de formatos abertos e não proprietários, sempre que possível, para preservar as informações digitais e permitir seu amplo acesso, conforme padrões de interoperabilidade do Governo Eletrônico.

6.2.6 Os órgãos e entidades da APF deverão adotar os procedimentos de controle de acesso necessários à segurança dos registros e armazenamento das informações.

6.2.7 Os órgãos e entidades da APF deverão manter controle sobre eventuais cópias de registros de informações, zelando também por seu adequado armazenamento, garantindo-se a rastreabilidade das cópias de segurança e restauração das informações por meio da manutenção de registros completos e apropriados.

6.2.8 Na fase de registro e armazenamento, deverão ser realizadas as marcações e adotadas as demais medidas de salvaguarda das informações sigilosas nos termos da Lei 12.527/2011 ou de outras legislações específicas, bem como de informações pessoais.

6.2.9 As informações sigilosas classificadas, produzidas e armazenadas em meios eletrônicos, devem utilizar criptografia compatível com o grau de sigilo, conforme a legislação vigente.

6.2.10 No armazenamento de informações classificadas em grau de sigilo secreto ou ultrassecreto, deverá ser utilizado cofre ou estrutura que ofereça segurança equivalente.

6.2.11 No caso das demais informações sigilosas, o armazenamento deve ser realizado em ambiente com acesso controlado.

6.2.12 Os órgãos e entidades da APF devem instituir as medidas necessárias para garantir a segurança e o adequado tratamento das informações registradas e armazenadas em repositórios digitais institucionais, a fim de permitir o acesso, a recuperação e a preservação dessas informações.

6.2.13 As informações dos órgãos e entidades da APF devem ser armazenadas nos servidores de armazenamento e sistemas corporativos, instalados em ambiente seguro, que garantam a continuidade das atividades do órgão.

6.2.14 Em face de um cenário híbrido, que envolva ao mesmo tempo documentos em suporte físico e eletrônico, devem-se estabelecer requisitos de armazenamento que atendam às necessidades de preservação desses dois tipos de documentos.

6.2.15 Recomenda-se criteriosa e periódica avaliação na especificação de mídias de armazenamento adequadas à necessidade de preservação, atentando-se para a compatibilidade com as novas tecnologias.

6.2.16 Os órgãos e entidades da APF devem assegurar-se de que as informações hospedadas com uso de computação em nuvem estejam em conformidade com a legislação vigente.

6.3 Uso e disseminação

Os aspectos principais a serem observados pelos órgãos e entidades da APF na fase do uso e disseminação da informação são:

6.3.1 As informações deverão ser utilizadas para as finalidades para as quais foram produzidas e conforme os interesses dos órgãos e entidades da APF, não devendo ser usadas para propósito pessoal de determinado agente público ou privado.

6.3.2 Os órgãos e entidades da APF deverão garantir que as informações estejam disponíveis para a utilização pelos agentes públicos que delas necessitarem para o desempenho de suas atribuições.

6.3.3 Toda informação pública a ser disponibilizada por meio da transparência ativa deverá ser objeto de prévia avaliação a fim de que se identifiquem eventuais parcelas da informação que não sejam passíveis de divulgação.

6.3.4 O transporte e/ou a transferência de informações entre organizações deve respeitar os dispositivos previstos em atos normativos gerais que regulamentam o assunto, além de orientações específicas a cada órgão ou entidade da APF que se fizerem necessárias para que se garantam a preservação de informações de acesso restrito, a divulgação de informações ostensivas, e os princípios da disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações.

6.3.5 A publicação de informações institucionais deve ser realizada prioritariamente por meio dos canais oficiais do órgão e entidade da APF.

6.3.6 Recomenda-se que os equipamentos de acesso franqueado ao público estejam em ambiente isolado da rede corporativa.

6.3.7 A concessão de acessos lógicos e físicos ou o uso de informações institucionais em dispositivos móveis corporativos e/ou particulares deve observar a legislação vigente.

6.3.8 Recomenda-se a regulamentação do uso de impressoras e copiadoras, definindo as diretrizes para a impressão/cópia de documentos que contenham informação de acesso restrito.

6.3.9 Recomenda-se a realização periódica de testes de restauração das informações contidas nas mídias de cópias de segurança, a fim de garantir seu uso quando da ocorrência de incidentes com comprometimento das informações.

6.3.10 No transporte de documentos em suporte físico que for realizado por empresas terceirizadas, cabe ao órgão e entidade da APF estabelecer contratualmente as medidas e procedimentos de SIC adequados.

6.3.11 Na definição dos procedimentos de segurança para o transporte de documentos, deve-se observar o tempo de exposição da informação, atentando-se para a agilidade, tempestividade e oportunidade.

6.3.12 Os órgãos e entidades da APF devem planejar e dimensionar seus sistemas e canais de comunicação de forma a garantir a disponibilidade das informações públicas distribuídas e/ou divulgadas.

6.3.13 Os órgãos e entidades da APF devem definir medidas e procedimentos para que os fluxos de distribuição das informações assegurem a continuidade das medidas de salvaguarda de informações sigilosas conforme a Lei 12.527/2011 ou de acordo com legislações específicas, bem como de informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem detidas pelos órgãos e entidades da APF.

6.3.14 O acesso às áreas, instalações e materiais que contenham informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou que demandem proteção, nos termos da Seção VIII, do capítulo III do Decreto 7.845/2012 deve ser regulado e registrado.

6.3.15 No transporte de mídias que contenham informações sigilosas devem-se utilizar dispositivos com restrições de acesso e uso de criptografia adequada.

6.3.16 No transporte de documentos que contenham informações sigilosas, em qualquer suporte físico, os órgãos e entidades da APF deverão definir medidas e procedimentos de segurança adequados ao deslocamento.

6.4 Destinação

Os aspectos principais a serem observados pelos órgãos e entidades da APF na fase da destinação são:

6.4.1 As medidas referentes à destinação das informações produzidas ou custodiadas pelos órgãos e entidades da APF devem ser precedidas por avaliação que observe as orientações das legislações correlatas quanto ao encaminhamento necessário a cada tipo de registro, tais como documentos arquivísticos, materiais digitais, correios eletrônicos, entre outros, sob pena de responsabilização de agentes públicos que eliminarem registros de informações sem o devido fundamento legal.

6.4.2 Tal avaliação deve considerar aspectos como a temporalidade de guarda; os processos e as práticas a serem observados quando da guarda permanente; os procedimentos formais que precedem atos de eliminação; as orientações quanto à operacionalização do ato de eliminação, entre outros, devendo ser tais aspectos normatizados complementarmente pelos órgãos e entidades nos casos necessários e cabíveis.

6.4.3 A destinação de informações que constem de sítios eletrônicos institucionais, de repositórios internos da organização e/ou similares, deve observar as legislações correlatas sobre o assunto e, nos casos necessários, ser objeto de normatização complementar pelos órgãos e entidades da APF, para que se garanta a preservação de conteúdos relevantes para o exercício de suas competências e/ou a preservação de sua memória institucional.

6.4.4 Os órgãos e entidades da APF devem providenciar a sanitização de mídias, tais como dispositivos móveis, discos rígidos, memórias das impressoras, scanners, multifuncionais e demais dispositivos de armazenamento, antes de seu descarte, a fim de evitar a recuperação irregular de dados destes meios.

7 IMPLEMENTAÇÃO

A adoção de mecanismos de gestão dos processos e procedimentos envolvidos no tratamento da informação ao longo de seu ciclo de vida é fundamental para a implementação das diretrizes determinadas por esta norma. A metodologia aqui recomendada envolve os passos a seguir, a serem assegurados pela Alta Administração dos órgãos e entidades da APF:

7.1 Planejamento

7.1.1 A Alta Administração dos órgãos e entidades da APF deverá assegurar a elaboração de plano que defina as estratégias internas quanto ao tratamento da informação ao longo de seu ciclo de vida, visando à implementação das diretrizes determinadas por esta norma e dos dispositivos determinados por legislações correlatas ao tema.

7.1.2 O plano deverá identificar os objetivos e as ações necessárias ao aprimoramento do tratamento da informação durante o seu ciclo de vida no órgão ou entidade da APF, incluindo a indicação das ações de capacitação quanto ao tema, determinação de metas, indicadores e responsáveis, e a previsão de orçamento necessário à implementação do plano.

7.1.3 A elaboração do plano deverá envolver representantes, no mínimo, das áreas de gestão documental, segurança da informação, acesso a informação e controle interno.

7.1.4 O referido plano deve estar alinhado aos demais instrumentos de planejamento do órgão ou entidade da APF, como o Planejamento Estratégico, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e sua Política de Segurança da Informação e Comunicações, além de considerar o efeito das ações pretendidas sobre as fases do ciclo de vida da informação.

7.1.5 O plano deverá ser apreciado e aprovado pela Alta Administração dos órgãos e entidades da APF.

7.2 Execução

Aprovado o plano de ações conforme item anterior, deve-se garantir a sua implementação, incluindo a realização de ações de capacitação aos responsáveis pela sua execução, bem como dos demais agentes públicos quanto ao tratamento da informação no desempenho de suas atribuições.

7.3 Avaliação

7.3.1 Neste estágio, devem ser realizados procedimentos de avaliação da implementação das ações determinadas pelo plano, identificando-se as revisões e alterações pertinentes.

7.3.2 Após a realização da avaliação, devem ser elaborados os ajustes e as alterações cabíveis ao plano, a serem incorporadas após aprovação da Alta Administração do órgão ou entidade da APF.

7.3.3 Em seguida, devem ser implementadas as referidas alterações, assegurando-se de que atinjam os objetivos pretendidos.

8 VIGÊNCIA

Esta norma entra em vigor na data da sua publicação.

9 ANEXOS

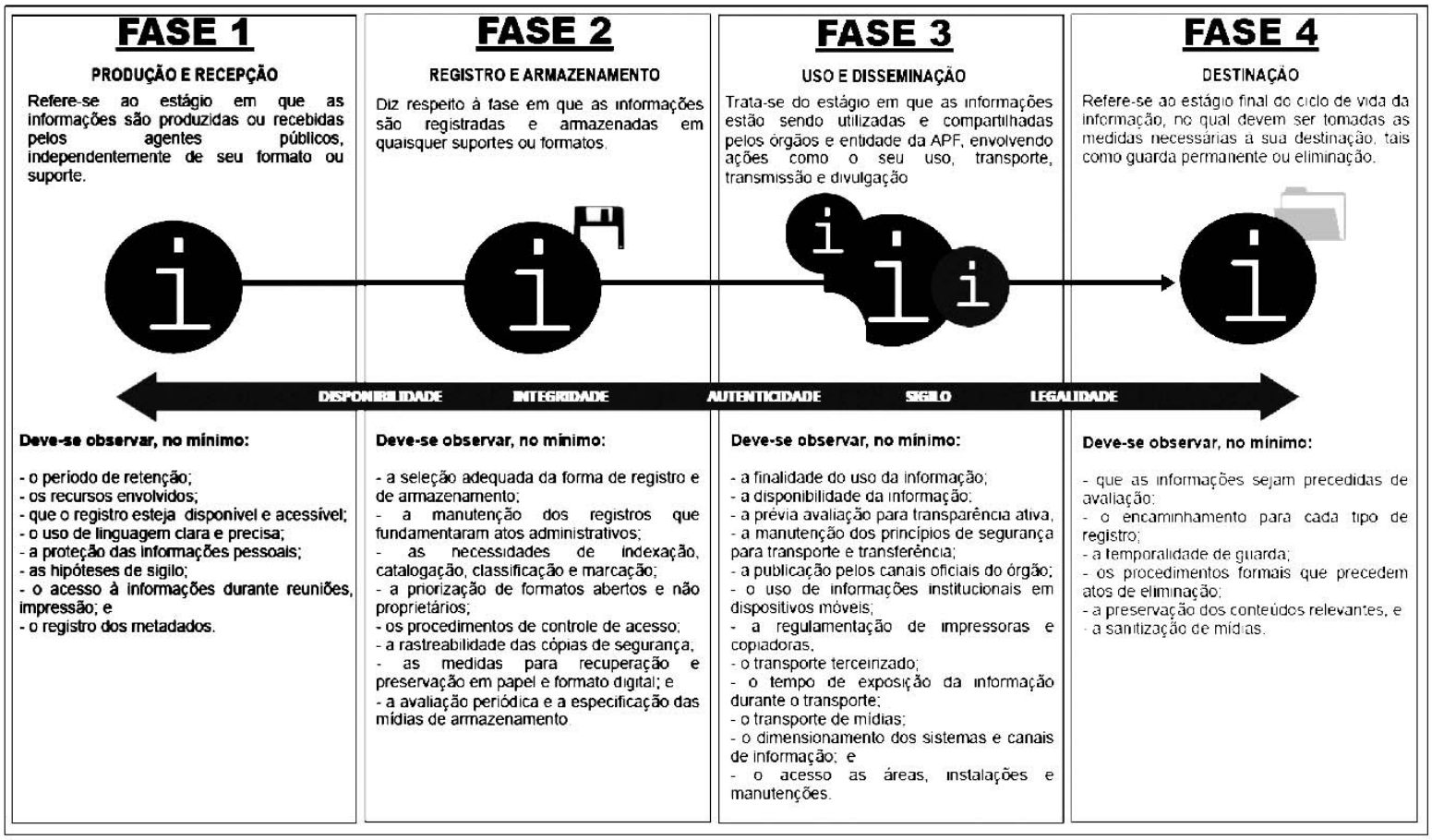
A - Ciclo de Vida da Informação

B - Quadro Resumo e Embasamento Legal

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO A

CICLO DE VIDA DA INFORMAÇÃO



ANEXO B

QUADRO RESUMO E EMBASAMENTO LEGAL

CLASSIFICADA	1.1 **Reservada -** Prazo máximo de restrição de acesso de 5 anos	Art. 23 e 24 da Lei 12.527/2011
	1.2 **Secreta -** Prazo máximo de restrição de acesso de 15 anos	Art. 23 e 24 da Lei 12.527/2011
	1.3 **Ultrassecreta -** Prazo máximo de restrição de acesso de 25 anos	Art. 23 e 24 da Lei 12.527/2011
ACESSO RESTRITO As hipóteses legais de restrição de acesso à informação elencadas neste item não são exaustivas	2.1 **Pessoal**	Art. 31 da Lei 12.527/2011
	2.2 **Protegida por Legislação Específica**	
	2.2.1 **Sigilos Decorrentes de Direitos de Personalidade**	
	2.2.1.1 Sigilo Fiscal	Art. 198 da Lei nº 5.172/1966
	2.2.1.2 Sigilo Bancário	Art. 1º da Lc nº 105/2001
	2.2.1.3 Sigilo Comercial	§2º do art. 155 da Lei nº 6.404/1976
	2.2.1.4 Sigilo Empresarial	Art. 169 da Lei nº 11.101/2005
	2.2.1.5 Sigilo Contábil	Art. 1.190 e 1.191 da Lei nº 5.869/1973
	2.2.2 **Sigilos de Processos e Procedimentos**	
	2.2.2.1 Restrição Discricionária de Acesso a Documento Preparatório	§ 3º do art. 7º da Lei nº 12.527/2011
	2.2.2.2 Sigilo do Procedimento Administrativo Disciplinar em Curso	Art. 150 da Lei nº 8.112/1991
	2.2.2.3 Sigilo do Inquérito Policial	Art. 20 da Lei nº 3.689/1941

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014071600009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	2.2.2.4 Segredo de Justiça no Processo Civil	Art. 155 da Lei nº 5.869/1973
	2.2.2.5 Segredo de Justiça no Processo Penal	§6º do art. 201 da Lei nº 3.689/1941
	2.2.3 **Informação de Natureza Patrimonial**	
	2.2.3.1 Segredo Industrial	Lei nº 9.279/1996
	2.2.3.2 Direito Autoral	Lei nº 9.610/1998
	2.2.3.3 Propriedade Intelectual - Software	Lei nº 9.609/1998
OSTENSIVA Todas as informações, com exceção das elencadas acima	3.1 **Transparência Ativa**	Art. 8º da Lei nº 12.527/2011
	3.2 **Transparência Passiva**	Art. 7º da Lei nº 12.527/2011

PORTARIA Nº 26, DE 15 DE JULHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, na condição de **SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 3.505, de 13 de junho de 2000, com nova redação dada pelo Decreto nº 8.097, de 4 de setembro de 2013, resolve:

Art. 1º Instituir, no âmbito do Comitê Gestor de Segurança da Informação - CGSI, 4 (quatro) Grupos e Trabalho para estudo, análise e proposição de normas complementares à Instrução Normativa GSI nº 1, de 13 de junho de 2008, a cerca de temas relevantes relacionados à Segurança da Informação e Comunicações para a Administração Pública Federal (APF), direta e indireta.

Art. 2º Para fins desta Portaria, consideram-se 04 (quatro) temas relevantes, os abaixo relacionados:

I - preservação de evidências de incidentes em Segurança da Informação e Comunicações (SIC).

II - Segurança da Informação em grandes volumes de dados.

III - Segurança em recursos humanos em SIC; e

IV - elaboração de Guia de orientações ao gestor de SIC.

Art. 3º Os 4 (quatro) Grupos de Trabalho serão integrados por representantes de órgãos e entidades que integram o Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI) e convidados por eles indicados.

§ 1º Cada Grupo de Trabalho indicará um Coordenador dentre os seus integrantes.

§ 2º Os representantes indicados pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI, por intermédio do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações - DSIC, para compor cada Grupo de Trabalho, atuarão como facilitadores.

§ 3º A indicação dos representantes de que trata o *caput* deverá atender ao perfil técnico necessário.

Art. 4º O Grupo de Trabalho será instalado imediatamente após a indicação de seus integrantes.

Art. 5º São atribuições dos Grupos de Trabalho:

I - levantar e avaliar informações técnicas e legais sobre o tema de sua responsabilidade, em especial aquelas que possam afetar a Segurança da Informação e Comunicações dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal; e

II - elaborar e propor normas complementares à Instrução Normativa GSI nº 1, de 13 de junho de 20087.

Art. 6º Os Grupos de Trabalho reunir-se-ão de forma ordinária, presencial, quando convocados por seus respectivos Coordenadores e, virtual, por meio de listas de discussões especificamente criadas pelo GSI/DSIC.

Art. 7º Os trabalhos dos Grupos serão documentados pro seus Coordenadores, que farão registrar as reuniões em ata e encaminharão ao CGSI um relatório no final dos trabalhos.

Art. 8º Os Grupos de Trabalho poderão interagir com outros órgãos, para consulta e adoção de providências necessárias às atividades definidas nesta Portaria.

Art. 9º Poderão ser convidados a participar dos Grupos de Trabalho técnicos e especialistas dos demais órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal, direta e indireta, bem como da academia e da iniciativa privada.

Art. 10. O Grupo de Trabalho poderá, mediante aprovação do CGSI, criar subgrupos de trabalho para tratar de assuntos específicos.

Art. 11. A participação nos Grupos de Trabalho de que trata esta Portaria será considerada de relevante interesse público e não remunerada.

Art. 12. Caberá ao GSI, por intermédio do DSIC, prover o apoio administrativo e os meios necessários para o cumprimento desta Portaria.

Art. 13. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA

SECRETARIA DE PORTOS
COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 32, DE 14 DE JULHO DE 2014

O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP), no uso de suas atribuições legais, resolve: I - homologar o Pregão Eletrônico CDP nº 33/2014, realizado no dia 27.06.2014 (Processo Licitatório nº 1176/2014), referente a Contratação de empresa para execução dos serviços de reforma e expansão do sistema de tomadas refeers do pátio de contêineres do porto de Belém, em conformidade com o edital e demais anexos; II - adjudicar, em consequência, vencedora do referido Pregão, por ter apresentado a proposta mais vantajosa e ter atendido a todas as condições do edital e seus anexos à empresa PRESCOM - COMERCIO E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA CNPJ nº 05.210.095/0001-91, pelo valor global de R$103.099,97 (cento e três mil, noventa e nove reais e noventa e sete centavos), bem como por ter cumprido todas as exigências editalícias; III - encaminhar à GERJUR para elaboração do instrumento correspondente; IV - determinar a publicação deste ato no Diário Oficial da União.

JORGE ERNESTO SANCHEZ RUIZ

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 33, DE 15 DE JULHO DE 2014

O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP), no uso de suas atribuições legais, resolve: I - homologar o Pregão Eletrônico CDP nº 20/2014, realizado no dia 04.06.2014 (Processo Licitatório nº 3477/2014), referente a aquisição de uniformes operacionais para uso nas áreas operacionais da Companhia Docas do Pará - CDP, de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos; II - adjudicar, em consequência, vencedora do Item 1 do referido Pregão, por ter apresentado a proposta mais vantajosa à empresa R R S CONFECÇÔES EIRELI - ME - CNPJ nº 05.494.937/0001-84, pelo valor global de R$ 21.840,00 (vinte e um mil, oitocentos e quarenta reais), bem como por ter cumprido todas as exigências editalícias; III - encaminhar ao DIRAFI/SUPMAC para elaboração dos Pedidos de Compra; IV - determinar a publicação deste ato no Diário Oficial da União.

JORGE ERNESTO SANCHEZ RUIZ

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 34, DE 15 DE JULHO DE 2014

O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP), no uso de suas atribuições legais, resolve: I - homologar o Pregão Eletrônico CDP nº 20/2014, realizado no dia 04.06.2014 (Processo Licitatório nº 3477/2014), referente a aquisição de uniformes operacionais para uso nas áreas operacionais da Companhia Docas do Pará - CDP, de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos; II - adjudicar, em consequência, vencedora dos Itens 2, 3 e 4 do referido Pregão, por ter apresentado a proposta mais vantajosa à empresa S M GIUSTTI DE ARRUDA & CIA LTDA - EPP - CNPJ nº 08.711.005/0001-34, pelo valor global de R$ 38.347,30 (trinta e oito mil, trezentos e quarenta e sete reais e trinta centavos), bem como por ter cumprido todas as exigências editalícias; III - encaminhar ao DIRAFI/SUPMAC para elaboração dos Pedidos de Compra; IV - determinar a publicação deste ato no Diário Oficial da União.

JORGE ERNESTO SANCHEZ RUIZ

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RETIFICAÇÃO

No parágrafo único do art. 24 da Resolução nº 336, de 9 de julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 10 de julho de 2014, Seção 1, página 7, **onde se lê:** "...observado o disposto no parágrafo único do art. 8º...", **leia-se:** "...observado o disposto no parágrafo único do art. 9º....".

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 1.579, DE 15 DE JULHO DE 2014

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 1º, inciso I, da Portaria nº 3375/SPO, de 20 de dezembro de 2013, nos termos dispostos no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 137 (RBAC nº 137) - Operações Aeroagrícolas, e com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 1.579 - Tornar pública a revisão do Certificado de Operador Aéreo (COA) nº 2011-04-5ICE-05-01, emitido em 24 de junho de 2014, em favor da Aeroagrícola Gabrielense Ltda., em virtude do atendimento ao estabelecido no RBAC nº 137, nos termos da decisão proferida no processo administrativo nº 00068.002438/2014-51, a partir da comunicação à interessada por meio do Ofício 317/2014/GOAG-PA/SPO, a contar da data de 24 de junho de 2014.

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, inciso I, da Portaria nº 3375/SPO, de 20 de dezembro de 2013, nos termos dispostos no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 119 (RBAC nº 119) - Certificação; Operadores Regulares e Não-Regulares, e com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 1.580 - Tornar pública a suspenção, cautelar, do Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo (CHETA) nº 2008-06-3CMM-01-00, emitido em 16 de junho de 2008, em favor da empresa ADE Táxi Aéreo Ltda., determinada nos termos da decisão proferida no processo nº 60800.245207/2011-89, com base no art. 45 da Lei nº 9784/99 e nas seções 119.63 do RBAC n° 119, a partir da comunicação à interessada por meio do FOP 121 nº 35/2014/GOAG/SPO, a contar de 10 de julho de 2014.

Estas portarias entram em vigor na data da publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br.

ANTONIO ALESSANDRO MELLO DIAS

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIAS DE 15 DE JULHO DE 2014

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 1º, inciso V, da Portaria nº 3.377/SPO, de 20 de dezembro de 2013, resolve:

Nº 1.581 - Homologar o curso teórico de Piloto Privado de Avião do Aeroclube da Paraíba, situada na Rua Postalista Francisca Bezerra Dias s/n, na cidade de João Pessoa - PB CEP 58036-848, pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme despacho dado ao requerimento atinente ao processo nº 00065.045808/2013-75.

Nº 1.582 - Renovar a homologação da parte teórica do curso de Piloto Privado de Avião, pelo período de 5 anos, do Aeroclube Regional de Maringá, situado à Rodovia PR-317, KM 107, Bairro: Aeroporto, Maringá - PR, CEP 87065-005, conforme despacho dado ao requerimento atinente ao Processo nº 00065.132265/2013-44.

Estas portarias entram em vigor na data da publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br.

AUDIR MENDES DE ASSUNÇÃO FILHO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 24, DE 15 DE JULHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 2º do Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, e o que consta do Processo nº 21000.003131/2014-22, resolve:

Art. 1º Estabelecer o procedimento administrativo a ser observado na exportação de animais vivos e materiais de multiplicação animal, exceto animais aquáticos.

Parágrafo único. A exportação de animais aquáticos e seus materiais de multiplicação obedecerão às normas estabelecidas pelo Ministério da Pesca e Aquicultura.

Art. 2º A exportação de animais vivos e de materiais de multiplicação animal será autorizada em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais que disponham de Unidade de Vigilância Agropecuária instalada e que possuam estrutura e equipamentos adequados para a realização dos procedimentos de fiscalização e demais controles oficiais.

Parágrafo único. Será disponibilizada, na página oficial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) na rede mundial de computadores, a lista de portos, aeroportos e postos de fronteira habilitados para ingresso e egresso de animais vivos, levando em consideração:

I - a disponibilidade de instalações e equipamentos requeridos para a fiscalização;

II - a disponibilidade de servidores;

III - a localização geográfica; e

IV - as espécies animais.

Art. 3º A exportação será autorizada mediante emissão de Certificado Zoossanitário Internacional (CZI).

Art. 4º A emissão do CZI será feita nas seguintes unidades:

I - Serviço de Saúde Animal - SSA/DDA/SFA;

II - Serviço de Inspeção e Saúde Animal - SISA/DDA/SFA;

III - Serviço de Fiscalização, Inspeção e Saúde Animal - SIFISA/DDA/SFA;

IV - Unidade Técnica Regional de Agricultura - UTRA/SFA;

V - Serviço de Vigilância Agropecuária - SVA/DDA/SFA; e

VI - Unidade de Vigilância Agropecuária - UVAGRO/DDA/SFA.

Parágrafo único. Caso conste no CZI a exigência de procedimentos de fiscalização dos animais e material de multiplicação animal no ponto de egresso, a emissão do certificado ficará a cargo do SVA ou UVAGRO.

Art. 5º O CZI será emitido em modelo oficial elaborado e aprovado previamente pelo Departamento de Saúde Animal (DSA).

§ 1º O DSA ouvirá, no que couber, a Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (CGSV), quanto à exequibilidade das garantias a serem certificadas.

§ 2º O DSA disponibilizará, no Sistema de Requisitos e Certificados (SISREC), os modelos eletrônicos de CZIs aprovados e comunicará as unidades emissoras em caso de inclusão de novos modelos ou alteração dos modelos vigentes.

Art. 6º Para a emissão de CZI, o exportador deverá preencher e assinar o Requerimento em modelo definido pelo Departamento de Saúde Animal e disponibilizado na página eletrônica do MAPA.

§ 1º O requerimento deverá ser apresentado ao SSA, SISA, SIFISA ou UTRA do estado onde se localiza o estabelecimento de origem dos animais ou materiais de multiplicação animal, juntamente com a documentação que comprove o atendimento às exigências sanitárias constantes do CZI.

§ 2º Para exportação de cães e gatos, quando a certificação zoossanitária não exigir realização de quarentena no país de origem, bem como nos casos em que já exista modelo de certificado aprovado, o exportador poderá procurar diretamente o SVA ou UVAGRO de egresso para a expedição do CZI ou legalização do passaporte, de posse da documentação requerida.

§ 3º Para os casos em que a exportação de cães e gatos envolva o trânsito nacional entre aeroportos ou embarque em voo nacional, previamente ao embarque ou conexão no voo internacional, a expedição do CZI ou legalização do passaporte poderá ser emitida pelo SVA ou UVAGRO do aeroporto de início do trânsito, que também será responsável pelas exigências requeridas para a exportação.

§ 4º Caso a exportação de cães e gatos seja realizada aos finais de semana, por postos de fronteira e portos, em que o respectivo SVA ou UVAGRO funcione apenas em dias úteis e no horário comercial, o exportador deverá, até o último dia útil antes do egresso, procurar uma das unidades referidas no art. 4º, para a emissão do CZI ou legalização do passaporte, devendo, para tal, apresentar a documentação requerida.

Art. 7º A documentação apresentada pelo exportador será analisada no SSA, SISA, SIFISA ou UTRA e, em caso de cumprimento das exigências para a certificação zoossanitária, expedirá o Certificado Zoossanitário Internacional ou a Autorização para emissão de CZI, conforme o caso, em modelos definidos pelo DSA.

§ 1º O CZI ou a Autorização para emissão de CZI deverão ser entregues ao exportador em envelope lacrado, juntamente com a documentação que comprove o atendimento às exigências sanitárias constantes do CZI.

§ 2º O exportador deverá registrar o Requerimento para Fiscalização de Produtos Agropecuários no Sistema de Informações Gerenciais do Trânsito Internacional de Produtos e insumos Agropecuários (SIGVIG) e apresentar o envelope lacrado, de que trata o § 1º, ao SVA ou UVAGRO de egresso do animais ou materiais de multiplicação animal.

§ 3º Uma cópia do Certificado Zoossanitário Internacional ou da Autorização para emissão de CZI deverá ser enviada por meio de fac-símile ou como anexo digitalizado de mensagem eletrônica ao SVA ou UVAGRO de egresso de animais ou materiais de multiplicação animal.

Art. 8º No caso de exportação de animais vivos, o exportador deverá entrar em contato com o SVA ou UVAGRO de egresso dos animais, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias consecutivos, previamente à exportação, para fins de agendamento das instalações e programação do embarque.

Art. 9º As UTRAs deverão encaminhar ao SSA, SISA ou SIFISA de sua Unidade Federativa, mensalmente, relatório referente aos CZIs emitidos.

Art. 10. O chefe do SSA, SISA, SIFISA ou UTRA encaminhará banco de assinaturas de Fiscais Federais Agropecuários - FFAs aptos a expedir o CZI e Autorização para emissão do CZI ao DSA, que enviará à Coordenação-Geral de Vigilância Agropecuária para encaminhamento aos SVAs e UVAGROs.

§ 1º O banco de assinaturas deverá ser atualizado sempre que houver alteração no cadastro de FFAs emitentes.

§ 2º O MAPA manterá em sua página oficial da rede mundial de computadores, para fins de consulta com acesso restrito aos servidores, o banco de assinaturas de FFAs emitentes, devidamente atualizado.

Art. 11. A conferência documental e a inspeção física dos animais e materiais de multiplicação caberá ao SVA ou ao UVAGRO da localidade de egresso.

§ 1º Quando comprovado o cumprimento das exigências zoossanitárias requeridas para exportação, o FFA do SVA ou UVAGRO emitirá o CZI, quando for o caso, e autorizará o embarque.

§ 2º Caso sejam detectadas não conformidades, o embarque não será autorizado e serão adotadas medidas previstas no Manual de Procedimentos Operacionais do VIGIAGRO aprovado pela Instrução Normativa nº 36, de 10 de novembro de 2006, e suas atualizações.

Art. 12. No caso de exportação de animais silvestres, além do atendimento desta Instrução Normativa, o exportador deverá observar a legislação específica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Art. 13. O disposto nesta Instrução Normativa não exime o exportador do cumprimento de outras exigências estabelecidas na legislação vigente.

Art. 14. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 25, DE 15 DE JULHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 6.871, de 4 de junho de 2009, que regulamenta a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, e o que consta do Processo nº 21000.009967/2010-15, resolve:

Art. 1º Os arts. 2º, 10, 12, 15, 18, 21, 23, e 24, da Instrução Normativa nº 18, de 19 de junho de 2013, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º..... ..... :

.....

V - ..... :

.....

f) preparado contendo guaraná (extrato padronizado), berinjela (vegetal) e maçã (fruta) correspondente a três ingredientes característicos.

....." (NR)

"Art. 10. O xarope, com exceção do xarope artificial, o preparado líquido para refrigerante, o preparado líquido para refresco, o preparado líquido para bebida composta e o preparado líquido para chá devem indicar:

....." (NR)

"Art.12. .....

§ 1º ..... :

..... :

II - com o valor numérico e o sinal de porcentagem (%) de, no mínimo, o dobro do tamanho da denominação do produto, e a expressão "DE SUCO" ou "DE POLPA" ou "DE SUCO E POLPA" e APÓS A DILUIÇÃO" de, no mínimo, uma vez e meia o tamanho da denominação do produto.

§ 2º A declaração prevista no caput pode ser feita, adicionalmente, na lista de ingredientes, em porcentagem de suco integral, ou de polpa, ou de soja, imediatamente a seguir do nome da polpa de fruta, ou do suco de fruta ou de vegetal, ou de soja que lhe deu origem, conforme o seguinte:

....." (NR)

"Art. 15. ..... :

..... ;

III - vitaminas, sais minerais, fibras e outros nutrientes, desde que em conformidade com o estabelecido em legislação específica da ANVISA; a quantidade de sódio, oriunda do cloreto de sódio adicionado, deve ser inferior à considerada não significativa para sódio, segundo legislação específica da ANVISA; e

....."(NR)

"Art. 18. ..... :

..... ;

II - vitaminas, sais minerais, fibras e outros nutrientes, desde que em conformidade com o estabelecido em legislação específica da ANVISA;

.....

Parágrafo único. Dentre os sais minerais previstos no inciso II deste artigo, a quantidade de sódio, oriunda do cloreto de sódio adicionado, deve ser inferior à considerada não significativa para sódio, segundo legislação específica da ANVISA."(NR)

"Art. 21. ..... :

..... :

II - vitaminas, sais minerais, fibras e outros nutrientes, desde que em conformidade com o estabelecido em legislação específica da ANVISA;

.....

Parágrafo único. Dentre os sais minerais previstos no inciso II deste artigo, a quantidade de sódio, oriunda do cloreto de sódio adicionado, deve ser inferior à considerada não significativa para sódio, segundo legislação específica da ANVISA."(NR)

"Art. 23. ..... :

..... ; e

VI - xarope de fruta, aquele definido no art. 26 do Decreto nº 6.871, de 2009, obtido de suco ou polpa de fruta, ou da combinação destes.

....." (NR)

"Art. 24. ..... :

..... ;

II - vitaminas, sais minerais, fibras e outros nutrientes, desde que em conformidade com o estabelecido em legislação específica da ANVISA;

.....

Parágrafo único. Dentre os sais minerais previstos no inciso II deste artigo, a quantidade de sódio, oriunda do cloreto de sódio adicionado, deve ser inferior à considerada não significativa para sódio, segundo legislação específica da ANVISA."(NR)

Art. 2º Fica prorrogado o prazo previsto no art. 25 da Instrução Normativa nº 18, de 19 de junho de 2013, por 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de 15 de junho de 2014.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 139, DE 14 DE JULHO DE 2014

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.004417/2014-25, resolve:

Art. 1º Credenciar o Labovet - Laboratório de Análises Clínicas Veterinária LTDA - ME, CNPJ nº 07.898.850/0001-06, localizado na Rua José Freire, nº 414, Bairro Salgado Filho, CEP: 49.020-410, Aracajú/SE, para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA, por área de atuação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS DE BARROS VALADÃO

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 1, DE 14 DE JULHO DE 2014

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso XXII do artigo 44 do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA Nº 66, de 27 de novembro de 2006, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta do Processo 21028.002748/2007-93, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento da empresa Fumiphitos Tecnologia em Tratamento Fitossanitário e Quarentenário Ltda., CNPJ 07.693.840/0001-26, localizada na Rua C, nº 180, Bairro Distrito Industrial, Várzea da Palma-MG, sob o número BR MG 299, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais, e suas partes, executar os seguintes tratamentos: Fumigação em Contêineres - FEC (Brometo de Metila), Fumigação em Câmara de Lona - FCL (Brometo de Metila).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade de 60 (sessenta) meses, conforme § único do Art. 2º - Anexo I da Instrução Normativa nº 66/2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCÍLIO DE SOUSA MAGALHÃES

PORTARIA Nº 2, DE 14 DE JULHO DE 2014

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso XXII do artigo 44 do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA Nº 66, de 27 de novembro de 2006, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta do Processo 21028.003380/2008-61, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento da empresa Expurex Serviços de Expurgo Ltda., CNPJ 04.410.151/0003-30, localizada à Rodovia BR 381 - Km 534,7, Bairro Pinheiros, Itatiaiuçu-MG, sob o número BR MG 0352, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais, e suas partes, executar o Tratamento por Ar Quente Forçado (AQF).

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade de 60 (sessenta) meses, conforme § único do Art. 2º - Anexo I da Instrução Normativa nº 66/2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCÍLIO DE SOUSA MAGALHÃES

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 644, DE 18 DE JUNHO DE 2014(*)

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2º, inciso III, do Decreto nº 4.734, de 11 de junho de 2003, e tendo em vista o que consta no Processo nº 01200.005905/2013-13, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por mais 90 (NOVENTA) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLELIO CAMPOLINA DINIZ

(*) Republicada por ter saído no DOU nº 118, de 24-6-2014, Seção 1, pág. 3, com incorreção no original.

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL

EXTRATO DE PARECER Nº 122/2014

O Coordenador do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, arts. 34 e 35 do Decreto 6.899, de 15 de julho de 2009, e na Resolução Normativa nº 16, de 30 de Abril de 2014, torna público que o CONCEA apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01200.002456/2014-24 (302)
CNPJ: 01.961.898/0006-31 FILIAL
Razão Social: Cargill Alimentos LTDA
Nome da Instituição: Nutron Alimentos LTDA
Endereço da Instituição: Rodovia SP 340 - Doutor Governador Adhemar Pereira de Barros, km 152, s/n - Engenho da Serra - Mogi Mirim - SP CEP 13.800-002
Modalidade de solicitação: requerimento de credenciamento da instituição.
Decisão: DEFERIDO
CIAEP: 01.0206.2014

O CONCEA, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº. 122/2014- CONCEA/MCTI.

A instituição apresentou todos os documentos conforme disposto na Resolução Normativa nº 16, de 30 de Abril de 2014, além de comprovar constituição de CEUA nos termos do art. 8° da Lei 11.794, de 8 de outubro de 2008.

O CONCEA esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país e das normas estabelecidas pelo CONCEA, aplicáveis ao objeto do requerimento.

JOSÉ MAURO GRANJEIRO

EXTRATO DE PARECER Nº 131/2014

O Coordenador do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, arts. 34 e 35 do Decreto 6.899, de 15 de julho de 2009, e na Resolução Normativa nº 16, de 30 de Abril de 2014, torna público que o CONCEA apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01200.002240/2014-69 (278)
CNPJ: 00.348.003/0054-22 FILIAL
Razão Social: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Nome da Instituição: Centro de Pesquisa de Pecuária do Sudeste - CPPSE
Endereço da Instituição: Rodovia Washington Luiz, Km 234, Caixa Postal 339 - Zona Rural - São Carlos - SP CEP 13.565-800
Modalidade de solicitação: requerimento de credenciamento da instituição.
Decisão: DEFERIDO
CIAEP: 01.0207.2014

O CONCEA, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº. 131/2014- CONCEA/MCTI.

A instituição apresentou todos os documentos conforme disposto na Resolução Normativa nº 16, de 30 de Abril de 2014, além de comprovar constituição de CEUA nos termos do art. 8° da Lei 11.794, de 8 de outubro de 2008.

O CONCEA esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país e das normas estabelecidas pelo CONCEA, aplicáveis ao objeto do requerimento.

JOSÉ MAURO GRANJEIRO

EXTRATO DE PARECER Nº 132/2014

O Coordenador do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, arts. 34 e 35 do Decreto 6.899, de 15 de julho de 2009, e na Resolução Normativa nº 16, de 30 de Abril de 2014, torna público que o CONCEA apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01200.002460/2014-92 (299)
CNPJ: 08.901.952/0001-98 MATRIZ
Razão Social: Ecolyzer Serviços Laboratoriais LTDA - ME
Nome da Instituição: Ecolyzer
Endereço da Instituição: Sítio da Boa Esperança (acesso para Rua 13), s/n, Caixa Postal 81783 - Fazenda da Barra III - Resende - RJ - CEP 27.511-970
Modalidade de solicitação: requerimento de credenciamento da instituição.
Decisão: DEFERIDO
CIAEP: 01.0208.2014

O CONCEA, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº. 132/2014- CONCEA/MCTI.

A instituição apresentou todos os documentos conforme disposto na Resolução Normativa nº 16, de 30 de Abril de 2014, além de comprovar constituição de CEUA nos termos do art. 8° da Lei 11.794, de 8 de outubro de 2008.

O CONCEA esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país e das normas estabelecidas pelo CONCEA, aplicáveis ao objeto do requerimento.

JOSÉ MAURO GRANJEIRO

EXTRATO DE PARECER Nº 133/2014

O Coordenador do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, arts. 34 e 35 do Decreto 6.899, de 15 de julho de 2009, e na Resolução Normativa nº 16, de 30 de Abril de 2014, torna público que o CONCEA apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01200.002066/2013-73 (146)
CNPJ: 62.327.663/0001-72 MATRIZ
Razão Social: FUNDACAO ARNALDO VIEIRA DE CARVALHO
Nome da Instituição: F.A.V.C.
Endereço da Instituição: Av. Dr. Cesário Mota Júnior, 61, São Paulo-SP, CEP 01.221-020
Modalidade de solicitação: requerimento de credenciamento da instituição.
Decisão: DEFERIDO
CIAEP: 01.0209.2014

O CONCEA, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº. 133/2014- CONCEA/MCTI.

A instituição apresentou todos os documentos conforme disposto na Resolução Normativa nº 16, de 30 de Abril de 2014, além de comprovar constituição de CEUA nos termos do art. 8° da Lei 11.794, de 8 de outubro de 2008.

O CONCEA esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país e das normas estabelecidas pelo CONCEA, aplicáveis ao objeto do requerimento.

JOSÉ MAURO GRANJEIRO

EXTRATO DE PARECER Nº 134/2014

O Coordenador do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, arts. 34 e 35 do Decreto 6.899, de 15 de julho de 2009, e na Resolução Normativa nº 16, de 30 de Abril de 2014, torna público que o CONCEA apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01200.002709/2013-89 (165)
CNPJ: 33.781.055/0066-80 - FILIAL
Razão Social: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
Nome da Instituição: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ NOROESTE
Endereço da Instituição: Rua da Beira - 7671, Rua da Beira - 7671, Lagoa, Porto Velho-RO, CEP 76.812-245
Modalidade de solicitação: requerimento de credenciamento da instituição.
Decisão: DEFERIDO
CIAEP: 01.0210.2014

O CONCEA, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº. 134/2014- CONCEA/MCTI.

A instituição apresentou todos os documentos conforme disposto na Resolução Normativa nº 16, de 30 de Abril de 2014, além de comprovar constituição de CEUA nos termos do art. 8° da Lei 11.794, de 8 de outubro de 2008.

O CONCEA esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país e das normas estabelecidas pelo CONCEA, aplicáveis ao objeto do requerimento.

JOSÉ MAURO GRANJEIRO

EXTRATO DE PARECER Nº 135/2014

O Coordenador do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, arts. 34 e 35 do Decreto 6.899, de 15 de julho de 2009, e na Resolução Normativa nº 16, de 30 de Abril de 2014, torna público que o CONCEA apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01200.002498/2013-84 (157)
CNPJ: 94.877.586/0001-10 MATRIZ
Razão Social: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
Nome da Instituição: ********
Endereço da Instituição: Avenida Itália, Km 8, Bairro Vila Junção, Rio Grande, RS, CEP 96.201-900
Modalidade de solicitação: requerimento de credenciamento da instituição.
Decisão: DEFERIDO
CIAEP: 01.0211.2014

O CONCEA, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº. 135/2014- CONCEA/MCTI.

A instituição apresentou todos os documentos conforme disposto na Resolução Normativa nº 16, de 30 de Abril de 2014, além de comprovar constituição de CEUA nos termos do art. 8° da Lei 11.794, de 8 de outubro de 2008.

O CONCEA esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país e das normas estabelecidas pelo CONCEA, aplicáveis ao objeto do requerimento.

JOSÉ MAURO GRANJEIRO

EXTRATO DE PARECER Nº 136/2014

O Coordenador do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, arts. 34 e 35 do Decreto 6.899, de 15 de julho de 2009, e na Resolução Normativa nº 16, de 30 de Abril de 2014, torna público que o CONCEA apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01200.002502/2013-12 (161)
CNPJ: 09.059.436/0001-20 MATRIZ

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Razão Social: GAIA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM SAÚDE ANIMAL LTDA - EPP

Nome da Instituição: GAIA SAÚDE ANIMAL

Endereço da Instituição: Avenida Jaime Ribeiro da Luz, 971, sala 6, Bairro Santa Mônica, Uberlândia -MG, CEP 38.408-188

Modalidade de solicitação: requerimento de credenciamento da instituição.

Decisão: DEFERIDO

CIAEP: 01.0212.2014

O CONCEA, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº. 136/2014- CONCEA/MCTI.

A instituição apresentou todos os documentos conforme disposto na Resolução Normativa nº 16, de 30 de Abril de 2014, além de comprovar constituição de CEUA nos termos do art. 8° da Lei 11.794, de 8 de outubro de 2008.

O CONCEA esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país e das normas estabelecidas pelo CONCEA, aplicáveis ao objeto do requerimento.

JOSÉ MAURO GRANJEIRO

EXTRATO DE PARECER Nº 137/2014

O Coordenador do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, arts. 34 e 35 do Decreto 6.899, de 15 de julho de 2009, e na Resolução Normativa nº 16, de 30 de Abril de 2014, torna público que o CONCEA apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01200.002192/2013-28 (153)

CNPJ: 60.411.527/0001-30 MATRIZ

Razão Social: LABORATORIO BIO-VET S/A

Nome da Instituição: ********

Endereço da Instituição: Rua Cel. José Nunes Santos, 639, CEP 06.730-000, Vargem Grande Paulista, SP.

Modalidade de solicitação: requerimento de credenciamento da instituição.

Decisão: DEFERIDO

CIAEP: 01.0213.2014

O CONCEA, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº. 137/2014- CONCEA/MCTI.

A instituição apresentou todos os documentos conforme disposto na Resolução Normativa nº 16, de 30 de Abril de 2014, além de comprovar constituição de CEUA nos termos do art. 8° da Lei 11.794, de 8 de outubro de 2008.

O CONCEA esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país e das normas estabelecidas pelo CONCEA, aplicáveis ao objeto do requerimento.

JOSÉ MAURO GRANJEIRO

EXTRATO DE PARECER Nº 138/2014

O Coordenador do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, arts. 34 e 35 do Decreto 6.899, de 15 de julho de 2009, e na Resolução Normativa nº 16, de 30 de Abril de 2014, torna público que o CONCEA apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01200.002062/2013-95 (142)

CNPJ: 01.587.609/0001-71 MATRIZ

Razão Social: SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA

Nome da Instituição: ********

Endereço da Instituição: Avenida Universitária, 1069, Setor Leste Universitário, Nº 86, Goiânia-GO, CEP 74605010

Modalidade de solicitação: requerimento de credenciamento da instituição.

Decisão: DEFERIDO

CIAEP: 01.0214.2014

O CONCEA, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº. 138/2014- CONCEA/MCTI.

A instituição apresentou todos os documentos conforme disposto na Resolução Normativa nº 16, de 30 de Abril de 2014, além de comprovar constituição de CEUA nos termos do art. 8° da Lei 11.794, de 8 de outubro de 2008.

O CONCEA esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país e das normas estabelecidas pelo CONCEA, aplicáveis ao objeto do requerimento.

JOSÉ MAURO GRANJEIRO

EXTRATO DE PARECER Nº 139/2014

O Coordenador do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, arts. 34 e 35 do Decreto 6.899, de 15 de julho de 2009, e na Resolução Normativa nº 16, de 30 de Abril de 2014, torna público que o CONCEA apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01200001962/2013-15 (122)

CNPJ: 04.600.555/0001-25 MATRIZ

Razão Social: SOCIEDADE REGIONAL DE ENSINO E SAUDE S/S LTDA

Nome da Instituição: ********

Endereço da Instituição: Rua José Rocha Junqueira, No 13, Swift, Campinas-SP, CEP 13045755

Modalidade de solicitação: requerimento de credenciamento da instituição.

Decisão: DEFERIDO

CIAEP: 01.0215.2014

O CONCEA, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº. 139/2014- CONCEA/MCTI.

A instituição apresentou todos os documentos conforme disposto na Resolução Normativa nº 16, de 30 de Abril de 2014, além de comprovar constituição de CEUA nos termos do art. 8° da Lei 11.794, de 8 de outubro de 2008.

O CONCEA esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país e das normas estabelecidas pelo CONCEA, aplicáveis ao objeto do requerimento.

JOSÉ MAURO GRANJEIRO

EXTRATO DE PARECER Nº 140/2014

O Coordenador do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, arts. 34 e 35 do Decreto 6.899, de 15 de julho de 2009, e na Resolução Normativa nº 16, de 30 de Abril de 2014, torna público que o CONCEA apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01200.002057/2013-82 (137)

CNPJ: 78.680.337/0002-65 FILIAL

Razão Social: Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Nome da Instituição: UNIOESTE - Campus de Cascavel

Endereço da Instituição: Rua Universitária, 1.619, Bairro Universitário, 701, Cascavel-PR, CEP 85.819-110.

Modalidade de solicitação: requerimento de credenciamento da instituição.

Decisão: DEFERIDO

CIAEP: 01.0216.2014

O CONCEA, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº. 140/2014- CONCEA/MCTI.

A instituição apresentou todos os documentos conforme disposto na Resolução Normativa nº 16, de 30 de Abril de 2014, além de comprovar constituição de CEUA nos termos do art. 8° da Lei 11.794, de 8 de outubro de 2008.

O CONCEA esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país e das normas estabelecidas pelo CONCEA, aplicáveis ao objeto do requerimento.

JOSÉ MAURO GRANJEIRO

EXTRATO DE PARECER Nº 141/2014

O Coordenador do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, arts. 34 e 35 do Decreto 6.899, de 15 de julho de 2009, e na Resolução Normativa nº 16, de 30 de Abril de 2014, torna público que o CONCEA apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01200.002058/2013-27 (138)

CNPJ: 48.031.918/0013-68 FILIAL

Razão Social: Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho

Nome da Instituição: Campus de Araçatuba

Endereço da Instituição: Rua José Bonifácio, 1193, Vila Mendonça, Araçatuba, SP, CEP 16.015-050.

Modalidade de solicitação: requerimento de credenciamento da instituição.

Decisão: DEFERIDO

CIAEP: 01.0217.2014

O CONCEA, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº. 141/2014- CONCEA/MCTI.

A instituição apresentou todos os documentos conforme disposto na Resolução Normativa nº 16, de 30 de Abril de 2014, além de comprovar constituição de CEUA nos termos do art. 8° da Lei 11.794, de 8 de outubro de 2008.

O CONCEA esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país e das normas estabelecidas pelo CONCEA, aplicáveis ao objeto do requerimento.

JOSÉ MAURO GRANJEIRO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

IMPRENSA NACIONAL

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br

Ministério da Cultura

GABINETE DA MINISTRA

DESPACHO DA MINISTRA
Em 15 de julho de 2014

Nº 35 -
Processo/MinC nº 01400.001726/2014-23
PRONAC nº 14-0723

Nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, recebo o recurso interposto pelo proponente Joaninha Produções Culturais Ltda. - ME (CNPJ nº 19.034.502/0001-61), às fls. 28/35 dos autos do Processo nº 01400.001726/2014-23 e NEGO PROVIMENTO, adotando as razões contidas no Parecer nº 524/2014/CONJUR/MINC/CGU/AGU, de 7 de junho de 2014, às fls. 46/47 da Consultoria Jurídica e na NOTA TÉCNICA Nº 0051/2014 - CGAPI/DIC/SEFIC/MINC, de 24 de junho de 2014, às fls. 39/41 da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura.

MARTA SUPLICY

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DELIBERAÇÃO Nº 120, DE 10 DE JULHO DE 2014

A DIRETORA-PRESIDENTE SUBSTITUTA da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 59/2014, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, Decreto nº 4.121, de 07/02/2002, e Decreto nº. 4.456, de 04/11/2002, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto audiovisual e sua análise complementar relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante doações ou patrocínios na forma prevista no art. 18 da Lei nº. 8.313/91, de 23/12/1991.

14-0246 - Festival de Cinema Brasileiro em Israel
Processo: 01580.028147/2014-57
Proponente: Daniela Wasserstein Anghinah
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 19.693.731/0001-98
Valor total do orçamento aprovado: R$ 606.150,00
Valor aprovado no artigo 18 da Lei nº. 8.313/91: R$ 606.150,00
Banco: 001- agência: 2962-9 conta corrente: 21.193-1
Aprovado em ad referendum em 18/06/2014 e ratificada na Reunião de Diretoria Colegiada nº 529, realizada em 24/06/2014.
Prazo de captação: até 31/12/2014.

Art. 2º Aprovar a análise complementar do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

13-0557 - Glauco do Brasil
Processo: 01580.042559/2013-19
Proponente: Brito, Martins e Santos Produções Ltda.
Cidade/UF: Porto Alegre / RS
CNPJ: 10.780.165/0001-87
Valor total aprovado: de R$ 524.354,82 para R$ 548.746,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 498.137,08 para R$ 521.308,70
Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 39.395-9
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 530, realizada em 07/07/2014.
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 3º Aprovar a análise complementar do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar através da formalização de contratos de coprodução nos termos dos art. 3º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

13-0383 - A Estrada
Processo: 01580.023455/2013-13
Proponente: Urca Filmes Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 05.256.465/0001-21
Valor total aprovado: de R$ 1.500.000,00 para R$ 1.796.832,00
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.200.000,00 para R$ 300.000,00
Banco: 001- agência: 3223-9 conta corrente: 18.365-2
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 530, realizada em 07/07/2014.
Prazo de captação: até 31/12/2017.

Art. 4º Aprovar o redimensionamento dos valores orçamentários do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

11-0417 - Mais Amor
Processo: 01580.036988/2011-95
Proponente: Catalisadora Áudio Visual Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 05.306.875/0001-30
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 252.491,80 para R$ 424.286,50
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 239.867,21 para R$ 403.071,50
Banco: 001- agência: 1189-4 conta corrente: 43.805-7
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 530, realizada em 07/07/2014.
Prazo de captação: até 31/12/2015.

Art. 5º Aprovar o redimensionamento dos valores orçamentários do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da formalização de contratos de coprodução nos termos do art. 3º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

10-0497 - Ponte Aérea - Produção
Processo: 01580.047005/2010-65
Proponente: Morena Filmes Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 42.473.256/0001-66
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 4.340.462,20 para R$ 5.279.536,00
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 300.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 800.000,00 para R$ 2.423.000,00
Banco: 001- agência: 3441-X conta corrente: 15.626-4
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 250.000,00
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 530, realizada em 07/07/2014.
Prazo de captação: até 31/12/2014.

Art. 6º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANA ALCÂNTARA

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 445, DE 15 DE JULHO DE 2014

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 426 de 28 de maio de 2014 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN DOMINGUES DAS NEVES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
144833 - ABRAÇANDO A MEMÓRIA - REVISITAÇÃO E RECONSTITUIÇÃO DE REPERTÓRIO PARA MOSTRA DE TEATRO INFANTIL.
RESENDE E RIBAS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 06.289.922/0001-47
Processo: 01400014589201497
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado R$: R$ 50.000,00
Prazo de Captação: 16/07/2014 à 22/12/2014
Resumo do Projeto: Este projeto se propõe a revisitar e reconstituir 4 das obras mais antigas do repertório de teatro para crianças da Cia. do Abração, em comemoração aos seus 13 anos de história dedicada ao teatro dirigido a este segmento, culminando em uma Mostra de teatro, inteiramente gratuita, a ser realizada na sede da Companhia, em Curitiba.
144665 - Acrobacia das Estrelas
Internacional Marketing Services LTDA
CNPJ/CPF: 14.017.583/0001-78
Processo: 01400013085201450
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 4.182.582,00
Prazo de Captação: 16/07/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: É um espetáculo de acrobacias com profissionais altamente qualificados e ex-profissionais de ginástica artística, que contará com coreografia artística, música, espetáculo de luzes e danças coreografadas em solo e em aparelhos especializados. Serão três apresentações, no Ginásio do Ibirapuera. É uma oportunidade de o público brasileiro conhecer um novo tipo de espetáculo, que mistura criatividade e expressão corporal, em um show produzido por profissionais premiados.
142243 - AS VANTAGENS DE SER INVISÍVEL
Eduardo Celestino Peixoto
CNPJ/CPF: 329.216.338-25
Processo: 01400004552201451
Cidade: Osasco - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 358.015,00
Prazo de Captação: 16/07/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Montagem do texto AS VANTAGENS DE SER INVISÍVEL, de Stephen Chbosky e realização da primeira temporada do espetáculo num total de 24 apresentações com entrada a preços populares de até R$30,00, respeitando as legislações com relação à meia entrada, num total de 4800 ingressos. Realizaremos 4 debates/palestras para um total de 800 participantes e após às apresentações, o grupo realizará uma roda de conversa com o público para troca de experiências relacionadas ao tema do espetáculo.
144902 - Aventura Ecológica
Instituto Bambú
CNPJ/CPF: 09.135.733/0001-08
Processo: 01400014680201411
Cidade: Pacoti - CE;
Valor Aprovado R$: R$ 986.634,00
Prazo de Captação: 16/07/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Realizar a montagem e temporada do espetáculo teatral "Aventura Ecológica".
146945 - Congresso Nacional de Dança UAIZOUK
Lucas Max Ferreira
CNPJ/CPF: 092.556.026-08
Processo: 01400025382201448
Cidade: Uberlândia - MG;
Valor Aprovado R$: R$ 250.350,00
Prazo de Captação: 16/07/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Promover um encontro de 4 dias na cidade de Uberlândia com profissionais renomados nacionalmente na dança de salão (ex. Jaime Arôxa, Camila Delphin etc.), bem como suscitar a conscientização da prática do Zouk e seus desdobramentos no salão como mecanismo de socialização através da promoção de uma "prática-aberta", onde participantes e não participantes, experientes e não experientes da dança de salão poderão interagir com os profissionais da área.
144651 - JAJÁ, A GATINHA
Conexão Cinema Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 02.771.086/0001-81
Processo: 01400012782201493
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 412.995,00
Prazo de Captação: 16/07/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: ?Jajá, a gatinha? é uma peça musical infantil, com 1 hora de duração. A montagem será uma comédia musical teatral, encenada com cinco atores, com uma previsão de estreia e temporada de 2 meses no Rio. Pretendemos atingir 5000 espectadores com um total de 18 apresentações. A peça será apresentada em espaço cultural na cidade do Rio de Janeiro que facilite o acesso de público de baixa renda e escolas da rede pública, com uma sessão com tradutor de Libra (linguagem de surdos-mudos).
145675 - Mostra Interplanetária de Cultura
Adão Marcos Misael
CNPJ/CPF: 860.019.496-20
Processo: 01400017356201446
Cidade: Varginha - MG;
Valor Aprovado R$: R$ 180.000,00
Prazo de Captação: 16/07/2014 à 30/11/2014
Resumo do Projeto: A "Mostra Interplanetária de Cultura" tem como objetivo incentivar, valorizar, integrar, preservar e evidenciar as atividades culturais de Varginha. Dez espetáculos participarão da mostra entre drama, comédia, infantil. São espetáculos para todos os gostos que pretendem agradar crianças, adolescentes, adultos e terceira idade ocupando o Theatro Municipal Capitólio, Teatro Marista Mestrinho, Conservatório Estadual de Música e oito escolas públicas de Varginha de agosto a novembro de 2014.
145609 - Não Leve a Sério - Temporada e Circulação 2014
M. Meirelles Promoção de Eventos LTDA-ME
CNPJ/CPF: 13.631.083/0001-69
Processo: 01400017289201460
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 346.720,00
Prazo de Captação: 16/07/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Temporada paulista e circulação nacional do espetáculo "Não Leve a Sério" - stand up comedy do ator Maurício Meirelles.
142614 - ninguém no plural - circulação 5 capitais
NET4 - Produções Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 02.487.457/0001-06
Processo: 01400005030201476
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 129.000,00
Prazo de Captação: 16/07/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Circulação do espetáculo "ninguém no plural", adaptação de contos de Mia Couto, da companhia 'as de fora'. O espetáculo teve estreia e primeira temporada em agosto de 2013, no Sesc Consolação, em São Paulo. A proposta consiste em levá-lo a 5 cidades, 1 de cada região do país: Natal/RN, Porto Alegre/RS, Belém-PA, Belo Horizonte/MG e Goiânia/GO. Cada cidade terá 3 dias de apresentações em teatros com capacidade média de 100 pessoas.Total de 15 apresentações.O projeto propõe ainda a realização de atividades complementares, abertas ao público local: - Natal, Porto Alegre e Goiânia - Oficina Processo de Criação - com Rita Grillo, Diretora; - Belém e Belo Horizonte - Bate-papo com Marcelino Freire, escritor, e um autor ou acadêmico das cidades escolhidas.
144866 - O BEM AMADO
Maestro Produções Artísticas e Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 01.268.090/0001-69
Processo: 01400014626201467
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 3.089.155,00
Prazo de Captação: 16/07/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O Bem-Amado - O Musical é um projeto de montagem e temporada de espetáculo homônimo que adaptará pela primeira vez para o gênero de teatro musical a obra de Dias Gomes. A montagem conta com direção cênica de José Possi Neto e a direção musical do Maestro Fábio Gomes de Oliveira, além de elenco formado por 20 artistas, entre atores, cantores e bailarinos. O projeto realizará temporada de 03 meses (48 apresentações) em teatro na cidade de São Paulo.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

144957 - Rita Braun
CELIA TERPINS 66972680859
CNPJ/CPF: 15.037.602/0001-90
Processo: 01400014736201429
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 272.960,00
Prazo de Captação: 16/07/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Espetáculo teatral que encenará momentos históricos da vida de Rita Braun, sobrevivente do Holocausto, a partir de uma entrevista dada a uma jornalista que tem semelhanças incríveis com sua mãe. Nesta calorosa conversa, Rita conta as atrocidades que viveu, de maneira ímpar, sob o olhar da criança de 9 anos, idade na época. Relata com emoção a vida com sua mãe no gueto, a memória que tem de seu pai antes dele ir ao campo de concentração e sua própria identidade de criança.
147358 - Será Amor ou Amizade?
Michael Fernandes da Silva
CNPJ/CPF: 106.410.357-05
Processo: 01400025966201413
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 169.276,68
Prazo de Captação: 16/07/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Montar o espetáculo teatral na cidade do Rio de Janeiro, em temporada de 3 meses, com apresentações aos sábados e domingos, em um total de 24 apresentações, em teatros e lonas culturais, sempre com preços populares e parcerias com escolas públicas, para que seus alunos possam ir ver o espetáculo de forma gratuita.
144590 - SPANDA
Josafá Alves de Oliveira Filho
CNPJ/CPF: 327.350.618-09
Processo: 01400012656201439
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 620.763,00
Prazo de Captação: 16/07/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: SPANDA é um espetáculo performático-multimídia, fruto da pesquisa de dois anos do DEVAS - núcleo performático. Através de uma abordagem sistêmica e cartográfica, o espetáculo explora o lugar do encontro e do afeto em nossa sociedade, mostrando como eles se encontram no centro das profundas transformações que temos vivido. Além da montagem do espetáculo, o projeto contempla uma temporada de 10 apresentações a preços populares, um encontro-debate e duas oficinas de Corpo gratuitas.
147088 - UNICIRCO - Arte Itinerante
Instituto Cultural e Assistêncial São Francisco de Assis - ICASFA
CNPJ/CPF: 00.665.972/0001-03
Processo: 01400025550201403
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 1.893.250,00
Prazo de Captação: 16/07/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O presente projeto tem como principal objetivo a aquisição de infraestrutura circense completa, ágil e moderna, para viabilizar apresentações dos espetáculos criados pelo Instituto UNICIRCO Marcos Frota através das cidades do Brasil. Permitirá também a criação e circulação de um novo espetáculo para a temporada 2014/15, totalizando 160 apresentações, buscando o desenvolvimento da arte circense e a sustentabilidade da companhia.
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
147293 - Alma de Batera.
Paul Georges Lafontaine
CNPJ/CPF: 297.144.898-30
Processo: 01400025865201442
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 135.488,00
Prazo de Captação: 16/07/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Patrocínio ao projeto Alma de Batera que iniciou em 2008, onde oferece aulas de bateria para pessoas com deficiência. Duração inicial de 12 meses, com extensão para 24 meses. Serão 4 grupos distintos, 4 vezes por semana, totalizando assim o ideal de 64 alunos mensais e ou 256 anuais; beneficiados na cidade de São Paulo. Público Alvo: Alunos, deficientes físicos e intelectuais, objetivando o desenvolvimento cognitivo, motor e emocional, do aluno através sensibilização e percepção musical.
145471 - CD TRILHAZOOM 1
Carlos Eduardo Pereira da Silva
CNPJ/CPF: 568.712.795-04
Processo: 01400015517201467
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado R$: R$ 262.236,00
Prazo de Captação: 16/07/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto tem como objetivo principal gravar um CD musical instrumental com 12 músicas do multi-instrumentista Carlos Eduardo Pereira da Silva, de nome artístico Duda Silveras, denominado TRILHAZOOM 1, com disponibilidade das músicas gravadas através de site do projeto na internet para maior democratização do seu trabalho com previsão no primeiro ano de 50.000 acessos e prensagem de 3.000 cópias.
142164 - II NIPOFEST CULTURAL
Associação Cultural Esportiva de Cascavel
CNPJ/CPF: 76.428.598/0001-86
Processo: 01400004377201400
Cidade: Cascavel - PR;
Valor Aprovado R$: R$ 254.550,00
Prazo de Captação: 16/07/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Promover na cidade de Cascavel, a II NIPOFEST CULTURAL. O evento será realizado em novembro de 2014 com dois dias de duração e contará com a participação de grupos culturais em destaque no Brasil de taiko e dança (odori, bom odori e matsuri dance).
142828 - Orquestra Filarmônica de São Roque
INSTITUTO BRASILEIRO JORNADA ECOLOGICA
CNPJ/CPF: 58.987.926/0001-00
Processo: 01400005287201428
Cidade: São Roque - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 1.547.705,00
Prazo de Captação: 16/07/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Projeto de Implantação e Desenvolvimento da Orquestra Filarmônica de São Roque, que inclui Cursos de instrumentos de orquestra e Cursos de Luteria. O projeto será realizado com o apoio e a parceria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de São Roque.
147381 - Savassi Festival NY 2a edição
Bruno Braz Golgher
CNPJ/CPF: 811.788.836-04
Processo: 01400025995201485
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado R$: R$ 212.180,00
Prazo de Captação: 16/07/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O Savassi Festival NY 2a edição é um festival de música instrumental brasileira, a ser realizado em Nova Iorque, EUA. Serão realizados 16 shows e 6 workshops em Nova Iorque, em clubes de jazz e universidades, e 1 seminário em Belo Horizonte que detalhará todo o processo de realização, criando um efeito multiplicador do projeto.
147380 - Violões Artes Trio - "Brasileirando"
Aline Graziela Pinton
CNPJ/CPF: 333.621.188-36
Processo: 01400025988201483
Cidade: Rio Claro - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 267.905,00
Prazo de Captação: 16/07/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Este projeto prevê a apresentação do "Violões Artes Trio" , divulgando o repertório de compositores brasileiros consagrados em diversas cidades do interior. O repertório exclusivamente brasileiro navega em diversas linguagens dentro da nossa música, passando por músicas regionais e obras consagradas.
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
147395 - Cores de Hassis
Fundação Hassis
CNPJ/CPF: 04.649.941/0001-01
Processo: 01400026016201414
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado R$: R$ 49.310,00
Prazo de Captação: 16/07/2014 à 19/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto Cores de Hassis são exposições de 09 obras de Hassis diariamente executada pelo Museu Hassis em praias públicas da cidade de Florianópolis no mês de novembro de 2014 totalizando aproximadamente 15 no total com o objetivo de difundir a arte de Hassis incluindo arte educação para crianças visitantes ao local.
144781 - Os Jogos da Floresta Amazônica
Mikeliton Pereira Alves
CNPJ/CPF: 033.859.004-84
Processo: 01400014522201452
Cidade: Porto Velho - RO;
Valor Aprovado R$: R$ 163.625,00
Prazo de Captação: 16/07/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Os Jogos da Floresta Amazônica é um projeto que contempla a produção de uma coleção de pinturas, que irá retratar as relações entre as modalidades esportivas dos Jogos Olímpicos, e os esportes e brincadeiras praticados pelas crianças jovens e adultos da floresta amazônica. Além da produção de 50 obras em artes plásticas pelo olhar do artista Mikeliton, a proposta contempla oficinas de pintura para crianças ribeirinhas, a produção de um catálogo com textos, imagens das obras, e fotografias do contexto real dos esportes na floresta, a produção de um vídeo documentário sobre as etapas do processo de realização e termina com exposições da coleção no mês dos Jogos Olímpicos em 2016.
142850 - PONTE SÃO PAULO - FORTALEZA
EDUQATIVO - INSTITUTO CHOQUE CULTURAL
CNPJ/CPF: 15.335.222/0001-32
Processo: 01400005309201450
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 583.805,00
Prazo de Captação: 16/07/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto preve a criação de uma grande exposição de arte urbanana cidade de Fortaleza. Serão produzidas obras de forma aleatória nos espaços públicos (com as devidas autorizações) e no interior da galeria do espaço do Centro Cultural do Banco do Nordeste. Em paralelo será desenvolvido como contrapartida social do projeto um fórum entre os artistas e o público. Serão 5 intervenções de 5 artistas e/ou coletivos diferentes. Com a curadoria de Baixo Ribeiro, Eduardo Saretta e Haroldo Paranhos.
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
146049 - Embu das Artes - Arquitetura e Urbanismo na cidade brasileira contemporânea
Editora Escuta Ltda
CNPJ/CPF: 55.418.644/0001-96
Processo: 01400024131201446
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 295.075,00
Prazo de Captação: 16/07/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Apresentar por meio de desenhos, fotos e texto o processo de qualificação, identificação e restauro da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e Residência Anexa, em Embu das Artes. O livro explicita a gênese da teoria de restauro no Brasil, apresentando as discussões e debates entre os arquitetos Luis Saia e Lúcio Costa. Este debate já interessantíssimo pelo calibre dos dois arquitetos, é supervisionado e dirigido pelo presidente do IPHAN na época, ninguém menos que o Dr. Rodrigo de Mello Franco.
147156 - CAMINHOS HISTÓRICOS - ESTRADA DA GRACIOSA
XPert Brasil Consultoria e Planejamento em Turismo Ltda
CNPJ/CPF: 00.261.584/0001-59
Processo: 01400025677201414
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado R$: R$ 280.665,00
Prazo de Captação: 16/07/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Serão realizadas pesquisas nos seis municípios que compõe a Estrada da Graciosa. Será feito as compilações das pesquisas feitas no Inst.Hist. e Geográfico do Paraná, no Círculo dos Bandeirantes, no Arquivo Público do Est. Do Paraná e pesquisa no museu Imperial de Petrópolis. Busca por fotos antigas, entrevistas com moradores mais antigos destes municípios. Teremos no final um livro histórico cultural e a evolução da Estrada da Graciosa ao longo dos anos.
144872 - livro de arte sobre a expedição amazônica
Jose de Lorenzo Messina
CNPJ/CPF: 11.028.515/0001-16
Processo: 01400014649201471
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 466.400,00
Prazo de Captação: 16/07/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: trata-se de um livro de arte sobre a expedição amazônica de Pedro Texeira
147076 - Publicação do Dicionário Orélio Cearense e Criação do Webdicionário de Cearês
Andrea Saraiva Martins
CNPJ/CPF: 433.882.213-91
Processo: 01400025534201411
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado R$: R$ 433.620,00
Prazo de Captação: 16/07/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Publicação de uma Edição Especial do Dicionário Orélio Cearense revista, ampliada e acessível e criação de uma plataforma virtual multimidia para construção colaborativa de um dicionário online de "cearês". Além da publicação e ampliação de conteúdo que se dará por via de pesquisa de campo e bibliográfica, este projeto prevê a profissionalização comercial do livro, aproveitando toda sua potencialidade econômica. A acessibilidade será por via da adaptação e publicação do livro em braille, em audiolivro e na internet.
142108 - Tibor e a Carruagem da Morte
Gustavo Rosseb do Nascimento Nogueira
CNPJ/CPF: 333.183.558-79
Processo: 01400004309201432
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 148.984,61
Prazo de Captação: 16/07/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Confecção do livro "Tibor e a Carruagem da Morte", que trata de personagens do folclore brasileiro na linguagem do infanto juvenil moderno. Também a transformação desta obra em audiolivro, para atender pessoas com deficiência visual.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26 , § 1º)
144788 - Coimbra World Heritage Festival - Celebração da Memória Académica do Brasil
CHRISTIANO DOMINGOS BOMFIM
CNPJ/CPF: 634.203.255-68
Processo: 01400014534201487
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado R$: 565747.99
Prazo de Captação: 16/07/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto Coimbra World Heritage Festival, propõe um intercâmbio de atividades artísticas a realizarem-se sob o formato de Festival que se pretende ter como equipamentos culturais, o Património classificado ou não, pela UNESCO, na "Universidade de Coimbra - Alta e Sofia". Nesse contexto pretende-se realizar apresentações musicais e vídeo-mapping nos monumentos cujos estudantes brasileiros reconhecem como referências culturais de sua identidade.
147169 - I FESTIVAL GOSPEL DE VERÃO
Carlita Rodrigues Macedo
CNPJ/CPF: 022.890.531-12
Processo: 01400025690201473
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Aprovado R$: 483670.00
Prazo de Captação: 16/07/2014 à 10/11/2014
Resumo do Projeto: I FESTIVAL GOSPEL DE VERÃO, irá apresentar os novos conceitos da música contemporânea Brasileira, com um contexto estático voltado para o Gênero musical diversos, contando com a presença de artistas que são os marcos atuais, do estilo raízes, nessa epigrafe será realizada uma campanha inédita com o tema Vida Sim Aborto Não, levando a conscientização das mulheres contra o aborto, uma mensagem inédita transmitida através da música.
146593 - PROJETO DUDÉ E A MÁFIA
Eduardo Jose Magalhães Martins Junior
CNPJ/CPF: 301.191.028-62
Processo: 01400024750201431
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: 611710.00
Prazo de Captação: 16/07/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Gravação de CD com 12 faixas, mais um vídeo clipe, um projeto inovador e único que caracteriza-se pela fusão da música brasileira dentro do mundo do Rock. Realização de 05 shows no estado de São Paulo.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

142605 - TRANSAMERICA ROCK FESTIVAL
Estilo Azul Comunicações Ltda
CNPJ/CPF: 00.249.959/0001-65
Processo: 01400005018201461
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: 700403.00
Prazo de Captação: 16/07/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto ?Transamerica Rock Festival? é um concurso musical aberto à participação de bandas de Rock brasileiras e tem como objetivo estimular a cultura musical entre os jovens e dar espaco para novos talentos mostrarem seus trabalhos. Durante a semana do festival: workshops de instrumentos musicais, debates, vídeos, e shows de grandes bandas do rock nacional
147279 - Turnê dupla Bob & Robson
Sidnei Dias
CNPJ/CPF: 036.688.058-65
Processo: 01400025850201484
Cidade: Guapiara - SP;
Valor Aprovado R$: 704700.00
Prazo de Captação: 16/07/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O objetivo do projeto é a ralização de uma turnê com a Dupla Bob & Robson, contemplando 10 shows no estado do Paraná. Estimativa de 1.000 pessoas por show.

PORTARIA N° 446, DE 15 DE JULHO DE 2014

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 426, de 28 de maio de 2014 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN DOMINGUES DAS NEVES

ANEXO

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
12 3406 - Projeto de Conservação e Intervenção da Igreja de São Pedro Mártir de Verona
Arquidiocese de Olinda e Recife
CNPJ/CPF: 09.756.859/0001-08
PE - Recife
Valor Complementar em R$: 80.000,00

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
TRIBUNAL MARÍTIMO
SECRETARIA-GERAL

ATA DA 6.904ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2014 (QUINTA-FEIRA)

Presidência do Exmo. Sr. Juiz Vice-Almirante (Refº) LUIZ AUGUSTO CORREIA, Secretário do Tribunal, o Bacharel MANOEL MACHADO DOS ANJOS.

Às 13h30min, presentes os Exmos. Srs. Juízes, FERNANDO ALVES LADEIRAS, MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA PADILHA, MARCELO DAVID GONÇALVES, SERGIO BEZERRA DE MATOS, NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO e GERALDO DE ALMEIDA PADILHA, foi aberta a Sessão. Sem impugnação, foi aprovada a Ata da Sessão anterior, distribuída nos termos do art. 31 do Regimento Interno.

REPRESENTAÇÕES RECEBIDAS

Nº 28.096/2013 - Fato da navegação envolvendo o veleiro "WIZ", de bandeira italiana, ocorrido nas proximidades do porto de Luís Correia, Piauí, em 24 de agosto de 2012.

Relator: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representados: José Aníbal Salgueiro Costa Aguiar e Alessandro Pasanisi.

Nº 28.515/2013 - Acidente e fato da navegação envolvendo a lancha "MARIOLA" com uma laje submersa, ocorridos na praia de Taquaras, balneário Camboriú, Santa Catarina, em 02 de fevereiro de 2013.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Carlos Roberto Gau (proprietário/condutor).

Nº 28.664/2014 - Acidente e fato da navegação envolvendo o bote "MEUS AMORES", ocorridos nas proximidades da praia de Galinhos, Rio Grande do Norte, em 13 de novembro de 2013.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Ivan Rodrigues de Lima (condutor).

Nº 27.397/2012 - Acidente da navegação envolvendo o NM "MILAGRO", de bandeira maltesa, com a torre do ship loader do terminal de grãos do Guarujá, porto de Santos, São Paulo, ocorrido em 13 de fevereiro de 2012.

Relator: Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representação de Parte: autor: Tugbrasil Apoio Portuário S/A., Adv. Dr. Henrique O. Motta (OAB/RJ 18.171). Representado: Dimitrios Boulas (comandante).

Nº 28.392/2013 - Acidente e fato da navegação envolvendo as motos aquáticas "G FERNANDES" e "MARÉ MANSA", ocorridos na represa do Miranda, Uberlândia, Minas Gerais, em 08 de setembro de 2012.

Relator: Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Anderson Gomes Fernandes (condutor/proprietário da moto aquática "G FERNANDES").

JULGAMENTOS

Nº 24.534/2009 - Acidente e fato da navegação envolvendo a embarcação com o nome fictício "CACHOEIRINHA DO TAQUARI", não inscrita, ocorridos no rio Taquari, Coxim, Mato Grosso do Sul, em 26 de março de 2009.

Relatora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Adalberto Sapiencia Tomaz (proprietário/chefe de máquinas/comandante) - Revel e João Xavier Filho (condutor), Adv. Dr. Edilson Magro (OAB/MS 7.316-b). Decisão unânime: julgar procedente em parte os termos da Representação de autoria da Procuradoria Especial da Marinha (fls. 97 a 100), para responsabilizar pelo acidente da navegação, previsto no art. 14, alínea "a" e pelo fato da navegação, previsto no art. 15, letra "e", ambos da Lei nº 2.180/54 e suas consequências, por imprudência, imperícia e negligência de ADALBERTO SAPIÊNCIA TOMAZ, condenando-o à pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais), prevista no art. 121, inciso VII, c/c os artigos 124, inciso IV, 127 e 139, inciso IV, alínea "d, todos da Lei nº 2.180/54, com redação dada pela Lei nº 8.969/94. E por imperícia o 2° representado, JOÃO XAVIER FILHO, condenando-o à pena de Repreensão, prevista no art. 121, inciso I, c/c os artigos 124, inciso IX, 127 e 139, inciso IV, alínea "d", todos da citada Lei nº 2.180/54. Custas ao 1° Representado. Exculpar o l ° Representado pelo fato da navegação, previsto no art. 15, alínea "c", da Lei nº 2.180/54. Deve-se ainda, oficiar à Capitania Fluvial do Pantanal, agente local da Autoridade Marítima, comunicando as seguintes infrações ao RLESTA: art. 16, inciso I (falta de inscrição da embarcação) e art. 19, inciso I, c/c o art. 15, da Lei nº 8.374/91 (embarcação trafegando sem o obrigatório Seguro DPEM), cometidas pelo Sr. Adalberto Sapiência Tomaz na condição de proprietário de fato/responsável pela embarcação "CACHOEIRINHA DE TAQUARI", conforme requer o órgão acusador em sua retrocitada peça acusatória.

Nº 25.639/2011 - Acidente da navegação envolvendo o NM "MSC FLÓRIDA", de bandeira liberiana, ocorrido no porto do Rio de Janeiro, em 25 de julho de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Marak Arndt (chefe de máquinas), Advª Drª Fernanda Ayala Bianchi (DPU/RJ). Decisão unânime: rejeitar a preliminar de nulidade do inquérito e no mérito exculpar o representado, Marak Arndt, (Chefe de Máquinas), mandando arquivar os autos, uma vez que o incidente não se caracterizou como um acidente da navegação previsto no artigo 14, alínea "b", da Lei nº 2.180/54.

Nº 26.803/2012 - Acidente e fato da navegação envolvendo o comboio formado pelo Rb "LUZ" com a balsa "SANAVE III", ocorridos no porto de Vila do Conde, baía de Marajó, Pará, em 23 de outubro de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representada: Sabino de Oliveira Comércio e Navegação S/A. - SANAVE (proprietária/armadora do comboio), Advª Drª Sara Suely Sobrinho Lopes (OAB/PA 16.119). Decisão unânime: julgar o acidente e fato da navegação previstos no art. 14, alínea "b" e no art. 15, alínea "e", da Lei n° 2.180/54, como decorrente de negligência, condenando Sabino de Oliveira Comércio e Navegação S/A., à pena de repreensão, de acordo com o art. 121, inciso I, e art. 139, inciso IV, alínea " a" da Lei nº 2.180/54 com a redação dada pela Lei n° 8.969/94 e ao pagamento das custas processuais.

PROCESSOS QUE SERÃO ARQUIVADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 68, § 1º, INCISO I, DO REGIMENTO INTERNO PROCESSUAL DO TRIBUNAL MARÍTIMO

Nº 28.599/2014 - Fato da navegação envolvendo o BP "BOM ABRIGO" e seu tripulante, ocorrido nas proximidades da praia do Estaleirinho, balneário Camboriú, Santa Catarina, em 05 de junho de 2013.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação previsto no art. 15, alínea "e", da Lei n° 2.180/54, como de origem fortuita, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM. Oficiar à Delegacia da Capitania dos Portos em Itajaí, agente local da Autoridade Marítima, a infração ao art. 15, inciso II, do RLESTA, cometida por José Carlos da Silva, proprietário da embarcação, para as providências cabíveis.

Nº 28.495/2013 - Acidente e fato da navegação envolvendo o comboio formado pelo Rb "NORSUL ABROLHOS" com a barcaça "N2" e um tripulante, ocorridos em águas costeiras de Conceição da Barra, Espírito Santo, em 27 de agosto de 2013.

Relator: Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato e acidente da navegação, previstos no art. 15, alínea "e" e art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de força maior e a arribada como forçada e justificada, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM.

Esteve presente, pela Procuradoria, a Advogada da União, Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros.

Esgotada a matéria da pauta, colocada a palavra à disposição, e nada mais havendo a tratar, às 15h05min foi encerrada a Sessão. Do que, para constar, mandei digitar a presente Ata, que vai assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e por mim, Diretor-Geral da Secretaria.

Tribunal Marítimo, 10 de julho de 2014.
LUIZ AUGUSTO CORREIA
Vice-Almirante (Refº)
Juiz-Presidente

MANOEL MACHADO DOS ANJOS
Secretário

PROCESSOS EM PAUTA PARA JULGAMENTO SESSÃO DE 22 DE JULHO DE 2014 (TERÇA-FEIRA), ÀS 13H30MIN

Nº 23.241/2008 - Acidente e fato da navegação envolvendo as embarcações "TALISMÃ MAR II" e "ROBERTO I", ocorridos no Farol de São Tomé, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, em 06 de julho de 2007.

Relatora : Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha
Revisor : Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representados : Leandro Diaz da Silveira (Pescador Profissional)
Advogado : Dr. Eduardo Duilio Lopes Piragibe (DPU/RJ)
: Paulo Roberto Oliveira de Andrade
(Responsável pela embarcação "ROBERTO I")

Nº 24.388/2009 - Acidente e fato da navegação envolvendo o iate "COMTE MAURIAN" com a rede de alta tensão da CELPA, ocorridos no rio Tapajós, lago Jacundá, Pará, em 11 de abril de 2009.

Relator : Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos
Revisora : Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA (Concessionária responsável pela rede de energia elétrica)
Advogada : Drª Elaine Barroso Santos (OAB/RJ 118.344)
: Jonilson dos Santos (Condutor inabilitado) - Revel
: Mauricio de Abreu Teixeira (Responsável pelo iate)
Advogada : Drª Aline Neves Hoyos (OAB/PA 15.712)

Nº 24.475/2009 - Acidente da navegação envolvendo o Rb "JOHN P. LABORDE", de bandeira vanuatuense, e o NT "SUNLIGHT VENTURE", de bandeira das ilhas Marshall, ocorrido na bacia de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, em 19 de novembro de 2008.

Relator : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
Revisor : Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dr. Luís Gustavo nascentes da Silva
Assist. da PEM : DS-Rendite-Fonds Nr. 103 Mt Sunlight Venture GMBH & Co. Tankschiff Kg
Advogado : Dr. Godofredo Mendes Vianna (OAB/RJ 73.562)
Assist. da PEM : Giuseppe Scarrozza (Comandante de manobras do Rb "JOHN P. LABORDE")
Advogados : Drª Rachel Pinaud de Oliveira Menezes (OAB/RJ 114.782)
: Samuel Carvalho Freitas Sigilião (OAB/RJ 140.702)
Representado : Alain Jair Buitrago Pinzon
(Comandante do Rb "JOHN P. LABORDE")
Advogado : Dr. Pedro Calmon Filho (OAB/RJ 9.142)
Representação de Parte:
Autor : Alain Jair Buitrago Pinzon
(Comandante do Rb "JOHN P. LABORDE")
Advogado : Dr. Pedro Calmon Filho (OAB/RJ 9.142)
Representado : Giuseppe Scarrozza (Comandante de manobras do Rb "JOHN P. LABORDE")
Advogados : Drª Rachel Pinaud de Oliveira Menezes (OAB/RJ 114.782)
: Samuel Carvalho Freitas Sigilião (OAB/RJ 140.702)

Secretaria do Tribunal Marítimo, em 15 de julho de 2014.

PROCESSOS EM PAUTA PARA JULGAMENTO SESSÃO DE 24 DE JULHO DE 2014 (QUINTA-FEIRA), ÀS 13H30MIN

Nº 26.701/2012 - Acidente da navegação envolvendo o NM "CMA CGM HOMERE", de bandeira do Reino Unido, com o fundo, ocorrido na área do porto de Natal, Rio Grande do Norte, em 02 de abril de 2011.

Relator : Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras
Revisora : Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : Sebastião Rodrigues Leite (Prático) e
: Lúcio Flávio Azevedo da Costa (Prático)
Advogado : Dr. José Sávio Lopes (OAB/RN 5.741)
: Focsa Gheorghe (Comandante)
Advogada : Drª Camila Mendes Vianna Cardoso (OAB/RJ 67.677)

Nº 25.854/2011 - Acidente e fato da navegação envolvendo a LM "NAVIGATOR", o bote/baleeira "SANTA LUZIA" e um de seus tripulantes, ocorridos no rio Paranapanema, Santo Inácio, Paraná, em 11 de outubro de 2010.

Relator : Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Revisor : Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representados : Gilberto Luiz Cardoso
(Condutor do bote/baleeira "SANTA LUZIA")
Advogado : Dr. Cesar Augusto dos Santos (OAB/SP 238.970-1)
: Veronildo Alves Correia (Condutor da LM "NAVIGATOR")
Advogado : Dr. Everton Santana Alves (OAB/PR 44.818)
Nº 26.865/2012 - Acidente e fato da navegação envolvendo a moto aquática "PIRATA" com pessoas que se encontravam às margens da Represa Billings, em Ribeirão Pires, São Paulo, ocorridos em 17 de julho de 2011.
Relator : Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha
Revisor : Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Drª Aline Gonzalez Rocha
Representado : Waldemar Salvador Filho (Condutor)
Advogado : Dr. Roberto José Minervino (OAB/SP 34.086)
Nº 28.335/2013 - Acidente da navegação envolvendo a lancha "MANUELA", ocorrido no rio São Francisco, nas proximidades da ilha de Coquerim, Pirapora, Minas Gerais, em 30 de dezembro de 2012.
Com pedido de Arquivamento de autoria da Procuradoria Especial da Marinha.
Relator : Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha
Revisor : Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Drª Aline Gonzalez Rocha

Secretaria do Tribunal Marítimo, em 15 de julho de 2014.

DIVISÃO DE REGISTROS
SEÇÃO DE CADASTRO

BOLETIM DO MÊS DE JUNHO DE 2014

FORAM REGISTRADOS NESTE TRIBUNAL,
DURANTE O MÊS, OS SEGUINTES ATOS:
REGISTROS DE PROPRIEDADE
Termo: 14476
Embarcação: MATHEUS MARQUES
Proprietário: HILDO MANOEL MARQUES
Termo: 14477
Embarcação: TQ-87
Proprietário: EGTM NAVEGAÇÃO LTDA
Termo: 14478
Embarcação: ALMTE BARBOSA I
Proprietário: M. B. OLIVEIRA TRANSPORTE-ME
Termo: 14479
Embarcação: ANNA KAROLINE IV
Proprietário: EMPRESA DE NAVEGAÇÃO ERLON ROCHA TRANSPORTE LTDA-ME
Termo: 14480
Embarcação: TOPA TUDO XXVI
Proprietário: ZEMAR SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EMBARCAÇÕES LTDA
Termo: 14481
Embarcação: ÁGUIA DOURADA XVII
Proprietários: ALFONSO PERCIAVALLE NETO
GIANFRANCESCO PERCIAVALLE
Termo: 14482
Embarcação: GALO DA SERRA LXII
Proprietário: GALO DA SERRA NAVEGAÇÃO FLUVIAL E LOGÍSTICA LTDA
Termo: 14483
Embarcação: MAR LIMPO IV
Proprietário: BRASBUNKER PARTICIPAÇÕES S.A.
Termo: 14484
Embarcação: DIAS NETO IV
Proprietário: VIAÇÃO CARAVELAS LTDA
Termo: 14485
Embarcação: HT 50
Proprietário: HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÕNIA S.A.
Termo: 14486
Embarcação: AVANTE
Proprietário: COMBITRANS AMAZONAS LTDA
Termo: 14487
Embarcação: VITÓRIA CAROLINA
Proprietário: TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA
Termo: 14488
Embarcação: FMC II
Proprietário: JURUÁ ESTALEIROS E NAVEGAÇÃO LTDA
Termo: 14489
Embarcação: NATHAN & NIEL
Proprietário: S. C. DE MEDEIROS ESTIVAS-ME
Termo: 14490
Embarcação:NOSSA SENHORA DE NAZARÉ
Proprietário: DORINALDO M. DA SILVA
Termo: 14491
Embarcação: RGF I
Proprietário: RGF TECNOLOGIA, CONSULTORIA E ASSESSORIA NAVAL LTDA-ME
Termo: 14492
Embarcação: TQ-159
Proprietário: EGTM NAVEGAÇÃO LTDA
Termo: 14493
Embarcação: TQ-166
Proprietário: EGTM NAVEGAÇÃO LTDA
Termo: 14494
Embarcação: ERCÍDIO
Proprietário: EXTRAÇÃO DE AREIA E PEDREGULHO RIBEIRINHA S/S LTDA
Termo: 14495
Embarcação: ORISMAR
Proprietário: INACE INDÚSTRIA NAVAL DO CEARÁ S.A.
Termo: 14496
Embarcação: TOY
Proprietário: INACE INDÚSTRIA NAVAL DO CEARÁ S.A.
Termo: 14497
Embarcação: CARAUARI
Proprietário: CARLOS SANTOS PRAXEDES DE ARAÚJO-ME
Termo: 14498
Embarcação: EUGÊNIO
Proprietário: TRANSPORTES BERTOLINI LTDA
Termo: 14499
Embarcação: HÉRCULES
Proprietário: LENAN INDÚSTRIA COMÉRCIO E RECICLAGEM LTDA-ME
Termo: 14500
Embarcação: E. D. L. XIX
Proprietário: E. D. LOPES & CIA. LTDA
Termo: 14501
Embarcação: TQ-164
Proprietário: EGTM NAVEGAÇÃO LTDA
Termo: 14502
Embarcação: DIAS & MENEZES
Proprietário: ROCHA E ROCHA COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM GERAL E CONSTRUÇÃO LTDA-ME
REGISTROS / RENOVAÇÕES DE ARMADOR
Termo: 01087
Armador: COMPANHIA LIBRA DE NAVEGAÇÃO S.A.
Termo: 01200
Armador: DOFCON NAVEGAÇÃO LTDA
Termo: 03502
Armador: HILDO MANOEL MARQUES
Termo: 03679
Armador: INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS LEAL SANTOS LTDA
Termo: 03710
Armador: COMTROL COMÉRCIO E TRANSPORTE DE CARGAS LTDA
Termo: 04195
Armador: NATUREZA AMAZÔNICA VIAGENS E TURISMO LTDA
Termo: 04280
Armador: CONSTRUTORA TRIUNFO S.A.
Termo: 04339
Armador: PANCOAST NAVEGAÇÃO LTDA
Termo: 04553
Armador: FENIXTOUR LTDA-ME
Termo: 04605
Armador: MARIA DE SOUSA FONSECA-ME
Termo: 04998
Armador: DFF SERVIÇOS, CONSTRUÇÃO CIVIL E NAVAL LTDA
Termo: 04999
Armador: M. B. OLIVEIRA TRANSPORTE-ME
Termo: 05000
Armador: ALFONSO PERCIAVALLE NETO
Termo: 05001
Armador: GIANFRANCESCO PERCIAVALLE
Termo: 05002
Armador: S. C. DE MEDEIROS ESTIVAS-ME
Termo: 05003
Armador: DORINALDO M. DA SILVA
Termo: 05004
Armador: RGF TECNOLOGIA, CONSULTORIA E ASSESSORIA NAVAL LTDA-ME
Termo: 05005
Armador: EXTRAÇÃO DE AREIA E PEDREGULHO RIBEIRINHA S/S LTDA
Termo: 05006
Armador: CARLOS SANTOS PRAXEDES DE ARAÚJO-ME
Termo: 05007
Armador: ROCHA E ROCHA COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM GERAL E CONSTRUÇÃO LTDA-ME
REGISTROS /AVERBAÇÕES DE ÔNUS
Termo: 01492
Credor: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES
Devedor: BOURBON OFFSHORE MARÍTIMA S.A.
Ônus: A - HIPOTECA DE 1º GRAU
Garantia: N. S. LORETO
Termo: 03385
Credor: BANCO DO BRASIL S.A.
Devedor: HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A.
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: HT-50
Termo: 03479
Credor: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES
Devedor: DOF NAVEGAÇÃO LTDA
Ônus: B - HIPOTECA DE 2º GRAU
Garantia: SKANDI URCA
Termo: 03533
Credor: BANCO DO BRASIL S/A - AG. EMP. TELEPORTO RJ.
Devedor: ASGAARD NAVEGAÇÃO S.A.
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: CASCO AL-020
Termo: 03535
Credor: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL - BNDES
Devedor: DOF NAVEGAÇÃO LTDA
Ônus: B - HIPOTECA DE 2º GRAU
Garantia: CASCO PRO-31
Termo: 03536
Credor: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL - BNDES
DNB BANK ASA
Devedor: DOF NAVEGAÇÃO LTDA
Ônus: B - HIPOTECA DE 2º GRAU
Garantia: SKANDI URCA
Termo: 03537
Credor: SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Devedor: INACE INDÚSTRIA NAVAL DO CEARÁ S.A.
Ônus: N - ARROLAMENTO
Garantia: ORISMAR
Ônus: N - ARROLAMENTO
Garantia: TOY
Ônus: N - ARROLAMENTO
Garantia: JURANDI

Rio de Janeiro, 30 de junho de 2014.
GERALDO SILDA

DIVISÃO DE SERVIÇOS CARTORIAIS

EXPEDIENTE DOS EXMOS. SRS. JUÍZES RELATORES

Proc. nº 27.674/12 "PIMENTA e OUTRA"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dr. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Nailton da Silva Gomes Júnior (Condutor)- Revel
Despacho : "Encerro a Instrução. À Procuradoria para alegações finais"
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 27.748/13 "AMAZÔNIA E OUTRAS"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Ércio Ferreira Ramos (Condutor da L/M "AMAZÔNIA)- Revel
Representado : João da Conceição Fonseca (Condutor do comboio)
Defensora : Dra. Daniela Correia Jacques Brauner (DPU/RJ)
Representado : José Maria Soares de Sá (Prop./Armador)
Advogados : Dr. Alexandre das Silva Carvalho (OAB/PA 17.471)
Dra. Cristiane do S. A. Machado da Silva (OAB/PA 12.968)
Despacho : "Encerrada a Instrução. À PEM para razões finais"
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 27.123/12 - canoa não inscrita
Relator : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representado : João Gualberto Cassiano de Sousa (Prop./Condutor)
Advogado : Dr. Raimundo Rodrigues da Silva (OAB/MA 4.994)
Despacho : "Encerro a Instrução. Às partes, para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias, sucessivos à PEM e aos representados. Publique-se e notifique-se a PEM."
Proc. nº 27.279/12 - Rb "CELSO SABINO" com a balsa "SANAVE VII"
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Manoel Albano Brabo (Comandante)
Advogado : Dr. Osíris Cipriano da Costa (OAB/PA 7.731)
Despacho : "Encerro a Instrução. À D. Procuradoria, para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias. Publique-se e notifique-se a PEM."
Proc. nº 27.579/12 - LM "PRINCESA AYARA"
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representada : Internacional Marítima Ltda. (Proprietária)
Representada : Milplan Engenharia Construções e Montagens Ltda.
Advogado : Dr. Luiz Flávio Valle Bastos (OAB/MG 52.529 - OAB/RJ 158.426)
Despacho : "Encerro a Instrução. À D. PEM, para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias. Publique-se e notifique-se a PEM."
Proc. nº 27.586/12- "SAMJOHN AMITY"
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Carlos Alberto de Oliveira (Prático)
Advogado : Dr. Ricardo Otávio da Silveira Brunato (OAB/SC 20.916)
Despacho : "À D. Procuradoria, para conhecer as provas requeridas pelo representado e, querendo, apresentar quesitos iniciais às testemunhas arroladas. Publique-se e notifique-se a PEM."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 27.714/13 - "BORODINE"
Relatora : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : Claudio Pedrosa de Oliveira (Comandante) e
Graninter Transportes Marítimos de Granéis S/A. (Armadora)
Advogado : Dr. Luciano Penna Luz (OAB/RJ 102.831)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Despacho : "Encerro a Instrução. À D. Procuradoria, para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias. Publique-se e notifique-se a PEM."
Proc. nº 27.841/13- canoa sem nome, não inscrita
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Fagner Souza do Rusario (Condutor).
Advogado : Dr. Marconde Martins Rodrigues (OAB/AM 4.695)
Despacho : "Encerro a Instrução. À D. Procuradoria, para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias. Publique-se e notifique-se a PEM."
Proc. nº 26.086/11 - BM "COMTE AIRES II"
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Dr. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Antônio Quintas Paiva (Comandante)- Revel
Representados : Delson Santos Aires (Gerente)
: Manoel dos Santos Aires (Proprietário)
Defensora : Dra. Amanda Fernandes Silva de Oliveira (DPU/RJ)
Despacho : "Ao representado Antônio Quintas Paiva para especificar, justificadamente, as provas que pretende produzir."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 26.779/12 - NM "SAGA CREST"
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Internacional Agência Marítima e Operadora Portuária - EIRELI (Operador Portuário)
Advogado : Dr. José Francisco Gozzi Siqueira (OAB/RJ 158.247)
Representado : Edivanderson de Souza (Encarregado de Operação Portuária)
Advogado : Dr. Hélio da Costa Ferraz Neto (OAB/ES 18.073)
Representado : Órgão de Gestão de Mão-de-Obra do Trabalho Portuário Avulso
Advogado : Dra. Marcella Rios Gava Furlán (OAB/ES 9.611)
Representado : Sebastião Costa (Estivador)
Advogado : Dr. Alex Sandro Stein (OAB/ES 5.435)
Despacho : "1) Defiro o depoimento pessoal do representado Sebastião Costa e a oitiva da testemunha Moisés de Souza Braz requeridos pelos representados Internacional Agência Marítima e Operadora Portuária e Edivamderson de Souza às fls. 294 e 295. 2) Aos representados Sebastião Costa e Orgão de Gestão de Mão de Obra do Trabalho Portuário Avulso do Porto Organizado do Espírito Santo para apresentarem quesitos iniciais, indicando a qual depoente arrolado às fls. 294/295 se destina, se o desejarem. prazo cinco dias. 3) Publique-se. 4) Após, à PEM para formular quesitos iniciais, se o desejar.
Proc. nº 26.740/12 - B/M "MESTRÃO" e outra
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : Pedro Vicente Silva de Sousa (Comandante)- Revel
: João Gomes Batista (Prop./Condutor inabilitado)- Revel
Despacho : "Aos representados para especificarem, justificadamente, as provas que pretendem produzir."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 27.084/12 - embarcação sem nome, não inscrita
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Ademar de Souza Neto (Proprietário)- Revel
Despacho : "Declaro a revelia do representado. À PEM para provas."
Proc. nº 27.522/12 - Rb "SKANDI LEBLON" e outra
Relator : Sergio Bezerra de Matos
PEM : Dra. Gilma Goulart de Medeiros de Barros
Representado : Márcio Santos Teixeira (Oficial de Serviço)
Advogado : Dr. Frederico de Mello Allende Toledo, (OAB/SP 198.187)
Representado : Michael Loren Harris (DPO Sênior)
Advogado : Dr. Pedro Calmon Filho(OAB/RJ 9.142)
Despacho : "Aos representados para especificarem, justificadamente, as provas que pretendem produzir."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 27.760/13 - "SANTA PAULINA M"
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Mattos
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Ricardo Alexandre Gorges (Pescador)
: Antenor Cecílio dos Santos Filho (Mestre)
: Jormison José Estevão (Condutor)
: Adelson Carlos Torres (Proprietário)
Advogado : Dr. João Alves Massaneiro Junior (OAB/SC 4.177)
Despacho : "Aos representados Antenor Cecílio dos Santos Filho e Ricardo Alexandre Gorges para regularizarem a representação postulatória, apresentando o instrumento de mandato. O silêncio será recebido como não aprovação ao patrocínio apresentado às fls. 261 a 263."
Prazo : "10 (dez) dias. Publique-se."
Proc. nº 27.998/13 - "RAYANE"
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Carlos Antônio de Mendonça (Comandante)
Advogado : Dr. Marlus César Rocha Xavier (OAB/RN 2.968)
Despacho : "Ao representado para especificar, justificadamente, as provas que pretende produzir."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 25.958/11 - Rb "FÉ EM DEUS XXXVII"
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : José Ferreira Rodrigues (Proprietário)- Revel
Despacho : "Ao representado para alegações finais."
Prazo : "10(dez) dias."
Proc. nº 26.423/11 -Embarcação sem nome - Tipo Barco
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representada : Benedita Ferreira da Costa (Proprietária)
Defensora : Dra. Maria Joanna Pacheco e Chaves (DPU/RJ)
Representado : Raimundo Cezar Serrão Pantoja (Cond. Inab.)
Defensor : Dr. Charles Pachciarek Frajdenberg (DPU/RJ)
Despacho : "Encerro a Instrução. À Procuradoria para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 27.622/12 - Sem nome
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Lenon de Jesus Ferreira Castro (Proprietário)- Revel
Despacho : "Ao representado para provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 25.664/11 - Embarcação sem nome e não inscrita
Relator : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Rafael Alfredo Pierri (Resp. pela embarcação) - Revel
Despacho : "Encerrada a Instrução. À PEM para razões finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 27.812/13 - "TUBARÃO E OUTRAS"
Relator : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dr. Luis Gustavo Nascente da Silva
Representado : Silnave Navegação S/A (Proprietária/Armadora)
Advogador : Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/SP 28.341 e OAB/PA 15.201-A)
Despacho : "À representada Silnave Navegação S/A. para especificar, justificadamente, as provas que pretende produzir.
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 27.894/13 - NM "SÃO FRANCISCO IV" e outra
Relator : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Raimundo da Costa Paixão (Condutor) - Revel
Despacho : "Encerrada a Instrução. À PEM para razões finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 28.304/2013 - Rb "URANUS" e "LAGOA GAÚCHA"
Relator : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Sobrare Servemar Ltda.
Advogada : Dra. Roberta Lourenço do Carvalhal Couto (OAB/RJ 109.626)
Despacho : "Encerrada a Instrução. À PEM para razões finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 28.324/13 -"BIANCA"
Relator : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Antonio Pereira de Souza (Proprietário)
Defensor : Dr. Ricardo Schettini Azevedo da Silva (DPU/RJ)
Despacho : "Aberta a Instrução. À PEM para provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."

Secretaria do Tribunal Marítimo, em 14 de julho de 2014.

Ministério da Educação

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA

SÚMULA DE PARECERES
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2, 3, 4 E 5 DE JUNHO/2014

CONSELHO PLENO

e-MEC: 201112793 Parecer: CNE/CP 8/2014 Relatora: Ana Dayse Rezende Dorea Interessado: Julio Cezar Palhano da Silva - ME - Cuiabá/MT Assunto: Recurso contra decisão do Parecer CNE/CES nº 8/2014, que trata do credenciamento do Centro de Ensino Superior de Cuiabá - Faculdades, a ser instalado no Município de Cuiabá, Estado do Mato Grosso Voto da relatora: Nos termos do art. 33 do Regimento Interno do CNE, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da decisão exarada no Parecer CNE/CES nº 8/2014, desfavorável ao credenciamento do Centro de Ensino Superior de Cuiabá - Faculdades, localizada na Avenida 8 de abril, nº 510, bairro Jardim Cuiabá, Município de Cuiabá, Estado do Mato Grosso Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Processo: 23001.000068/2014-98 Parecer: CNE/CEB 3/2014 Relator: Francisco Aparecido Cordão Interessado: Ministério da Educação/Subsecretaria de Assuntos Administrativos/Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - Brasília/DF Assunto: Classificação de cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Voto do relator: À vista do exposto, nos termos deste Parecer, responda-se à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Educação no sentido de que o servidor que apresentar o correspondente diploma de técnico de nível médio, de acordo com a legislação e normas educacionais vigentes, fará jus ao recebimento do correspondente Incentivo à Qualificação (IQ), nos termos do art. 12 da Lei nº 11.091/2005, tomando-se como base percentual calculado sobre o padrão de vencimento percebido pelo referido servidor, na forma da Tabela de Percentuais de Incentivo à Qualificação, incluída pela Lei nº 12.772/2012, observados os seguintes parâmetros: a) Portador de diploma de técnico de nível médio devidamente registrado, nos termos da legislação e normas educacionais vigentes, em área de conhecimento com relação direta ao ambiente organizacional de atuação do servidor, fará jus ao recebimento de Incentivo à Qualificação correspondente ao percentual de 20%. b) Portador de diploma de técnico de nível médio devidamente registrado, nos termos da legislação e normas educacionais vigentes, em área de conhecimento com relação indireta ao ambiente organizacional de atuação do servidor, fará jus ao recebimento de Incentivo à Qualificação correspondente ao percentual de 10% Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.003818/2014-93 Parecer: CNE/CEB 4/2014 Relator: Francisco Aparecido Cordão Interessado: Instituto Monte Horebe - Brasília/DF Assunto: Consulta sobre o ensino técnico em contabilidade e sobre a profissão de Técnico em Contabilidade após o advento da Lei nº 12.249/2010 Voto do relator: À vista do exposto, nos termos deste Parecer, responda-se ao professor Igor Gonçalves Torres, diretor e mantenedor do Instituto Monte Horebe, que oferece o curso de Técnico em Contabilidade, de forma ininterrupta, desde 1999, no sentido de que esta Câmara de Educação Básica entende: 1) A Lei nº 12.249/2010 em nada alterou a existência legal dos cursos técnicos em Contabilidade e, assim, as escolas devidamente credenciadas e autorizadas, nos termos da legislação e normas educacionais vigentes, poderão continuar a oferecer o curso de Técnico em Contabilidade, mesmo após a data de 1º de junho de 2015. 2) A Lei nº 12.249/2010 não determinou a extinção da profissão do Técnico em Contabilidade e, assim, os diplomados pelos cursos de Técnico em Contabilidade estão plenamente amparados pelos dispositivos legais do Decreto-Lei nº 8.191/45 e da Lei nº 9.394/96, que lhe asseguram, respectivamente, o título de Técnico em Contabilidade e a validade nacional da habilitação profissional que receberam. 3) A Lei nº 12.249/2010, apenas e tão somente, retirou do Técnico em Contabilidade as atribuições privativas que estavam designadas nas alíneas "a" e "b" do art. 25 do Decreto-Lei nº 9.295/46 e, assim, todas as demais atribuições e atividades exercidas atualmente pelos Técnicos em Contabilidade e que não sejam privativas dos contadores podem continuar sendo exercidas plenamente pelos Técnicos em Contabilidade, na forma do art. 5º, inciso VIII, da Constituição Federal. 4) No ordenamento jurídico nacional, resoluções não têm poder para restringir e disciplinar o que a Lei não estabeleceu, caso não haja nesta alguma determinação expressa nesse sentido, sendo exatamente a situação em que se encontram os atuais Técnicos em Contabilidade. Cópias deste Parecer devem ser enviadas, após a devida homologação ministerial, à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC); à Comissão de Assuntos Sociais do Senado, onde o assunto está em discussão; ao Ministério Público Federal; à Promotoria de Justiça do Distrito Federal; ao Conselho Federal de Contabilidade; e ao Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Processo: 23000.017107/2011-53 Parecer: CNE/CES 156/2014 Relatores: Ana Dayse Rezende Dorea, Luiz Roberto Liza Curi e Sérgio Roberto Kieling Franco Interessada: Galileo Administração de Recursos Educacionais S.A. - Rio de Janeiro/RJ Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), que, por meio do Despacho nº 2, de 13 de janeiro de 2014, publicado no Diário Oficial da União em 14 de janeiro de 2014, determinou o descredenciamento da Universidade Gama Filho e do Centro Universitário da Cidade, ambos com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro Voto dos relatores: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conhecemos do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos do Despacho nº 2, de 13 de janeiro de 2014, publicado no Diário Oficial da União em 14 de janeiro de 2014, que descredenciou o Centro Universitário da Cidade e a Universidade Gama Filho, com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201360630 Parecer: CNE/CES 157/2014 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessada: Escola Madre Tereza Ltda. - Santana/AP Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio do Despacho nº 209, de 5 de dezembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União (DOU), de 6 de dezembro de 2013, determinou aplicação de medida cautelar de suspensão de ingresso de novos alunos no curso de Administração da Faculdade Madre Tereza, com sede no Município de Santana, Estado do Amapá Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos do Despacho nº 209/2013 - SERES/MEC, de 5 de dezembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União, de 6 de dezembro de 2013, que determinou aplicação de medida cautelar de suspensão de ingresso de novos alunos no Curso de Administração, bacharelado, presencial, da Faculdade Madre Tereza, localizada na Rua Ubaldo Figueira, nº 1777, Nova Brasília, no Município de Santana, Estado do Amapá Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201360084 Parecer: CNE/CES 158/2014 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessada: Fundação Karnig Bazarian - Itapetininga/SP Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio do Despacho nº 209, de 5 de dezembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União (DOU), de 6 de dezembro de 2013, determinou aplicação de medida cautelar de suspensão de ingresso de novos alunos no curso de Publicidade e Propaganda das Faculdades Integradas de Itapetininga, com sede no Município de Itapetininga,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Estado de São Paulo Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos do Despacho nº 209/2013 - SERES/MEC, de 5 de dezembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União, de 6 de dezembro de 2013, que determinou aplicação de medida cautelar de suspensão de ingresso de novos alunos no Curso de Publicidade e Propaganda, bacharelado presencial, das Faculdades Integradas de Itapetininga, localizado na Rodovia Raposo Tavares, Km 162, Nova Itapetininga, no Município de Itapetininga, Estado de São Paulo Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000020/2014-80 Parecer: CNE/CES 159/2014 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessado: Fabian Andres Lara Molina - Campinas/SP Assunto: Recurso contra decisão da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que indeferiu o pedido de revalidação do diploma de graduação de Engenheiro Mecatrônico emitido pela Universidad Militar Nueva Granada, em Bogotá, Colômbia Voto do relator: Devolva-se ao interessado para que o mesmo interponha o recurso preliminarmente ao Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo, tendo em vista que a Universidade Estadual de Campinas é uma Universidade Pública do Sistema Estadual Paulista Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000085/2012-63 Parecer: CNE/CES 160/2014 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessada: Mirian Yoshie Kato - Bragança Paulista/SP Assunto: Reexame do Parecer CNE/CES nº 420/2012, que trata de convalidação de estudos e validação nacional de títulos obtidos no curso de Mestrado em Direito na Universidade São Francisco, situada no Município de Bragança Paulista, no Estado de São Paulo Voto do relator: Pelas razões expostas, voto pela revisão da deliberação tomada com fulcro no Parecer CNE/CES nº 420/2012, e manifesto-me favoravelmente à convalidação dos estudos e à validação nacional do título de Mestre, obtido no curso de Mestrado em Direito, ministrado pela Universidade São Francisco, com sede no Município de Bragança Paulista, no Estado de São Paulo, pela concluinte Mirian Yoshie Kato - RG nº 8.266.278 SSP/SP Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 20077666 Parecer: CNE/CES 162/2014 Relatora: Ana Dayse Rezende Dorea Interessada: Associação de Ensino Integrado e Organizado Universitário - Cariacica/ES Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio do Despacho nº 161/2011, determinou, cautelarmente, aplicação de medidas de supervisão à Faculdade de Ciências Biomédicas do Espírito Santo, com sede no Município de Cariacica, Estado do Espírito Santo Voto da relatora: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo, até a deliberação pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) sobre o cumprimento das ações de melhorias constantes do Protocolo de Compromisso firmado junto à SERES/MEC, os efeitos da decisão do Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior exarada no Despacho SERES/MEC nº 161/2011, de 19 de setembro de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2011, que aplicou medidas cautelares preventivas à Faculdade de Ciências Biomédicas do Espírito Santo - PIO XII - BIO, com sede no Município de Cariacica, Estado do Espírito Santo Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201360132 Parecer: CNE/CES 165/2014 Relatora: Ana Dayse Rezende Dorea Interessada: Fundação José Bonifácio Lafayette de Andrada - Belo Horizonte/MG Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio do Despacho nº 209/2013, aplicou medida cautelar preventiva de suspensão de ingresso no curso de graduação em Administração, bacharelado, da Faculdade de Administração de Cataguases, com sede no Município de Cataguases, Estado de Minas Gerais Voto da relatora: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, exarada no Despacho SERES/MEC nº 209/2013, de 5 de dezembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 6 de dezembro de 2013, que aplicou medida cautelar preventiva de suspensão de ingresso no curso de Administração, bacharelado, ministrado pela Faculdade de Administração de Cataguases, localizada na Rua Nogueira Neves, nº 187, Centro, no Município de Cataguases, Estado de Minas Gerais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201117959 Parecer: CNE/CES 166/2014 Relator: Reynaldo Fernandes Interessado: Instituto Educacional Santo Agostinho Ltda. - Montes Claros/MG Assunto: Credenciamento da Faculdade Santo Agostinho de Vitória da Conquista, a ser instalada no Município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Santo Agostinho de Vitória da Conquista, a ser instalada na Avenida Olívia Flores, nº 200, bairro Candeias, no Município de Vitória da Conquista, no Estado da Bahia, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos de bacharelado em Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo, ambos com 192 (cento e noventa e duas) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201102157 Parecer: CNE/CES 168/2014 Relatora: Ana Dayse Rezende Dorea Interessada: Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo (ASSUPERO) - São Paulo/SP Assunto: Recredenciamento da Faculdade do Sudeste Mineiro, com sede no Município de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais Voto da relatora: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade do Sudeste Mineiro, com sede na Rua Santo Antônio, nº 1.130, Centro, no Município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o art. 4º, da Lei nº 10.870/2004, como a exigência avaliativa prevista no art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 20077269 Parecer: CNE/CES 169/2014 Relatora: Ana Dayse Rezende Dorea Interessada: União Pioneira de Integração Social (UPIS) - Brasília/DF Assunto: Recredenciamento das Faculdades Integradas da UPIS, com sede em Brasília, no Distrito Federal Voto da relatora: Voto favoravelmente ao recredenciamento das Faculdades Integradas da UPIS, com sede na SEPS EQ 712/912, s/nº, Conjunto "A", bairro Asa Sul, cidade de Brasília, Distrito Federal, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º, da Lei nº 10.870/2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 200902483 Parecer: CNE/CES 171/2014 Relator: Erasto Fortes Mendonça Interessada: Fundação de Ensino Superior de Passos (FESP) - Passos/MG Assunto: Recredenciamento da Faculdade de Enfermagem de Passos (FAENPA), localizada no Município de Passos, Estado de Minas Gerais Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de Enfermagem de Passos (FAENPA), localizada na Avenida Juca Stockler, nº 1.130, Bairro Belo Horizonte, Município de Passos, Estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, quanto à exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201103839 Parecer: CNE/CES 172/2014 Relator: Erasto Fortes Mendonça Interessada: Congregação da Missão Província do Sul - Curitiba/PR Assunto: Recredenciamento da Faculdade Vicentina (FAVI), localizada no Município de Curitiba, Estado do Paraná Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Vicentina (FAVI), localizada na Rua Jaime Reis, nº 531, Bairro Alto São Francisco, Município de Curitiba, Estado do Paraná, observando-se tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, quanto à exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201100926 Parecer: CNE/CES 173/2014 Relator: Luiz Fernandes Dourado Interessada: GUATAG Associação de Assistência Educacional - Brasília/DF Assunto: Recredenciamento da Faculdade Projeção de Sobradinho, com sede em Brasília, no Distrito Federal Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Projeção de Sobradinho, localizada na Quadra 4, Área Reservada 1, Região Administrativa V, bairro Sobradinho, Brasília, Distrito Federal, observando-se tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 20073764 Parecer: CNE/CES 174/2014 Relator: Reynaldo Fernandes Interessada: Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil - São Paulo/SP Assunto: Recredenciamento do Instituto Teológico Franciscano, com sede no Município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento do Instituto Teológico Franciscano, com sede na Rua Coronel Veiga, nº 550, Centro, Município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 200803530 Parecer: CNE/CES 175/2014 Relator: Reynaldo Fernandes Interessada: IUNI Educacional S.A. - Cuiabá/MT Assunto: Recredenciamento da Faculdade de Ciências Jurídicas, Gerenciais e Educação de Sinop (FIS), com sede no Município de Sinop, Estado de Mato Grosso Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de Ciências Jurídicas, Gerenciais e Educação de Sinop (FIS), com sede na avenida Brasília nº 955, Setor Industrial, Município de Sinop, Estado do Mato Grosso, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o art. 4º da Lei nº 10.870/2004, como a exigência avaliativa prevista no art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 200906844 Parecer: CNE/CES 176/2014 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessada: Junta Administrativa da Faculdade Teológica Batista de Brasília - Brasília/DF Assunto: Recredenciamento da Faculdade Teológica Batista de Brasília, com sede em Brasília, Distrito Federal Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Teológica Batista de Brasília (FTBB), localizada no logradouro SGAN 611, módulo B, Região Administrativa I, s/n, bairro Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o art. 4º da Lei nº 10.870/2004, como a exigência avaliativa prevista no art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 20078998 Parecer: CNE/CES 177/2014 Relator: Paschoal Laércio Armonia Interessado: Lar de Amparo e Promoção Humana - Uberlândia/MG Assunto: Recredenciamento da Faculdade Uberlandense de Núcleos Integrados de Ensino, Serviço Social e Aprendizagem (FAESSA), com sede no Município de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Uberlandense de Núcleos Integrados de Ensino, Serviço Social e Aprendizagem (FAESSA), com sede na Rua Bocaiúva, nº 82, bairro Morada da Colina, no Município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000035/2014-48 Parecer: CNE/CES 178/2014 Relator: Paschoal Laércio Armonia Interessada: Ana Cláudia Clemente Coelho Fontes - Belo Horizonte/MG Assunto: Solicitação de autorização para cursar 50% (cinquenta por cento) do internato do curso de Medicina da Universidade Severino Sombra, no Estado do Rio de Janeiro, fora da unidade federativa de origem, a se realizar no Hospital Belo Horizonte, no Município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais Voto do relator: Voto favoravelmente à autorização para que Ana Cláudia Clemente Coelho Fontes, portadora da cédula de identidade RG M nº 6.272.250 SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº 862.627.936-15, aluna do curso de Medicina da Universidade Severino Sombra (USS), situada no Município de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro, realize, em caráter excepcional, 50% (cinquenta por cento) do Estágio Curricular Supervisionado (internato), no Hospital Belo Horizonte, no Município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, devendo a requerente cumprir as atividades do estágio curricular previstas no projeto pedagógico do curso de Medicina da Universidade Severino Sombra (USS), cabendo a esta a responsabilidade pela supervisão do referido estágio. Proponho, outrossim, a convalidação dos atos acadêmicos eventualmente desenvolvidos a propósito desta autorização, até a data de homologação deste Parecer Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000036/2014-92 Parecer: CNE/CES 179/2014 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessado: Fábio Seixas Dourado - Belo Horizonte/MG Assunto: Solicita autorização para cursar 50% (cinquenta por cento) do regime de internato do Curso de Medicina da Universidade Severino Sombra, no Estado do Rio de Janeiro, fora da unidade federativa de origem, a se realizar no Hospital Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais Voto do relator: Voto favoravelmente à autorização para que Fábio Seixas Dourado, portador da cédula de identidade RG nº 12.486.022 MG, inscrito no CPF sob o nº 072.383.436-90, aluno do curso de Medicina da Universidade Severino Sombra , situada no Município de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro, realize, em caráter excepcional, 50% (cinquenta por cento) do Estágio Curricular Supervisionado (Internato), no Hospital Belo Horizonte, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, devendo o requerente cumprir as atividades do estágio curricular previstas no projeto pedagógico do curso de Medicina da Universidade Severino Sombra, cabendo a esta a responsabilidade pela supervisão do referido estágio. Proponho, outrossim, a convalidação dos atos acadêmicos eventualmente desenvolvidos a propósito desta autorização, até a data de homologação deste Parecer Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 200801292 Parecer: CNE/CES 181/2014 Relator: Sérgio Roberto Kieling Franco Interessada: Mitra Diocesana de Petrópolis - Petrópolis/RJ Assunto: Credenciamento da Universidade Católica de Petrópolis (UCP), com sede no Município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Universidade Católica de Petrópolis para oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Rua Benjamin Constant, nº 213, Centro, no Município de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, com abrangência de atuação em sua sede, e no polo de apoio presencial na mesma sede, a partir da oferta do curso de Pedagogia, licenciatura, com 300 (trezentas) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201107139 Parecer: CNE/CES 182/2014 Relator: Luiz Fernandes Dourado Interessado: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) - Florianópolis/SC Assunto: Credenciamento institucional da Faculdade de Tecnologia Senac - Florianópolis para oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade de Tecnologia SENAC - Florianópolis, para oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Rua Silva Jardim, nº 360, Bairro Prainha, Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, com abrangência de atuação em sua sede e nos seguintes polos de apoio presencial: Polo na Sede - Rua Silva Jardim, nº 360 - Prainha - Florianópolis/Santa Catarina; Polo Centro de Educação Profissional de SENAC Joaçaba - Av. XV de Novembro, nº 254 - Centro - Município de Joaçaba, Estado de Santa Catarina; Polo Centro de Educação Profissional do SENAC Cascavel - Rua Recife, nº 2.283 - Coqueiral - Município de Cascavel, Estado do Paraná; Polo Centro de Educação Profissional do SENAC de Maringá - Avenida Colombo, nº 6213 - Jardim Universitário - Município de Maringá, Estado do Paraná; Polo Centro de Educação Profissional SENAC Curitiba - Rua André de Barros, nº 750 - Centro - Município de Curitiba, Estado do Paraná; Polo Centro de Educação Profissional SENAC Dourados - Rua Dr Mário Machado de Lemos, nº 240 - Jardim Londrina - Município de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul; Polo Centro de Educação Profissional SENAC Guarapuava - Rua Padre Chagas, nº 3899 - Centro - Município de Guarapuava, Estado do Paraná; Polo Centro de Educação Profissional SENAC Lages - Avenida Dom Pedro II, nº 1450 - São Cristóvão - Município de Lages, Estado de Santa Catarina; Polo Centro de Educação Profissional SENAC Londrina - Rua Raposo Tavares, nº 894 - Vila Ipiranga - Município de Londrina, Estado do Paraná; Polo Centro de Educação Profissional SENAC Rio do Sul - Rua Visconde de Cairú, nº 60 - Santana - Município de Rio do Sul,

IMPRENSA NACIONAL

Estado de Santa Catarina; Polo Centro de Educação Profissional SENAC São Bento do Sul - Rua Augusto Klimmek, 1º andar, nº 277 - Centro - Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina; Polo Faculdade de Tecnologia SENAC do Rio Grande do Sul - Rua Coronel Genuíno, nº 130 - Centro - Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul; Polo Faculdade de Tecnologia SENAC Goiás - Avenida Independência, nº 1.002 - Setor Leste Vila Nova - Município de Goiânia, Estado de Goiás; Polo Faculdade de Tecnologia SENAC Rio de Janeiro - Rua Santa Luzia, nº 735 - Centro - Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; Polo SENAC Belo Horizonte - Rua dos Guajajaras, nº 40 - Centro - Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais; Polo SENAC Campo Grande - Rua Francisco Cândido Xavier, nº 75 - Centro - Município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul; Polo SENAC Cuiabá - Rua Jesse Pinto Freire, nº 171 - Centro Sul - Município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso; Polo SENAC Fortaleza - Avenida Tristão Gonçalves, nº 1245 - Centro - Município de Fortaleza, Estado do Ceará; Polo SENAC Juiz de Fora - Avenida Barão do Rio Branco, - de 3.232 a 4.000 - lado par, nº 3.330 - Centro - Município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais; Polo SENAC Maceió - Rua Pedro Paulino, nº 77 - Poço - Município de Maceió, Estado de Alagoas; Polo SENAC Montes Claros - Avenida Deputado Esteves Rodrigues, - lado par, nº 250 - Centro - Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais; Polo SENAC Pouso Alegre - Av. Vicente Simões, nº 370 - Centro - Município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais; Polo SENAC Rio Branco - Rua Alvorada, nº 777 - Bosque - Município de Rio Branco, Estado do Acre; Polo SENAC Sete Lagoas - Rua José Duarte de Paiva, nº 775 - Santa Luzia - Município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais; Polo SENAC Três Lagoas - Avenida Antônio Trajano, - até 1110 - lado par, nº 216 - Centro - Município de Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul; Polo SENAC Uberlândia - Avenida Belo Horizonte, nº 525 - Martins - Município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais; Polo SENAC Três Marias - Rua Isaac Newton, nº 3 - Centro - Município de Três Marias, Estado de Minas Gerais, a partir da oferta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial, modalidade EaD, com 1.350 (um mil trezentas e cinquenta) vagas totais anuais, com atividades de apoio presencial obrigatórias nos polos em situação regular Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000001/2014-53 Parecer: CNE/CES 188/2014 Relator: Paschoal Laércio Armonia Interessada: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) - Brasília/DF Assunto: Alterações em programas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) recomendados pelo Conselho Técnico-Científico (CTC) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), requeridas pelas Instituições de Educação Superior (IES) Voto do relator: Considerando o pedido das Instituições de Educação Superior e a manifestação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), voto favoravelmente às alterações nos programas de pós-graduação stricto sensu, conforme abaixo: 1) Universidade Estadual do Ceará (UECE) - Alterar a nomenclatura do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública (código 22003010004P0), para Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, nível de Mestrado Acadêmico. 2) Universidade Federal de Lavras (UFLA) - Alterar a nomenclatura do Programa de Pós-Graduação em Agronomia - Entomologia (código 32004010007P8), para Programa de Pós-Graduação em Entomologia, níveis de Mestrado Acadêmico e Doutorado. 3) Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Retificar a alteração da nomenclatura do Programa de Pós-Graduação em Lazer (código 32001010077P3), para Programa de Pós-Graduação em Estudos do Lazer, nível de Mestrado Acadêmico. 4) Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) - Retificar o código do Programa de Pós-Graduação em Genética e Toxicologia Aplicada (código 4201910010P0), níveis de Mestrado Acadêmico e Doutorado, para o qual foi solicitada a desativação, mas foi publicado com erro no código. 5) Universidade José do Rosário do Vellano (UNIFENAS) - Alterar a nomenclatura do Programa de Pós-Graduação em Medicina Veterinária - Reprodução Animal (código 32016018003P3), para Programa de Pós-Graduação em Reprodução, Sanidade e Bem-Estar Animal, nível de Mestrado Acadêmico Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000003/2014-42 Parecer: CNE/CES 189/2014 Relator: Erasto Fortes Mendonça Interessada: Escola Superior Aberta do Brasil Ltda. - Vila Velha/ES Assunto: Recurso contra ato do Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior que, por meio das Portarias nº 547/2013, 548/2013 e 549/2013, publicadas no Diário Oficial da União (DOU), de 25/10/2013, autorizou respectivamente os cursos de Sistemas de Informação (Bacharelado), Pedagogia (Licenciatura) e Administração (Bacharelado), todos na modalidade a distância, reduzindo o número de vagas totais anuais requeridas pela Escola Superior Aberta do Brasil, sediada no Município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo Voto do relator: Nos termos do art. 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior expressa nas Portarias SERES/MEC nº 547/2013, 548/2013 e 549/2013, publicadas no Diário Oficial da União de 25/10/2013, para autorizar a oferta de 6.000 (seis mil) vagas totais anuais para o Curso de Administração (Bacharelado), 6.000 (seis mil) vagas totais anuais para o Curso de Pedagogia (Licenciatura) e 6.000 (seis mil) vagas totais anuais para o curso de Sistemas de Informações (Bacharelado), todos na modalidade a distância a serem ofertados pela Escola Superior Aberta do Brasil (ESAB), com sede na Avenida Santa Leopoldina, nº 840, Bairro Coqueiral de Itaparica, no Município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo, mantida pela Escola Superior Aberta do Brasil Ltda., com sede no mesmo Município e Estado, determinando, ainda, que a ESAB ajuste o seu quadro docente com a contratação de profissionais devidamente qualificados, de maneira que o corpo docente de cada curso seja composto por, no mínimo, 40 (quarenta) professores Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

Observação: De acordo com o Regimento Interno do CNE e a Lei nº 9.784/1999, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias para recursos, quando couber, a partir da data de publicação desta Súmula no Diário Oficial da União, ressalvados os processos em trâmite no Sistema e-MEC, cuja data de publicação, para efeito de contagem do prazo recursal, será efetuada a partir da publicação nesse Sistema, nos termos do artigo 1º, § 2º, da Portaria Normativa MEC nº 40/2007. Os Pareceres citados encontram-se à disposição dos interessados no Conselho Nacional de Educação e serão divulgados na página do CNE (http://portal.mec.gov.br/cne/).

Brasília, 15 de julho de 2014.
ANDRÉA MALAGUTTI
Secretária Executiva

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 1.869, DE 8 DE JULHO DE 2014

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE REITOR, e no uso de suas atribuições legais, resolve:

RETIFICAR os termos da Portaria GR nº 1.813/2014, de 01/7/2014, Publicada no DOU de 03/7/2014, que trata de homologação de candidatos aprovados em Concurso Público para a Carreira do Magistério Superior, objeto do Edital n.º 026, de 02/05/2014, publicado no DOU de 05/05/2014, retificado no DOU de 08/05/2014, 12/05/2014, 15/05/2014 destinado ao provimento de cargos para a Carreira do Magistério Superior, nos termos seguintes:

Onde se lê:

IEAA	Sociologia e Pedagogia/Estágio	Professor Assistente A, Nível 1.	40h	DE	Rosimeri Pereira da Silva	1º
					Agenor Francisco de Carvalho	2º
	Engenharia Ambiental III	Professor Auxiliar, Nível 1.	40h	DE	Willian Cezar Nadaleti	1º
					Benone Otávio Souza de Oliveira	2º
					Hamury Sales Noguchi	3º
					Tatiana Martins de Lima	4º
					Sinara dos Santos	5º

Leia-se:

IEAA	Sociologia e Pedagogia/Estágio	Professor Assistente A, Nível 1.	40h	DE	Rosimeri da Silva Pereira	1º
					Agenor Francisco de Carvalho	2º
	Engenharia Ambiental III	Professor Auxiliar, Nível 1.	40h	DE	Willian Cezar Nadaleti	1º
					Benone Otávio Souza de Oliveira	2º
					Harumy Sales Noguchi	3º
					Tatiana Martins de Lima	4º
					Sinara dos Santos	5º

HEDINALDO NARCISO LIMA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

PORTARIA Nº 1.020, DE 14 DE JULHO DE 2014

A Reitora da Universidade Federal de Viçosa, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto de 16/05/2011, publicado no Diário Oficial da União de 17/05/2011, considerando o que consta do Processo 006284/2013, resolve:

Aplicar à empresa GLOBAL-FOX SERVIÇOS E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - ME, CNPJ nº 06.015.926/0001-37, a pena de impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 6 (seis) meses, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, cumulada com multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato representado pela Nota de Empenho nº 2013NE801618, bem como com a sua rescisão, pela inexecução total das obrigações assumidas com esta Instituição, tudo com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos subitens 15.2 e 15.2.2 do Edital de Pregão nº 162/2013, determinando, ainda, o registro das punições e o descredenciamento junto ao SICAF.

NILDA DE FÁTIMA FERREIRA SOARES

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 396, DE 15 DE JULHO DE 2014

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a Decisão Judicial exarada no bojo da Ação Ordinária nº 0803193-52.2014.4.05.8300 pelo Juízo da 10ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco, a Nota Técnica nº 609/2014-CGCIES/DIREG/SERES/MEC, de 15 de janeiro de 2014, e o Processo nº 23000.007552/2014-58, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Torna-se sem efeito a Portaria nº 432, de 30 de agosto de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, publicada no Diário Oficial da União de 3 de setembro de 2013, seção 1, página 28, restabelecendo-se, sub judice, o disposto na linha 27 do Anexo da Portaria nº 295, de 9 de julho de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, publicada no Diário Oficial da União de 10 de julho de 2013, seção 1, página 21.

Art. 2º Esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

ADALBERTO DO RÊGO MACIEL NETO

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União nº 249, de 27 de dezembro de 2012, Seção 1, página 54, na linha 1.349, do anexo da Portaria nº 286, de 21 de dezembro de 2012, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, onde se lê: "Letras (Licenciatura)", leia-se: "Letras - Português e Inglês (Licenciatura)", conforme Parecer nº 177/2014/CGFPR/DIREG/SERES/MEC, de 15/07/2014. (Registro e-MEC nº 201213304).

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 816, DE 15 DE JULHO DE 2014

O Pró-Reitor de Desenvolvimento de Pessoas, no uso das atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência n° 448, de 17/05/2011, resolve:

Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para a classe de Professor da Carreira do Magistério Superior desta Universidade, para exercício na cidade de Salvador e de Vitória da Conquista, conforme Edital n° 01/2013, publicado no DOU de 19/08/2013.

Unidade: ESCOLA DE TEATRO
Departamento: DEPTO. DE TÉCNICAS DE ESPETÁCULO
Área de Conhecimento: Direção Teatral
Vagas: 1
Classe: ADJUNTO A
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23066.018597/14-31
Não houve candidato aprovado.
Unidade: ESCOLA POLITÉCNICA
Departamento: DEPTO. DE ENGENHARIA ELÉTRICA
Área de Conhecimento: Automação Industrial
Vagas: 1
Classe: ADJUNTO A
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23066.017432/14-13
Não houve candidato aprovado.
Área de Conhecimento: Instrumentação Industrial
Vagas: 1

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Classe: ADJUNTO A
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23066.017123/14-81
Não houve candidato aprovado.
Unidade: INSTITUTO DE PSICOLOGIA
Área de Conhecimento: Política Social
Vagas: 3
Classe: ADJUNTO A
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23066.020991/14-75
Não houve candidato aprovado.

ANTÔNIO EDUARDO MOTA PORTELA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 1.136/14-R, DE 30 DE JUNHO DE 2014

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando da atribuição que lhe confere O ART. 39, XXI, DO REGIMENTO GERAL DA UFRN, CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009; CONSIDERANDO, ainda, o que estabelece o artigo 12 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e CONSIDERANDO, por fim, o Edital nº 009/2013; resolve:

Prorrogar, por um ano, a validade do Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Professor de 3º grau, de que trata o Edital nº 009/2013-PROGESP, publicado no D.O.U. nº 39 de 27/02/2013, homologado através da Resolução nº 035/2013, publicada no D.O.U. nº 168 de 30/08/2013, seção 1, página 10-13.

ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ

PORTARIA Nº 1.137/14-R, DE 30 DE JUNHO DE 2014

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando da atribuição que lhe confere O ART. 39, XXI, DO REGIMENTO GERAL DA UFRN, CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009; CONSIDERANDO, ainda, o que estabelece o artigo 12 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e CONSIDERANDO, por fim, o Edital nº 013/2013; resolve:

Prorrogar, por um ano, a validade do Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Professor de 3º grau, de que trata o Edital nº 013/2013-PROGESP, publicado no D.O.U. nº 81 de 29/04/2013, homologado através da Resolução nº 035/2013, publicada no D.O.U. nº 168 de 30/08/2013, seção 1, página 10-13.

ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ

PORTARIA Nº 1.268/14-R, DE 15 DE JULHO DE 2014

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando da atribuição que lhe confere O ART. 39, XXI, DO REGIMENTO GERAL DA UFRN, CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009; CONSIDERANDO, ainda, o que estabelece o artigo 12 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e CONSIDERANDO, por fim, o Edital nº 016/2013; resolve:

Prorrogar, por um ano, a validade do Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Professor de 3º grau, de que trata o Edital nº 016/2013-PROGESP, publicado no D.O.U. nº 100 de 27/05/2013, homologado através da Resolução nº 194/2013, publicada no D.O.U. nº 194 de 07/10/2013, seção 1, página 15.

ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 5.301, DE 11 DE JULHO DE 2014

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais delegada pela Portaria nº 451 de 09/04/2010, DOU de 12/04/2010, resolve:

Prorrogar por mais um ano, a vigência do Concurso Público de Provas e Títulos, setor 180, tratado no Edital nº 312 de 21 de dezembro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 24 de dezembro de 2012 e republicado em 07 de fevereiro de 2013, a contar da respectiva data de publicação de sua homologação no Diário Oficial da União, a saber:

Código	Centro	Unidade	Departamento / Programa / Curso	Setorização Definitiva	Regime de Trabalho	Nº de Vagas
180	CCS	Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho - IBCCF	---	Ciências de Animais de Laboratórios	40h-DE	1

CARLOS ANTONIO LEVI DA CONCEIÇÃO

CENTRO DE LETRAS E ARTES
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

PORTARIA Nº 5.431, DE 14 DE JULHO DE 2014

O Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Professor Mauro Cesar de Oliveira Santos, resolve:

Tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professores substitutos referente ao edital nº 157, de 13/06/2014, publicado no DOU nº 113, de 16/06/2014 divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

DEPARTAMENTO DE PROJETO DE ARQUITETURA
1 - MURILIO GUIMARÃES SOARES
2 - RODRIGO DA CUNHA NOGUEIRA

MAURO CESAR DE OLIVEIRA SANTOS

Ministério da Fazenda

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

ATO DECLARATÓRIO N° 13.757, DE 3 DE JULHO DE 2014

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM N° 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no artigo 12 das Normas contidas na Instrução CVM N° 308, de 14 de maio de 1999, declara REGISTRADO na Comissão de Valores Mobiliários, a partir de 01/07/2014, e autorizado a exercer a atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, de acordo com as Leis Nºs 6385/76 e 6404/76, o Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica
GSA AUDITORIA INDEPENDENTE S/S
CNPJ: 18.570.727/0001-70

MADSON DE GUSMÃO VASCONCELOS
Em exercício

ATO DECLARATÓRIO N° 13.764, DE 7 DE JULHO DE 2014

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM N° 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no artigo 12 das Normas contidas na Instrução CVM N° 308, de 14 de maio de 1999, declara REGISTRADO na Comissão de Valores Mobiliários, a partir de 07/07/2014, e autorizado a exercer a atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, de acordo com as Leis Nºs 6385/76 e 6404/76, o Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica
EXACT AUDITORIA E CONSULTORIA S/S
CNPJ: 19.576.634/0001-15

MADSON DE GUSMÃO VASCONCELOS
Em exercício

ATO DECLARATÓRIO N° 13.773, DE 14 DE JULHO DE 2014

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM N° 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no artigo 12 das Normas contidas na Instrução CVM N° 308, de 14 de maio de 1999, declara REGISTRADO na Comissão de Valores Mobiliários, a partir de 11/07/2014, e autorizado a exercer a atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, de acordo com as Leis Nºs 6385/76 e 6404/76, o Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica
BAKER TILLY BRASIL - PR AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CNPJ: 15.454.120/0001-36

JOSÉ CARLOS BEZERRA DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 13.777, DE 14 DE JULHO DE 2014

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no artigo 39 da Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, declara CANCELADO na Comissão de Valores Mobiliários, para os efeitos do exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, a partir de 26/06/2014, por solicitação do próprio, o registro do Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica
GWM AUDITORES E CONSULTORES
CNPJ: 29.417.029/0001-55

JOSÉ CARLOS BEZERRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM O MERCADO E INTERMEDIÁRIOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 13.770, DE 11 DE JULHO DE 2014

O Superintendente de Relações com o Mercado e Intermediários da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 405, de 10 de outubro de 2001, autoriza, retroativamente a 1º de julho de 2014, Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., CNPJ 92.236.777/0001-78, Banco Pine S.A., CNPJ 62.144.175/0001-20, Omar Camargo Corretora de Câmbio e Valores Ltda., CNPJ 76.616.978/0001-44, Futurainvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., 18.684.408/0001-95, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, CNPJ 33.657.248/0001-89, e BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, CNPJ 00.383.281/0001-09, a prestarem serviços de Custódia de Valores Mobiliários, nos termos do Artigo 24 da Lei nº 6.385/76 e da Instrução CVM nº 542/2013.

WALDIR DE JESUS NOBRE

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
1ª SEÇÃO
1ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 303, Brasília/DF.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 29 DE JULHO DE 2014 ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA

01 - Processo: 16643.000142/2010-21 - Embargos de Declaração - Embargante: DELEGACIA ESPECIAL DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - DEINF/SP - Embargada: Primeira Turma Ordinária da Primeira Câmara da Primeira Seção de Julgamento - Interessado: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A. - Matéria: IRPJ e CSLL - Amortização de ágio.

02 - Processo: 10480.722536/2009-24 - Embargos de Declaração - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM RECIFE/PE - Embargada: Primeira Turma Ordinária da Primeira Câmara da Primeira Seção de Julgamento - Interessado: CARLOS ALBERTO FERREIRA DA SILVA - Matéria: IRPJ e Reflexos. Omissão de Receitas.

03 - Processo: 10480.722537/2009-79 - Embargos de Declaração - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM RECIFE/PE - Embargada: Primeira Turma Ordinária da Primeira Câmara da Primeira Seção de Julgamento - Interessado: CARLOS ALBERTO FERREIRA DA SILVA - Matéria: IRPJ e Reflexos. Omissão de Receitas.

04 - Processo: 19647.021938/2008-51 - Embargos de Declaração - Embargante: PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - Embargada: Primeira Turma Ordinária da Primeira Câmara da Primeira Seção de Julgamento - Interessado: CARLOS ALBERTO FERREIRA DA SILVA - Matéria: IRPJ e Reflexos. Omissão de Receitas.

05 - Processo: 19515.722643/2012-88 - Recorrente: SILKIM PARTICIPAÇÕES S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSLL - Compensação de Bases Negativas.

Relator(a): ANTONIO LISBOA CARDOSO

06 - Processo: 10183.003265/2007-05 - Recorrente: IMPELCO - COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE ELETRODOMÉSTICO LTDA. (Responsável solidário: Vesle Móveis e Eletrodomésticos Ltda. - CNPJ: 03.861.701/0001-03) - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ

07 - Processo: 10183.003252/2007-28 - Recorrente: IMPELCO - COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE ELETRODOMÉSTICO LTDA. (Responsável solidário: Vesle Móveis e Eletrodomésticos Ltda. - CNPJ: 03.861.701/0001-03)- Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSLL

08 - Processo: 10183.003264/2007-52 - Recorrente: IMPELCO - COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE ELETRODOMÉSTICO LTDA. (Responsável solidário: Vesle Móveis e Eletrodomésticos Ltda. - CNPJ: 03.861.701/0001-03)- Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Cofins.

09 - Processo: 16327.000674/2007-46 - Recorrente: BANCO DIBENS S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSLL - Dcomp.

10 - Processo: 19515.001864/2009-13 - Ex Officio - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Interessado: YALE LA FONTE SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA. - Matéria: IPRJ - Estimativas não recolhidas.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DIA 30 DE JULHO DE 2014 ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA

11 - Processo: 10972.720023/2013-23 - Recorrente: ON9 CONSULTORIA LTDA - EPP - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e Reflexos - Omissão de receitas e outro.

12 - Processo: 10670.721050/2012-37 - Recorrente: CARVOVALE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROINDUSTRIAIS E FLORESTAIS LTDA. (Responsável tributário: Abele Travaglia) - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e Reflexos - Omissão de Receitas.

13 - Processo: 10675.720164/2011-39 - Recorrente: EDITORA ZARDO LTDA. (Responsáveis tributárias: Rosana Pachego Simão Zardo e Laila Simão Zardo) - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES NACIONAL - Omissão de Receitas.

14 - Processo: 15868.000001/2011-92 - Recorrente: FRIGORÍFICO ILHA SOLTEIRA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES FEDERAL - Omissão de Receitas.

Relator(a): ANTONIO LISBOA CARDOSO

15 - Processo: 19515.004473/2008-70 - Recorrente: GREEN LINE SISTEMAS DE SAÚDE S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

16 - Processo: 19515.722790/2012-58 - Recorrente: ASPEN DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

17 - Processo: 11040.720726/2013-35 - Recorrente: MÁSTER TRANSPORTES LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

18 - Processo: 12897.000282/2009-23 - Recorrente: SCS COMERCIAL E SERVIÇOS QUÍMICOS S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

DIA 31 DE JULHO DE 2014 ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA

19 - Processo: 10830.904198/2008-49 - Recorrente: ÁGUAS PRATA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Dcomp - Saldo Negativo - IRPJ.

20 - Processo: 10882.724240/2012-11 - Recorrente: FLORENCE INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA. (Responsável tributário: José Marcos Boni Costa) - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e Reflexos - Omissão de Receitas.

21- Processo: 11516.720292/2012-59 - Recorrente: WILL ALIMENTOS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e Reflexos - Arbitramento.

22 - Processo: 13982.000735/2010-59 - Recorrente: LUCRECIA ALIMENTOS LTDA. (Responsável solidária: Bread King Alimentos Ltda.) - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES - Exclusão e Arbitramento.

Relator(a): ANTONIO LISBOA CARDOSO

23 - Processo: 13896.722635/2011-37 - Recorrente: MICHEL MERHEJE FILHO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

24 - Processo: 16327.720768/2012-01 - Ex Officio - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Interessado: TÓKIO MARINE SEGURADORA S/A. - Matéria: CSLL - Estimativas não recolhidas.

25 - Processo: 11610.004308/2007-47 - Recorrente: GENERAL ELETRIC DO BRASIL LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Denúncia espontânea.

26 - Processo: 16327.001717/2010-14 - Ex Officio e Voluntário - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e SOROCRED CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A. - Matéria: IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

MARCOS AURÉLIO PEREIRA VALADÃO
Presidente da Turma

JOSÉ ANTONIO DA SILVA
Chefe da Secretaria

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO J, EDIFÍCIO ALVORADA, SALA 504, BRASÍLIA - DF

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 29 DE JULHO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JOÃO OTÁVIO OPPERMANN THOMÉ

1 - Processo nº: 12448.728319/2012-75 - Recorrente: HSJ COMERCIAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL - Debêntures

Relator: JOSÉ EVANDE CARVALHO ARAÚJO

2 - Processo nº: 16682.720703/2012-16 - Recorrente: H STERN COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL - Amortização de prêmio na emissão de debêntures.

Relator: FRANCISCO ALEXANDRE DOS SANTOS LINHARES

3 - Processo nº: 16682.721164/2011-43 - Recorrente: RECREIO VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e tributação reflexa. Sociedades em conta de participação. Razão econômica.

4 - Processo nº: 16682.721168/2011-21 - Recorrente: RECREIO VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Matéria: Representação fiscal para fins penais.

Relator: JOÃO OTÁVIO OPPERMANN THOMÉ

5 - Processo nº: 18471.002315/2003-61 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessada: TELEMAR S/A (sucessora por incorporação de TELECOMUNICAÇÕES DO CEARA S/A - TELECEARÁ - Matéria: CSLL - falta de recolhimento - compensação com 1/3 da Cofins.

Relator: FRANCISCO ALEXANDRE DOS SANTOS LINHARES

6 - Processo nº: 10805.001540/2009-45 - Recorrente: FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Entrega de DCTF. Fundações governamentais de direito privado.

DIA 29 DE JULHO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: RICARDO MAROZZI GREGÓRIO

7 - Processo nº: 16327.721704/2011-38 - Recorrentes: TOV CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA e FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ. Ganhos de capital na desmutualização das bolsas e em alienações de ações.

Relator: ANTONIO CARLOS GUIDONI FILHO

8 - Processo nº: 10380.726151/2010-06 - Recorrentes: CONSTRUTORA MARQUISE S.A. e FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e reflexos - glosa de custos - omissão de receita de deságio de ações - glosa de prejuízos - multa qualificada.

Relator: JOSÉ EVANDE CARVALHO ARAÚJO

9 - Processo nº: 16561.000188/2008-36 - Recorrentes: KLABIN S/A e FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL - glosa de despesas - amortização de ágio.

Relator: FRANCISCO ALEXANDRE DOS SANTOS LINHARES

10 - Processo nº: 14041.001545/2007-46 - Recorrentes: VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA. e FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e tributação reflexa. Requisição de Movimentação Financeira - RMF. Omissão de receitas. Depósitos bancários. Receitas operacionais não declaradas. Receitas de atividades contabilizadas e não declaradas.

Relator: JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO

11 - Processo nº: 10410.004497/2006-61 - Recorrente: COMPANHIA ALAGOAS INDUSTRIAL CINAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e reflexos - omissão de receitas - insuficiência de recolhimento - multas isoladas estimativas.

Relator: FRANCISCO ALEXANDRE DOS SANTOS LINHARES

12 - Processo nº: 16004.001024/2007-61 - Recorrente: DALMAR INDUSTRIA DE MOVEIS DE ACO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e tributação reflexa. Omissão de receitas. Depósito bancários. Decadência. Multa agravada.

13 - Processo nº: 19311.720015/2012-54- Recorrente: JOSE SANCHEZ OLLER - E Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IPI. Omissão de saídas. Depósitos bancários. Suspensão do imposto por determinação legal

Relator: RICARDO MAROZZI GREGÓRIO

14 - Processo nº: 16682.720726/2011-31 - Recorrente: FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Compensação.

Relator: JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO

15 - Processo nº: 10469.905437/2009-34 - Recorrente: GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - compensação de tributos.

16 - Processo nº: 10469.905440/2009-58 - Recorrente: GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - compensação de tributos.

17 - Processo nº: 10469.905451/2009-38 - Recorrente: GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - compensação de tributos.

18 - Processo nº: 10469.905458/2009-50 - Recorrente: GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - compensação de tributos.

19 - Processo nº: 10469.905459/2009-02 - Recorrente: GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - compensação de tributos.

20 - Processo nº: 10469.905461/2009-73 - Recorrente: GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - compensação de tributos.

21 - Processo nº: 10469.905457/2009-13 - Recorrente: GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - compensação de tributos.

22 - Processo nº: 10469.905848/2009-20 - Recorrente: GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - compensação de tributos.

23 - Processo nº: 10469.905430/2009-12 - Recorrente: GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - compensação de tributos.

24 - Processo nº: 10469.905455/2009-16 - Recorrente: GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - compensação de tributos.

25 - Processo nº: 10469.905846/2009-31 - Recorrente: GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - compensação de tributos.

26 - Processo nº: 10469.905456/2009-61 - Recorrente: GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - compensação de tributos.

27 - Processo nº: 10469.905847/2009-85 - Recorrente: GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - compensação de tributos.

28 - Processo nº: 10469.905443/2009-91- Recorrente: GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - compensação de tributos.

Relator: JOÃO OTÁVIO OPPERMANN THOMÉ

29 - Processo nº: 13811.000992/00-91 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessada: CERVEJARIAS REUNIDAS SKOL CARACU S/A - Matéria: Compensação de tributos.

30 - Processo nº: 12571.720002/2012-75 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessada: SANMINA-SCI DO BRASIL TECHONOLOGY LTDA - Matéria: procedimento fiscal - espontaneidade - multa.

DIA 30 DE JULHO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JOSÉ EVANDE CARVALHO ARAÚJO

31 - Processo nº: 13587.000197/2010-65 - Recorrente: TERMOMACAÉ LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - Compensação de saldo negativo.

Relator: JOÃO OTÁVIO OPPERMANN THOMÉ

32 - Processo nº: 16561.720029/2011-57 - Recorrentes: XERIUM TECHNOLOGIES BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. e FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL - amortização de ágio - multa qualificada.

Relator: JOÃO CARLOS DE FIGUEIREDO NETO

33 - Processo nº: 13629.721169/2012-11 - Recorrente: UNIMED ITABIRA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL - ato cooperativo.

Relator: FRANCISCO ALEXANDRE DOS SANTOS LINHARES

34 - Processo nº: 10830.720848/2012-81 - Recorrente: MIAMI SPORTS IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA - E Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e tributação reflexa. Omissão de receitas. Suprimento de numerário. Arbitramento de lucros

Relator: JOSÉ EVANDE CARVALHO ARAÚJO

35 - Processo nº: 18471.002050/2008-14 - Recorrente: RIO DE JANEIRO REFRESCOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL - Lançamentos decorrentes de compensações consideradas não declaradas.

Relator: JOÃO OTÁVIO OPPERMANN THOMÉ

36 - Processo nº: 10183.006557/2008-72 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessada: FIAGRIL AGRO MERCANTIL LTDA - Matéria: Reavaliação de ativo - ganho de capital - nulidade do lançamento.

DIA 30 DE JULHO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: FRANCISCO ALEXANDRE DOS SANTOS LINHARES

37 - Processo nº: 13971.722179/2012-66 - Recorrente: SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI S/S LTDA (Termo de sujeição passiva solidária: JV Participações Ltda., José Tafner e Marlon Jackson Tafner) e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e tributação reflexa. Suspenção de imunidade/isenção. (Processo Retirado de pauta a pedido do contribuinte na sessão de junho/2014)

Relator: JOÃO OTÁVIO OPPERMANN THOMÉ

38 - Processo nº: 10283.721285/2008-14 - Embargante: KEIHIN TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA e Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Preços de transferência na importação - método PRL - legalidade da IN SRF 243/2002.

Relator: JOSÉ EVANDE CARVALHO ARAÚJO

39 - Processo nº: 10980.001189/2002-95 - Recorrente: HSBC DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (BRASIL) LTDA. (incorporada por HSBC FINANCE (BRASIL) S.A. - BANCO MÚLTIPLO) e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRRF.

40 - Processo nº: 10640.005052/2007-75 - Recorrente: ABC ATACADO BRASILEIRO DA CONSTRUÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: PIS e Cofins - Receitas tributáveis.

Relator: FRANCISCO ALEXANDRE DOS SANTOS LINHARES

41 - Processo nº: 16327.002172/2003-26 - Recorrente: BPI EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ. Declaração de compensação. Aplicações Financeiras de SWAP. Comprovação documental do crédito pleiteado.

Relator: ANTONIO CARLOS GUIDONI FILHO

42 - Processo nº: 13804.000536/2002-91- Recorrente: SCHAHIN ENGENHARIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL. Matéria: Declaração de Compensação

43 - Processo nº: 10380.720083/2009-20 - Recorrente: FUNDAÇÃO COELCE DE SEGURIDADE SOCIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL. Matéria: Declaração de Compensação

Relator: RICARDO MAROZZI GREGÓRIO

44 - Processo nº: 10880.934629/2009-97 - Recorrente: MARCEP CORRETAGEM DE SEGUROS S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Compensação. Pagamento indevido a título de estimativa de IRPJ.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

45 - Processo nº: 10880.934631/2009-66 - Recorrente: MARCEP CORRETAGEM DE SEGUROS S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Compensação. Pagamento indevido a título de estimativa de IRPJ.

46 - Processo nº: 10880.934632/2009-19 - Recorrente: MARCEP CORRETAGEM DE SEGUROS S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Compensação. Pagamento indevido a título de estimativa de IRPJ.

47 - Processo nº: 10880.943992/2008-12 - Recorrente: MARCEP CORRETAGEM DE SEGUROS S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Compensação. Pagamento indevido a título de estimativa de IRPJ.

48 - Processo nº: 10880.943993/2008-67 - Recorrente: MARCEP CORRETAGEM DE SEGUROS S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Compensação. Pagamento indevido a título de estimativa de IRPJ.

49 - Processo nº: 10880.943994/2008-10 - Recorrente: MARCEP CORRETAGEM DE SEGUROS S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Compensação. Pagamento indevido a título de estimativa de IRPJ.

50 - Processo nº: 10880.949988/2008-68 - Recorrente: MARCEP CORRETAGEM DE SEGUROS S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Compensação. Pagamento indevido a título de estimativa de IRPJ.

51 - Processo nº: 10880.999647/2009-14 - Recorrente: MARCEP CORRETAGEM DE SEGUROS S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Compensação. Pagamento indevido a título de estimativa de IRPJ.

52 - Processo nº: 10880.934630/2009-11 - Recorrente: MARCEP CORRETAGEM DE SEGUROS S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Compensação. Pagamento indevido a título de estimativa de CSLL.

53 - Processo nº: 10880.936035/2009-11 - Recorrente: MARCEP CORRETAGEM DE SEGUROS S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Compensação. Pagamento indevido a título de estimativa de CSLL.

54 - Processo nº: 10880.936038/2009-54 - Recorrente: MARCEP CORRETAGEM DE SEGUROS S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Compensação. Pagamento indevido a título de estimativa de CSLL.

55 - Processo nº: 10880.936039/2009-07 - Recorrente: MARCEP CORRETAGEM DE SEGUROS S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Compensação. Pagamento indevido a título de estimativa de CSLL.

56 - Processo nº: 10880.978763/2009-08 - Recorrente: MARCEP CORRETAGEM DE SEGUROS S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Compensação. Pagamento indevido a título de estimativa de CSLL.

Relator: ANTONIO CARLOS GUIDONI FILHO

57 - Processo nº: 10675.900174/2010-75 - Recorrente: TEMPO SERVIÇOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL. Matéria: Declaração de Compensação

58 - Processo nº: 10675.909464/2009-41 - Recorrente: TEMPO SERVIÇOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL. Matéria: Declaração de Compensação

59 - Processo nº: 10675.909465/2009-95 - Recorrente: TEMPO SERVIÇOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL. Matéria: Declaração de Compensação

Relator: JOÃO OTÁVIO OPPERMANN THOMÉ

60 - Processo nº: 19740.000445/2007-39 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessada: AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS - Matéria: Compensação de tributos - embargos - contradição.

61 - Processo nº: 16707.001981/2001-84 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessada: LANILA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA - Matéria: IRPJ - erro material.

DIA 31 DE JULHO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO CARLOS GUIDONI FILHO

62 - Processo nº: 10930.005846/2003-40 - Recorrentes: ALGITUR TURISMO LTDA.e ALFONS GARDEMANN (responsável tributário) e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e reflexos - omissão de receitas - depósitos bancários - multa qualificada - multa isolada estimativas.

Relator: JOÃO OTÁVIO OPPERMANN THOMÉ

63 - Processo nº: 10830.006113/2006-01 - Embargante: Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária no Rio de Janeiro - DERAT/RJ e Interessada: DHL DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - Matéria: omissão de receita - saldo credor de caixa - recomposição da conta.

Relator: FRANCISCO ALEXANDRE DOS SANTOS LINHARES

64 - Processo nº: 16682.720621/2012-63- Recorrente: XEROX COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA - E Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ. Incorporação. Créditos da incorporada. Compensação com débitos da incorporadora.

Relator: JOSÉ EVANDE CARVALHO ARAÚJO

65 - Processo nº: 19740.720127/2008-79 - Recorrente: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSLL - Compensação de saldo negativo.

66 - Processo nº: 19740.000447/2007-28 - Recorrente: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSLL - Compensação de saldo negativo.

Relator: RICARDO MAROZZI GREGÓRIO

67 - Processo nº: 10880.949996/2008-12 - Recorrente: CIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Compensação.

68 - Processo nº: 10880.949997/2008-59 - Recorrente: CIA. DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Compensação.

Relator: ANTONIO CARLOS GUIDONI FILHO

69 - Processo nº: 11543.005394/2002-41 - Recorrente: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL. Matéria: Declaração de Compensação

70 - Processo nº: 19740.000314/2007-51 - Recorrente: BANCO NACIONAL S.A. EM LIQUIDAÇÃO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL. Matéria: Declaração de Compensação

Relator: JOSÉ EVANDE CARVALHO ARAÚJO

71 - Processo nº: 11543.004121/2001-07 - Recorrente: UNICAFÉ COMPANHIA DE COMÉRCIO EXTERIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - Compensação com ILL.

72 - Processo nº: 10980.900314/2008-37 - Recorrente: METSO PAPER SULAMERICANA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSLL - Compensação de saldo negativo.

Relator: JOÃO OTÁVIO OPPERMANN THOMÉ

73 - Processo: 10070.001793/2007-99 - Embargante: Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária no Rio de Janeiro - DERAT/RJ e Interessada: WEBB NEGÓCIOS S/A - Matéria: Multa por atraso na entrega de DCTF.

74 - Processo: 10380.009701/2004-72 - Embargante: DRF/FORTALEZA-CE e Interessada: M. DIAS BRANCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - Matéria: IRPJ - erro material.

Relator: FRANCISCO ALEXANDRE DOS SANTOS LINHARES

75 - Processo nº: 10936.720976/2012-47 - Recorrente: INOVA ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCTF. Multa por descumprimento de obrigação acessória.

Relator: RICARDO MAROZZI GREGÓRIO

76 - Processo nº: 15563.720259/2011-33 - Recorrentes: SENDAS DISTRIBUIDORA S/A e FAZENDA NACIONAL - Matéria: Conexão com processo já distribuído.

JOÃO OTÁVIO OPPERMANN THOMÉ
Presidente da Turma

JOSÉ ANTONIO DA SILVA
Chefe da Secretaria

3ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, 3º Andar Sala 301, em Brasília - Distrito Federal.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 29 DE JULHO DE 2014 ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): FABIO NIEVES BARREIRA

01 - Processo: 10630.720325/2010-20 - Recorrente: AGAR COMÉRCIO LTDA. - ME (Responsáveis tributários: J I Armazéns Gerais Ltda., João Inácio de Sales, TNT Armazéns Gerais Ltda. Newton Pereira Portes, Áurea Célia Alves de Souza Pereira, Antonio José Bezerra, Marcos Vinício Araújo, Custódio Forzza Comércio e Exportação Ltda. e Custódio Forzza) - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ CSLL, PIS e Cofins.

Relator(a): ANDRÉ MENDES DE MOURA

02 - Processo: 10073.901652/2012-13 - Recorrente: PEUGEOT CITROEN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Dcomp - Saldo negativo de CSLL.

03 - Processo: 17878.000200/2009-92 - Recorrente: PEUGEOT CITROEN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: PER/Dcomp.

Relator(a): FABIO NIEVES BARREIRA

04 - Processo: 13888.004358/2010-03 Recorrente: GERALDO J COAN & CIA. LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL.

05 - Processo: 13888.723869/2011-09 - Recorrente: GERALDO J COAN & CIA. LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRRF.

Relator(a): ANDRÉ MENDES DE MOURA

06 - Processo: 11080.013885/2007-65 - Recorrente: COOPERATIVA DOS AGRICULTORES DE PLANTIO DIRETO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

Relator(a): FABIO NIEVES BARREIRA

07 - Processo: 10166.000239/2004-82 - Embargos de Declaração - Embargante: DRF em Brasília/DF - Embargada: Antiga Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessado: VIA DRAGADOS S/A. -Matéria: IRPJ e CSLL.

Relator(a): BRENO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS

08 - Processo: 19515.007042/2008-65 - Ex Officio - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Interessado: MWM INTERNATIONAL INDÚSTRIA DE MOTORES DA AMÉRICA DO SUL LTDA. - Matéria: DCTF.

09 - Processo: 16349.720102/2011-13 - Recorrente: Ex Officio - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Interessado: SUPERMERCADOS BERGAMINI LTDA. - Matéria: Dcomp - Multa isolada.

Relator(a): MARCOS SHIGUEO TAKATA

10 - Processo: 12897.000193/2010-11 - Recorrente: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A. - PETROBRÁS - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ, CSLL - Lucros do exterior.

DIA 29 DE JULHO DE 2014 ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): BRENO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS

11 - Processo: 19515.007339/2008-21 - Recorrente: TENDA ATACADO LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Multa isolada - IRPJ.

Relator(a): FABIO NIEVES BARREIRA

12 - Processo: 10283.721454/2011-11 - Recorrente: BREITENER JARAQUI S/A. (Responsáveis solidários: Elfio Rocha Mendes, Willians Domingues de Oliveira, Antonio Geraldo Pinto Maia, Odilson Silva Nóbrega e Marcelo Abelaira Vizoto) - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

Relator(a): ANDRÉ MENDES DE MOURA

13 - Processo: 12448.728289/2012-05 - Embargos de Declaração - Embargante: AM/PM COMESTÍVEIS LTDA. - Embargada: Terceira Turma Ordinária da Primeira Câmara da Primeira Seção de Julgamento. - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ

Relator(a): EDUARDO MARTINS NEIVA MONTEIRO

14 - Processo: 12448.737120/2011-57 - Ex Officio e Voluntário - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e COCA COLA INDÚSTRIAS LTDA. - Matéria: IRPJ e Reflexos - Glosa de despesas

Relator(a): BRENO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS

15 - Processo: 16327.000984/2007-61 - Ex Officio e Voluntário - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e BANCO PECÚNIA S/A. - Matéria: IRPJ.

16 - Processo: 16327.720576/2011-13 - Ex Officio e Voluntário - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e DAYCOVAL HOLDING FINANCEIRA S/A. - Matéria: IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

Relator(a): MARCOS SHIGUEO TAKATA

17 - Processo: 16327.001634/2003-98 - Recorrente: BANCO CREDIT LYONNAIS BRASIL S/A. (Atual Banco Calyon Brasil S/A.) - Matéria: IRPJ - Compensação.

18 - Processo: 10480.725955/2012-13 - Ex Officio e Voluntário - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e DISLUB COMBUSTÍVEIS LTDA. - Matéria: IRPJ e CSLL - Ganho de Capital.

Relator(a): ALOYSIO JOSÉ PERCÍNIO DA SILVA

19 - Processo: 10245.003653/2008-97 - Ex Officio e Voluntário - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e SILVA FECUNDA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. - Matéria: IRPJ.

20 - Processo: 10245.003786/2008-63 - Ex Officio e Voluntário - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e WAWACÁCIA SILVOPASTORIL LTDA. - Matéria: IRPJ.

DIA 30 DE JULHO DE 2014 ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): FABIO NIEVES BARREIRA

21 - Processo: 11052.000871/2010-14 - Embargos de Declaração - Embargante: NEXANS BRASIL LTDA. - Embargada: Terceira Turma Ordinária da Primeira Câmara da Primeira Seção de Julgamento. - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL.

Relator(a): ANDRÉ MENDES DE MOURA

22 - Processo: 10925.000920/2009-04 - Recorrente: COMPEF COMÉRCIO DE PNEUS E FILTROS LTDA. (Responsável tributário: Bruno César Heberle) - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

Relator(a): EDUARDO MARTINS NEIVA MONTEIRO

23 - Processo: 16682.720614/2012-61 - Ex Officio e Voluntário - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e BANCO BTG PACTUAL S/A. - Matéria: IRPJ e CSLL - Multa Isolada. Glosa de despesas. Amortização de ágio. Tributos com exigibilidade suspensa.

Relator(a): BRENO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS

24 - Processo: 16327.002222/2003-75 - Ex Officio - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Interessado: CABOT BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Matéria: IRPJ.

25 - Processo: 19515.005831/2009-42 - Ex Officio e Voluntário - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e MARINGÁ PASSAGENS E TURISMO LTDA. - Matéria: IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

Relator(a): EDUARDO MARTINS NEIVA MONTEIRO

26 - Processo: 13709.002715/2003-22 - Recorrente: CÉSAR CURSO DE PRÁTICAS ESPORTIVAS LTDA. - ME - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES FEDERAL - Exclusão.

27 - Processo: 13607.001063/2007-81 - Recorrente: ATM EMPREENDIMENTOS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES FEDERAL - Exclusão.

Relator(a): MARCOS SHIGUEO TAKATA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

28 - Processo: 10280.720122/2007-55 - Recorrente: SANTA IZABEL ALIMENTOS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ, CSLL, PIS e Cofins - Omissão de Receitas.

29 - Processo: 10980.727178/2012-19 - Recorrente: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE METAIS NICOLINI LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Multa regulamentar.

Relator(a): ALOYSIO JOSÉ PERCÍNIO DA SILVA

30 - Processo: 10920.003727/2004-52 - Embargos de Declaração - Embargante: EMPRESA BRASILEIRA DE COMPRESSORES S/A. - Embargada: Terceira Turma Ordinária da Primeira Câmara da Primeira Seção de Julgamento. - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Restituição - IRPJ.

DIA 30 DE JULHO DE 2014 ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): EDUARDO MARTINS NEIVA MONTEIRO

31 - Processo: 10410.004654/2002-12 - Recorrente: S/A. LEÃO IRMÃOS AÇÚCAR E ÁLCOOL - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL - Postergação. Multa isolada.

32 - Processo: 13899.001090/99-53 - Recorrente: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS NATURA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSLL - Restituição/compensação.

Relator(a): FABIO NIEVES BARREIRA

33 - Processo: 10480.720835/2010-68 - Recorrente: SINTEQUÍMICA DO BRASIL LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

Relator(a): ANDRÉ MENDES DE MOURA

34 - Processo: 12898.002229/2009-57 - Ex Officio - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Interessado: SUZ PARTICIPAÇÕES LTDA. - Matéria: IRPJ.

Relator(a): EDUARDO MARTINS NEIVA MONTEIRO

35 - Processo: 10680.009279/2004-71 - Recorrente: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSLL - Exclusões indevidas.

Relator(a): BRENO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS

36 - Processo: 19515.007514/2008-80 - Ex Officio - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Interessado: ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA. - Matéria: IRPJ - Multa Isolada.

37 - Processo: 10166.728772/2011-31 - Recorrente: BANCO COOPERATIVO DO BRASIL LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL.

Relator(a): MARCOS SHIGUEO TAKATA

38 - Processo: 13839.005588/2007-61 - Recorrente: VITROTEC VIDROS DE SEGURANÇA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: PIS e Cofins - Omissão de receitas.

39 - Processo: 13839.005589/2007-14 - Recorrente: VITROTEC VIDROS DE SEGURANÇA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL - Omissão de receitas.

Relator(a): ALOYSIO JOSÉ PERCÍNIO DA SILVA

40 - Processo: 10830.901327/2006-85 - Embargos de Declaração - Embargante: COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - Embargada: Terceira Turma Ordinária da Primeira Câmara da Primeira Seção de Julgamento - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Dcomp - Saldo Negativo do CSLL.

41 - Processo: 10830.720420/2007-71 - Embargos de Declaração - Embargante: COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - Embargada: Terceira Turma Ordinária da Primeira Câmara da Primeira Seção de Julgamento - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Dcomp - Saldo Negativo do CSLL.

42 - Processo: 10830.720149/2007-74 - Embargos de Declaração - Embargante: COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - Embargada: Terceira Turma Ordinária da Primeira Câmara da Primeira Seção de Julgamento - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Dcomp - Saldo Negativo do CSLL.

DIA 31 DE JULHO DE 2014 ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): ALOYSIO JOSÉ PERCÍNIO DA SILVA

43 - Processo: 16561.720087/2011-81 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL.

Relator(a): EDUARDO MARTINS NEIVA MONTEIRO

44 - Processo: 16561.000190/2008-13 - Recorrente: VOITH HYDRO LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL - Glosa de despesa.

45 - Processo: 16643.000033/2009-71 - Ex Officio e Voluntário - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e VOITH HYDRO LTDA. - Matéria: IRPJ e CSLL Glosa de despesa.

46 - Processo: 10380.013232/2003-13 - Ex Officio e Voluntário - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e CASCAJU AGROINDUSTRIAL S/A. - Matéria: IRPJ

Relator(a): FABIO NIEVES BARREIRA

47 - Processo: 13401.000926/2005-47 - Embargos de Declaração - Embargante: FAZENDA NACIONAL - Embargada: Terceira Turma Ordinária da Primeira Câmara da Primeira Seção de Julgamento - Interessado: LUAN EMPREENDIMENTOS LTDA. - Matéria: IRPJ e CSLL.

Relator(a): BRENO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS

48 - Processo: 16682.720242/2010-10 - Recorrente: COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSLL

Relator(a): MARCOS SHIGUEO TAKATA

49 - Processo: 15521.000300/2007-61 - Ex Officio e Voluntário - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e TRANSOCEAN BRASIL LTDA. - Matéria: IRPJ, CSLL, PIS e Cofins - Omissão de receita, Subvenções.

50 - Processo: 19515.002501/2005-71 - Recorrente: CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL - Limite de compensação de prejuízos fiscais.

Relator(a): BRENO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS

51 - Processo: 10882.720091/2013-00 - Recorrente: COBREPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONDUTORES ELÉTRICOS LTDA. (Responsáveis tributários: Sidnei Contessoto e Edson Lopez Pereira) - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IPRJ, CSLL, PIS e Cofins.

DIA 31 DE JULHO DE 2014 ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): EDUARDO MARTINS NEIVA MONTEIRO

52 - Processo: 10980.725271/2011-08 - Recorrente: UNIVERSAL EMPREENDIMENTOS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL - Lucro Presumido - Percentual de Presunção.

53 - Processo: 11080.723307/2012-06 - Recorrente: TRANSPINHO MADEIRAS LTDA. (Responsável tributário: Saiqui Empreendimentos Imobiliários Ltda.) - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ, CSLL, PIS e Cofins. Ganho de capital.

Relator(a): BRENO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS

54 - Processo: 19515.005366/2008-69 - Ex Officio e Voluntário - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e LF TEL S/A. - Matéria: IRPJ, CSLL e multa isolada.

Relator(a): ANDRÉ MENDES DE MOURA

55 - Processo: 16004.720227/2013-06 - Recorrente: DUE FRATELLI - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MASSAS ALIMENTÍCIAS, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

Relator(a): BRENO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS

56 - Processo: 16327.720191/2013-18 - Recorrente: BANCO SANTANDER S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSLL.

Relator(a): MARCOS SHIGUEO TAKATA

57 - Processo: 19515.000427/2010-16 - Recorrente: VOTORANTIM ENERGIA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL - Limite de compensação de prejuízos fiscais.

Relator(a): ALOYSIO JOSÉ PERCÍNIO DA SILVA

58 - Processo: 10980.720691/2011-90 - Embargos de Declaração - Embargante: DRF em Curitiba/PR - Embargada: Terceira Turma Ordinária da Primeira Câmara da Primeira Seção de Julgamento - Interessada: ARTES GRÁFICAS RENASCER LTDA. - Matéria: Simples Federal.

ALOYSIO JOSÉ PERCÍNIO DA SILVA
Presidente da Turma

JOSÉ ANTONIO DA SILVA
Chefe da Secretaria

2ª CÂMARA
2ª TURMA ESPECIAL

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO "J", SALA 506, EDIFÍCIO ALVORADA, BRASÍLIA/DF

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado

DIA 29 DE JULHO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ESTER MARQUES LINS DE SOUSA

1 - Processo nº: 11516.005867/2007-42 - Recorrente: CRISTAL COLOR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 11610.006615/2003-39 - Recorrente: ALLARD PARTICIPACOES LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 13708.000266/2003-98 - Recorrente: FENIXX VIGILANCIA E SEGURANCA PROFISSIONAL LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 10675.720086/2008-77 - Recorrente: UBERLANDIA CAMINHOES E ONIBUS LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 10882.902388/2010-31 - Recorrente: CIMAF CABOS S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 10980.911288/2010-97 - Recorrente: FAURECIA AUTOMOTIVE DO BRASIL LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSE DE OLIVEIRA FERRAZ CORREA

7 - Processo nº: 10640.001938/2010-45 - Recorrente: MOVELARIA RUFATO LTDA - ME - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 10580.722452/2008-81 - Recorrente: TRANSMITE ENGENHARIA LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 10980.004430/2008-23 - Recorrente: RICARDO HAIDAR - Responsável Solidário: Samir Haidar, CPF 609.926.389-68 Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 13839.002998/2005-99 - Recorrente: COIFE ODONTO - SERV. E PLANOS ODONTOL. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 15504.017155/2009-28 - Recorrente: MARIA ISMALIA FAGUNDES DOS SANTOS - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: NELSO KICHEL

12 - Processo nº: 10945.000913/2010-08 - Recorrente: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 19740.720196/2009-63 - Recorrente: BANESTES SA BANCO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 10855.003037/2006-96 - Recorrente: N. A. PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS DE ITU LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 29 DE JULHO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: GUSTAVO JUNQUEIRA CARNEIRO LEAO

15 - Processo nº: 10218.720247/2011-15 - Recorrente: DISTRIBUIDORA SANTA MATILDE LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 11080.903785/2009-94 - Recorrente: ACAO INFORMATICA LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 12861.000080/2008-16 - Recorrente: ABUD SERVICOS RADIOLOGICOS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 15504.724311/2012-14 - Recorrente: FABIO LUCIO FERREIRA DE SOUZA 87970880649 - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 10183.002233/2008-65 - Recorrente: SIGMA AGROPECUARIA LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: NELSO KICHEL

20 - Processo nº: 10530.901187/2009-72 - Recorrente: COMPERACO COMERCIO E INDUSTRIA DE FERRO E ACO LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 10530.901188/2009-17 - Recorrente: COMPERACO COMERCIO E INDUSTRIA DE FERRO E ACO LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-03-06 00:00:00

22 - Processo nº: 10530.901189/2009-61 - Recorrente: COMPERACO COMERCIO E INDUSTRIA DE FERRO E ACO LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 10530.901531/2009-23 - Recorrente: COMPERACO COMERCIO E INDUSTRIA DE FERRO E ACO LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 10530.902729/2009-24 - Recorrente: COMPERACO COMERCIO E INDUSTRIA DE FERRO E ACO LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 30 DE JULHO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ESTER MARQUES LINS DE SOUSA

25 - Processo nº: 16327.000219/2006-60 - Recorrente: ARUGAN PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 11060.000136/2005-44 - Recorrente: DILVO TAFFAREL - ME - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 13850.000125/2011-31 - Recorrente: IMED - IMAGENS MEDICAS DIAGNOSTICAS LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 15374.900352/2009-32 - Recorrente: REALIZACOES TURISTICAS RIO COPA LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 15504.011772/2009-10 - Recorrente: MG CINTO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 19647.005399/2006-41 - Recorrente: LISERVE VIRGILANCIA TRANSPORTES VALORES - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2006-06-21 00:00:00

Relator: JOSE DE OLIVEIRA FERRAZ CORREA

31 - Processo nº: 11080.723126/2009-76 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO DO RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA - CENTRAL SICREDI SUL - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 11610.000868/2007-22 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA PAULISTA COSIPA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 10865.903909/2008-61 - Recorrente: FAZENDA SETE LAGOAS AGRICOLA S A - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-11-05 00:00:00 - 3.20.151 - PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR

34 - Processo nº: 10865.903917/2008-15 - Recorrente: FAZENDA SETE LAGOAS AGRICOLA S A - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 10865.903920/2008-21 - Recorrente: FAZENDA SETE LAGOAS AGRICOLA S A - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 10865.906008/2009-10 - Recorrente: FAZENDA SETE LAGOAS AGRICOLA S A - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 10865.907689/2009-25 - Recorrente: FAZENDA SETE LAGOAS AGRICOLA S A - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DIA 30 DE JULHO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: GUSTAVO JUNQUEIRA CARNEIRO LEAO

38 - Processo nº: 10240.000424/2007-80 - Recorrente: TONIN SOLDAS LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 10240.001127/2007-51 - Recorrente: TONIN SOLDAS LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 10735.906680/2011-05 - Embargante: ACUPELLO TRANSPORTES LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 10735.906681/2011-41 - Embargante: ACUPELLO TRANSPORTES LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 10215.000338/2004-31 - Recorrente: CAIBA INDUSTRIA E COMERCIO SA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: NELSO KICHEL

43 - Processo nº: 10875.902794/2011-73 - Recorrente: DOMINIUM MATERIAIS HIDRAULICOS E FERRAGENS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 10875.902795/2011-18 - Recorrente: DOMINIUM MATERIAIS HIDRAULICOS E FERRAGENS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 10875.902796/2011-62 - Recorrente: DOMINIUM MATERIAIS HIDRAULICOS E FERRAGENS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 10875.902797/2011-15 - Recorrente: DOMINIUM MATERIAIS HIDRAULICOS E FERRAGENS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 10875.902798/2011-51 - Recorrente: DOMINIUM MATERIAIS HIDRAULICOS E FERRAGENS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 10875.902799/2011-04 - Recorrente: DOMINIUM MATERIAIS HIDRAULICOS E FERRAGENS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 31 DE JULHO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: MARCIEL EDER COSTA

49 - Processo nº: 16327.902727/2010-61 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 16327.902728/2010-13 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 16327.902729/2010-50 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 16327.902730/2010-84 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 16327.902733/2010-18 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo nº: 16327.902734/2010-62 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo nº: 16327.902751/2010-08 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 16327.902753/2010-99 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 16327.902754/2010-33 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo nº: 16327.902755/2010-88 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 16327.903511/2010-12 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo nº: 16327.903512/2010-67 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo nº: 16327.903513/2010-10 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo nº: 16327.903514/2010-56 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo nº: 16327.903516/2010-45 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo nº: 16327.903517/2010-90 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo nº: 16327.903519/2010-89 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo nº: 16327.903520/2010-11 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo nº: 16327.903521/2010-58 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo nº: 16327.903522/2010-01 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo nº: 16327.903523/2010-47 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo nº: 16327.903524/2010-91 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

71 - Processo nº: 16327.903525/2010-36 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo nº: 16327.903526/2010-81 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

73 - Processo nº: 16327.903527/2010-25 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo nº: 16327.903528/2010-70 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo nº: 16327.903529/2010-14 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo nº: 16327.903530/2010-49 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo nº: 16327.903531/2010-93 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo nº: 16327.903532/2010-38 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

79 - Processo nº: 16327.903534/2010-27 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

80 - Processo nº: 16327.903536/2010-16 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

81 - Processo nº: 16327.903869/2011-26 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-05-27 00:00:00

82 - Processo nº: 16327.905133/2010-10 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

83 - Processo nº: 16327.905134/2010-56 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

84 - Processo nº: 16327.905135/2010-09 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

85 - Processo nº: 16327.905137/2010-90 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo nº: 16327.905138/2010-34 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

87 - Processo nº: 16327.905139/2010-89 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

88 - Processo nº: 16327.905140/2010-11 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 31 DE JULHO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: MARCIEL EDER COSTA

89 - Processo nº: 16327.905141/2010-58 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

90 - Processo nº: 16327.905142/2010-01 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

91 - Processo nº: 16327.905143/2010-47 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

92 - Processo nº: 16327.905144/2010-91 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

93 - Processo nº: 16327.905145/2010-36 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

94 - Processo nº: 16327.905146/2010-81 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

95 - Processo nº: 16327.905147/2010-25 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

96 - Processo nº: 16327.905148/2010-70 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

97 - Processo nº: 16327.905149/2010-14 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

98 - Processo nº: 16327.905150/2010-49 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

99 - Processo nº: 16327.906465/2010-11 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

100 - Processo nº: 16327.906466/2010-58 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

101 - Processo nº: 16327.907516/2010-14 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

102 - Processo nº: 16327.907517/2010-69 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

103 - Processo nº: 16327.907518/2010-11 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

104 - Processo nº: 16327.907519/2010-58 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

105 - Processo nº: 16327.907520/2010-82 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

106 - Processo nº: 16327.907521/2010-27 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

107 - Processo nº: 16327.907522/2010-71 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

108 - Processo nº: 16327.907523/2010-16 - Recorrente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
Presidente da Turma

GILDA ALEIXO DOS SANTOS
Secretária

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO "J", SALA 302, EDIFÍCIO ALVORADA, BRASÍLIA/DF

DIA 29 DE JULHO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: MARCELO CUBA NETTO

1 - Processo nº: 10820.000859/2008-84 - Recorrente: FRIG FRIGORIFICO INDUST. GUARARAPES LTDA - Responsável Tributário: Antônio Fernando Orsi CPF nº 044.586.408-79. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 10830.720600/2010-59 - Recorrente: ROBERT BOSCH LIMITADA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 12448.737118/2012-69 - Recorrentes: MMX MINERACAO E METALICOS S/A e FAZENDA NACIONAL Responsáveis Tributários: Eike Fuhrkem Batista, CPF nº 664.976.807-30; Paulo Carvalho de Gouveia, CPF nº 023.994.247-78; Marcelo Adler Cheniaux, CPF nº 910.656.077-68 e Flavio Godinho, CPF nº 666.112.617-53

Relator: RAFAEL CORREIA FUSO

4 - Processo nº: 16707.003384/2005-18 - Recorrente: PREST - SERVICE PRESTADORA DE SERVICOS GERAIS LTDA - Responsáveis Tributários:Envipol - Empresa de Vigilância Potiguar, CNPJ nº 35.290.931/0001-56, Francisco Roberto Maia, CPF nº 059.015.884-4, Jeane Alves de Oliveira, CPF nº 406.226.144-87, José Lino da Silva, CPF nº 177.687.997-04, Herberth Florentino Gabriel, CPF nº 413.319.824-72, Cactus - Locação de Mão de Obra Ltda., CNPJ nº 70.051.370/0001-33, ADS - Segurança Privada Ltda., CNPJ nº 05.937.839/0001-74, Marino Eugênio de Almeida, CPF nº 200.083.684-49 - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 19515.001507/2007-93 - Recorrente: STANLEY DO BRASIL LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 19515.001510/2007-15 - Recorrente: STANLEY DO BRASIL LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ROBERTO CAPARROZ DE ALMEIDA

7 - Processo nº: 10410.007862/2007-70 - Recorrente: FINANCIAL FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 13603.002870/2003-27 - Recorrente: EMPORIUM EMPREENDIMENTOS LTDA - Responsáveis Tributários: Pessoas Físicas: Cláudio Fernando Stein Pena - CPF 542.976.486-87; Carlos Otávio Stein Pena - CPF 474.292.086-49; Marco Túlio Cardoso Bruck -CPF 788.681.306-53 e Pessoas Jurídicas: SPASSO ARMAZÉNS Gerais Ltda. - CNPJ 70.978.390/0001-54SPASSO Empreendimentos e Serviços Ltda. - CNPJ 01.457.287/00001-46; ESPAÇO Industrial Comercial e Distribuição Ltda. - CNPJ 02.006.037/0001-52; INDULAC Indústria de Produtos Lácteos Ltda. - CNPJ 00.792.095/0001-23; LAÇO Assessoria e Representações Ltda. - CNPJ 02.595.332/0001-91 - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 10070.001529/2002-41 - Recorrente: TELE NORTE LESTE PARTICIPACOES S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOAO CARLOS DE LIMA JUNIOR

10 - Processo nº: 16327.001950/2006-11 - Recorrente: ALLIANZ SEGUROS S/A - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 10240.720154/2010-22 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCELO CUBA NETTO

12 - Processo nº: 16327.001448/2006-00 - Recorrente: DELPHI AUTOMOTIVE SYSTEMS DO BRASIL LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 13706.001131/2002-89 - Recorrente: BONAVENTURA PLANEJAMENTO LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: RAFAEL CORREIA FUSO

14 - Processo nº: 18471.000221/2002-77 - Recorrente: ASSOC NOBREGA DE EDUC ASSIST SOCIAL - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 10783.912928/2009-79 - Recorrente: ARACRUZ CELULOSE SA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ROBERTO CAPARROZ DE ALMEIDA

16 - Processo nº: 16327.900401/2009-65 - Recorrente: BANCO NOSSA CAIXA S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 16327.914238/2009-18 - Recorrente: BANCO NOSSA CAIXA S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 13971.005184/2010-49 - Recorrente: MADEIRAS GOEDE LTDA.-EPP - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOAO CARLOS DE LIMA JUNIOR

19 - Processo nº: 10166.727800/2011-01 - Recorrente: PEG & PAG COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 30 DE JULHO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: MARCELO CUBA NETTO

20 - Processo nº: 16327.720476/2011-89 - Recorrente: BANCO CACIQUE S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 16327.720692/2011-24 - Recorrente: CORRETORA SOUZA BARROS CAMBIO E TITULOS S A - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 16327.720693/2011-79 - Recorrente: CORRETORA SOUZA BARROS CAMBIO E TITULOS S A - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: RAFAEL CORREIA FUSO

23 - Processo nº: 13855.002820/2010-15 - Recorrente: MAGAZINE LUIZA S/A - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 13899.900222/2006-11 - Recorrente: HENKEL LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ROBERTO CAPARROZ DE ALMEIDA

25 - Processo nº: 16004.000307/2007-95 - Recorrente: VALENTIM GENTIL ABATEDOURO DE BOVINOS E SUINOS LTDA - EPP - Responsáveis solidários: 1 - Luciano da Silva Peres; 2- Rodrigo da Silva Peres; 3- Nivaldo Fortes Peres - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

26 - Processo nº: 11060.722771/2011-24 - Recorrente: SOCIEDADE VICENTE PALLOTTI - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 16682.720420/2013-47 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

28 - Processo nº: 10783.900282/2011-00 - Recorrente: ADM DO BRASIL LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 10783.903735/2011-41 - Recorrente: ADM DO BRASIL LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-04-27 00:00:00

30 - Processo nº: 10783.903920/2012-17 - Recorrente: ADM DO BRASIL LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 10783.904544/2012-88 - Recorrente: ADM DO BRASIL LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 10783.904545/2012-22 - Recorrente: ADM DO BRASIL LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 15578.000096/2007-23 - Recorrente: ADM DO BRASIL LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOAO CARLOS DE LIMA JUNIOR

34 - Processo nº: 13808.000517/2002-25 - Recorrente: KHS INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCELO CUBA NETTO

35 - Processo nº: 16327.000173/2010-65 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 13855.003292/2007-16 - Recorrente: STUDIO 05 TELECOM - SERV TELECOM LTDA - Responsável Tributário: Rodolfo Diniz Costa - CPF nº 420.794.048-06 - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ROBERTO CAPARROZ DE ALMEIDA

37 - Processo nº: 10650.001358/2005-71 - Recorrente: COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DE NOVA PONTE LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 10880.910139/2006-52 - Recorrente: MENG ENGENHARIA COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

39 - Processo nº: 19515.001953/2007-06 - Recorrente: MAVIZ EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 31 DE JULHO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: MARCELO CUBA NETTO

40 - Processo nº: 10980.009187/2002-44 - Recorrente: BOTICA COMERCIAL FARMACEUTICA S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 19515.001220/2004-11 - Recorrente: SUL GERADORA PARTICIPACOES SA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 10980.011281/2006-97 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PRODATA FOMENTO MERCANTIL LTDA

Relator: RAFAEL CORREIA FUSO

43 - Processo nº: 16682.902215/2011-36 - Recorrente: BHP BILLITON METAIS SA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 16682.902216/2011-81 - Recorrente: BHP BILLITON METAIS SA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ROBERTO CAPARROZ DE ALMEIDA

45 - Processo nº: 12448.736021/2012-39 - Recorrente: FACILITY TECNOLOGIA LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 13706.000005/2003-98 - Recorrente: TELEMAR PARTICIPACOES S/A - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 10768.901872/2006-72 - Recorrente: TELEMAR PARTICIPACOES S/A - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 11052.000164/2010-28 - Recorrente: MERCADO UZANO LTDA ME - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

49 - Processo nº: 11831.000446/00-88 - Recorrente: ALFA PARTICIPACOES INDUSTRIAIS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 11516.008125/2008-50 - Recorrente: FUNDERG HIPPER FREIOS LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOAO CARLOS DE LIMA JUNIOR

51 - Processo nº: 10930.723785/2011-14 - Recorrente: COSTA RICA MALHAS E CONFECCOES LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: RAFAEL CORREIA FUSO

52 - Processo nº: 13706.000894/91-61 - Recorrente: SCI CONSULTORES LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ROBERTO CAPARROZ DE ALMEIDA

53 - Processo nº: 10880.934650/2009-92 - Recorrente: CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo nº: 10880.936040/2009-23 - Recorrente: CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo nº: 10880.949995/2008-60 - Recorrente: CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

56 - Processo nº: 15504.720017/2013-14 - Recorrente: WANMIX LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL -

RAFAEL VIDAL DE ARAÚJO
Presidente da Turma

GILDA ALEIXO DOS SANTOS
Secretária

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO "J", SALA 304, EDIFÍCIO ALVORADA, BRASÍLIA/DF.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 29 DE JULHO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: CARLOS ALBERTO DONASSOLO

1 - Processo nº: 10909.002423/2006-98 - Recorrente: FEMEPE INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS S/A - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 13708.001716/2003-60 - Recorrente: CASTROL BRASIL LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PLINIO RODRIGUES LIMA

3 - Processo nº: 19515.722642/2012-33 - Recorrente: SILKIM PARTICIPACOES S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ORLANDO JOSE GONCALVES BUENO

4 - Processo nº: 10882.002874/2010-57 - Recorrente: FASE 4 COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 10680.720602/2011-90 - Recorrente: ATACADAO DO QUEIJO LTDA - Responsáveis Tributários: José Márcio Fernandes Silveira - CPF 421.010.006-44 e Marsoney Fernandes Silveira dos Santos - CPF 997.765.706-82. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 29 DE JULHO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: NEREIDA DE MIRANDA FINAMORE HORTA

6 - Processo nº: 10830.010855/2007-12 - Recorrente: CPFL GERACAO DE ENERGIA S/A - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 11080.723941/2010-79 - Recorrente: FERRAMENTAS GERAIS COMERCIO E IMPORTACAO S/A - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ORLANDO JOSE GONCALVES BUENO

8 - Processo nº: 10980.729381/2012-11 - Recorrente: BEMATECH S.A - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 10140.720867/2011-03 - Recorrente: RIBEIRAO AGROPECUARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 10280.720103/2007-29 - Embargante: SOBERANO ALIMENTOS LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARLOS ALBERTO DONASSOLO

11 - Processo nº: 13603.900756/2011-74 - Recorrente: MAGNESITA REFRATARIOS S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 13603.904667/2010-16 - Recorrente: MAGNESITA REFRATARIOS S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 30 DE JULHO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: NEREIDA DE MIRANDA FINAMORE HORTA

13 - Processo nº: 10240.002712/2008-50 - Recorrente: MONTENEGRO COMERCIO E SERVICOS LTDA - Responsável Tributários: Antonio Spegiorin Tavares - CPF 328.331.721-68. o Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 10580.010060/2006-12 - Recorrente: VITALMED - ADM E PARTICIPACOES LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ORLANDO JOSE GONCALVES BUENO

15 - Processo nº: 10983.721668/2012-73 - Recorrente: TJ ADMINISTRADORA DE BENS S/A - Responsáveis Tributários: Teporti Investimentos e Participações S/A - CNPJ 08.984.711/0001-50 - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 10283.721283/2008-17 - Recorrente: COENCIL CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS CI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARLOS ALBERTO DONASSOLO

17 - Processo nº: 16306.000305/2009-63 - Recorrente: WTORRE RESIDENCIAL S.A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 30 DE JULHO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: NEREIDA DE MIRANDA FINAMORE HORTA

18 - Processo nº: 13971.005344/2010-50 - Recorrente: BUNGE ALIMENTOS S/A - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ORLANDO JOSE GONCALVES BUENO

19 - Processo nº: 10830.726078/2012-81 - Recorrente: GASFORTE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS LTDA - Responsáveis Tributários: 1) Jeferson Luiz Veng - CPF: 832.842.149-68; 2) Atilio Bufalo -CPF: 234.766.219-87; 3) Luiz Antonio Monte Ribeiro - CPF: 742.261.838-15; 4) Alyon Ricardo Cardoso de Lima - CPF: 020.390.239-41; e 5) Pellyon do Brasil Comercio e Participaçoes Ltda. - CNPJ: 04.902.590/0001-07. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 10909.000618/2007-84 - Recorrente: SEARA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARLOS ALBERTO DONASSOLO

21 - Processo nº: 19740.000001/2008-84 - Recorrente: BANCO NACIONAL DE INVESTIMENTOS S.A.EM LIQUIDACAO EXTRAJU-DICIAL - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 31 DE JULHO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: CARLOS ALBERTO DONASSOLO

22 - Processo nº: 10768.032507/97-47 - Recorrente: REFINARIA PIEDADE SOCIEDADE ANONIMA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 31 DE JULHO DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: CARLOS ALBERTO DONASSOLO

23 - Processo nº: 11080.723273/2009-46 - Recorrente: AGROFEL AGRO COMERCIAL LTDA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL

CARLOS ALBERTO DONASSOLO
Presidente da Turma

GILDA ALEIXO DOS SANTOS
Secretária

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETÁRIA EXECUTIVA

ATO COTEPE/ICMS Nº 28, DE 15 DE JULHO DE 2014

Altera o Ato COTEPE ICMS 50/13, que divulga a relação das pessoas beneficiadas com a isenção e suspensão do ICMS nas operações e prestações relacionadas com a Copa das Confederações Fifa 2013 e a Copa do Mundo Fifa 2014.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 12, XIII, do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, torna público que a Comissão, na sua 222ª reunião extraordinária, realizada no dia 15 de julho de 2014, em Brasília, DF, com base no inciso II do § 1º da cláusula primeira do Convênio ICMS 142/11, de 16 de dezembro de 2011, decidiu:

Art 1º Ficam acrescidos ao Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS 50/13, de 21 de novembro 2013, as seguintes pessoas beneficiadas:

	NOME	CNPJ
46	ESPN PRODUCTIONS INC.	19.977.802/0001-84
47	FEDERATION FRANCAISE DE FOOTBALL	20.421.956/0001-74
48	CROATIAN FOOTBALL FEDERATION	20.048.612/0001-61
49	ZDF ZWEITES DEUTSCHES FERNSEHEN	20.409.259/0001-06
50	INFRONT HOSPITALITY MANAGEMENT AG	17.938.843/0001-36

Art 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO COTEPE/ICMS Nº 29, DE 15 DE JULHO DE 2014

Altera o Ato COTEPE ICMS 8/14, que divulga relação das empresas nacionais que produzem, comercializam e importam materiais aeronáuticos, beneficiárias de redução de base de cálculo do ICMS.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 12, XIII, do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, torna público que a Comissão, na sua 222ª reunião extraordinária realizada no dia 15 de julho de 2014, em Brasília, DF, com base no § 3º da cláusula primeira do Convênio ICMS 75/91, de 5 de dezembro de 1991, decidiu:

Art. 1º Incluir no rol de empresas constantes do Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS 8/12, de 10 de março de 2014, as empresas abaixo relacionadas:

No Distrito Federal:

ÍCARO TÁXI AÉREO LTDA. CNPJ: I.E: 07.328.642/001-05 AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA HANGAR 37 LAGO SUL CEP:71608-900 Brasília (DF) 0188	14.712.947/0001-30	MANUTENÇÃO, MODIFIC. E/OU REPAROS EM CÉLULAS DE AERONAVES, MOTORES A TURBINA, ROTORES DE AERONAVES; SERVIÇOS AERONÁUTICOS ESPECIALIZADOS (CHE 0101-01/ANAC). IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE AERONAVES, SUAS PARTES, PEÇAS, COMPONENTES E FERRAMENTAS PARA USO AERONÁUTICO.
LÍDER SIGNATURE S/A CNPJ: I.E: 07.429.483/002-64 AEROP. INT. DE BRASÍLIA HANGAR 16 LAGO SUL CEP:71608-900 Brasília (DF) 1863	04.146.040/0007-92	IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE AERONAVES, SUAS PARTES E PEÇAS.
LIVE AVIATION MATERIAIS AERONÁUTICOS E SERVIÇOS LTDA CNPJ: I.E: 07.545.782/001-40 Q SETOR COMERCIAL SUL QUADRA 02 - BLOCO B - SALA 405, S/N ASA SUL CEP:70302-000 Brasília (DF) 1605	12.381.969/0001-39	IMPORTAÇÃO, PARA USO NA PRÓPRIA FROTA, DE AERONAVES E SIMULADORES, SUAS PARTES, PEÇAS, ACESSÓRIOS, COMPONENTES E SISTEMAS; MOTORES AERONÁUTICOS, SUAS PARTES E PEÇAS; AVIÔNICOS, INSTRUMENTOS AERONÁUTICOS, EQUIPAMENTOS DE RADIO-NAVEGAÇÃO E/OU RADIO-COMUNICAÇÃO; PNEUS AERONÁUTICOS; DISPOSITIVOS PARA TREINAMENTO DE TRIPULAÇÃO E DE TÉCNICOS (SIMULADORES); FERRAMENTAS ESPECIAIS E EQUIPAMENTOS DE TESTES E DE APOIO EM SOLO.
MASTERJET CLUB - TÁXI AÉREO LTDA CNPJ: I.E: 07.581.686/0001-92 ST SCN QUADRA 02 BLOCO D S/N - LOJA 310 1 PAVIMENTO C12 ASA NORTE CEP:70712-904 Brasília (DF) 1592	14.062.029/0001-02	IMPORTAÇÃO DE AERONAVES, MOTORES, TURBINAS, SUAS PARTES, PEÇAS E ACESSÓRIOS; PNEUS, PUBLICAÇÕES TÉCNICAS, SISTEMAS, EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRÔNICOS, DE RÁDIO-NAVEGAÇÃO E/OU COMUNICAÇÃO E DE APOIO EM SOLO, PARA USO EM SUA PRÓPRIA FROTA.
MORETO TÁXI AÉREO LTDA CNPJ: I.E: 07.483.347/002-04 TERMINAL DE AVIAÇÃO GERAL S/Nº AERP INTERNACIONAL DE BRASÍLIA - SALA 4 LAGO SUL CEP:71608-900 Brasília (DF) 0993	02.687.239/0002-98	IMPORTAÇÃO DE AERONAVES, MOTORES, TURBINAS, SUAS PARTES, PEÇAS E ACESSÓRIOS; PNEUS, PUBLICAÇÕES TÉCNICAS, SISTEMAS, EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRÔNICOS, DE RÁDIO-NAVEGAÇÃO E/OU COMUNICAÇÃO E DE APOIO EM SOLO, PARA USO EM SUA PRÓPRIA FROTA.
TAM - AVIAÇÃO EXECUTIVA E TÁXI AÉREO S/A CNPJ: I.E: 07.491.691/002-83 AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK S/N - SETOR DE HANGARES - LT 29 e 30 ASA SUL CEP:71608-900 Brasília (DF) 1806	52.045.457/0004-69	MANUTENÇÃO, MODIFICAÇÕES E/OU REPAROS EM CÉLULAS, MOTORES A TURBINA, EQUIPAMENTOS DE RÁDIO-COMUNICAÇÃO E DE RÁDIO-NAVEGAÇÃO, INSTRUMENTOS E ACESSÓRIOS DE AERONAVES; SERVIÇOS AERONÁUTICOS ESPECIALIZADOS (CHE 8308-02/ANAC). IMPORTAÇÃO DE AERONAVES, SUAS PARTES, ACESSÓRIOS, SISTEMAS, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS DE RÁDIO-COMUNICAÇÃO E DE RÁDIO-NAVEGAÇÃO, EQUIPAMENTOS DE APOIO EM SOLO E MATERIAL DE USO E CONSUMO EMPREGADO NA FABRICAÇÃO E MANUTENÇÃO DE AERONAVES.
VOETUR TÁXI AÉREO LTDA. CNPJ: I.E: 07.386.097/001-48 AEROP. INT. DE BRASÍLIA LOTES 27/28 SETOR DE HANGARES CEP:71608-900 Brasília (DF) 0130	02.572.531/0001-84	MANUTENÇÃO, MODIFICAÇÃO E/OU REPAROS EM CÉLULAS DE AERONAVES E EM ACESSÓRIOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS POR TIPO DE SERVIÇO (CHE Nº 0411-01/ANAC). IMPORTAÇÃO DE AERONAVES, SUAS PARTES, PEÇAS, COMPONENTES, PNEUS, MOTORES, ACESSÓRIOS, FERRAMENTAS, MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS PARA USO AERONÁUTICO.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

ATO COTEPE/ICMS Nº 30, DE 15 DE JULHO DE 2014

Dispõe sobre o registro do modelo do equipamento Sistema de Autenticação e Transmissão de Cupom Fiscal Eletrônico (SAT) e do software de autenticação e transmissão do Cupom Fiscal Eletrônico - SAT (CF-e-SAT), conforme previsto nos §§ 1º e 3º da cláusula segunda do Ajuste SINIEF 11/10, de 24 de setembro de 2010, e dá outras providências.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, XIII, do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, torna público que a Comissão, na sua 222ª reunião extraordinária, realizada no dia 15 de julho de 2014 em Brasília, DF, decidiu:

Art 1º Passa a vigorar com a redação que se segue o § 1º do inciso II do artigo 1º do Ato COTEPE/ICMS nº 06, de 13 de março de 2012:

§1º O manual estará disponível no site do Confaz, endereço eletrônico www.fazenda.gov.br/confaz, identificado como Manual_Registro_Modelo_SAT_v_ RM_1_1_14.pdf e terá como chave de codificação digital a sequência AD2654A7C0F830AFA2A50553C5B186A3, obtida com a aplicação do algoritmo MD5 - "Message Digest" 5.

Art 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO EXECUTIVO
Em 15 de julho de 2014

Publica atualização do Roteiro de Análise do SAT, referido no Manual de Registro de Modelo de Equipamento SAT.

Nº 126 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 2º do Ato COTEPE/ICMS nº 6, de 13 de março de 2012 publica atualização do Roteiro de Análise do SAT.

O Roteiro atualizado estará disponível no site do CONFAZ, endereço eletrônico www.fazenda.gov.br/confaz, identificado como Roteiro_Analise_SAT_v_1_1_19.pdf e terá como chave de codificação digital a sequência C88D1AEE03F860B405FAC47B30EA7B25 obtida com a aplicação do algoritmo MD5 - "Message Digest" 5.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014071600027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MP-4200 TH FI - Termo Descritivo Funcional nº 004/2014.

Nº 127 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto no parágrafo único da cláusula décima segunda do Convênio ICMS 137, de 15 de dezembro de 2006, torna público o seguinte.

TERMO DESCRITIVO FUNCIONAL

Os representantes das unidades federadas signatárias do Protocolo ICMS 37/13 mediante realização de análise funcional do equipamento ECF abaixo identificado emitem o presente Termo Descritivo Funcional para os efeitos previstos no mencionado Protocolo e no Convênio ICMS 137/06:

1.TERMO DESCRITIVO FUNCIONAL:

NÚMERO	DATA DA EMISSÃO	FINALIDADE (ANÁLISE INICIAL OU DE REVISÃO)	LEGISLAÇÃO APLICÁVEL/ DATA DO PROTOCOLO	LAUDO DA ANÁLISE ESTRUTURAL
004/2014	11/07/2014	ANÁLISE REVISÃO	Conv. ICMS 09/09 Data de protocolo 18/07/2011	Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC - 020/2011

2. IDENTIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO E DO SOFTWARE BÁSICO:

EQUIPAMENTO			SOFTWARE BÁSICO		
TIPO	MARCA	MODELO	VERSÃO	CHECKSUM	DISPOSITIVO
ECF-IF	Bematech	MP-4200 TH FI	01.00.02	3FA7	ATMEL DATAFLASH AT45DB642
Autenticação do arquivo binário do Software Básico:					
MD5: 6837A26890B275430A4E32D6AEA24FFF					
SHA1: 2F13C64AB393C78EC9378ED4C7EE8DBA04F4E32E					
O CÓDIGO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTO ECF (CNIEE) PARA ESTE MODELO E VERSÃO DE SOFTWARE BÁSICO É: 03.22.03					

2.1. IDENTIFICAÇÃO E CODIFICAÇÃO DO NÚMERO DE FABRICAÇÃO DO EQUIPAMENTO:

FORMATAÇAO GERAL: FFMMAALLLLLLLLLLLLL	
FF (COD. FABRICANTE):	BE
MM (MODELO):	10
AA	Ano de fabricação do equipamento
LLLLLLLLLLLLL	Caracteres seqüenciais livres atribuídos pelo fabricante

3. IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE:

RAZÃO SOCIAL	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL (no estado de localização)
BEMATECH S/A	82.373.077/0001-71	101.814.65-30

4. OPERAÇÕES DE CANCELAMENTOS:

CANCELAMENTOS													
ITEM		CUPOM EMITIDO		CUPOM EM EMISSÃO		OPERAÇÃO ACRESC. ITEM		OPERAÇÃO DESCONTO ITEM		OPERAÇÃO ACRESC. SUBTOTAL		OPERAÇÃO DESCONTO SUBTOTAL	
ICMS	ISSQN	ICMS	ISSQN	ICMS	ISSQN	ICMS	ISSQN	ISSQN	ICMS	ISSQN	ICMS	ICMS	ISSQN
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

5. OPERAÇÕES DE ACRÉSCIMOS E DESCONTOS:

ACRÉSCIMOS				DESCONTOS			
ITEM		SUBTOTAL		ITEM		SUBTOTAL	
ICMS	ISSQN	ICMS	ISSQN	ICMS	ISSQN	ICMS	ISSQN
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

6. TOTALIZADORES:

Os totalizadores atendem as especificações de sigla, nome, descrição, local de gravação, formato, capacidade, funções, reinício e evento descritas no Ato COTEPE ICMS 16/09 na redação do Ato COTEPE ICMS 12/12.

7. CONTADORES:

Os contadores atendem as especificações de sigla, descrição, local de gravação, formato, capacidade, funções, reinicio e evento descritas no Ato COTEPE ICMS 16/09 na redação do Ato COTEPE ICMS 12/12.

8. INDICADORES:

Os indicadores atendem as especificações de sigla, nome, descrição, formato, capacidade e obrigatoriedade descritas no Ato COTEPE ICMS 16/09 na redação do Ato COTEPE ICMS 12/12.

9. SÍMBOLO INDICADOR DE ACUMULAÇÃO DE VALOR NO TOTALIZADOR GERAL (GT):

SÍMBOLO		LOCAL DE IMPRESSÃO NO CUPOM FISCAL: À DIREITA DO VALOR DO ITEM

10. CARACTERÍSTICAS DO EQUIPAMENTO CONFERIDAS PELO HARDWARE:

10.1. SISTEMA DE LACRAÇÃO: Lógica com detecção automática de abertura.

10.2. PLAQUETA DE IDENTIFICAÇÃO:

MATERIAL	FIXAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Alumínio	Rebitada no "Módulo fiscal blindado"(MFB)	Lateral direita

10.3. MECANISMO IMPRESSOR:

MARCA	MODELO	TIPO	COLUNAS
Bematech	Atenas	Térmica	48

10.4. MEMÓRIA FISCAL

TIPO DE DISPOSITIVO	IDENTIFICAÇÃO	CAPACIDADE	RECEPTÁCULO ADICIONAL
ATMEL DATAFLASH	AT45DB642	64Mb(8MB)	Não possui

10.5. MEMÓRIA DE FITA DETALHE:

TIPO DE DISPOSITIVO	IDENTIFICAÇÃO	CAPACIDADE	TIPO DE FIXAÇÃO
SD WORM	SANDISK SDSDWRM-001G	1GB	

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10.6. PORTAS:
10.6.1. PLACA CONTROLADORA FISCAL (DE ACORDO COM CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DE HARDWARE EMITIDO PELA UDESC):

Conector	Tipo	Função
Porta Ethernet	Conector RJ-45	Porta para comunicação remota com o ECF
Porta USB Device	USB Tipo B	Porta para comunicação com o microcomputador
Porta USB Host	USB Tipo A	Porta para comunicação com dispositivo de armazenamento externo
Gaveta	Conector RJ-11	Conector para acionamento de gaveta
Wi-Fi	Conector fêmea 1x5 Conector fêmea 1x4	Previsão para conectar a placa Base com o módulo Wi-Fi versão de 4 ou 5 pinos
GPRS	Conector fêmea 1x9	Previsão para conectar a placa Base com o módulo GPRS
Entrada DC	Conector circular de alimentação 3 pinos	Entrada DC para conectar a fonte de alimentação

10.6.2. CONECTORES E JUMPERS DA PCF (DE ACORDO COM CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DE HARDWARE EMITIDO PELA UDESC):

Identificação	Local		Função
CN1	Interno	Barra de pinos 2x8 1,27mm	Interface JTAG do Software Básico
CN3	Interno	Barra de pinos 2x4	Não montado. Contém os sinais da interface SPI do Software Básico
CN4	Interno	Barra de pinos 2x8 1,27mm	Interface JTAG do BootLoader.
CN5	Interno	Barra de pinos 2x8 1,27mm	Interface JTAG da MF
CN6	Interno	Conector 50x2 0,8mm	Conecta a MFB com a placa Base
CN7	Interno	Soquete	Soquete para conexão da MFD
CN8 e CN9	Interno	Conector 1x3	Suporte mecânico da MFB. Pinos conectados ao GND
CN10	Interno	Conector flat-cable 6 vias	Não utilizado.
JP1	Interno	Jumper (não montado)	Não montado.
JP3	Interno	Barra de pinos 1x2	Liga a alimentação da Bateria
JP4	Interno	Barra pinos 2x2 Não montado.	Não montado.
JP5	Interno	Barra pinos 2x2 Não montado.	Não montado.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS:
11.1 - Não permite Cupom Fiscal para registro de prestação de serviço de transporte de passageiro;
11.2 - Permite acesso a informações remotamente, por meio de conexão Banda larga;
11.3 - Não permite a impressão de cheque;
11.4 - Não permite a autenticação de documentos;
11.5 - O fabricante disponibiliza os seguintes programas aplicativos e suas funções específicas:
11.5.1. WINMFD3.EXE, decodificador da AUTENTICAÇÃO DO DOCUMENTO emitido pelo ECF;
11.5.2. Instalador do aplicativo RTFISCO.EXE, para envio de comandos utilizando o protocolo ESCECF;
11.6 - O ECF permite autenticação digital dos arquivos gerados por meio de padrões de chaves de mercado;
11.7 - Sempre que ocorrer alteração no software básico ou no hardware do equipamento, deverá ser solicitada revisão de homologação para o equipamento, nos termos do Protocolo ICMS 41/06.
11.8 - Identificação eletrônica por meio do código MD-5 (Message Digest-5) dos arquivos DLL (Dynamic Link Library) e demais arquivos auxiliares necessários ao funcionamento do programa eECFc:

NOME ARQUIVO	AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA (CÓDIGO MD-5)
Bematech.dll	6D0E5D39A2CBBA56649CCA170701E62F
Bemafi32.dll	DE856675471F750E88566DD0F1FB43FC
BemaMFD3.dll	09FDA3CC285D6C02623163BBAAC49A46

11.9 - Na emissão de um Comprovante Não-Fiscal de SAÍDA, inclusive o totalizador de SANGRIA, o Software Básico incrementa o totalizador de Sangria, mas não reduz nenhum totalizador de Meios de Pagamento (por não identificar qual deles sofreu a sangria);
11.10 - Na extração do arquivo binário do software básico, para validação pelos algoritmos MD-5 e SHA-1 é necessário a eliminação dos registros concernentes à assinatura digital do equipamento.
12. REPRESENTANTES DAS UNIDADES FEDERADAS SIGNATÁRIAS DO PROTOCOLO ICMS 41/06 INTEGRANTES DA EQUIPE DE ANÁLISE FUNCIONAL:

Coordenador Operacional	
Sidnei Laerte de Moraes	SEFA/PR
Analisadores	
Nome	UF
Gilson Henrique Simionato	SEFA/PR
Reinaldo Prado de Albuquerque Mello	SEFAZ/MS
Felipe Letsch	SEF/SC
José Gustavo Quadro	SEF/SC
José Galvone Scarpati Jr. (Virtual)	SEFAZ/ES

13. REPRESENTANTES DO FABRICANTE NA ANÁLISE FUNCIONAL:

NOME: ALEXANDRE DA SILVA RIOS
CPF: 718.802.759-53
CARGO OU FUNÇÃO: ENGENHEIRO ESPECIALISTA TÉCNICO

NOME: RAFAEL MOREIRA MIGGIORIN

CPF: 029.353.049-18
CARGO OU FUNÇÃO: ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS

NOME: Sérgio Antônio Zarath
CPF: 402.703.439-20
CARGO OU FUNÇÃO: Desenvolvedor de Novos Produtos

LOCAL E DATA DA ANÁLISE: Curitiba, 11 de julho de 2012.

ASSINATURA DO COORDENADOR OPERACIONAL:

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

MP- 4200 TH FI II - Termo Descritivo Funcional nº 005/2014.

Nº 128 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto no parágrafo único da cláusula décima segunda do Convênio ICMS 137, de 15 de dezembro de 2006, torna público o seguinte.
TERMO DESCRITIVO FUNCIONAL
Os representantes das unidades federadas signatárias do Protocolo ICMS 37/13 mediante realização de análise funcional do equipamento ECF abaixo identificado emitem o presente Termo Descritivo Funcional para os efeitos previstos no mencionado Protocolo e no Convênio ICMS 137/06:
1.TERMO DESCRITIVO FUNCIONAL:

NÚMERO	DATA DA EMISSÃO	FINALIDADE (ANÁLISE INICIAL OU DE REVISÃO)	LEGISLAÇÃO APLICÁVEL/ DATA DO PROTOCOLO	LAUDO DA ANÁLISE ESTRUTURAL
005/2014	11/07/2014	ANÁLISE REVISÃO	Conv. ICMS 09/09 Data de protocolo 09/04/2013	Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC - 024/2013

2.IDENTIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO E DO SOFTWARE BÁSICO:

EQUIPAMENTO			SOFTWARE BÁSICO		
TIPO	MARCA	MODELO	VERSÃO	CHECKSUM	DISPOSITIVO
ECF-IF	Bematech	MP-4200 TH FI II	01.00.01	0A35	ATMEL DATAFLASH AT45DB642
Autenticação do arquivo binário do Software Básico:					
MD5: F1964A60EBBD3372597E9CD684611B38					
SHA1: 5C261877865734E11F08B4844B612CB880C055B3					
O CÓDIGO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTO ECF (CNIEE) PARA ESTE MODELO E VERSÃO DE SOFTWARE BÁSICO É: 03.23.02					

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2.1. IDENTIFICAÇÃO E CODIFICAÇÃO DO NÚMERO DE FABRICAÇÃO DO EQUIPAMENTO:

FORMATAÇAO GERAL: FFMMAALLLLLLLLLLLLLL	
FF (COD. FABRICANTE):	BE
MM (MODELO):	11
AA	Ano de fabricação do equipamento
LLLLLLLLLLLLL	Caracteres seqüenciais livres atribuídos pelo fabricante

3. IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE:

RAZÃO SOCIAL	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL (no estado de localização)
BEMATECH S/A	82.373.077/0001-71	101.814.65-30

4. OPERAÇÕES DE CANCELAMENTOS:

CANCELAMENTOS													
ITEM		CUPOM EMITIDO		CUPOM EM EMISSÃO		OPERAÇÃO ACRESC. ITEM		OPERAÇÃO DESCONTO ITEM		OPERAÇÃO ACRESC. SUBTOTAL		OPERAÇÃO DESCONTO SUBTOTAL	
ICMS	ISSQN	ICMS	ISSQN	ICMS	ISSQN	ICMS	ISSQN	ISSQN	ICMS	ISSQN	ICMS	ICMS	ISSQN
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

5. OPERAÇÕES DE ACRÉSCIMOS E DESCONTOS:

ACRÉSCIMOS				DESCONTOS			
ITEM		SUBTOTAL		ITEM		SUBTOTAL	
ICMS	ISSQN	ICMS	ISSQN	ICMS	ISSQN	ICMS	ISSQN
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

6. TOTALIZADORES:

Os totalizadores atendem as especificações de sigla, nome, descrição, local de gravação, formato, capacidade, funções, reinício e evento descritas no Ato COTEPE ICMS 16/09 na redação do Ato COTEPE ICMS 30/12.

7. CONTADORES:

Os contadores atendem as especificações de sigla, descrição, local de gravação, formato, capacidade, funções, reinicio e evento descritas no Ato COTEPE ICMS 16/09 na redação do Ato COTEPE ICMS 30/12.

8. INDICADORES:

Os indicadores atendem as especificações de sigla, nome, descrição, formato, capacidade e obrigatoriedade descritas no Ato COTEPE ICMS 16/09 na redação do Ato COTEPE ICMS 30/12.

9. SÍMBOLO INDICADOR DE ACUMULAÇÃO DE VALOR NO TOTALIZADOR GERAL (GT):

SÍMBOLO		LOCAL DE IMPRESSÃO NO CUPOM FISCAL: À DIREITA DO VALOR DO ITEM
	GT	

10. CARACTERÍSTICAS DO EQUIPAMENTO CONFERIDAS PELO HARDWARE:

10.1. SISTEMA DE LACRAÇÃO: Lógica com detecção automática de abertura.

10.2. PLAQUETA DE IDENTIFICAÇÃO:

MATERIAL	FIXAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Alumínio	Rebitada no "Módulo fiscal blindado"(MFB)	Lateral direita

10.3. MECANISMO IMPRESSOR:

MARCA	MODELO	TIPO	COLUNAS
Bematech	Atenas	Térmica	48
Observações: 1 - Sensor de Papel: Ótico 2 - Guilhotina: Opcional			

10.4. MEMÓRIA FISCAL

TIPO DE DISPOSITIVO	IDENTIFICAÇÃO	CAPACIDADE	RECEPTÁCULO ADICIONAL
NANDFLASH	MT29F16G08XXXXXXXXX MT29F64G08XXXXXXXXX MT29F128G08XXXXXXXXX	2GB	Não possui

10.5. MEMÓRIA DE FITA DETALHE:

TIPO DE DISPOSITIVO	IDENTIFICAÇÃO	CAPACIDADE	TIPO DE FIXAÇÃO
NANDFLASH	MT29F16G08XXXXXXXXX MT29F64G08XXXXXXXXX MT29F128G08XXXXXXXXX	2GB	

10.6. PORTAS:

10.6.1. PLACA CONTROLADORA FISCAL (DE ACORDO COM CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DE HARDWARE EMITIDO PELA UDESC):

Conector	Tipo	Função
Porta Ethernet	Conector RJ-45	Porta para comunicação remota com o ECF
Porta USB Device	USB Tipo B	Porta para comunicação com o microcomputador
Porta USB Host	USB Tipo A	Porta para comunicação com dispositivo de armazenamento externo
Gaveta	Conector RJ-11	Conector para acionamento de gaveta
Wi-Fi	Conector fêmea 1x7 Conector fêmea 1x5 Conector fêmea 1x4	Previsão para conectar a placa Base com o módulo Wi-Fi versão de 4, 5 ou 7 pinos.
GPRS	Dois conectores fêmea 1x9	Previsão para conectar a placa Base com o módulo GPRS.
Entrada DC	Conector circular de alimentação 3 pinos	Entrada DC para conectar a fonte de alimentação

11. DISPOSIÇÕES GERAIS:

11.1 - Não permite Cupom Fiscal para registro de prestação de serviço de transporte de passageiro;

11.2 - Permite acesso a informações remotamente, por meio de conexão Banda larga;

11.3 - Não permite a impressão de cheque;

11.4 - Não permite a autenticação de documentos;

11.5 - O fabricante disponibiliza os seguintes programas aplicativos e suas funções específicas:

11.5.1. WINMFD3.EXE, decodificador da AUTENTICAÇÃO DO DOCUMENTO emitido pelo ECF;

11.5.2. Instalador do aplicativo RTFISCO.EXE, para envio de comandos utilizando o protocolo ESCECF;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

11.6 - O ECF permite autenticação digital dos arquivos gerados por meio de padrões de chaves de mercado;
11.7 - Sempre que ocorrer alteração no software básico ou no hardware do equipamento, deverá ser solicitada revisão de homologação para o equipamento, nos termos do Protocolo ICMS 37/13.
11.8 - Identificação eletrônica por meio do código MD-5 (Message Digest-5) dos arquivos DLL (Dynamic Link Library) e demais arquivos auxiliares necessários ao funcionamento do programa eECFc:

NOME ARQUIVO	AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA (CÓDIGO MD-5)
Bematech.dll	B86B762B2EEA91D73CDDF928D51029C0
Bemafi32.dll	AD45BEBA2108419F483867FC59CEB690
BemaMFD3.dll	56C730AFFAEE05D229C5265B08398992

11.9 - Na emissão de um Comprovante Não-Fiscal de SAÍDA, inclusive o totalizador de SANGRIA, o Software Básico incrementa o totalizador de Sangria, mas não reduz nenhum totalizador de Meios de Pagamento (por não identificar qual deles sofreu a sangria);
11.10 - Na extração do arquivo binário do software básico, para validação pelos algoritmos MD-5 e SHA-1 é necessário a eliminação dos registros concernentes à assinatura digital do equipamento.
12. REPRESENTANTES DAS UNIDADES FEDERADAS SIGNATÁRIAS DO PROTOCOLO ICMS 37/13 INTEGRANTES DA EQUIPE DE ANÁLISE FUNCIONAL:

Coordenador Operacional	
Sidnei Laerte de Moraes	SEFA/PR
Analisadores	
Nome	UF
Gilson Henrique Simionato	SEFA/PR
Reinaldo Prado de Albuquerque Mello	SEFAZ/MS
Felipe Letsch	SEF/SC
José Gustavo Quadro	SEF/SC
José Galvone Scarpati Jr. (Virtual)	SEFAZ/ES

13. REPRESENTANTES DO FABRICANTE NA ANÁLISE FUNCIONAL:

NOME: ALEXANDRE DA SILVA RIOS
CPF: 718.802.759-53
CARGO OU FUNÇÃO: ENGENHEIRO ESPECIALISTA TÉCNICO

NOME: RAFAEL MOREIRA MIGGIORIN
CPF: 029.353.049-18
CARGO OU FUNÇÃO: ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS

NOME: Sérgio Antônio Zarath
CPF: 402.703.439-20
CARGO OU FUNÇÃO: Desenvolvedor de Novos Produtos

LOCAL E DATA DA ANÁLISE: Curitiba, 11 de julho de 2012.

ASSINATURA DO COORDENADOR OPERACIONAL:

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

RETIFICAÇÃO

No art. 1º do Ato Declaratório Executivo Cofis nº 47, de 10 de julho de 2014, publicado na pág. 43 da Seção 1 da Edição do Diário Oficial da União (DOU) nº 132, de 14 julho de 2014, onde se lê "Art. 1º ..... 5) R$ 6,75 / vintena ....." leia-se "Art. 1º ..... 5) 6,25 / vintena...." .

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 176, DE 25 DE JUNHO DE 2014

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
EMENTA: LUCRO REAL. DEPRECIAÇÃO. LANÇAMENTO ACUMULADO. IMPOSSIBILIDADE.

Para fins do imposto de renda, se o contribuinte deixar de efetuar a depreciação de um bem depreciável do ativo imobilizado em determinado exercício não poderá fazê-lo acumuladamente fora do exercício em que ocorreu a utilização desse bem, tampouco, os valores não apropriados poderão ser recuperados posteriormente através da utilização de taxas superiores às máximas permitidas. Ou seja, para fins de dedução na apuração do lucro real, não há previsão na legislação para imputação do encargo de depreciação, relativo a períodos de apuração passados no resultado da pessoa jurídica de um período futuro.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 3.000, de 1999, arts. 305, 307, 309 e 310; Lei nº 9.249, de 1995, art. 13, inciso III, e art. 35; Parecer CST nº 79, de 1976.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 191, DE 27 DE JUNHO DE 2014

ASSUNTO: Simples Nacional
EMENTA: As gorjetas integram a Receita Bruta e não podem ser excluídas da base de cálculo do Simples Nacional devido mensalmente, por falta de previsão legal.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei Complementar 123, de art. 3º,caput e § 1º, Resolução CGSN nº 94, de 2011, art. 2º, inciso II.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 26, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF
EMENTA: FATO GERADOR. MOMENTO DE OCORRÊNCIA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. DE NATUREZA PROFISSIONAL. IMPORTÂNCIAS CREDITADAS

Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto de renda na fonte, no caso de importâncias creditadas, na data do lançamento contábil efetuado por pessoa jurídica, nominal ao fornecedor do serviço, a débito de despesas em contrapartida com o crédito de conta do passivo, à vista da nota fiscal ou fatura emitida pela contratada e aceita pela contratante.

A retenção do imposto de renda na fonte, incidente sobre as importâncias creditadas por pessoa jurídica a outra pessoa jurídica pela prestação de serviços caracterizadamente de natureza profissional, se dará na data da contabilização do valor dos serviços prestados, considerando-se a partir desta data o prazo para o recolhimento.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Art. 647 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR/1999 (Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999); Parecer Normativo CST nº 07, de 02/04/86; Parecer Normativo CST nº 121, de 31 de agosto de 1973 e arts. 43, 114, 116, incisos I e II, e 117, incisos I e II, do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966).

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ANÁPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 14 DE JULHO DE 2014

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o contribuinte que menciona.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Anápolis/GO, no uso das atribuições definidas pelo art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 75 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, e o constante do processo administrativo nº 13116.720951/2014-57, declara:

Art. 1º - Excluído do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o contribuinte FIUZA E SILVA TECNOLOGIA LTDA - ME, CNPJ nº 07.888.790/0001-32, tendo em vista manter, informalmente, vínculo de emprego com trabalhador, a partir de novembro de 2010, conforme Representação do Ministério Público do Trabalho, de acordo com o art. 29, inciso XII, da Lei Complementar nº 123/2006.

Art. 2º - A exclusão do Simples surtirá efeitos a partir de 01-11-2010, ficando o contribuinte impedido de optar pelo Simples Nacional nos próximos 3 (três) anos-calendário seguintes, de acordo com o art. 29, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

Art. 3º - Poderá o contribuinte, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data de ciência deste Ato, manifestar sua inconformidade quanto a exclusão de ofício, dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento de sua jurisdição, nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1.972. Não havendo apresentação de manifestação de inconformidade, a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

HIROSHIMI NAKAO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 75, DE 10 DE JULHO DE 2014

Declara INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE BRASÍLIA-DF, no uso das atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14.05.2012, fundamentado nos art. 37, inciso II, e 39, inciso II, § 2°, da IN RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, e o que consta no Processo Administrativo nº 10166.723891/2014-41, declara:

Art. 1º. INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica de nº 06.183.742/0001-86, da empresa MACROENERGIA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A.

ADALBERTO SANCHES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 76, DE 10 DE JULHO DE 2014

Declara nula a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE BRASÍLIA-DF, no uso das atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14.05.2012, publicada no Diário Oficial da União de 17.05.2012, com base no disposto no Art. 33, inciso I, § 1º, da IN RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, e o que consta no Processo Administrativo nº 10166.721808/2014-07, declara:

Art. 1º. NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoas Jurídicas (CNPJ), da empresa ELETROAR INSTALAÇÕES TÉRMICAS LTDA - ME, CNPJ 18.910.635/0001-91, por ter sido atribuído mais de um número de inscrição no CNPJ para o mesmo estabelecimento.

ADALBERTO SANCHES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 77, DE 15 DE JULHO DE 2014

Declara Cancelada Inscrição no Cadastro de Imóveis Rurais da Receita Federal do Brasil. (CAFIR/NIRF).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE BRASÍLIA-DF, no uso das suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14.05.2012, consoante os arts. 11, 12 e 18, da IN RFB nº 830, de 18 de março de 2008, e o que consta no Processo Administrativo nº 10166.725099/2013-40, declara:

Art. 1º. CANCELADA no Cadastro de Imóveis Rurais - CAFIR, a inscrição do imóvel rural de NIRF 6.138.619-7, FAZENDA ENGENHO QUEIMADO, área de 2,0ha, na Estrada para Brazlândia, Brasilia/DF, em virtude de decisão administrativa.

Art.2º O presente Ato Declaratório Executivo produz efeitos retroativos à data de inscrição do imóvel rural no CAFIR, em 26/06/2001, conforme inc. IV, do art. 27, da IN RFB nº 1.467/2014.

ADALBERTO SANCHES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 78, DE 15 DE JULHO DE 2014

Concede Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, na Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, bem como no art. 40 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, combinados com o art. 18, inciso I e §§ 1º e 4º, art. 20 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, e o que consta no Processo Administrativo nº 10166.721174/2014-84, declara:

Art. 1º CONCEDIDO o Registro Especial de nº GP-01101/00248 para FSC SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 19.299.323/0001-56, situada no setor Q CNB 10 LOTE 13 LOJA 01, TAGUATINGA NORTE, BRASILIA/DF, CEP: 72.115-105.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO SANCHES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 15 DE JULHO DE 2014

Declara BAIXADA DE OFÍCIO POR INEXISTÊNCIA DE FATO a inscrição no CNPJ nº 06.220.509/0001-26 - QUEVEDO MONTEIRO & TEIXEIRA DA SILVA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.

A DELEGADA SUBSTITUTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE - MS, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 302 e 303 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no Artigo 27, inciso II, alínea "b" e art. 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, declara:

Art. 1º - BAIXADA DE OFÍCIO POR INEXISTÊNCIA DE FATO a inscrição no CNPJ 06.220.509/0001-26 atribuída à pessoa jurídica QUEVEDO MONTEIRO & TEIXEIRA DA SILVA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, aberta em 01.04.2004, com endereço na Rua José Fragelli s/n, Lote 24, Bairro Nova Corumbá, Corumbá/MS, CEP 79321-755 por não ter sido localizada a empresa no endereço constante do CNPJ, bem como não terem sido localizados os integrantes do seu QSA, seu representante no CNPJ e o preposto dele, conforme demonstrado no processo administrativo nº 10108.721576/2013-92.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALGISA PAES DA COSTA FUGITA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 15 DE JULHO DE 2014

Declara BAIXADA DE OFÍCIO POR INEXISTÊNCIA DE FATO a inscrição no CNPJ nº 10.306.089/0001-72 - SILOÉ IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-ME.

A DELEGADA SUBSTITUTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE - MS, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 302 e 303 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no Artigo 27, inciso II, alínea "b" e art. 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, declara:

Art. 1º - BAIXADA DE OFÍCIO POR INEXISTÊNCIA DE FATO a inscrição no CNPJ 10.306.089/0001-72 atribuída à pessoa jurídica SILOÉ IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-ME, aberta em 29.08.2008, com endereço na Av. Adolfo Alves Carneiro, 1338, Centro, Alcinópolis/MS, CEP 79530-000 por não ter sido localizada a empresa no endereço constante do CNPJ, bem como não terem sido localizados os integrantes do seu QSA, seu representante no CNPJ e o preposto dele, conforme demonstrado no processo administrativo nº 10477.720063/2013-66.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALGISA PAES DA COSTA FUGITA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 15 DE JULHO DE 2014

Declara BAIXADA DE OFÍCIO POR INEXISTÊNCIA DE FATO a inscrição no CNPJ nº 37.551.595/0001-83 - DANILO ALVES DE PAULA-IMEX-BRA-COMERCIO E SERVIÇO-EPP.

A DELEGADA SUBSTITUTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE - MS, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 302 e 303 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no Artigo 27, inciso II, alínea "b" e art. 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, declara:

Art. 1º. BAIXADA DE OFÍCIO POR INEXISTÊNCIA DE FATO a inscrição no CNPJ 37.551.595/0001-83 atribuída à pessoa jurídica DANILO ALVES DE PAULA-IMEX-BRA-COMERCIO E SERVIÇO-EPP, aberta em 05.02.1993, com endereço na Av. Senador Filinto Muller, 127, Jardim V. Alegre, Ribas do Rio Pardo/MS, CEP 79180-000 por não ter sido localizada a empresa no endereço constante do CNPJ, conforme demonstrado no processo administrativo nº 10108.721849/2013-07.

Art. 2º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALGISA PAES DA COSTA FUGITA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 15 DE JULHO DE 2014

Declara BAIXADA DE OFÍCIO POR INEXISTÊNCIA DE FATO a inscrição no CNPJ nº 06.789.277/0001-21 - ALVAROSA AUTO PEÇAS LTDA-ME.

A DELEGADA SUBSTITUTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE - MS, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 302 e 303 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no Artigo 27, inciso II, alínea "b" e art. 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, declara:

Art. 1º - BAIXADA DE OFÍCIO POR INEXISTÊNCIA DE FATO a inscrição no CNPJ 06.789.277/0001-21 atribuída à pessoa jurídica ALVAROSA AUTO PEÇAS LTDA-ME aberta em 19.07.2004, com endereço na Rua Scorpion, 49, Jardim Antarctica, Campo Grande/MS, CEP 79092-215 por não ter sido localizada a empresa no endereço constante do CNPJ, bem como não terem sido localizados os integrantes do seu QSA, seu representante no CNPJ e o preposto dele, conforme demonstrado no processo administrativo nº 10140.720100/2014-19.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALGISA PAES DA COSTA FUGITA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 116, DE 11 DE JULHO DE 2014

Declara o cancelamento de Certidão Negativa Conjunta.

A Delegada da Receita Federal em Cuiabá-MT, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 13 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02 de maio de 2007, resolve:

Art.1º- Declarar CANCELADA a Certidão Negativa Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de número 5BC0.89BF.0F64.4FE8, emitida indevidamente em 01/11/2013, em favor do contribuinte Guilherme Garcia Marques, CPF nº 314.217.898-84.

MARCELA MARIA LADISLAU DE MATOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 117, DE 11 DE JULHO DE 2014

Declara o cancelamento de Certidão Negativa de Imóvel Rural.

A Delegada da Receita Federal em Cuiabá-MT, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 13 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02 de maio de 2007, resolve:

Art.1º- Declarar CANCELADA a Certidão Negativa nº 8B6F.F732.1937.68A2 expedida indevidamente, em 01/11/2013, para comprovação da regularidade fiscal do imóvel rural cadastrado na RFB sob NIRF 4.812.388-9.

MARCELA MARIA LADISLAU DE MATOS

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 118, DE 14 DE JULHO DE 2014

Declara o Perdimento de Veículo apreendido.

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda n º 203, de 14 de Maio de 2012, publicado no D.O.U. de 17 de Maio de 2012, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 104, incisos I, II, V e VI do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 24 do Decreto-Lei nº 1.455/76, artigo 75, §4°, da Lei n° 10.833, de 29 de Dezembro de 2003, regulamentados pelo artigo 688 do Decreto n° 6.759/09, artigos 94, 95, 96, inciso I, 111 e 113 do Decreto-Lei nº 37/66, regulamentados pelos artigos 673, 674, 675, inciso I, 686 e 687 do Decreto n° 6.759/09, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 701 e 774 do Decreto n° 6.759/09, artigos 136, 137 142, 194, 195, da Lei 5.172/66 - Código Tributário Nacional, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.176/2014-13, declara:

PERDIDO EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA NACIONAL FEDERAL, o veículo discriminado no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000052/201, do processo em referência, tornando-o destinável de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282/2011 e Portaria da RFB nº 3010/2011.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 119, DE 14 DE JULHO DE 2014

Declara o Perdimento de Veículo apreendido.

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda n º 203, de 14 de Maio de 2012, publicado no D.O.U. de 17 de Maio de 2012, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 104, incisos I, II, V e VI do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 24 do Decreto-Lei nº 1.455/76, artigo 75, §4°, da Lei n° 10.833, de 29 de Dezembro de 2003, regulamentados pelo artigo 688 do Decreto n° 6.759/09, artigos 94, 95, 96, inciso I, 111 e 113 do Decreto-Lei nº 37/66, regulamentados pelos artigos 673, 674, 675, inciso I, 686 e 687 do Decreto n° 6.759/09, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 701 e 774 do Decreto n° 6.759/09, artigos 136, 137 142, 194, 195, da Lei 5.172/66 - Código Tributário Nacional, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.720149/2014-41, declara:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PERDIDO EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA NACIONAL FEDERAL, o veículo discriminado no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000033/2014, do processo em referência, tornando-o destinável de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282/2011 e Portaria da RFB nº 3010/2011.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 120, DE 14 DE JULHO DE 2014

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas.

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 14 de Maio de 2012, publicado no D.O.U. de 17 de Maio de 2012, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.720177/2014-68, declara:

PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA NACIONAL FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000051/2014, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282/2011 e Portaria RFB nº 3010/2011.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 121, DE 14 DE JULHO DE 2014

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas.

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 14 de Maio de 2012, publicado no D.O.U. de 17 de Maio de 2012, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.720131/2014-49, declara:

PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA NACIONAL FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100EDTSIANA00006/2014, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282/2011 e Portaria RFB nº 3010/2011.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 122, DE 14 DE JULHO DE 2014

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas.

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 14 de Maio de 2012, publicado no D.O.U. de 17 de Maio de 2012, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.720125/2014-91, declara:

PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA NACIONAL FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000040/2014, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282/2011 e Portaria RFB nº 3010/2011.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 123, DE 14 DE JULHO DE 2014

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas.

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 14 de Maio de 2012, publicado no D.O.U. de 17 de Maio de 2012, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.720156/2014-42, declara:

PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA NACIONAL FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000031/2014, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282/2011 e Portaria RFB nº 3010/2011.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 124, DE 14 DE JULHO DE 2014

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas.

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 14 de Maio de 2012, publicado no D.O.U. de 17 de Maio de 2012, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.720163/2014-44, declara:

PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA NACIONAL FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000034/2014, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282/2011 e Portaria RFB nº 3010/2011.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SALVADOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 10 DE JULHO DE 2014

Declara atendimento dos requisitos para inscrição no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachante Aduaneiro.

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SALVADOR/BA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 810 do Regulamento Aduaneiro, Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, declara:

Art. 1º Os interessados abaixo relacionados atenderam os requisitos para inscrição no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachante Aduaneiro:

CPF	NOME	PROCESSO N°
021.158.155-05	ISIS JAQUELINE CALASANS CARVALHO	12689.720533/2014-11
039.052.435-20	PATRÍCIA DANTAS BATISTA	12689.722122/2013-71
826.487.195-04	VIVIANE ALMEIDA GOTTSCHALK	12689.720388/2014-60
052.566.035-66	ANDERSON MELO ALVES PEREIRA	12689.720246/2014-01
826.652.905-10	CARLOS ALBERTO DA SILVA PEREIRA	12689.722006/2013-51
810.893.505-97	RONALDO ALMEIDA DE SOUZA	12689.720449/2014-99
002.384.075-78	RIVAN SANTOS DE ARAUJO	12689.720205/2014-14
831.586.345-20	JAIR SANTOS SILVA	12689.722180/2013-02
025.080.375-59	GILCASSIO DA SILVA BORGES	12689.720483/2014-63
822.110.005-68	ABEL COSTA DE JESUS	12689.720430/2014-42
831.970.875-34	JANAINA DA SILVA COSTA	12689.720837/2014-70

Art. 2º Os interessados relacionados no art. 1º deverão se inscrever no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, por meio do Sistema CAD-ADUANA, nos termos do art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.273, de 6 de junho de 2012, e dos arts. 1º, 2º e 4º do Ato Declaratório Executivo Coana nº 16, de 8 de junho de 2012.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL ALBUQUERQUE DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 94, DE 14 DE JULHO DE 2014

Declara e Comunica o cancelamento de inscrição no cadastro CPF nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010.

A Delegada da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17/05/2012, e considerando o disposto nos artigos 30 e 31, da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010, declara:

Art. 1º Cancelada de ofício, no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, a inscrição nº 675.291.607-10, em nome da contribuinte ANTONIO FRANCISCO ALVES SARDES, de acordo com as informações contidas no Processo Administrativo nº 10783.724233/2011-56.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA CÉLIA BATISTA CORDEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 95 DE 14 DE JULHO DE 2014

Declara e Comunica o cancelamento de inscrição no cadastro CPF nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010.

A Delegada da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17/05/2012, e considerando o disposto nos artigos 30 e 31, da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010, declara:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Cancelada de ofício, no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, a inscrição nº 017.693.366-21, em nome da contribuinte CHARLES SOARES PEREIRA, de acordo com as informações contidas no Processo Administrativo nº 10680.722061/2014-87.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA CÉLIA BATISTA CORDEIRO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 192, DE 10 DE JULHO 2014

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que tratam os artigos 12 a 41 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, a pessoa jurídica que menciona.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II, do art. 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 33, da lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com a redação dada pela lei complementar nº 127, de 14 de agosto de 2007, e pela lei complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, resolve:

Art.1º - Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) a pessoa jurídica a seguir identificada, em virtude de fatos relatados na representação fiscal assinada em 02 de julho de 2014, pelos quais se configurou falta de escrituração do livro-caixa, conforme disposto no inciso VIII, do art. 29, da lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, e no inciso VIII, do artigo 5º, da Resolução CGSN nº 15, de 23 de julho de 2007, e alterações.

Nome Empresarial: Olafashion Indústria e Comércio de Roupas Ltda.

CNPJ nº 06.240.135/0001-00

Art. 2º - Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir do dia 1º de janeiro de 2010, impedindo nova opção pelo Simples Nacional pelos 03 (três) anos-calendário subsequentes, conforme disposto no § 1° do art. 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, e no inciso VI do art. 6° da Resolução CGSN n° 15, de 23 de julho de 2007, e alterações.

Art. 3º - A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ciência deste Ato Declaratório Executivo (ADE), impugnação dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, conforme disposto no art. 39 da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, e nos termos do Decreto nº 70.235, de 06 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva, conforme disposto no § 3°-B, do art. 4º da Resolução CGSN nº 15, de 23 de julho de 2007, e alterações.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MÔNICA PAES BARRETO

ANEXO

A impugnação deverá ser juntada ao e-Processo nº

Unidades de Atendimento da Secretaria da Receita Federal do Brasil da jurisdição da DRF/RJ I:

CAC Ipanema - Rua Barão da Torre n° 296 - Ipanema

CAC Laranjeiras - Rua das Laranjeiras nº 28, Loja - Laranjeiras

CAC Tijuca - Rua Pereira Nunes n° 419, Loja A - Vila Isabel

O atendimento deverá ser previamente agendado, via internet, no endereço eletrônico: www.receita.fazenda.gov.br < Onde encontro < Agendamento < Agendamento de outros serviços

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 193, DE 11 DE JULHO DE 2014

Declara a inaptidão da pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e a inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, considerando o estabelecido na Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, tendo em vista ainda o que consta do Processo Administrativo Fiscal nº 12448.724716/2014-30, resolve:

Art. 1º - Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa PLANETA OPERADORA LTDA., CNPJ nº 03.324.909/0001-93, por não ter sido localizada no endereço constante do cadastro CNPJ, e por não terem seus representantes legais atendido as intimações para regularização da situação cadastral, na forma prevista em legislação vigente.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos constantes dos art. 42 e 43, da supracitada Instrução Normativa.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 195, DE 14 DE JULHO DE 2014

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF nº 758/2007.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 11, caput, da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores e, considerando o que consta do processo nº 11707.720439/2014-25, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores, nos exatos termos da Portaria (SPDEMME) nº 134/2014, de 09 de maio de 2014, do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. de 12 de maio de 2014.

EMPRESA: EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A

CNPJ nº 18.494.537/0001-10

CEI nº 70.012.67896/76

NOME DO PROJETO: UHE São Manoel.

ATO AUTORIZATIVO: Contrato de Concessão nº 02/2014 - MME-UHE São Manoel, celebrado em 10 de abril de 2014.

SETOR DE INFRAESTRUTURA: Geração de Energia Elétrica.

PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: 01/07/2014 a 01/09/2018.

Art. 2º - O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos, contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MÔNICA PAES BARRETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 15 DE JULHO DE 2014

Divulga enquadramento de bebidas segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o art.1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 17.5.2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 209 e 210 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI), alterado pelo Decreto nº 7.435, de 2001, declara:

Art. 1º Para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, os produtos aqui referidos passam a ser enquadrados ou a ter seus enquadramentos alterados nas classes de valores, conforme Anexo Único deste Ato Declaratório Executivo (ADE).

Art. 2º Os produtos referidos no art. 1º , acondicionados em recipientes de capacidade superior a mil mililitros, estão sujeitos à incidência do IPI, proporcionalmente ao que for estabelecido no enquadramento para o recipiente de capacidade de mil mililitros, arredondando-se para mil mililitros a fração residual, se houver, conforme disposto no § 9º do art. 210 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 (RIPI).

Art. 3º As classes de enquadramento previstas neste ADE, salvo nos casos expressamente definidos, referem-se a produtos comercializados em qualquer tipo de vasilhame.

Parágrafo único. Para as marcas de vinho comum ou de consumo corrente, comercializadas em vasilhame retornável, o enquadramento do produto dar-se-á em classe imediatamente inferior à constante deste ADE, observada a classe mínima a que se refere o inciso I do § 2º do art. 210 do RIPI.

Art. 4º As classes de enquadramento previstas neste ADE aplicam-se apenas aos produtos fabricados no País, exceto quanto aos produtos do código 2208.30 da Tabela de Incidência do IPI que observarem o disposto no inc. I do art. Art. 211 do RIPI.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos.

MARIA DE LOURDES MARTINS OLIVEIRA

ANEXO ÚNICO

Enquadramento de produtos para efeito de cálculo e pagamento do IPI.
IPI Solicitação de Enquadramento de Bebida
Data: 15/07/2014
Atendimento - Relação de ADE - Detalhes
08122 - DRF-ARARAQUARA
Número ADE: 000001
Ano: 2014
Data de Criação do ADE: 15/07/2014
Número ADE de Publicação no DOU: 0
Data de Publicação no DOU: 0

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
15.239.836/0001-10	CACHAÇA THARA	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	O
58.750.985/0001-52	LUDWIG	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	L
58.750.985/0001-52	SAUDADES DE MATÃO	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	L
58.750.985/0001-52	SCUTTI	De 671ml até 1000ml	2208.60.00	P

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 15 DE JULHO DE 2014

Declara inapta a inscrição de empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

O Chefe do Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário da drf/osasco no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inc. V do art. 1° da Portaria DRF/OSA n° 140, de 26/10/2011, publicada no DOU de 28/10/2011 e tendo em vista o disposto no processo administrativo 10882.720521/2014-66 e com fundamento no inc. II do art. 37, no inc. I e § 2° do art. 39 e no art. 43 da IN-RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, declara:

Art. 1º Retificado o Ato Declaratório Executivo nº 25 de 08 de julho de 2014, publicado no DOU de 15 de julho de 2014, nos seguintes termos: onde se lê "CRISTINA ARAKAKI", leia-se "DANIEL LUIZ RAMPIM".

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL LUIZ RAMPIM

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 48, DE 14 DE JULHO DE 2014

Declara inaptidão de inscrição de pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DRF/SJC/SP, no uso da competência delegada e especificada pela Portaria DRF/SJC Nº 75, de 12/05/2011, com fundamento na Instrução Normativa RFB nº 1.470 de 30 de maio de 2014, e considerando o constante do processo administrativo nº 13864.000081/2007-12, resolve declarar:

Art.1º INAPTIDÃO da inscrição da empresa CENTRO AUTOMOTIVO M R LTDA - ME, CNPJ 02.359.962/0001-67, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, com fundamento nos artigos 37 e 39 da Instrução Normativa RFB nº 1.470 de 30 de maio de 2014, por não haver a empresa sido localizada no endereço constante da base do CNPJ.

Art.2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 09/08/2004 para a empresa, nos termos do processo supracitado; não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado os documentos emitidos pela pessoa jurídica a partir da data da publicação deste ato.

CARLOS SEIJI MATUBARA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 61, DE 15 DE JULHO DE 2014

Divulga enquadramento de bebidas segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei n.º 7.798, de 10 de julho de 1989. e as disposições da Instrução Normativa RFB n.º 866, de 06 de agosto de 2008 (DOU de 07/08/2008).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA-SP, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 314, inciso VI do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 866 de 06 de agosto de 2008 (DOU de 07/08/2008), com base nos autos do processo administrativo n.º 10855.722760/2014-88, declara:

Art. 1º As bebidas comercializadas pela empresa IRMÃOS ZAMBIANCO LTDA ME - CNPJ 04.062.590/0001-38, relacionadas neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou a ter sua classificação alterada conforme anexo abaixo indicado.

Art. 2º As classes de enquadramento previstas neste ADE aplicam-se apenas às bebidas de produção nacional classificadas nas posições 22.04, 22.05, 22.06 e 22.08, exceto quanto aos produtos do código 2208.30, originários de países integrantes do Mercado Comum do Sul (Mercosul) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, que observarem o disposto no § 2º do art. 152 do Ripi (incluído pelo Decreto nº 6.158, de 2007).

Art. 3º Este ato revoga Ato Declaratório Executivo nº 02/2009 publicado no DOU em 05/01/2009 e reconsolida novamente em um único ADE todos os produtos da empresa que estão em produção e comercialização.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO JOSE BRANCO PESSOA

ANEXO:

IRMÃOS ZAMBIANCO LTDA ME

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
04.062.590/0001-38	TULINHA (470 ml)	De 376ml até 6700ml	2208.40.00	D
04.062.590/0001-38	TULINHA (900 ml)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	H
04.062.590/0001-38	TULA BRASIL (670 ml)	De 376ml até 670ml	2208.40.00	D
04.062.590/0001-38	TULA BRASIL - CACHAÇA ENVELHECIDA (670 ml)	De 376ml até 670ml	2208.40.00	D

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO
SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVOS Nº 198, DE 15 DE JULHO DE 2014

Autoriza o fornecimento de selos de controle de IPI para importação de bebidas.

O CHEFE DO SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do artigo 3ª da Portaria DEFIS/SPO nº 45 de 06 de março de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 10 de março de 2014, considerando o disposto no inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432 de 26 de dezembro de 2013 e o que consta do processo 19515.720534/2014-98, resolve:

Artigo 1º - Autorizar o fornecimento de 1.440 (hum mil quatrocentos e quarenta) selos de controle código TIPI 2208.30, cor amarelo, tipo Uísque, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, ao estabelecimento da empresa TRADBRAS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ 60.836.798/0001-38, para os produtos e quantidades abaixo informados:

Marca Comercial	Características do Produto	Qtde de Caixas	Total de Un.
WHISKY KAKUBIN	Caixas com 12 garrafas de 700 ml	75	900
WHISKY HIBIKI 17 ANOS	Caixas com 12 garrafas de 700 ml	45	540

Artigo 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO RODRIGO POLI

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DE BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR
EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO ADUANEIRA 1

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 15 DE JULHO DE 2014

O CHEFE DA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO 01 da DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR - DELEX, no exercício da competência delegada pelo inciso III do art. 3º da Portaria DELEX nº 05, de 03 de fevereiro de 2014, no uso da atribuição a que se refere o inciso VI do art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 04 de dezembro de 2013, e o que consta do e-Processo n? 10074.720501/2014-18, declara:

Art. 1º. Fica a empresa SCHAHIN ENGENHARIA S.A., com sede no município de São Paulo/SP, na Rua Vergueiro, nº 2.009, 4º andar, Vila Mariana, e inscrita no CNPJ/MF sob o número 61.226.890/0001-49, com a validade da sua habilitação ao regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural - REPETRO de que trata a IN RFB nº 1.415/2013, concedida através do Ato Declaratório Executivo SRRF08 n? 53, de 18 de maio de 2011, publicado no DOU em 02 de junho de 2011, Seção 01, fl. 56, PRORROGADA para a execução dos contratos relacionados no artigo 2º, abaixo.

Art. 2º. A presente prorrogação é válida até 07 de fevereiro de 2017, conforme o contrato de prestação de serviços n? 2050.0022640.06.2 e seus aditivos posteriores, originalmente firmado entre a empresa habilitada e a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS em 19 de julho de 2006, vinculado ao contrato de afretamento n? 2050.0022639.06.2 e seus aditivos posteriores, originalmente firmado na mesma data entre a PETROBRÁS e a Baerfield Drilling LLC, empresa sediada no exterior, referente à unidade de perfuração "SS AMAZÔNIA", a fim de ser utilizada na perfuração e/ou avaliação e/ou completação e/ou manutenção de poços de petróleo e/ou gás, em águas brasileiras nas áreas em que é concessionária a PETROBRÁS, observando ainda o que dispõe a Autorização de Serviço PETROBRÁS nº 01, de 10 de fevereiro de 2012.

Art. 3º. Esta prorrogação inclui os estabelecimentos de CNPJ/MF n?s 61.226.890/0009-04 e 61.226.890/0010-30.

Art. 4º. Eventuais extensões adicionais dos contratos serão objeto de novos Atos Declaratórios Executivos.

Art. 5? . Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

TIAGO SANTOS FERREIRA RAMOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 1º DE JULHO DE 2014

Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Conceder Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro, em razão da solicitação do interessado:

CPF	NOME	e-PROCESSO
223.705.609-91	Gumildes Rupert Ribeiro	12719.720674/2014-21

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCO ANTONIO FRANCO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 1º DE JULHO DE 2014

Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Conceder Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro, em razão da solicitação do interessado:

CPF	NOME	e-PROCESSO
047.560.749-01	Izabela Neliete Andrade	12719.720673/2014-86

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCO ANTONIO FRANCO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 213, DE 14 DE JULHO DE 2014

Declaração de Inidoneidade de contabilista.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas Artigo 302, e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOUde 17 de maio de 2012 e com fundamento no artigo 3º §§ 1º e 2º, do Decreto-Lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943, publicado no DOU de 1 de outubro de 1943, declara:

Que o Sr. CRISTIANO DE AQUINO IVERSEN, Contador, inscrito no CRS-SC sob nº 1SC-021665/O7, CPF nº 860.831.479-72, passa a ser considerado sem idoneidade para assinar quaisquer peças ou documentos contábeis sujeitos à apreciação dos órgãos da Secretaria da Receita Federal do Brasil pelo período de dois anos, contados a partir da data de publicação deste ato, em função de terem sido verificadas falsidade de documentos que assinou e irregularidades de escrituração praticadas no sentido de fraudar tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, sendo o profissional responsável pela escrituração da pessoa jurídica envolvida, conforme evidenciado no processo administrativo nº 11516.721161/2014-51.

Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 214, DE 14 DE JULHO DE 2014

Declaração de Inidoneidade de contabilista.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas Artigo 302, e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOUde 17 de maio de 2012 e com fundamento no artigo 3º §§ 1º e 2º, do Decreto-Lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943, publicado no DOU de 1 de outubro de 1943, declara:

Que o Sr. PAULO STAHLHÖFER, Técnico em Contabilidade, inscrito no CRS-SC sob nº 10.998/O-6, CPF nº 295.816.649-04, passa a ser considerado sem idoneidade para assinar quaisquer peças ou documentos contábeis sujeitos à apreciação dos órgãos da Secretaria da Receita Federal do Brasil pelo período de dois anos, contados a partir da data de publicação deste ato, em função de terem sido verificadas falsidade de documentos que assinou e irregularidades de escrituração praticadas no sentido de fraudar tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, sendo o profissional responsável pela escrituração das pessoas jurídica envolvidas, conforme evidenciado no processo administrativo nº 11516.723594/2013-60.

Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 215, DE 14 DE JULHO DE 2014

Declaração de Inidoneidade de contabilista.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas Artigo 302, e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOUde 17 de maio de 2012 e com fundamento no artigo 3º §§ 1º e 2º, do Decreto-Lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943, publicado no DOU de 1 de outubro de 1943, declara:

Que o Sr. ROGERIO MANOEL DE SOUZA, Técnico em Contabilidade, inscrito no CRS-SC sob nº 6147, CPF nº 047.386.089-91, passa a ser considerado sem idoneidade para assinar quaisquer peças ou documentos contábeis sujeitos à apreciação dos órgãos da Secretaria da Receita Federal do Brasil pelo período de dois anos, contados a partir da data de publicação deste ato, em função de terem sido verificadas falsidade de documentos que assinou e irregularidades de escrituração praticadas no sentido de fraudar tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, sendo o profissional responsável pela escrituração das pessoas jurídicas envolvidas, conforme evidenciado no processo administrativo nº 11516.723593/2013-15.

Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 216, DE 15 DE JULHO DE 2014

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, situada à Av. Teporti, nº 876, Sala nº 10, Bairro Cordeiros, Itajaí/SC formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 6.318 (seis mil, trezentos e dezoito) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
4.590	765	Jack Daniel´s - Single Barrel	Uísque americano, em caixas de 6 garrafas de 750 ml 47 GL idade até 8 anos.
1.728	144	Jack Daniel´s Black Upright Tin	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml 40 GL idade até 8 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 217, DE 15 DE JULHO DE 2014

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, situada à Av. Teporti, nº 876, Sala nº 10, Bairro Cordeiros, Itajaí/SC formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 10.800 (dez mil e oitocentos) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
10.800	900	Jack Daniel´s Black Upright Tin	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml 40 GL idade até 8 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 218, DE 15 DE JULHO DE 2014

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, situada à Av. Teporti, nº 876, Sala nº 10, Bairro Cordeiros, Itajaí/SC formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 12.540 (doze mil, quinhentos e quarenta) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
12.540	1.045	Jack Daniel´s	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml 40 GL idade até 8 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 219, DE 15 DE JULHO DE 2014

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, situada à Av. Teporti, nº 876, Sala nº 10, Bairro Cordeiros, Itajaí/SC formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 10.800 (dez mil e oitocentos) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
10.800	900	Jack Daniel´s Black Upright Tin	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml 40 GL idade até 8 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 220, DE 15 DE JULHO DE 2014

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, situada à Av. Teporti, nº 876, Sala nº 10, Bairro Cordeiros, Itajaí/SC formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 10.800 (dez mil e oitocentos) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
10.800	900	Jack Daniel´s Black Upright Tin	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml 40 GL idade até 8 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 221, DE 15 DE JULHO DE 2014

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Al-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

coólicas de nº. 09201/054, situada à Av. Teporti, nº 876, Sala nº 10, Bairro Cordeiros, Itajaí/SC formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 9.714 (nove mil, setecentos e quatorze) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
1.074	179	Jack Daniel´s - Single Barrel	Uísque americano, em caixas de 06 garrafas de 750 ml 47 GL idade até 8 anos.
8.640	720	Jack Daniel´s Black Upright Tin	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml 40 GL idade até 8 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 222, DE 15 DE JULHO DE 2014

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, situada à Av. Teporti, nº 876, Sala nº 10, Bairro Cordeiros, Itajaí/SC formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 12.540 (doze mil, quinhentos e quarenta) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
12.540	1.045	Jack Daniel´s	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml 40 GL idade até 8 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 223, DE 15 DE JULHO DE 2014

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, situada à Av. Teporti, nº 876, Sala nº 10, Bairro Cordeiros, Itajaí/SC formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 12.540 (doze mil, quinhentos e quarenta) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
12.540	1.045	Jack Daniel´s	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml 40 GL idade até 8 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 224, DE 15 DE JULHO DE 2014

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, situada à Av. Teporti, nº 876, Sala nº 10, Bairro Cordeiros, Itajaí/SC formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 12.540 (doze mil, quinhentos e quarenta) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
12.540	1.045	Jack Daniel´s	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml 40 GL idade até 8 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 225, DE 15 DE JULHO DE 2014

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, situada à Av. Teporti, nº 876, Sala nº 10, Bairro Cordeiros, Itajaí/SC formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 12.540 (doze mil, quinhentos e quarenta) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
12.540	1.045	Jack Daniel´s	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml 40 GL idade até 8 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 226, DE 15 DE JULHO DE 2014

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, situada à Av. Teporti, nº 876, Sala nº 10, Bairro Cordeiros, Itajaí/SC formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 20.160 (vinte mil, cento e sessenta) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
20.160	840	Jack Daniel´s Black LB square	Uísque americano, em caixas de 24 garrafas de 375 ml 40 GL idade até 8 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 227, DE 15 DE JULHO DE 2014

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, situada à Av. Teporti, nº 876, Sala nº 10, Bairro Cordeiros, Itajaí/SC formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 12.540 (doze mil, quinhentos e quarenta) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
12.540	1.045	Jack Daniel´s	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml 40 GL idade até 8 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 228, DE 15 DE JULHO DE 2014

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, situada à Av. Teporti, nº 876, Sala nº 10, Bairro Cordeiros, Itajaí/SC formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 11.028 (onze mil e vinte oito) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
5.088	424	Jack Daniel´s black upright tin	Uísque americano. em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml 40 GL idade até 8 anos.
5.940	495	Jack Daniel´s	Uísque Americano, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml 40 GL idade até 8 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 229, DE 15 DE JULHO DE 2014

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte DIAGEO BRASIL LTDA, CNPJ nº 62.166.848/0010-33, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcólicas de nº 09201/110, formulado nos autos do processo 16511.000051/2012-53, situado à Rua Vereador Germano Vieira, nº 429, Sala 01, Bairro Itaipava, CEP 88.316-701, Itajaí/SC, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.924 (quinze mil, novecentos e vinte quatro) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
15.924	1.327	Logan Deluxe	Uísque escocês em caixas de 12 garrafas de 700 ml, 40 GL, idade 12 anos.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 230, DE 15 DE JULHO DE 2014

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte DIAGEO BRASIL LTDA, CNPJ nº 62.166.848/0010-33, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcólicas de nº 09201/110, formulado nos autos do processo 16511.000051/2012-53, situado à Rua Vereador Germano Vieira, nº 429, Sala 01, Bairro Itaipava, CEP 88.316-701, Itajaí/SC, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 354.030 (trezentos e cinqüenta e quatro mil e trinta) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
30.684	2.557	Grand Old Parr Silver	Uísque escocês em caixas de 12 garrafas de 1000 ml 40 GL idade até 8 anos.
79.596	6.633	Johnnie Walker Black Label	Uísque escocês em caixas de 12 garrafas de 1000 ml 40 GL idade acima de 12 anos.
44.580	3.715	Johnie Walker Red Label	Uísque escocês em caixas de 12 garrafas de 1000 ml 40 GL idade até 8 anos..
63.684	5.307	Grand Old Parr	Uísque escocês em caixas de 12 garrafas de 1000 ml 40 GL idade até 8 anos..
2.922	487	Johnnie Walker Blue Label	Uísque escocês em caixas de 6 garrafas de 750 ml 40 GL idade acima de 12 anos.
17.916	1.493	Buchanan's	Uísque escocês em caixas de 12 garrafas de 1000 ml 40 GL idade até 12 anos.
1.086	181	Buchanan's	Uísque escocês em caixas de 6 garrafas de 1000 ml 40 GL idade até 18 anos.
31.410	5.235	Johnnie Walker Gold Reserve	Uísque escocês em caixas de 6 garrafas de 750 ml 40 GL idade acima de 12 anos.
79.608	3.317	Johnnie Walker Red Label	Uísque escocês em caixas de 24 garrafas de 500 ml 40 GL idade até 8 anos.
2.544	212	Johnnie Walker Swing	Uísque escocês em caixas de 12 garrafas de 750 ml 40 GL idade acima de 12 anos.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 231, DE 15 DE JULHO DE 2014

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte DOMAZZI IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ nº 72.204.944/0001-91, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcólicas de nº 09201/145, formulado nos autos do processo 11516.721994/2014-11, estabelecido à Rua Victor Konder nº 1259, Sala 103, A/B, Centro, Florianópolis, CEP 88.015-400, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 2.400 (dois mil e quatrocentos) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
594	99	QUINTA DO PINTO	Vinho fino tinto de mesa seco, português, composto de uva Estate Collection, safra 2011, com graduação alcoólica 14%GL, em caixas com 06 garrafas de 750ml.
204	34	QUINTA DO PINTO	Vinho fino tinto de mesa seco, português, composto de uva Merlot & Syrah, safra 2011, com graduação alcoólica 14%GL, em caixas com 06 garrafas de 750ml.
600	100	QUINTA DO PINTO	Vinho fino tinto de mesa seco, português, composto de uva Colheita Selecionada, safra 2010, com graduação alcoólica 14%GL, em caixas com 06 garrafas de 750ml.
204	34	QUINTA DO PINTO	Vinho fino branco de mesa seco, português, composto de uva Colheita Selecionada, safra 2011, com graduação alcoólica 13,5%GL, em caixas com 06 garrafas de 750ml.
192	32	QUINTA DO PINTO	Vinho fino branco de mesa seco, português, composto de uva Viognier & Chardonnay, safra 2011, com graduação alcoólica 14%GL, em caixas com 06 garrafas de 750ml.
198	33	QUINTA DO PINTO	Vinho fino branco de mesa seco, português, composto de uva Sauvignon Blanc , safra 2012, com graduação alcoólica 13,5%GL, em caixas com 06 garrafas de 750ml.
204	34	QUINTA DO PINTO	Vinho fino branco de mesa seco, português, composto de uva Estate Collection, safra 2008, com graduação alcoólica 13,5%GL, em caixas com 06 garrafas de 750ml.
204	34	QUINTA DO PINTO	Vinho fino tinto de mesa seco, português, composto de uva Touriga Nacional, safra 2011, com graduação alcoólica 14%GL, em caixas com 06 garrafas de 750ml.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

PORTARIA Nº 39, DE 30 DE JUNHO DE 2014

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL/RS, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º- Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no art. 5º, inciso II, da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - inadimplência por três meses consecutivos ou seis alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo Refis, inclusive os com vencimento após 29 de fevereiro de 2000 - a pessoa jurídica GRID ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL EIRELI , CNPJ nº 90.520.800/0001-26, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2014, conforme a proposta exarada no processo administrativo n° 11020.721890/2014-89.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ WESCHENFELDER

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CHUÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 15 DE JULHO DE 2014

Aplica penalidade de suspensão do credenciamento de despachante aduaneiro.

O INSPETOR-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CHUÍ (RS), no uso da atribuição que lhe confere o Art. 76, § 8°, inciso I da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, observando o que determina o Art. 735 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, e tendo em vista o que consta no Processo nº 11051.720159/2014-79, resolve:

Art. 1º Aplicar a penalidade de suspensão do credenciamento, pelo prazo de 7 (sete) meses, do Despachante Aduaneiro LUIS ROGERIO TERRA MENDES, registro nº 10D.01.775, inscrito no CPF sob o nº 958.303.400-20, por transgressão às disposições da alínea "e", inciso II, artigo 735 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, com redação dada pelo Decreto nº 8.010, de 16 de maio de 2013.

Art. 2º Fica vedado o ingresso do despachante em local sob controle aduaneiro, sem expressa permissão do titular da unidade jurisdicionante, enquanto perdurarem os efeitos da penalidade ora imposta, conforme imposição do § 7º do Art. 76 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARIO DOS SANTOS GONÇALVES

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 406, DE 14 DE JULHO DE 2014

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Notas do Tesouro Nacional, série B, NTN-B, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 15.07.2014;

II - horário para acolhimento das propostas: de 11h00 às 11h30;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h15, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 16.07.2014;

V - data da liquidação financeira: 16.07.2014;

VI - data-base das NTN-B: 15.07.2000;

VII - critério de seleção das propostas: serão aceitas todas as propostas com cotações iguais ou superiores à cotação mínima aceita, a qual será aplicada a todas as propostas vencedoras;

VIII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

IX - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas) e 3 para instituições não dealers;

X - quantidade para o público: até 1.000.000 de títulos, que serão distribuídos, a critério do Tesouro Nacional, entre os títulos listados abaixo;

XI - características da emissão:

a) Grupo I:

Título	Código Selic	Data do vencimento	Taxa de juros (a.a.)	Prazo (dias)	Quantidade	VN na data-base (R$)	Adquirente
NTN-B	760199	15.05.2019	6,0%	1.764	Até 500.000	1.000,000000	Público
NTN-B	760199	15.05.2023	6,0%	3.225	Até 500.000	1.000,000000	Público

b) Grupo II:

Título	Código Selic	Data do vencimento	Taxa de juros (a.a.)	Prazo (dias)	Quantidade	VN na data-base (R$)	Adquirente
NTN-B	760199	15.08.2030	6,0%	5.874	Até 500.000	1.000,000000	Público
NTN-B	760199	15.08.2040	6,0%	9.527	Até 500.000	1.000,000000	Público
NTN-B	760199	15.08.2050	6,0%	13.179	Até 500.000	1.000,000000	Público

Parágrafo único. Os cupons de juros das NTN-B poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizada cotação com quatro casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinqüenta títulos.

Art. 3º Para fins de liquidação financeira do leilão, o valor nominal das NTN-B atualizado até a respectiva data de liquidação financeira mencionada no Art.1º, inciso V, a ser considerado para o cálculo dos preços unitários será:

Título	Código Selic	Data-base	VNA
NTN-B	760199	15.07.2000	2.451,746437

Art. 4º As instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 18, de 10 de fevereiro de 2010, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto nº 29, de 6 de fevereiro de 2013, que consistirá na aquisição de NTN-B com as características apresentadas abaixo, pela cotação de venda apurada na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - data da operação especial: 15.07.2014;

II - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 17h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014071600038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

III - horário para acolhimento das propostas: de 15h às 17h;
IV - data da liquidação financeira: 16.07.2014;
V - características da emissão:
a) Grupo I:

Título	Código Selic	Data do vencimento	Taxa de juros (a.a.)	Prazo (dias)	Quantidade	VN na data-base (R$)
NTN-B	760199	15.05.2019	6,0%	1.764	Até 100.000	1.000,000000
NTN-B	760199	15.05.2023	6,0%	3.225	Até 100.000	1.000,000000

b) Grupo II:

Título	Código Selic	Data do vencimento	Taxa de juros (a.a.)	Prazo (dias)	Quantidade	VN na data-base (R$)
NTN-B	760199	15.08.2030	6,0%	5.874	Até 100.000	1.000,000000
NTN-B	760199	15.08.2040	6,0%	9.527	Até 100.000	1.000,000000
NTN-B	760199	15.08.2050	6,0%	13.179	Até 100.000	1.000,000000

Parágrafo único. Somente será realizada a operação especial, em cada grupo, se pelo menos 50% do volume ofertado no respectivo grupo for vendido ao público.

Art. 5º A quantidade de títulos a ser ofertada na operação especial a que se refere o art. 4º, corresponderá a 20% (vinte por cento) da quantidade ofertada ao público na oferta pública de que trata o art. 1º e obedecerá à mesma distribuição percentual verificada entre os títulos vendidos.

§ 1º. A alocação da quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 8º do mencionado Ato Normativo, obedecerá a seguinte proporção:

I - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 2º (grupo 1) do referido Ato Normativo e;

II - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 2º (grupo 2) do referido Ato Normativo.

§ 2º. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 8º, § 1º, do mencionado Ato Normativo, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

PORTARIA Nº 407, DE 14 DE JULHO DE 2014

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de compra de Notas do Tesouro Nacional, série B, NTN-B, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - participantes da oferta pública de compra: restrita às instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 18, de 10 de fevereiro de 2010;

II - data do acolhimento das propostas e do leilão: 15.07.2014;

III - horário para acolhimento das propostas: de 11h00 às 11h30;

IV - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h15, por intermédio do Banco Central do Brasil;

V - data da liquidação financeira: 16.07.2014;

VI - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;

VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo OFDEALERS, nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

VIII - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas);

IX - quantidade para o público: até 150.000 de títulos, que serão distribuídos, a critério do Tesouro Nacional, entre os títulos listados abaixo;

Título	Código Selic	Data do vencimento	Taxa de juros (a.a.)	Prazo (dias)	Quantidade	VN na data-base (R$)
NTN-B	760199	15.08.2030	6,0%	5.874	Até 150.000	1.000,000000
NTN-B	760199	15.05.2035	6,0%	7.608	Até 150.000	1.000,000000
NTN-B	760199	15.08.2040	6,0%	9.527	Até 150.000	1.000,000000
NTN-B	760199	15.05.2045	6,0%	11.261	Até 150.000	1.000,000000
NTN-B	760199	15.08.2050	6,0%	13.179	Até 150.000	1.000,000000

X - Para fins de liquidação financeira do leilão, o valor nominal das NTN-B atualizado até a respectiva data de liquidação financeira mencionada no Art.1º, inciso V, a ser considerado para o cálculo dos preços unitários será:

Título	Código Selic	Data-base	VNA
NTN-B	760199	15.07.2000	2.451,746437

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizada cotação com quatro casas decimais.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

PORTARIA Nº 408, DE 14 DE JULHO DE 2014

O Subsecretário da Dívida Pública da Secretaria do Tesouro Nacional, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN n° 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Notas do Tesouro Nacional, série B - NTN-B, cujas características estão definidas no Decreto n° 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - a oferta pública será realizada com a liquidação financeira por meio de transferência de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, listados nos Anexos. As quantidades ofertadas serão divididas entre dois grupo(s), Grupo I e Grupo II, listados no inciso XII;

II - data de acolhimento das propostas de compra: 16.07.2014;

III - horário para acolhimento das propostas: de 12h às 13h;

IV - divulgação, pelo Tesouro Nacional, do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 14h30;

V - data da emissão: 17.07.2014;

VI - data da liquidação financeira: 17.07.2014;

VII - critério para seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional, quando se tratar do mesmo título. A critério do Tesouro Nacional, no caso de títulos distintos;

VIII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o CETIPNET - Plataforma de Negociação - Leilão STN, nos termos do Regulamento da CETIP S\A - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;

IX - data-base das NTN-B: 15.07.2000;

X - na formulação das propostas de venda deverá ser utilizada cotação percentual, com quatro casas decimais, e codificação própria, a ser divulgada pela CETIP, para a transferência dos títulos públicos custodiados no SELIC e preço unitário, com seis casas decimais, para transferência dos títulos públicos custodiados na CETIP;

XI - quantidade para o público: até 500.000 (quinhentos e mil) títulos para o Grupo I e 500.000 (quinhentos e mil) títulos para o Grupo II; e;

XII - características de emissão:

a)Grupo I:

Título	Código Selic	Data de vencimento	Prazo (dias)	Quantidade (mil)	VN na Data-base (em R$)	Adquirente
NTN-B	760199	15.05.2019	1.763	Até 500	1.000	Público
NTN-B	760199	15.05.2023	3.224	Até 500	1.000	Público

b)Grupo II:

Título	Código Selic	Data de vencimento	Prazo (dias)	Quantidade (mil)	VN na Data-base (em R$)	Adquirente
NTN-B	760199	15.08.2030	5.873	Até 500	1.000	Público
NTN-B	760199	15.08.2040	9.526	Até 500	1.000	Público
NTN-B	760199	15.08.2050	13.178	Até 500	1.000	Público

§1º Os cupons de juros das NTN-B poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.

§2º As cotações das NTN-B a serem ofertadas na segunda etapa serão divulgadas por meio de Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional no dia da realização do leilão.

§3º O proponente deverá ser, obrigatoriamente, titular de conta individualizada no SELIC, sob pena de ter suas propostas excluídas do leilão.

§4º Na data da liquidação financeira do leilão, as quantidades ofertadas de NTN-B poderão ser ajustadas em decorrência de variações na atualização do valor nominal dos títulos públicos recebidos.

Art. 2º Para fins de liquidação financeira do leilão, o valor nominal das NTN-B, atualizado até a respectiva data da liquidação financeira, mencionada no art. 1º, inciso VI, desta Portaria, será divulgado por meio de portaria da Secretaria do Tesouro Nacional no dia de realização do leilão:

Art. 3º Para fins de liquidação das operações decorrentes do leilão, tem-se que:

I - em relação à venda dos títulos públicos custodiados no SELIC ao Tesouro Nacional:

a) o preço unitário do título corresponde ao produto de seu valor nominal atualizado até a data da emissão, mencionada no art. 1º, inciso V, desta Portaria, pela cotação, convertida à forma unitária, informada na respectiva proposta vencedora e;

b) as liquidações das operações devem ser efetivadas no SELIC até as 14h.

II - em relação à venda dos títulos públicos custodiados na CETIP ao Tesouro Nacional:

a) o preço unitário do título é o informado, com seis casas decimais, na respectiva proposta vencedora e;

b) a conta de custódia deve apresentar saldo suficiente de títulos no horário previsto para o registro das operações a serem liquidadas na "Janela Multilateral" da CETIP.

III - em relação à compra de NTN-B:

a) o preço unitário do título corresponde ao produto do seu valor nominal atualizado até a data da emissão, mencionada no art. 1º, inciso V, desta Portaria, pela cotação utilizada no leilão, divulgada em Portaria do Tesouro Nacional;

b) a quantidade de NTN-B relativa à segunda etapa corresponde ao quociente, arredondado para o número inteiro imediatamente superior, entre o valor financeiro das vendas referidas nos dois incisos anteriores e o preço unitário mencionado na alínea "a" deste inciso;

c) as NTN-B serão depositadas, obrigatoriamente, na conta individualizada do proponente vencedor e;

d) a parte contratante tem de ser o próprio proponente vencedor e as liquidações das operações devem ser efetivadas no SELIC até as 15h30.

Parágrafo único. Os comandos de que tratam os incisos I e III deste artigo são os previstos no item 6.3.6.5 do Regulamento do SELIC.

Art. 4º O não cumprimento do disposto no artigo anterior implicará a perda do direito às compras e às vendas de que trata esta portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

ANEXO I

(Para a liquidação financeira das NTN-B com prazo de 1.763 dias)
1. LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO
LFT, com vencimento de 07/09/2014 até 01/09/2018
LFT-A, com vencimento de 02/08/2014 até 04/05/2015
LFT-B , com vencimento em 06/09/2015
2. NOTAS DO TESOURO NACIONAL
NTN-B, com vencimento de 15/08/2014 até 15/05/2019
NTN-C , com vencimento em 01/07/2017
3. CUPONS DE JUROS
NTN-B, com vencimento de 15/08/2014 até 15/08/2018
4. PRINCIPAIS
NTN-B, com vencimento de 15/05/2015 até 15/08/2018

ANEXO II

(Para a liquidação financeira das NTN-B com prazo de 3.224 dias)
1. CRÉDITOS SECURITIZADOS
CVSA970101
CVSB970101
CVSC970101
CVSD970101
2. LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO
LFT, com vencimento de 07/09/2014 até 01/03/2020
LFT-A, com vencimento de 02/08/2014 até 04/05/2015
LFT-B , com vencimento em 06/09/2015
3. NOTAS DO TESOURO NACIONAL
NTN-B, com vencimento de 15/08/2014 até 15/05/2023
NTN-C, com vencimento de 01/07/2017 até 01/04/2021
4. CUPONS DE JUROS
NTN-B, com vencimento de 15/08/2014 até 15/05/2021
5. PRINCIPAIS
NTN-B, com vencimento de 15/05/2015 até 15/08/2020

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO III

(Para a liquidação financeira das NTN-B com prazo de 5.873 dias)

1. CRÉDITOS SECURITIZADOS
CVSA970101
CVSB970101
CVSC970101
CVSD970101
2. LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO
LFT, com vencimento de 07/09/2014 até 01/03/2020
LFT-A, com vencimento de 02/08/2014 até 04/05/2015
LFT-B , com vencimento em 06/09/2015
3. NOTAS DO TESOURO NACIONAL
NTN-A3 , com vencimento em 15/04/2024
NTN-B, com vencimento de 15/08/2014 até 15/08/2030
NTN-C, com vencimento de 01/07/2017 até 01/01/2031
4. CUPONS DE JUROS
NTN-B, com vencimento de 15/08/2014 até 15/08/2024
5. PRINCIPAIS
NTN-B, com vencimento de 15/05/2015 até 15/08/2024

ANEXO IV

(Para a liquidação financeira das NTN-B com prazo de 9.526 dias)

1. CRÉDITOS SECURITIZADOS
CVSA970101
CVSB970101
CVSC970101
CVSD970101
2. LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO
LFT, com vencimento de 07/09/2014 até 01/03/2020
LFT-A, com vencimento de 02/08/2014 até 04/05/2015
LFT-B , com vencimento em 06/09/2015
3. NOTAS DO TESOURO NACIONAL
NTN-A3 , com vencimento em 15/04/2024
NTN-B, com vencimento de 15/08/2014 até 15/08/2040
NTN-C, com vencimento de 01/07/2017 até 01/01/2031
4. CUPONS DE JUROS
NTN-B, com vencimento de 15/08/2014 até 15/08/2027
5. PRINCIPAIS
NTN-B, com vencimento de 15/05/2015 até 15/08/2024

ANEXO V

(Para a liquidação financeira das NTN-B com prazo de 13.178 dias)

1. CRÉDITOS SECURITIZADOS
CVSA970101
CVSB970101
CVSC970101
CVSD970101
2. LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO
LFT, com vencimento de 07/09/2014 até 01/03/2020
LFT-A, com vencimento de 02/08/2014 até 04/05/2015
LFT-B , com vencimento em 06/09/2015
3. NOTAS DO TESOURO NACIONAL
NTN-A3 , com vencimento em 15/04/2024
NTN-B, com vencimento de 15/08/2014 até 15/08/2050
NTN-C, com vencimento de 01/07/2017 até 01/01/2031
4. CUPONS DE JUROS
NTN-B, com vencimento de 15/08/2014 até 15/02/2029
5. PRINCIPAIS
NTN-B, com vencimento de 15/05/2015 até 15/08/2024

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA N° 187, DE 14 DE JULHO DE 2014

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
AM	Maraã	Inundações - 1.2.1.0.0	126/2014	22/05/14	59050.000904/2014-04
BA	Brejões	Estiagem - 1.4.1.1.0	025	21/05/14	59050.000905/2014-41
BA	Candiba	Estiagem - 1.4.1.1.0	13	06/03/14	59050.000838/2014-64
BA	Livramento de Nossa Senhora	Estiagem - 1.4.1.1.0	78/2014	10/05/14	59050.000906/2014-95
MG	Divisa Alegre	Estiagem - 1.4.1.1.0	407/2014	24/03/14	59050.000922/2014-88
MG	Itinga	Estiagem - 1.4.1.1.0	070/2014	09/06/14	59050.000907/2014-30
MG	José Gonçalves de Minas	Estiagem - 1.4.1.1.0	010/2014	05/05/14	59050.000837/2014-10
MG	Padre Paraíso	Estiagem - 1.4.1.1.0	017/2014	23/05/14	59050.000895/2014-43
MG	Riacho dos Machados	Estiagem - 1.4.1.1.0	027	31/03/14	59050.000840/2014-33
PA	Curuá	Inundações - 1.2.1.0.0	1133/2014	27/05/14	59050.000896/2014-98
PA	Monte Alegre	Inundações - 1.2.1.0.0	383/2014	27/05/14	59050.000899/2014-21
SC	Arabutã	Inundações - 1.2.1.0.0	1504	01/05/14	59050.000910/2014-53

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

PORTARIA N° 188, DE 14 DE JULHO DE 2014

Reconhece estado de calamidade pública no município de Rio Negro - PR.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto nº 068/2014, de 11 de junho de 2014, do município de Rio Negro-PR,

Considerando ainda as demais informações constantes no processo nº 59050.000894/2014-07, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de inundações, COBRADE: 1.2.1.0.0, o estado de calamidade pública no Município de Rio Negro - PR.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.193, DE 15 DE JULHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, em cumprimento à decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, nos autos do Mandado de Segurança nº 20.225/DF, impetrado por JULIO CESAR DA SILVA, resolve:

I - SUSPENDER os efeitos da Portaria nº 1.451, de 05 de abril de 2013, publicada no DOU de 08 de abril de 2013, Seção 1, que anulou a Portaria Ministerial nº 2.209, de 09 de dezembro de 2003, que declarou JULIO CESAR DA SILVA anistiado político.

II - RESTABELECER os efeitos da Portaria Ministerial nº 2.209, de 09 de dezembro de 2003, que declarou JULIO CESAR DA SILVA anistiado político.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS

ATA DA 174ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2014

Aos vinte e dois dias do mês de maio de dois mil e quatorze, às 10 horas, na sala 304 do Edifício Sede do Ministério da Justiça (DF), no Palácio da Justiça Raymundo Faoro, reuniu-se o CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS (CFDD). ESTIVERAM PRESENTES: Sob a Presidência do Dr. FABRÍCIO MISSORINO LÁZARO, os Conselheiros: Dra. VALQUÍRIA O. QUIXADÁ NUNES, representante do Ministério Público Federal; Dra. THALIA LACERDA DE AZEVEDO, representante do Ministério da Fazenda/MF; Dr. RICARDO LEITE RIBEIRO, representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica/CADE; Dra. VANESSA GHISLENI ZARDIM, representante do Ministério da Saúde/ANVISA; Dr. PEDRO GUSTAVO MORGADO CLEROT, representante do Ministério da Cultura/MinC; Dra. MÁRCIA LEUZINGER, representante do Instituto "O Direito Por Um Planeta Verde"; e o Dr. NELSON CAMPOS, Secretário-Executivo do CFDD. JUSTIFICARAM AUSÊNCIAS: Dra. ROSANA GRINBERG e Dra. TERESA DONATO LIPORACE, representantes do Fórum Nacional das Entidades Civis de Defesa do Consumidor-FNECDC; Dr. MARCUS DA COSTA FERREIRA e Dr. DIÓGENES FARIA DE CARVALHO, representantes do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor/BRASILCON; Dra. ANA BEATRIZ DE OLIVEIRA e Dr. JÂNIO OLIVEIRA COUTINHO, representantes do Ministério do Meio Ambiente/MMA. O Presidente agradeceu a presença de todos e deu início aos assuntos em pauta. Item 1º - Aprovação da Ata da 173ª Reunião Ordinária. A Ata foi aprovada por unanimidade. Item 2º - Quadros Demonstrativos de Valores. O Presidente passou a palavra ao Secretário-Executivo do Conselho que leu os valores recolhidos ao FDD de 01 de janeiro a 30 de abril de 2014. Código 001 - Condenações Judiciais - Meio Ambiente - R$ 1.182.650,06; Código 002 - Condenações Judiciais - Consumidor - R$ 6.415,60; Código 003 - Condenações Judiciais - Bens Direitos de Valor Artístico - R$ 451,48; Código 004 - Condenações Judiciais - Qualquer Outro Interesse Difuso ou Coletivo - R$ 7.299,145,92; Código 005 - Multas e Indenizações - Deficientes - R$ 10.959,67; Código 006 - Multas - CDC - Consumidor - R$ 98.883,65; Código 007 - Indenizações - CDC - Consumidor - Não houve; Código 008 - Imobiliário Não houve; Código 009 - Infração a Ordem Econômica - R$ 50.473.686,09; Multas Legislação Prevista - Auto de Infração - R$ 2.597.446,11; Outras Receitas - Sorteios de Instituições Filantrópicas - R$ 13.515,99; Outras Receitas e Doações - R$ 33.403,00; Devolução de saldo de convênios de exercícios anteriores - R$ 191.797,50. Obtendo uma arrecadação total no valor de R$ 62.078.720,34 (sessenta e dois milhões setenta e oito mil setecentos e vinte reais e trinta e quatro centavos). Item 4º - Deliberação Sobre Projetos: Item 4.1 - Interessado: Prefeitura de Tubarão/MG (08012.003902/2013-01). Projeto: "Ações Para a Disseminação de Informações de Direito do Consumidor". Conselheiro-Relator: Dr. Marcus da Costa Ferreira, representante do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor/BRASILCON. Decisão do CFDD: Retirado de pauta. Item 4.2 - Interessado: Prefeitura de Gouveia/MG (08012.00003922/2013-74). Projeto: "Construir, Equipar e Instalar uma Fábrica de Rapaduras e Açúcar Mascavo na Comunidade Rural de Espinho". Conselheiro-Relator: Dr. Pedro Clerot, representante do Ministério da Cultura/MinC. Decisão do CFDD: Aprovado por unanimidade. Item 4.3 - Interessado: Instituto Estadual de Florestas do Amapá/AP (08012.003905/2013-37). Conselheira-Relatora: Dra. Ana Beatriz de Oliveira, representante do Ministério do Meio Ambiente/MMA. Decisão do CFDD: retirado de pauta. Item 4.4 - Interessado: Prefeitura de Sabará/MG (08012.003903/2013-48), Projeto: "Implantação do Projeto: Balcão Itinerante dos Direitos do Consumidor em Sabará". Conselheira-Relatora: Dra. Rosana Grinberg, representante do Fórum Nacional das Entidades Civis de Defesa do Consumidor/FNCDC. Decisão do CFDD: Retirado de pauta. Item 5º - Assuntos Gerais: Não houve. Item 6º- Data da próxima reunião do CFDD: A próxima reunião ordinária do CFDD ficou prevista para o dia 05 de junho de 2014, no Edifício Sede do Ministério da Justiça, sala 328. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, lavrada a presente Ata.

FABRICIO MISSORINO LAZARO
Presidente do Conselho

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 15 de julho de 2014

Nº 797 - Processo Administrativo nº 08700.001830/2014-82. Representante: CADE Ex - Officio. Representada: Federação Brasileira de Cooperativa de Anestesiologia ("FEBRACAN"), Sociedade Brasileira de Anestesiologia ("SBA") e Jurandir Coan Turazzi. Advogados: Antônio Ferreira Couto Filho, Alex Pereira Souza, Janaina Pereira dos Santos, Thami de Paiva Coelho Rodrigues, Guilherme Gomes Krueger e outros. Acolho a Nota Técnica nº 196, aprovada pelo Superintendente Adjunto Substituto e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica nº 196, decido: (i) pelo indeferimento do pedido de produção de prova pericial. Ao Setor Processual. Publique-se.

EDUARDO FRADE RODRIGUES
Interino

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL
DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 2.487, DE 1º DE JULHO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/7754 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TINTURARIA E ESTAMPARIA SALETE LTDA, CNPJ nº 47.379.714/0001-16 para atuar em São Paulo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ALVARÁ Nº 2.523, DE 3 DE JULHO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/5138 - DPF/BRU/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MOMENTUM EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA., CNPJ nº 47.686.555/0003-64 para atuar em São Paulo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.535, DE 4 DE JULHO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/3764 - DPF/CAS/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GRUPO PREVIL SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 07.618.311/0001-68, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1434/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.537, DE 4 DE JULHO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/4631 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEV CENTRO DE TREINAMENTO E FORMÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 16.407.223/0001-08, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 1303/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.576, DE 9 DE JULHO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/5812 - DPF/ROO/MT, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa NORTOX S/A, CNPJ nº 75.263.400/0011-60 para atuar no Mato Grosso, com Certificado de Segurança nº 1467/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.591, DE 9 DE JULHO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/6768 - DPF/CAS/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DELPHOS SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 07.091.113/0001-99, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1438/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.594, DE 9 DE JULHO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/6882 - DPF/NRI/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ALCANCY CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES E SEGURANÇAS, CNPJ nº 07.028.291/0001-75, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Rio de Janeiro com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 1313/2014 (CNPJ nº 07.028.291/0001-75) e nº 1425/2014 (CNPJ nº 07.028.291/0002-56).

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.595, DE 10 DE JULHO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/6559 - DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TAPUIO AGROPECUARIA LTDA., CNPJ nº 40.758.310/0001-94 para atuar no Rio Grande do Norte.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.599, DE 10 DE JULHO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/7999 - DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROTEG SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 08.699.066/0001-23, sediada no Rio Grande do Norte, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

12 (doze) Revólveres calibre 38

216 (duzentas e desesseis) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.600, DE 10 DE JULHO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/8051 - DPF/VAG/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ÁGUIA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 08.711.810/0001-68, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

7 (sete) Revólveres calibre 38

105 (cento e cinco) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.604, DE 10 DE JULHO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/8434 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa DEMARK SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA., CNPJ nº 05.701.858/0001-05, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Revólveres calibre 38

90 (noventa) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.605, DE 10 DE JULHO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/1798 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa MIRAFORTE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA - EPP, CNPJ nº 17.018.825/0001-36, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 951/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.607, DE 10 DE JULHO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/7859 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa FENIXX VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 02.060.306/0001-69, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

480 (quatrocentas e oitenta) Munições calibre .380

140 (cento e quarenta) Munições calibre 12

1170 (uma mil e cento e setenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.608, DE 10 DE JULHO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/8137 - DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ANDRADE DISTRIBUIDOR LTDA, CNPJ nº 03.753.945/0001-72, sediada em Alagoas, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (dois) Revólveres calibre 38

36 (trinta e seis) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.609, DE 10 DE JULHO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/2918 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIAÇAO JARDINS VIENA, CNPJ nº 00.550.146/0001-00 para atuar em Goiás.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.614, DE 10 DE JULHO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/8110 - DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve:

CONCEDER autorização à empresa RN SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 11.330.880/0001-80, sediada no Rio Grande do Norte, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3 (três) Pistolas calibre .380

33 (trinta e três) Munições calibre 38

135 (cento e trinta e cinco) Munições calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO os Pedidos de Transformação de Visto item V em Permanente, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.015464/2011-93 - ALBERTO QUINTERO GARCIA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº 08505.068097/2013-10 - MARLINE V FRATICELLI e LAILA PAOLA GONZALEZ
Processo Nº 08260.005548/2013-10 - TERRI LYNETTE CLARK e JAMES EARL DARDEN II
Processo Nº 08364.001653/2013-11 - JUAN JOSE BARRIOS GONDELLES e MONICA LISETH CARDOZO RODRIGUEZ
Processo Nº 08460.020785/2013-54 - ANTONIO SEBASTIAO RODRIGUES FIDALGO
Processo Nº 08460.020965/2013-36 - STEPHANE FRANCOIS MARTY
Processo Nº 08461.002405/2013-90 - ANTHONY STIRLING POL
Processo Nº 08461.005094/2013-11 - SONIA CRISTINA CARDOSO NETO MARTINS
Processo Nº 08461.006619/2013-35 - MATHIEU OLIVIER GOURIOU
Processo Nº 08505.052579/2013-40 - KENJIRO MAETANI, YUKIE MAETANI, YUI MAETANI e YUZU MAETANI
Processo Nº 08505.066539/2013-85 - LIQIANG FENG
Processo Nº 08505.068093/2013-23 - JOSE GERARDO CAMARGO LACROIX
Processo Nº 08505.068169/2013-11 - PAULO JOSE LEANDRO SIMOES DA COSTA
Processo Nº 08505.068443/2013-51 - XIONGWEI ZENG
Processo Nº 08505.068342/2013-81 - PETER LEUENBERGER e GISELA OLGA LEUENBERGER
Processo Nº 08505.082514/2013-29 - PAOLA JIMENEZ MORENO
Processo Nº 08505.083227/2013-36 - BEIJING CAO, PEIHONG CAO e RUI CAO
Processo Nº 08505.083244/2013-73 - ZHIQIANG YANG, FANG LI e SHANGXI YANG
Processo Nº 08505.083267/2013-88 - NORMA LETICIA ESPARZA DUARTE
Processo Nº 08505.083347/2013-33 - MIGUEL OSCAR TRIGO BENITEZ, GABRIELA CHICO GOERNE COBIAN, ANA PAULA TRIGO CHICO GOERNE, FERNANDO TRIGO CHICO GOERNE e MARIA LUISA TRIGO CHICO GOERNE
Processo Nº 08793.003747/2013-75 - LETICIA PALENZUELA GUTIERREZ
Processo Nº 08260.006186/2012-01 - JOSE MANUEL GUILLERMO REGUEIRA
Processo Nº 08270.014064/2013-42 - MAURO VEGA VALDES, VANESA MARTINEZ FARIZA CONDE, MAURO VEGA MARTINEZ FARIZA e RUT VEGA MARTINEZ FARIZA.
Processo Nº 08460.020970/2013-49 - ANTON CARBALLO GONZALEZ
Processo Nº 08461.006719/2013-61 - LAURENT GEORGES MICHEL COUPE, VERONIQUE MARIE YVONNE BERT COUPE e CAROLINE CHARLOTTE MARIE COUPE
Processo Nº 08505.035577/2013-96 - YUANDI HE e WEI WANG
Processo Nº 08505.036464/2013-16 - DALMIRO OCTAVIO GALVIS PENA e LISBANIA SERNA DE GALVIS
Processo Nº 08505.066932/2013-79 - FRANCISCO JOSE DE FUENTES SABATE
Processo Nº 08505.068166/2013-87 - GUNTHER VINZENZ
Processo Nº 08506.009755/2013-13 - JOVAN SAVIC.

INDEFIRO o pedido de permanência definitiva com base em união estável, tendo em vista que o (a) requerente não preenche os requisitos previstos na Resolução Normativa nº 108/14, do Conselho Nacional de Imigração. Processo Nº 08335.038617/2013-51 - MOATAZBEALLAH FAWZY SELIM EMARA.

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o(s) Pedido(s) de Prorrogação de Estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.024556/2013-26 - JUDE PAUL GUILLOT, até 02/02/2016
Processo Nº 08000.026248/2013-35 - PHILIP MICHAEL JACKMAN, até 11/01/2016
Processo Nº 08000.024014/2013-53 - ALCIVIADES ISAIAS MARTINEZ CEDENO, até 28/11/2015
Processo Nº 08000.024560/2013-94 - FORREST JOHANN PERKINS, até 02/02/2016
Processo Nº 08000.023249/2013-28 - IGOR ERCEG, até 15/11/2015
Processo Nº 08000.023265/2013-11 - BERNARD ANDRE JEANNINE MEYSMAN, até 15/11/2015
Processo Nº 08000.023138/2013-11 - JOEL PANES SOLAYAO, até 22/12/2015
Processo Nº 08000.016187/2013-06 - JUHANI ANTERO MAEKELAE, até 22/02/2016
Processo Nº 08000.016712/2013-85 - STEPHEN CLINTON, até 02/11/2015
Processo Nº 08000.016752/2013-27 - CRAIG THOMAS TURNER, até 02/11/2015
Processo Nº 08000.019087/2013-23 - PRADIP KUMAR DEY, até 31/05/2015
Processo Nº 08000.019107/2013-66 - CORNELIUS MCKENZIE, até 02/11/2015
Processo Nº 08000.019457/2013-22 - CONRADO III CRUZ FERNANDEZ, até 24/11/2014
Processo Nº 08000.020193/2013-50 - KRESIMIR BRACIC, até 03/01/2016
Processo Nº 08000.020215/2013-81 - JOEY HINLO NIGOS, até 13/10/2015
Processo Nº 08000.020219/2013-60 - TEOFILO JR BUSBUS BOCAR, até 11/08/2015
Processo Nº 08000.020242/2013-54 - MARLON DELIMA SABODOGO, até 13/10/2015
Processo Nº 08000.020244/2013-43 - REY ROLAND MUMAR VANGUARDIA, até 11/10/2015
Processo Nº 08000.020410/2013-10 - ARJAY BALBIN CADAG, até 11/08/2015
Processo Nº 08000.021372/2013-12 - RONNIE SEGADOR CABALONGA, até 26/10/2015
Processo Nº 08000.025949/2013-57 - DAVID KIER HENRY BEVERIDGE, até 10/01/2016
Processo Nº 08000.023290/2013-02 - GREGG ANTHONY FORE, até 06/08/2014
Processo Nº 08000.024359/2013-15 - CECIL LAVONE STUCKEY JR, até 06/08/2014.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item I, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08240.030818/2013-69 - SYLVIE PETTER, até 11/02/2016
Processo Nº 08240.032065/2013-26 - BAYARDO ANDRES DUPOTEY RIBAS, até 08/03/2016
Processo Nº 08270.029841/2013-53 - FRANCOIS HERVE COSKER, até 25/01/2015
Processo Nº 08295.031829/2013-21 - CRISOFORO FABRICIO VILLALOBOS CAMACHO, até 15/02/2015
Processo Nº 08295.031830/2013-55 - SETH KLU, até 28/01/2016
Processo Nº 08505.129995/2013-43 - EMANUEL JOSE MAIA RUIVO, até 08/01/2015
Processo Nº 08505.130004/2013-75 - RICCARDO STURANI, até 26/02/2015
Processo Nº 08505.139691/2013-94 - VERONICA MURIEL SANCHEZ, até 28/02/2015.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08212.010630/2013-31 - GRICELDA LILY GUTIERREZ ALVAREZ, até 02/03/2015
Processo Nº 08212.010632/2013-21 - JORGE DANIEL CABALLERO MASCHERONI, até 03/03/2015
Processo Nº 08212.010635/2013-64 - FRANCISCO ADOLFO BRUSQUETTI ESTRADA, até 15/01/2015
Processo Nº 08212.010699/2013-65 - ELEONORA ZAMBRANO BLANCO, até 12/02/2015
Processo Nº 08212.010702/2013-41 - SERGIO ARCINIEGAS ALARCON, até 09/02/2015
Processo Nº 08212.010705/2013-84 - MARISOL GARCIA PENA, até 24/02/2015
Processo Nº 08212.010709/2013-62 - RAMAGE MAHER MAGDY SALAMA GERGIS, até 12/01/2015
Processo Nº 08240.031483/2013-04 - BORIS EDUARDO VILLA ZEGARRA, até 20/02/2015
Processo Nº 08240.032077/2013-51 - LISANA MILED QUINTERO PALACIO, até 03/02/2015
Processo Nº 08240.032177/2013-87 - ANA ISABEL CAMACHO GUERREIRO, até 04/02/2015
Processo Nº 08270.029216/2013-10 - EDER ELVIS MIRANDA SANTOS, até 01/02/2015
Processo Nº 08270.029234/2013-93 - ANNA HENRIKE EYMESS, até 06/02/2015
Processo Nº 08286.004727/2013-41 - SAMIRA DOMINGOS CO, até 21/02/2015
Processo Nº 08286.004730/2013-65 - NEUSA PAULO AFONSO, até 28/01/2015
Processo Nº 08286.004731/2013-18 - PATRICIA PEREIRA FERNANDES, até 28/01/2015
Processo Nº 08286.004758/2013-01 - DRUSILLE ARISTOBULETTE H FAGNIBO, até 11/02/2015
Processo Nº 08286.004761/2013-16 - GUSTAVO ALONSO BARRIENTOS SANDOVAL, até 27/02/2015
Processo Nº 08354.010833/2013-11 - DONALD MANIGAT, até 18/12/2014
Processo Nº 08375.012404/2013-22 - CESAR PATRICIO FERNANDES SEBASTIAO, até 20/02/2015
Processo Nº 08375.012405/2013-77 - LAURA SOFIA HIDALGO ARROYO, até 29/01/2015
Processo Nº 08375.012412/2013-79 - VIVIAN MOUVI, até 13/02/2015
Processo Nº 08375.012523/2013-85 - JAILSON DA CONCEIÇÃO TEIXERA DE OLIVEIRA, até 10/01/2015
Processo Nº 08433.005150/2013-54 - ROLANDO JOSE MANUEL GONZALEZ RAMIREZ, até 18/03/2015
Processo Nº 08433.006678/2013-41 - NICASIO GOUVEIA, até 07/03/2015
Processo Nº 08433.006688/2013-86 - TANIA PAMELA FALCONI NUNEZ, até 10/03/2015
Processo Nº 08434.003411/2013-91 - ELIZABETH SUARIQUE GUTIERREZ, até 25/02/2015
Processo Nº 08451.009450/2013-94 - DEISE DJARIATU DIAS MANE, até 21/02/2015
Processo Nº 08451.009621/2013-85 - PHILIPPE JUSTIN, até 09/01/2015
Processo Nº 08451.009622/2013-20 - PARNEL JEANTY, até 09/01/2015
Processo Nº 08451.009712/2013-11 - PEDRO SANA COFATI, até 15/02/2015
Processo Nº 08505.129990/2013-11 - PIERRE ARTHUR BENOIT LE QUELLEC CHAVANNES, até 25/03/2015
Processo Nº 08505.130187/2013-29 - DAVIDE CAISSE, até 23/01/2015
Processo Nº 08505.138995/2013-34 - CORNELIO RAIMUNDO MUCACHE, até 23/01/2015
Processo Nº 08505.139005/2013-85 - BRENDAN PADRIC ANSON PRITCHARD, até 01/09/2014
Processo Nº 08505.139007/2013-74 - FABIAN NUNEZ LARROTTA, até 14/02/2015
Processo Nº 08505.139060/2013-75 - AGUINALDO VICTOR INACULO, até 13/03/2015
Processo Nº 08505.139129/2013-61 - MARIA DEL ROSARIO BELTRAN DUARTE, até 14/02/2015
Processo Nº 08505.139468/2013-47 - JULIE COLETTE SOPHIE ELIACHAR, até 25/01/2015
Processo Nº 08505.139516/2013-05 - MIRIAM MERCEDES RIVAS URBINA, até 15/01/2015
Processo Nº 08505.139528/2013-21 - DELFINA ANA RITA TINTA e BERNARDINO RIGOBERTO TINTA, até 23/02/2015
Processo Nº 08505.139575/2013-75 - LIVIA TERESA RIVAS ORTEGA, até 19/12/2014
Processo Nº 08707.006462/2013-18 - GERMAN ANDRES GAVIRIA MARTINEZ, até 23/01/2015
Processo Nº 08707.006484/2013-88 - MARLON IVAN VALERIO CUADROS, até 11/02/2015
Processo Nº 08707.006502/2013-21 - ZORANY SULEY ZAPATA MOSQUERA, até 19/02/2015
Processo Nº 08707.006505/2013-65 - ROQUE ENRIQUE LOPEZ CONDORI, até 21/02/2015
Processo Nº 08707.006515/2013-09 - WILSON ENRIQUE ROSADO MERCADO, até 23/01/2015
Processo Nº 08707.006519/2013-89 - EDUARDO CARLOS ALEXANDRINA, até 29/12/2014
Processo Nº 08707.006520/2013-11 - ANDRES EDUARDO GOMEZ HERNANDEZ, até 11/02/2015
Processo Nº 08707.006521/2013-58 - SONIA CASTELO QUISPE, até 21/02/2015
Processo Nº 08707.006497/2013-57 - JOSE RODRIGO MUNOZ HOYOS, até 22/01/2015
Processo Nº 08707.006514/2013-56 - KATERIN GUERRERO DORIA, até 08/02/2015.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item VII, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08702.009631/2013-11 - EDOALLYS YALILE PEREIRA, até 11/12/2014.

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
Substituto

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 16/01/2014, Seção 1, pág. 45, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.013707/2012-30 - DANIEL DAKOWSKI.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 05/06/2014, Seção 1, pág. 33, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.014954/2013-34 - JOSEF JAMES BRENNAN.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 13/12/2013, Seção 1, pág. 150, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.012713/2013-51 - PRAIWAN RODTHANOM.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 26/08/2013, Seção 1, pág. 39, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.021883/2012-45 - GIL LIMPIN TENEFRANCIA.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 01/08/2013, Seção 1, pág. 40, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.021473/2012-02 - REYNAN BALIGAD TORRES.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 13/02/2014, Seção 1, pág. 63, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.012899/2013-48 - WENTSUNG LIN.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 21/08/2013, Seção 1, pág. 27, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.021723/2012-04 - TERRY BRIAN LEWIS.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 10/03/2014, Seção 1, pág. 34, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.016460/2013-94 - GUILLERMO JOSE MARQUEZ CANALES.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 20/02/2014, Seção 1, pág. 20, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.014706/2013-93 - EZEQUIEL ANTONIO RIVAS.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 15/05/2014, Seção 1, pág. 36, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.018414/2013-20 - JOSE LUIS ANGELES ORALLO.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 24/09/2013, Seção 1, pág. 29, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.001414/2013-91 - KYLE DOUGLAS MEEHAN.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 09/09/2013, Seção 1, pág. 56, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.026729/2012-60 - GIL ONCENO DUREZA.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 06/01/2014, Seção 1, pág. 116, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.006358/2013-81 - FELIX MICHAEL BLAYNEY.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 21/02/2014, Seção 1, pág. 45, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.016829/2013-69 - JACOB MOLENAAR.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 14/02/2014, Seção 1, pág. 14, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.012328/2013-11 - JONATHAN WALKER.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 09/09/2013, Seção 1, pág. 56, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.021376/2012-10 - JAN ASMUND NILSEN.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 15/01/2014, Seção 1, pág. 33, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.021001/2012-41 - ALEXEY GORYAINOV.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 26/08/2013, Seção 1, pág. 38, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.001413/2013-46 - DANIEL ALAN REESE.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 08/05/2014, Seção 1, pág. 41, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.004125/2013-43 - GARY LEON SMITH.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 17/02/2014, Seção 1, pág. 31, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.009732/2013-08 - LEE WILLIAM BELL.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 24/02/2014, Seção 1, pág. 60, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.011050/2013-57 - DEREK ANDREW LANDELLS.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 26//05/2014, Seção 1, pág. 57, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.016265/2013-64 - STEVEN CHARTRES BERGERON.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 09/07/2013, Seção 1, pág. 45, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.023065/2012-87 - ANASTACIO JR LAYGO MARQUEZ.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 03/07/2013, Seção 1, pág. 30, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.004530/2012-81 - EUGENIO BOBADILLA PUNZALAN.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 28/08/2013, Seção 1, pág. 29, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.021876/2012-43 - ALFREDO JR AVILA PACULLA.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 08/07/2013, Seção 1, pág. 24, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.016127/2012-02 - HERMINIO MONTECIANA ELIZAGA.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 29/04/2014, Seção 1, pág. 51, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.016798/2013-46 - JUAN MANUEL MARTINEZ FERNANDEZ.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 09/04/2014, Seção 1, pág. 49, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.012000/2013-97 - SERGEJS ZUJEVS.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 05/05/2014, Seção 1, pág. 23, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.018420/2013-87 - MACIEJ SKORUPSKI.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 08/05/2014, Seção 1, pág. 42, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.020032/2013-66 - RAKESH KUMAR JASWAL.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 30/04/2014, Seção 1, pág. 60, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.007002/2013-64 - SOTIRIOS MEGAS.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 26/05/2014, Seção 1, pág. 57, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.019458/2013-77 - DOUGLAS ROY BROWN.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 24/03/2014, Seção 1, pág. 48, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.015370/2013-86 - VIJAY KUMAR.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 29/04/2014, Seção 1, pág. 51, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.019422/2013-93 - LOGAN EDWARD CONLAN.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 24/03/2014, Seção 1, pág. 48, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.012101/2013-68 - DOMINIK JAN DUDOJC.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 05/02/2014, Seção 1, pág. 21, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.012784/2013-53 - SIRIPORN SUNGPRASIT.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 11/02/2014, Seção 1, pág. 26, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.009809/2013-31 - PETRUS HENDRIK MEYER.

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
p/Delegação de Competência

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

RETIFICAÇÃO

No Despacho publicado no Diário Oficial da União de 15/07/2014, Seção I, pág. 33, onde se lê: "Emissora: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda." leia-se: "Emissora: Rádio e Televisão Record S/A.".

Ministério da Previdência Social

CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 12, de 19 de agosto de 2013, publicada no D.O.U nº 168, de 30/8/2013, Seção 1, página 28, onde se lê: "... em sua 19ª Reunião Ordinária ...", Leia-se: "... em sua 11ª Reunião Ordinária ..."

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIAS DE 15 DE JULHO DE 2014

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS 00240.000034/0319-91, sob o comando nº 366066040 e juntada nº 383189339, resolve:

Nº 350 - Art. 1º Aprovar o 1º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão celebrado entre a patrocinadora Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Ericsson e a PREVI-ERICSSON - Sociedade de Previdência Privada, na qualidade de administradora do Plano de Aposentadoria Suplementar Previ-Ericsson - CNPB nº 1991.0022-38.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS 00240.000034/0319-91, sob o comando nº 366065348 e juntada nº 383189773, resolve:

Nº 351 - Art. 1º Aprovar o 1º Termo Aditivo ao Termo de Adesão da própria Previ-Ericsson - Sociedade de Previdência Privada, na condição de patrocinadora do Plano de Aposentadoria Suplementar Previ-Ericsson - CNPB nº 1991.0022-38.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS 00000.000223/9519-81, sob o comando nº 379086382 e juntada nº 383099485, resolve:

Nº 352 - Art. 1º Aprovar o 3º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão celebrado entre a patrocinadora Unilever Brasil Industrial Ltda. (incorporadora da Unilever Brasil Nordeste Produtos de Limpeza S.A.) e a UnileverPrev Sociedade de Previdência Privada, na qualidade de administradora do Plano de Benefício Definido UnileverPrev - CNPB nº 1981.0017-19.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS 00240.000001/0119-92, sob o comando nº 375111376 e juntada nº 383085205, resolve:

Nº 353 - Art. 1º Aprovar o 2º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão celebrado entre a patrocinadora Diversey Brasil Indústria Química Ltda. e o MULTIPREV - Fundo Múltiplo de Pensão, na qualidade de administrador do Plano de Contribuição Definida Sealed Air Prev - CNPB nº 2007.0006-11.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.477, DE 15 DE JULHO DE 2014

Certifica 5 (cinco) unidades hospitalares como Hospitais de Ensino.

OS MINISTROS DE ESTADO DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria Interministerial nº 2.400/MS/MEC, de 2 de outubro de 2007, que estabelece os critérios obrigatórios para a certificação como Hospitais de Ensino das instituições hospitalares que servirem de campo para a prática de atividades curriculares na área da saúde, sejam Hospitais Gerais e, ou Especializados, vinculados a Instituição de Ensino Superior, pública ou privada, ou, ainda, formalmente conveniados com Instituição de Ensino Superior; e

Considerando a Portaria Interministerial nº 2.758/MS/MEC, de 23 de novembro de 2011, que constitui a Comissão de Certificação dos Hospitais de Ensino e o Grupo de Técnicos Certificadores, resolvem:

Art. 1º Ficam certificadas, como Hospital de Ensino, as unidades hospitalares descritas a seguir:

UF	MUNICÍPIO	HOSPITAL	CNPJ	CNES
PR	Curitiba	Hospital da Cruz Vermelha	07.404.052/0001-72	0015423
SP	Araraquara	Santa Casa de Araraquara	43.964.931/0001-12	2082527
SP	Santos	Santa Casa de Santos	58.198.524/0001-19	2025752
SP	São Paulo	Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo	56.577.059/0001-00	2078015
SP	São Paulo	Instituto do Coração - INCOR - SP	50.644.053/0001-13	2071568

Art. 2º A certificação de que trata este ato terá a validade de 2 (dois) anos, a contar da data de publicação desta Portaria, podendo ser revista a qualquer tempo se assim se justificar, conforme parágrafo 3º, art. 4º, da Portaria Interministerial nº 2.400/MS/MEC, de 2 de outubro de 2007.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO
Ministro de Estado da Saúde

JOSE HENRIQUE PAIM FERNANDES
Ministro de Estado da Educação

RETIFICAÇÕES

No anexo da Portaria nº 838/GM/MS, de 9 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 88, de 12 de maio de 2014, Seção 1, página 24, Onde se lê:

UF	Código IBGE	Município Executor	Município participante	CNES	Estabelecimentos de Saúde	Valor total do projeto Olhar Brasil referente a consulta oftalmológica-Projeto Olhar Brasil e Procedimentos Relacionados	Valor referente a 3 meses de consulta oftalmológica - Projeto Olhar Brasil
PB	251670	Cansanção(BA)	Cansanção(BA)	2387719	Prefeitura Municipal de Cansanção	R$ 15.655,23	R$ 9.009,80

Leia-se:

UF	Código IBGE	Município Executor	Município participante	CNES	Estabelecimentos de Saúde	Valor total do projeto Olhar Brasil referente a consulta oftalmológica-Projeto Olhar Brasil e Procedimentos Relacionados	Valor referente a 3 meses de consulta oftalmológica - Projeto olhar Brasil
BA	290680	Cansanção(BA)	Cansanção(BA)	2387719	Prefeitura Municipal de Cansanção	R$ 15.655,23	R$ 9.009,80

No anexo da Portaria nº 871/GM/MS, de 9 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 88, de 12 de maio de 2014, Seção 1, página 37,

Onde se lê:

UF	Código IBGE	Município Executor	Município participante	CNES	Estabelecimentos de Saúde	Valor Total do Projeto Olhar Brasil referente à Consulta Oftalmológica-Projeto Olhar Brasil e Procedimentos relacionados	Valor Referente a 3 meses de Consulta Oftalmológica- Projeto Olhar Brasil
GO	261170	Riacho das Almas	Riacho das Almas	2344491	Prefeitura Municipal de Riacho das Almas	R$ 32.776,39	R$ 4.782,23

Leia-se:

UF	Código IBGE	Município Executor	Município participante	CNES	Estabelecimentos de Saúde	Valor Total do Projeto Olhar Brasil referente à Consulta Oftalmológica-Projeto Olhar Brasil e Procedimentos relacionados	Valor Referente a 3 meses de Consulta Oftalmológica- Projeto Olhar Brasil
PE	261170	Riacho das Almas	Riacho das Almas	2344491	Prefeitura Municipal de Riacho das Almas	R$ 32.776,39	R$ 4.782,23

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 15 DE JULHO DE 2014

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 401ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 14 de julho de 2014, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
33902.114811/2004-14	INSOLVÊNCIA CIVIL DE ALIANÇA COOPERATIVISTA NACIONAL UNIMED - CONFEDERAÇÃO DE COOPERATIVAS MÉDICAS	DIPRO	Deixar de enviar à ANS, fora do prazo previsto na regulamentação, documento ou informação periódica - Art. 20 da Lei 9656/98 c/c art. 3ª da RE 01/2001	75.000,00 (setenta e cinco mil reais)

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
NÚCLEO EM MINAS GERAIS

DECISÕES DE 14 DE JULHO DE 2014

O Chefe do NUCLEO DA ANS MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 132, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/011/2012, seção 1, fl. 41, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25779.023528/2012-29	Amil Assistência Médica Internacional S/A	326305	29.309.127/0001-79	Deixar de garantir cobertura assistencial, ao não reembolsar, a usuária D.R.C., participante de plano Amil Blue II Nacional, nos prazos previstos na regulamentação, o valor despendido para pagamento de consulta com ginecologista, solicitado em dezembro de 2011, em razão de indisponibilidade de rede credenciada. (art. 12, inciso I, alínea "a" da Lei 9656/98).	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.028653/2012-25	Medplan Plano de Saúde Ltda	417386	10.850.417/0001-05	Deixar de garantir à beneficiária, G.D.C.S., cobertura obrigatória, prevista em Lei, do procedimento ultrassonografia obstétrica, e, 17.10.2012. (art. 12, inciso I, alínea "b" da Lei 9656/98).	80.000,00 (oitenta mil reais)
25779.016117/2013-68	SMV Serviços Médicos Ltda	349194	64.486.285/0001-03	Deixar de informar à ANS, no prazo legal, o reajuste aplicado em maio de 2013, ao plano Empresarial, registrado na ANS sob o n° 423033997, referente ao contrato coletivo n° 876, firmado com a Associação dos Trabalhadores Metalúrgicos Aposentados e Pensionistas de Divinópolis e Região. (art. 20, caput da Lei 9656/98 c/c art. 13 da RN171/08).	15.000,00 (quinze mil reais)
25779.011374/2013-11	Só Saúde Assistência Médico Hospitalar Ltda	410926	03.550.445/0001-33	Rescindir o contrato do beneficiário K.L.L.,participante do produto standard enfermaria sem obstetrícia, em desacordo com a regulamentação. (art. 13, paragrafo único, inciso II da Lei 9656/98).	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)

O Chefe do NUCLEO DA ANS MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 132, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/011/2012, seção 1, fl. 41, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25779.022292/2012-11	Só Saúde Assistência Médico Hospitalar Ltda	410926	03.550.445/0001-33	Aplicar, em setembro de 2012, reajuste da contraprestação pecuniária anual do contrato coletivo da empresa Dina Presentes Ltda, em desacordo com a fórmula prevista na clausula 16.1 do contrato coletivo empresarial, firmado em 13.09.2010. (art. 25 da Lei 9656/98).	Arquivamento - Anulação do auto de infração n° 41933
25779.004820/2013-23	Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde - CAPESEP	324477	30.036.685/0001-97	Manter em seu site informação de prestador que não mais atende aos beneficiários, ao não retirar a informação de que a Dra. T.M.F.A.A. atende aos beneficiários da Operadora, tendo em vista que esta prestadora não está vinculada à Operadora desde outubro de 2012. (art. 25 da Lei 9656/98 c/c §2°, da RN 285/11).	Arquivamento - Anulação do auto de infração n° 41923

RODOLFO LIMA SANTA ROSA

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.595, DE 15 DE JULHO DE 2014

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011 da Presidenta da República, publicado no D.O.U. de 13 de outubro de 2011, o inciso IX do Art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VII do Art. 164 e no Inciso I, § 1º do Art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no D.O.U de 02 de junho de 2014, e considerando o disposto no Art. 6º, Art. 8º e Art. 19 da Resolução RDC nº 90, de 27 de dezembro de 2007, republicada no D.O.U. de 28 de março de 2008, e suas alterações, resolve:

Art.1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRAS APARECIDO BARBANO

ANEXO

CONGO IND. E COM. DE CIGARROS IMP. E EXP. LTDA.
CNPJ: 12.011.627/0001-27

Marca	Processo	Expediente	Assunto
A2 BLUE (cigarro com filtro) - embalagem maço	25069.712778/2013-21	980222/13-3	6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
A2 RED (cigarro com filtro) - embalagem maço	25069.712852/2013-37	920250/13-9	6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
C4 BLUE (cigarro com filtro) - embalagem maço	25069.712783/2013-13	980294/13-1	6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
C4 RED (cigarro com filtro) - embalagem maço	25351.057657/2014-55	0079056/14-7	6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
CALF GOLD (cigarro com filtro) - embalagem maço	25069.712849/2013-15	980178/13-2	6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
CALF WHITE (cigarro com filtro) - embalagem maço	25069.712831/2013-74	980265/13-7	6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.596, DE 15 DE JULHO DE 2014

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso IX do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VII do art. 164 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria n.º 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, resolve:

Art. 1º Habilitar na Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS) o(s) laboratório(s) abaixo relacionado(s):

Código da REBLAS	Nome do Laboratório	Endereço	Cidade/UF	CNPJ	Processo de habilitação na REBLAS nº
REBLAS 075	Venturo Análises Ambientais Ltda.	Rua Castro Alves, 1036	Araraquara/SP	13.430.146/0001-19	25351.272580/2014-24
REBLAS 076	Centerlab Ambiental Laboratório de Análises Ltda.	Avenida Brivaldo Prado, 25	Araraquara/SP	05.660.850/0001-84	25351.122600/2014-89
REBLAS 077	LABTESTE Analises e Ensaios de Materiais Metálicos LTDA	Rua Tupis, 1393, Distrito Federal II	Santa Barbara do Oeste/SP	07.116.616/0001-71	25351.100983/2014-02
REBLAS 078	Keller Empresa de Saneamento e Ecologia EIRELI EPP	Avenida Padre José de Anchieta, 287	Araraquara/SP	05.971.397/0001-82	25351.159985/2014-63
REBLAS 079	Controle Analítico Análises Técnicas Ltda.	Rua Leão XIII n. 281 - Vila dos Remédios	Osasco/SP	05.431.967/0001-41	25351.301316/2014-10

Art. 2º Os ensaios e/ou estudos analíticos habilitados estarão especificados conforme o sítio eletrônico da ANVISA (www.anvisa.gov.br).

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 1.180, DE 15 DE JULHO DE 2014

Dispõe sobre Acréscimo à Composição da Rede Sentinela.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 164 e no inciso III, § 3º do art. 6° do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 650, de 29 de maio de 2014, publicado em 2 de junho de 2014 e suas atualizações, resolve:

Art. 1° Tornar pública a entrada de novo componente na Rede Sentinela, listado no Anexo, em complemento à Portaria nº 1.693, de 8 de novembro de 2011, nos termos do documento de Critérios para Credenciamento de Instituições na Rede Sentinela (Ano 2011), de 08 de abril de 2011, disponível no sítio virtual da ANVISA - http://www.anvisa.gov.br e conforme previsto na revisão do PRODOC 004/10 - Projeto BRA 04/010 - Serviços de Saúde Sentinela: Estratégia para Vigilância de Serviços e Produtos de Saúde Pós-Comercialização (Projeto Hospitais Sentinela - PHS).

Art. 2º A instituição aqui nomeada, bem como aquelas publicadas em Portarias anteriores, estão sujeitas aos critérios de permanência na Rede Sentinela previstos no documento de Critérios para Credenciamento de Instituições na Rede Sentinela (Ano 2011), de 08 de abril de 2011,supracitado.

Art. 3° Permanece facultada a todo e qualquer Estabelecimento de Atenção a Saúde solicitar credenciamento na referida Rede, em qualquer dos perfis definidos, a qualquer momento. Do mesmo modo, a partir desta data, as instituições que já fizeram a referida solicitação e não constam nesta lista, poderão ser reconhecidas como participantes da Rede, com envio de documentos em aberto após nova avaliação.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

ANEXO

	Hospital	Estado	Município	Participante	Colaborador	Centro de Cooperação	Centro de Referência
01	Hospital Materno Infantil Dr. Jeser Amarante Faria	Santa Catarina	Joinville	x			
02	Associação Obras Sociais Irmã Dulce	Bahia	Salvador	x			
03	Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência - Unidade São Joaquim	São Paulo	São Paulo	x			

DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO Nº 195, DE 15 DE JULHO DE 2014

Vistos, relatados e discutidos os autos relacionados abaixo, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n. 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 20 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n. 650 da ANVISA, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho 2014, vem tornar públicas as decisões administrativas recursais decidindo:

AUTUADO: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA - APPA

25743.347645/2009-06 - AIS:447555/09-1 - GGPAF/ANVISA

Negar provimento ao recurso interposto mantendo a PENALIDADE DE MULTA DE R$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)

REUNIÃO DE 15 DE ABRIL DE 2014, POR unanimidade

AUTUADO: DAIICHI SANKYO BRASIL FARMACÊUTICA LTDA

25351.091184/2005-72 - AIS:108204/05-3 - GGPRO/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto modificando a penalidade anteriormente aplicada para advertência, ALÉM DA PROIBIÇÃO DE PROPAGANDA.

REUNIÃO DE 13 DE MARÇO DE 2014, POR unanimidade

AUTUADO: EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S.A.

25759.054020/2003-10 - AIS:198372/03-5 - GGPAF/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto modificando a penalidade anteriormente aplicada para advertência

REUNIÃO DE 30 DE ABRIL DE 2014, POR unanimidade

AUTUADO: EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S.A.

25759.053546/2003-82 - AIS:196540/03-9 - GGPAF/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto modificando a penalidade anteriormente aplicada para advertência

REUNIÃO DE 30 DE ABRIL DE 2014, POR unanimidade

AUTUADO: EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S.A.

25759.065277/2003-05 - AIS:243630/03-2 - GGPAF/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto modificando a penalidade anteriormente aplicada para advertência

REUNIÃO DE 30 DE ABRIL DE 2014, POR unanimidade

AUTUADO: EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S.A.

25759.269004/2004-19 - AIS:384337/04-8 - GGPAF/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto modificando a penalidade anteriormente aplicada para advertência

REUNIÃO DE 30 DE ABRIL DE 2014, POR unanimidade

AUTUADO: EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S.A.

25759.055200/2003-19 - AIS:203307/03-1 - GGPAF/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto modificando a penalidade anteriormente aplicada para advertência

REUNIÃO DE 30 DE ABRIL DE 2014, POR unanimidade

AUTUADO: EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S.A.

25759.054905/2003-19 - AIS:201987/03-6 - GGPAF/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto modificando a penalidade anteriormente aplicada para advertência

REUNIÃO DE 30 DE ABRIL DE 2014, POR unanimidade

AUTUADO: EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S.A.

25759.054487/2003-60 - AIS:200138/03-1 - GGPAF/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto modificando a penalidade anteriormente aplicada para advertência

REUNIÃO DE 30 DE ABRIL DE 2014, POR unanimidade

AUTUADO: EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S.A.

25759.053540/2003-13 - AIS:196522/03-1 - GGPAF/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto modificando a penalidade anteriormente aplicada para advertência

REUNIÃO DE 30 DE ABRIL DE 2014, POR unanimidade

AUTUADO: EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S.A.

25759.046266/2005-80 - AIS:055515/05-1 - GGPAF/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto modificando a penalidade anteriormente aplicada para advertência

REUNIÃO DE 30 DE ABRIL DE 2014, POR unanimidade

AUTUADO: EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S.A.

25759.054003/2003-82 - AIS:198303/03-2 - GGPAF/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto modificando a penalidade anteriormente aplicada para advertência

REUNIÃO DE 30 DE ABRIL DE 2014, POR unanimidade

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO
Diretor-Presidente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E MONITORAMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.597, DE 15 DE JULHO DE 2014

O Superintendente de Fiscalização, Controle e Monitoramento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº. 993 da Anvisa, de 11 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 13 de junho de 2014, aliada aos incisos III e VII do art. 123 do Regimento Interno da Anvisa, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 650 da Anvisa, de 29 de maio de 2014, publicada no D.O.U. de 2 de junho de 2014,

considerando os arts. 12, 50 e 67, I, da Lei nº. 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº. 9.782, de 26 de janeiro de 1999; e

considerando a Notificação da Interdição Cautelar nº 034/DVMC/2014, da Gerência Colegiada da Superintendência de Vigilância Sanitária do estado de Minas Gerais, que interditou cautelarmente e suspendeu a comercialização e uso, em todo o estado, do produto DEPIL LIS CERA QUENTE DE MEL e DEPIL LIS CERA DEPILATÓRIA ROLL-ON DE MEL, tendo em vista que o CNPJ 35.957.325/0001-04, informado no rótulo, não é válido; os produtos não possuem Registro/Notificação na Anvisa; o fabricante não possui Autorização de Funcionamento na Anvisa; e o número de autorização informada corresponde à de outra empresa, RESOLVE:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso, em todo o território nacional, dos produtos DEPIL LIS CERA QUENTE DE MEL e DEPIL LIS CERA DEPILATÓRIA ROLL-ON DE MEL, fabricados por Vitali Cosméticos Ltda. (CNPJ 35.957.325/0001-04 - inválido), localizada em endereço desconhecido.

Art. 2° Determinar a apreensão e inutilização das unidades encontradas no mercado dos produtos citados no art 1°.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO HAGE CARMO

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 555, DE 14 DE JULHO DE 2014

Habilita leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI Tipo II no Hospital Universitário do Oeste do Paraná -Cascavel/PR.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 3432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, que estabelece critérios de classificação e cadastramento para as Unidades de Tratamento Intensivo;

Considerando a Portaria nº 598/GM/MS, de 23 de março de 2006, que define o fluxo para credenciamento de leitos de Unidade de Tratamento Intensivo; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI Tipo II, do hospital a seguir relacionado:

CNES	Hospital	Nº leitos
2738368	Hospital Universitário do Oeste do Paraná - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Cascavel/PR	
26.03 Pediátrico		05

Art. 2º Fica determinado que a referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 3432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

PORTARIA Nº 556, DE 14 DE JULHO DE 2014

Habilita e altera leitos de Unidades de Tratamento Intensivo - UTI.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 3.432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, que estabelece critérios de classificação e cadastramento para as Unidades de Tratamento Intensivo;

Considerando a Portaria nº 598/GM/MS, de 23 de março de 2006, que define o fluxo para credenciamento de leitos de Unidade de Tratamento Intensivo; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o número de leitos das Unidades de Tratamento Intensivo - UTI, dos hospitais a seguir relacionados:

CNES	Hospital	Nº leitos
6854729	Hospital Municipal Ruth Cardoso - Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú - Balneário Camboriú/SC	
26.01 Adulto		10

CNES	Hospital	Nº leitos
2377829	Hospital Bom Jesus - Associação das Irmãs Franciscanas de São José - Ituporanga/SC	
26.01 Adulto		10

Art. 2º Fica alterado, o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI, do hospital a seguir relacionado:

CNES	Hospital	Nº leitos
6048692	Hospital Materno Infantil Dr. Jeser Amarante Faria - Hospital Nossa Senhora das Graças - Joinville/SC	
26.03 Pediátrico		20

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 3º Fica determinado que as referidas unidades poderão ser submetidas à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 3432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

PORTARIA Nº 557, DE 14 DE JULHO DE 2014

Habilita e altera leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 3.432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, que estabelece critérios de classificação e cadastramento para as Unidades de Tratamento Intensivo;

Considerando a Portaria nº 598/GM/MS, de 23 de março de 2006, que define o fluxo para credenciamento de leitos de Unidade de Tratamento Intensivo; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI, do hospital a seguir relacionado:

CNES	Hospital	Nº leitos
2236370	Hospital São Sebastião Mártir - Venâncio Aires/RS	
26.01 Adulto		10

Art. 2º Fica alterado o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI, do hospital a seguir relacionado:

CNES	Hospital	Nº leitos
2252287	Hospital Bruno Born - Sociedade Beneficência e Caridade de Lajeado - Lageado/RS	
26.01 Adulto		15

Art. 3º Fica determinado que as referidas unidades poderão ser submetidas à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 3.432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

PORTARIA Nº 558, DE 14 DE JULHO DE 2014

Habilita e altera leitos de Unidade de Tratamento Intensivo - UTI.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 3432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, que estabelece critérios de classificação e cadastramento para as Unidades de Tratamento Intensivo;

Considerando a Portaria nº 598/GM/MS, de 23 de março de 2006, que define o fluxo para credenciamento de leitos de Unidade de Tratamento Intensivo; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI, do hospital a seguir relacionado:

CNES	Hospital	Nº leitos
2417189	Hospital Cristo Redentor - Fundação José Silveira -Itapetinga/BA	
26.01 Adulto		09

Art. 2º Fica alterado o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI, do hospital a seguir relacionado:

CNES	Hospital	Nº leitos
3791130	Unidade Médica Integrada - Centro de Medicina Humana - Candeias/BA	
26.01 Adulto		15

Art. 3º Fica determinado que as referidas unidades poderão ser submetidas à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 3432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

PORTARIA Nº 559, DE 14 DE JULHO DE 2014

Altera o número de leitos de Unidade de Tratamento Intensivo - UTI Tipo II do Hospital Geral de Clínicas de Rio Branco - Rio Branco/AC

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 3432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, que estabelece critérios de classificação e cadastramento para as Unidades de Tratamento Intensivo;

Considerando a Portaria nº 598/GM/MS, de 23 de março de 2006, que define o fluxo para credenciamento de leitos de Unidade de Tratamento Intensivo; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica alterado o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI Tipo II, do hospital a seguir relacionado:

CNES	Hospital	Nº leitos
2001578	Hospital Geral de Clinicas de Rio Branco - Rio Branco/AC	
26.01 Adulto		18

Art. 2º Fica determinado que a referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 3432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

PORTARIA Nº 560, DE 14 DE JULHO DE 2014

Altera o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI Tipo II Santa Casa de Tupã - Santa Casa de Misericórdia de Tupã(SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 3432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, que estabelece critérios de classificação e cadastramento para as Unidades de Tratamento Intensivo;

Considerando a Portaria nº 598/GM/MS, de 23 de março de 2006, que define o fluxo para credenciamento de leitos de Unidade de Tratamento Intensivo; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica alterado o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI Tipo II, do hospital a seguir relacionado:

CNES	Hospital	Nº leitos
2080664	Santa Casa de Tupã - Santa Casa de Misericórdia de Tupã - Tupã/SP	
26.01 Adulto		10

Art. 2º Fica determinado que a referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 3432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

PORTARIA Nº 561, DE 14 DE JULHO DE 2014

Reclassifica, para tipo II, o número de leitos das Unidades de Terapia Intensiva Neonatal - UTIN tipo I.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria GM/MS nº 930, de 10 de maio de 2012, que define os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidade Neonatal, e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica reclassificado para tipo II, o número de leitos das Unidades de Terapia Intensiva Neonatal - UTIN tipo I, dos hospitais a seguir relacionados:

CNES	Hospital	Nº leitos
2750511	Hospital Estadual Dr Odilo Antunes de Siqueira - SES/SP - Presidente Prudente/SP	
26.10		04
2077523	Unidade de Gestão Assistencial II Hospital Ipiranga - SES/SP - São Paulo/SP	
26.10		03

Art. 2º Fica determinado que as referidas unidades poderão ser submetidas à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 930/GM/MS de 10 de maio de 2012, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

PORTARIA Nº 562, DE 14 DE JULHO DE 2014

Habilita leitos de Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional - UCINCo e de Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Canguru - UCINCa.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, que define os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidade Neonatal; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado, o número de leitos da Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional - UCINCo, dos hospitais a seguir relacionados:

HOSPITAL	Hospital Nair Alves de Souza - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Paulo Afonso/BA
CNES	2533480
Código	28.02
Total geral de leitos habilitados ao SUS	07

HOSPITAL	Hospital Geral de Camaçari - SES/BA - Camaçari/BA
CNES	2388057
Código	28.02
Total geral de leitos habilitados ao SUS	11

HOSPITAL	Hospital do Oeste - SES/BA - Barreiras/BA
CNES	3972925
Código	28.02
Total geral de leitos habilitados ao SUS	10

Art. 2º Fica habilitado, o número de leitos da Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Canguru - UCINCa, do hospital a seguir relacionado:

HOSPITAL	Hospital do Oeste - SES/BA - Barreiras/BA
CNES	3972925
Código	28.03
Total geral de leitos habilitados ao SUS	05

Art. 3º Fica determinado que as referidas unidades poderão ser submetidas à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

PORTARIA Nº 563, DE 14 DE JULHO DE 2014

Habilita Leitos de Unidade de Terapia Intensiva Neonatal - UTIN na Santa Casa de Misericórdia de Jequié(BA).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, que define os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidade Neonatal; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Fica habilitado o número de leitos da Unidade de Terapia Intensiva Neonatal - UTIN, do hospital a seguir relacionado:

CNES	Hospital	Nº leitos
6923356	Santa Casa de Misericórdia São Judas Tadeu - Fundação José Silveira - Jequié/BA	
26.10		14

Art. 2º Fica determinado que a referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

PORTARIA Nº 564, DE 14 DE JULHO DE 2014

Habilita leitos de Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional - UCINCo e de Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Canguru - UCINCa e exclui leitos de Cuidado Intermediário de diversos Hospitais.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, que define os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidade Neonatal; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o número de leitos da Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional - UCINCo, dos hospitais a seguir relacionados:

HOSPITAL	Hospital Municipal Esau Matos - Fundo Municipal de Saúde - Vitória da Conquista/BA
CNES	2402564
Código	28.02
Total geral de leitos habilitados ao SUS	15

HOSPITAL	Maternidade Albert Sabin - SES/BA - Salvador/BA
CNES	0003840
Código	28.02
Total geral de leitos habilitados ao SUS	12

HOSPITAL	Hospital da Sagrada Família - Cong das Irmãs Fran Hospitaleiras da Ima Conceição - Salvador/BA
CNES	2470667
Código	28.02
Total geral de leitos habilitados ao SUS	06

Art. 2º Fica habilitado o número de leitos da Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Canguru - UCINCa, do hospital a seguir relacionado:

HOSPITAL	Hospital Municipal Esau Matos - Fundo Municipal de Saúde - Vitória da Conquista/BA
CNES	2402564
Código	28.03
Total geral de leitos habilitados ao SUS	04

Art. 3º Fica excluído o número de leitos de Cuidados Intermediários, do hospital a seguir relacionado:

CNES	Hospital	Nº leitos
2402564	Hospital Municipal Esau Matos - Fundo Municipal de Saúde - Vitória da Conquista/BA	
28.01		09

Art. 4º Fica determinado que as referidas unidades poderão ser submetidas à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

PORTARIA Nº 565, DE 14 DE JULHO DE 2014

Exclui e altera leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI tipo II e habilita leitos das Unidades de Terapia Intensiva Coronariana - UCO.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 3432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, que estabelece critérios de classificação e cadastramento para as Unidades de Tratamento Intensivo;

Considerando a Portaria nº 2.994 /M/MS, de 13 de dezembro de 2011, que aprova a linha de cuidado do Infarto agudo do miocárdio e o protocolo de síndromes coronarianas; e

Considerando as solicitação do respectivo Estado, resolve:

Art. 1º Fica excluído o número de leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI, tipo II, do hospital a seguir relacionado:

CEARÁ

CNES	Hospital	Nº leitos
4010868	Hospital do Coração do Cariri - Fundação Otilia Correia Saraiva - Barbalha/CE	
26.01		07

Art. 2º Fica alterado o número de leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI, tipo II, do hospital a seguir relacionado:

CEARÁ

CNES	Hospital	Nº leitos
2479214	Hospital de Messejana Dr. Alberto Studart Gomes - Secretaria da Saúde do estado do Ceará - Fortaleza/CE	
26.01		29

Art. 3º Ficam habilitados os números de leitos das Unidades de Terapia Intensiva Coronariana - UCO, dos hospitais a seguir relacionados:

CEARÁ

CNES	Hospital	Nº leitos
4010868	Hospital do Coração do Cariri - Fundação Otilia Correia Saraiva - Barbalha/CE	
26.08		07

CNES	Hospital	Nº leitos
2479214	Hospital de Messejana Dr. Alberto Studart Gomes - Secretaria da Saúde do estado do Ceará - Fortaleza/CE	
26.08		10

Art. 4º Fica determinado que as referidas unidades poderão ser submetidas à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portarias nº 3432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, e 2.994/GM/MS de 13 de dezembro de 2011, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

PORTARIA Nº 566, DE 14 DE JULHO DE 2014

Altera o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 3432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, que estabelece critérios de classificação e cadastramento para as Unidades de Tratamento Intensivo;

Considerando a Portaria nº 598/GM/MS, de 23 de março de 2006, que define o fluxo para credenciamento de leitos de Unidade de Tratamento Intensivo; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica alterado o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI, dos hospitais a seguir relacionados:

CNES	Hospital	Nº leitos
2146525	Santa Casa de Paraíso - Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso - São Sebastião do Paraíso/MG	
26.01 Adulto		20

CNES	Hospital	Nº leitos
2153114	Hospital Dr. João Felício LTDA - Juiz de Fora/MG	
26.01 Adulto		10

CNES	Hospital	Nº leitos
2142376	Hospital São Luiz de Formiga - Santa Casa de Caridade de Formiga - Formiga/MG	
26.01 Adulto		17

Art. 2º Fica determinado que as referidas unidades poderão ser submetidas à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 3432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

PORTARIA Nº 567, DE 14 DE JULHO DE 2014

Habilita o número de leitos das Unidades de Tratamento Intensivo - UTI.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 3432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, que estabelece critérios de classificação e cadastramento para as Unidades de Tratamento Intensivo;

Considerando a Portaria nº 598/GM/MS, de 23 de março de 2006, que define o fluxo para credenciamento de leitos de Unidade de Tratamento Intensivo, e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o número de leitos das Unidades de Tratamento Intensivo - UTI, dos hospitais a seguir relacionados:

CNES	Hospital	Nº leitos
6665322	Hospital de Urgência da Região Sudoeste - Fundo Especial de Saúde FUNESA - Santa Helena de Goiás/GO	
26.01 Adulto		10
26.03 Pediátrico		10

CNES	Hospital	Nº leitos
5685834	Hospital Dr Domingos Mendes - Intervida Prestação Serv Médicos Hosp LTDA EPP - Ceres/GO	
26.01 Adulto		04

CNES	Hospital	Nº leitos
2337800	Hospital Jacob Facuri - Hospital e Maternidade São Marcos LTDA - Goiânia/GO	
26.01 Adulto		17

Art. 2º Fica determinado que as referidas unidades poderão ser submetidas à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 3432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 259, DE 15 DE JULHO DE 2014

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 21, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 5º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e do art. 11, § 1º, da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o registro único para o exercício da medicina do médico intercambista desligado do Projeto Mais Médicos para o Brasil, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA

ANEXO

NOME	RNE	RMS	PROCESSO/SIPAR
YAISEL QUINTANA ALMEIDA	G007076Q	4300734	25000.069673/2014-19

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 379, DE 15 DE JULHO DE 2014

Divulga a seleção de proposta do Governo do Estado do Piauí, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - Pacto da Mobilidade.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, o inciso III do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e o art. 1º do Anexo I do Decreto nº 4.665, de 3 de abril de 2003,

considerando a inclusão do empreendimento, no PAC, pelo Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento (CGPAC), conforme lavrado em ata de 27 de fevereiro de 2014;

considerando a Instrução Normativa nº 41, de 24 de outubro de 2012, que regulamenta o Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - PRÓ-TRANSPORTE; e

considerando a Portaria nº 164, de 12 de abril de 2013, que aprova o Manual de Instruções para Aprovação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades, resolve:

Art. 1º Tornar pública a seleção de proposta apresentada pelo Governo do Estado do Piauí ao Ministério das Cidades, inserida no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - Pacto da Mobilidade, na forma do Anexo.

Art. 2º Tornar insubsistente, em razão dos fatos alegados pelo Governo do Estado do Piauí, a seleção da proposta 000109.02.73/2011-99, divulgada por meio da Portaria nº 185 de 24 de abril de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

SELEÇÃO DE PROPOSTAS INSERIDAS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) - PACTO DA MOBILIDADE

UF	Proponente	Empreendimento	Fonte de Recursos
PI	Governo do Estado do Piauí	VLT Linha 1 - Sudeste	OGU
			FIN

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 484, DE 10 DE JULHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.058465/2011, resolve:

Art. 1o Outorgar permissão à UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), com fins exclusivamente educativos, no município de Uruguaiana, estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 486, DE 10 DE JULHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.006179/2012, resolve:

Art. 1o Outorgar permissão à FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), com fins exclusivamente educativos, no município de Bebedouro, estado de São Paulo/SP.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 487, DE 10 DE JULHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.059024/2011, resolve:

Art. 1o Outorgar permissão ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), com fins exclusivamente educativos, no município de Uberaba, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 10 de julho de 2014

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 616/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.004568/2012, de sorte a denegar provimento ao recurso interposto pela FUNDAÇÃO CAMINHO SEGURO, participante do Aviso de Habilitação nº 16/2011, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Bebedouro, estado de São Paulo, por meio do canal 293E, tendo em vista a ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 1174/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.059024/2011, de sorte a não conhecer o recurso interposto pelo INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO, participante do Aviso de Habilitação n°.9/2011, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Uberaba, estado de Minas Gerais, por meio do canal 282E, tendo em vista a intempestividade da solicitação. No entanto, amparando-se na autotutela administrativa, também adota as razões do citado parecer jurídico para HABILITAR a entidade, com sua consequente manutenção no hodierno processo seletivo, nos termos da legislação vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 616/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.005534/2012, de sorte a denegar provimento ao recurso interposto pela ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO NORTE PAULISTA, participante do Aviso de Habilitação nº 16/2011, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Bebedouro, estado de São Paulo, por meio do canal 293E, tendo em vista a ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 616/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.006179/2012, de sorte a conceder provimento ao recurso interposto pela FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, participante do Aviso de Habilitação nº 16/2011, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Bebedouro, estado de São Paulo, por meio do canal 293E, tendo em vista a presença de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 616/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.006738/2012, de sorte a denegar provimento ao recurso interposto pela FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, participante do Aviso de Habilitação nº 16/2011, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Bebedouro, estado de São Paulo, por meio do canal 293E, tendo em vista a ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 1174/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.059024/2011, de sorte a não conhecer o recurso interposto pelo INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO, participante do Aviso de Habilitação n°.9/2011, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Uberaba, estado de Minas Gerais, por meio do canal 282E, tendo em vista a intempestividade da solicitação. No entanto, amparando-se na autotutela administrativa, também adota as razões do citado parecer jurídico para HABILITAR a entidade, com sua consequente manutenção no hodierno processo seletivo, nos termos da legislação vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 606/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.058465/2011, de sorte a conceder provimento ao recurso interposto pela UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, participante do Aviso de Habilitação nº 13/2011, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Uruguaiana, estado do Rio Grande do Sul, por meio do canal 300E, tendo em vista a presença de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 1174/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.059264/2011, de sorte a não conhecer o recurso interposto pela SOCIEDADE EDUCACIONAL UBERABENSE, participante do Aviso de Habilitação n°.9/2011, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Uberaba, estado de Minas Gerais, por meio do canal 282E, tendo em vista a intempestividade da solicitação.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 599/2014/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.049144/2011, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequencia Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Uberaba, estado de Minas Gerais, por meio do canal 282E, constante do Aviso de Habilitação nº 9, de 19 de setembro de 2011, e adjudicar o seu objeto ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

ANEXO

PROPONENTE	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/RESULTADO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO	I	53000.059024/2011	HABILITADA	VENCEDORA
MUNICÍPIO DE UBERABA	I	53000.060066/2011	INABILITADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO BRASIL ECOAR	II	53000.059239/2011	DESCONSIDERADA*	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA	II	53000.060684/2011	DESCONSIDERADA*	INDEFERIMENTO
SOCIEDADE EDUCACIONAL UBERABENSE	II	53000.059264/2011	DESCONSIDERADA*	INDEFERIMENTO

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.
*Art. 5º, § 1º, da Portaria nº 420/2011

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 606/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.056604/2011, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Uruguaiana, estado do Rio Grande do Sul, por meio do canal 300E, constante do Aviso de Habilitação nº 13, de 28 de outubro de 2011, e adjudicar o seu objeto à Universidade Federal do Pampa, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

ANEXO

PROPONENTE	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	I	53000.058465/2011	HABILITADA	VENCEDORA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - 9ª SUPERINTENDÊN-CIA	-	53000.003780/2012	DESCONSIDERA-DA*	INDEFERIMENTO
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE URUGUAIANA	II	53000.066553/2011	DESCONSIDERA-DA*	INDEFERIMENTO

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.
*Art. 5º, § 1º, da Portaria nº 420/2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 616/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.064704/2011, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Bebedouro, estado de São Paulo, por meio do canal 293E, constante do Aviso de Habilitação nº 16, 7 de dezembro de 2011, e adjudicar o seu objeto à Fundação Jaboticabal de Radiodifusão Educativa, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente e, das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

PAULO BERNARDO SILVA

ANEXO

PROPONENTE	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA	II	53000.006179/2012	HABILITA-DA	VENCEDORA
FUNDAÇÃO REGIONAL DE RA-DIODIFUSÃO EDUCATIVA	II	53000.006738/2012	INABILITA-DA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO CAMINHO SEGURO	II	53000.004568/2012	INABILITA-DA	INDEFERIMENTO
ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO NORTE PAULISTA	II	53000.005534/2012	INABILITA-DA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO PIO XII	II	53000.006203/2012	INABILITA-DA	INDEFERIMENTO

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO DE 8 DE JULHO DE 2014

Nº 242/2014-CD - Processo nº 53500.001641/2014

Conselheiro Relator: Jarbas José Valente. Fórum Deliberativo: Reunião nº 748, de 3 de julho de 2014. Recorrente/Interessado: SSTV - SISTEMA SUL DE TELEVISÃO LTDA. (CNPJ/MF nº 01.488.449/0001-03)

EMENTA: ADAPTAÇÃO DE CONCESSÕES. SERVIÇO DE TV A CABO. REGIME REGULATÓRIO DO SERVIÇO DE ACESSO CONDICIONADO. CONDIÇÕES ATENDIDAS. ADAPTAÇÕES APROVADAS. 1. A SSTV - SISTEMA SUL DE TELEVISÃO LTDA. solicitou a adaptação das outorgas do Serviço de TV a Cabo que detém, nas Áreas de Araranguá-SC e Tubarão-SC, para o regime regulatório do Serviço de Acesso Condicionado. 2. A Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação atestou que a documentação apresentada encontra-se de acordo com a regulamentação, inexistindo óbices às adaptações requeridas. 3. Adaptações aprovadas.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 75/2014-GCJV, de 24 de junho de 2014, integrante deste acórdão: a) adaptar as outorgas para exploração do Serviço de TV a Cabo nas Áreas de Prestação de Serviço de Araranguá e Tubarão, no estado de Santa Catarina, expedidas à SSTV - SISTEMA SUL DE TELEVISÃO LTDA., CNPJ/MF nº 01.488.449/0001-03, por meio dos Atos n. 14.034 e 14.035, de 22 de dezembro de 2000, publicados no Diário Oficial da União de 27 de dezembro de 2000, para o regime regulatório do Serviço de Acesso Condicionado, nos moldes da minuta de Ato apresentada pela Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação, mediante o pagamento de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais); b) determinar que, no prazo máximo de 18 (dezoito) meses, contado a partir da data de assinatura do Termo de Autorização, a SSTV - SISTEMA SUL DE TELEVISÃO LTDA., CNPJ/MF nº 01.488.449/0001-03, renuncie, transfira a outrem uma das outorgas do SeAC ou solicite a consolidação de suas outorgas, nos termos do art. 83 do Regulamento do SeAC. c) condicionar a expedição dos Atos de Adaptação à apresentação, pela SSTV - SISTEMA SUL DE TELEVISÃO LTDA., CNPJ/MF nº 01.488.449/0001-03, de todas as certidões comprobatórias de sua regularidade fiscal, em conformidade com o inciso IV do art. 1º do Anexo II do Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado, aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, devidamente válidas.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Jarbas José Valente, Rodrigo Zerbone Loureiro, Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Igor Vilas Boas de Freitas.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ACÓRDÃOS DE 15 DE JULHO DE 2014

Nº 246/2014-CD - Processo nº 53500.015022/2014

Conselheiro Relator: Marcelo Bechara de Souza Hobaika. Fórum Deliberativo: Circuito Deliberativo nº 2.117, de 14 de julho de 2014. Recorrente/Interessado: OBSERVATÓRIO DE CONTROLE DO SETOR PÚBLICO (CNPJ/MF nº 12.997.973/0001-26)

EMENTA: RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA. PEDIDO DE INFORMAÇÃO. E-SIC. CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO. 1. O Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão - e-SIC destina-se ao fornecimento de informações disponíveis nos diversos órgãos da Administração Pública. 2. Apenas poderá haver compartilhamento de wi-fi nos limites de uma mesma edificação. A hipótese de compartilhamento de internet wi-fi, via pagamento de taxa condominial, conforme pretende o Recorrente, caracteriza-se como revenda de Serviço de Comunicação Multimídia para os condôminos, hipótese vedada pela regulamentação expedida pela Anatel, uma vez que a prestação de SCM (serviço de telecomunicações) sempre deverá ser precedida de autorização pela Agência. 3. Recurso conhecido e improvido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 79/2014-GCMB, de 10 de julho de 2014, integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto por OBSERVATÓRIO DE CONTROLE DO SETOR PÚBLICO, CNPJ/MF nº 12.997.973/0001-26, nos autos de solicitação de informação registrada via e-SIC sob o nº 53850.001923/2014-48, para, no mérito, negar-lhe provimento.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Jarbas José Valente, Rodrigo Zerbone Loureiro, Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Igor Vilas Boas de Freitas.

Nº 249/2014-CD - Processo nº 53500.015162/2014

Conselheiro Relator: Rodrigo Zerbone Loureiro. Fórum Deliberativo: Circuito Deliberativo nº 2.118, de 14 de julho de 2014. Recorrente/Interessado: ADRIANO RAFAEL COSTA DE SOUZA (CPF/MF nº 014.787.381-97)

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM CONSUMIDORES. SRC. PEDIDO DE INFORMAÇÃO INICIALMENTE INDEFERIDO. RECUSO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA. FORNECIMENTO DE INFORMAÇÃO COM ERRO MATERIAL. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. O Interessado registrou reclamação no sistema e-SIC. 2. O pedido de informações foi indeferido pela área técnica tendo sido reiterado em sede recursal. 3. Deferido o recurso, foi interposto Recurso em 2ª instância, o qual deve ser conhecido e parcialmente provido para corrigir erro material e indicar o nome do servidor solicitado. 4. Recurso conhecido e parcialmente provido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 84/2014-GCRZ, de 14 de julho de 2014, integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto por ADRIANO RAFAEL COSTA DE SOUZA, CPF/MF nº 014.787.381-97, nos autos de solicitação de informação registrada via e-SIC sob o nº 53850.001909/2014-44, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial para retificar a informação relativa ao nome do avaliador da Solicitação no sistema Focus, fazendo constar o nome ALEXNALDO CERQUEIRA DA SILVA.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Jarbas José Valente, Rodrigo Zerbone Loureiro, Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Igor Vilas Boas de Freitas.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 15 de julho de 2014

Nº 3.433 - 53500.007509/2014

O SUPERINTENDENTE DE COMPETIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 159, inciso I do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Homologar a Oferta de Referência de Produto de Atacado de Exploração Industrial de Linha Dedicada, EILD, apresentada pelo Grupo COPEL/SERCOMTEL em cumprimento à obrigação imposta aos Grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no Mercado Relevante de Oferta Atacadista de Infraestrutura de Rede Fixa de Transporte Local e de Longa Distância para Transmissão de Dados em Taxas de Transmissão Iguais ou Inferiores a 34 Mbps nos Municípios, nos termos do Plano Geral de Metas de Competição - PGMC.

Art. 2º Estabelecer, em conformidade com o art. 11 do Anexo I do PGMC, que o Grupo COPEL/SERCOMTEL deverá submeter para revisão nova Oferta de Referência de Produto de Atacado EILD em 6 (seis) meses a contar da entrada em vigor do presente Despacho Decisório.

Art. 3.º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 3.434 - 53500.007480/2014

O SUPERINTENDENTE DE COMPETIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 159, inciso I do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º HOMOLOGAR a Oferta de Referência de Produto de Atacado de Interligação apresentada pelo Grupo OI, em cumprimento à obrigação imposta aos Grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no Mercado Relevante de Oferta Atacadista de Infraestrutura de Rede Fixa de Transporte Local e de Longa Distância para Transmissão de Dados em Taxas de Transmissão Iguais ou Inferiores a 34 Mbps nos Municípios, nos termos do Plano Geral de Metas de Competição - PGMC, EXCETO no que diz respeito aos Aspectos Comerciais da Oferta, os quais deverão obedecer ao contido nos arts. 2º e 3º do presente Despacho.

Art. 2º DETERMINAR que o Grupo OI altere sua Oferta de Referência de Produto de Atacado de Interligação, de forma que os preços que constam nos Aspectos Comerciais da Oferta e da minuta de contrato sejam os abaixo citados:

I)Oferta PTT:

PTT	PRAZO DE 12 MESES		
CAPACIDADE	Município Tipo A (R$)	Município Tipo B (R$)	Município Tipo C (R$)
50 Mbps	6.240,36	7.724,12	9.519,41
100 Mbps	10.309,59	12.875,86	17.147,57
1 Gbps	100.092,85	124.109,67	180.091,30
10 Gbps	987.992,29	1.225.929,60	1.789.549,92

PTT	PRAZO DE 24 MESES		
CAPACIDADE	Município Tipo A (R$)	Município Tipo B (R$)	Município Tipo C (R$)
50 Mbps	5.616,32	6.951,71	8.567,47
100 Mbps	9.278,62	11.588,28	15.432,81
1 Gbps	90.083,56	111.698,70	162.082,17
10 Gbps	889.193,06	1.103.336,64	1.610.594,93

PTT	PRAZO DE 36 MESES		
CAPACIDADE	Município Tipo A (R$)	Município Tipo B (R$)	Município Tipo C (R$)
50 Mbps	5.304,31	6.565,50	8.091,50
100 Mbps	8.763,15	10.944,48	14.575,45
1 Gbps	85.078,92	105.493,22	153.077,61
10 Gbps	839.793,45	1.042.040,17	1.521.117,43

II)Trânsito IP:

TRÂNSITO IP	PRAZO DE 12 MESES		
CAPACIDADE	Município Tipo A (R$)	Município Tipo B (R$)	Município Tipo C (R$)
50 Mbps	6.771,96	8.382,12	10.330,35
100 Mbps	13.524,53	16.746,77	20.639,19
300 Mbps	40.554,19	50.240,32	61.917,55

TRÂNSITO IP	PRAZO DE 24 MESES		
CAPACIDADE	Município Tipo A (R$)	Município Tipo B (R$)	Município Tipo C (R$)
50 Mbps	6.094,77	7.543,91	9.297,32
100 Mbps	12.172,08	15.072,09	18.575,26
300 Mbps	36.498,78	45.216,29	55.725,80

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TRÂNSITO IP	PRAZO DE 36 MESES		
CAPACIDADE	Município Tipo A (R$)	Município Tipo B (R$)	Município Tipo C (R$)
50 Mbps	5.756,17	7.124,80	8.780,80
100 Mbps	11.495,85	14.234,76	17.543,31
300 Mbps	34.471,07	42.704,27	52.629,92

Art. 3º DETERMINAR a supressão da Cláusula 5.2.2 da Oferta de Referência de Produto de Atacado de Interligação apresentada pelo Grupo OI e da Cláusula 9.5 do Contrato Padrão anexo a essa mesma ORPA.

Art. 4º ESTABELECER, em conformidade com o art. 11 do Anexo I do PGMC, que o Grupo OI deverá submeter para revisão nova Oferta de Referência de Produto de Atacado de Interligação em 6 (seis) meses a contar da entrada em vigor do presente Despacho Decisório.

Art. 5º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MANUEL BAIGORRI

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO GERÊNCIA REGIONAL NA BAHIA E SERGIPE

ATO Nº 6.500, DE 15 DE JULHO DE 2014

Expede autorização à TELEVISAO OESTE BAIANO LTDA, CNPJ nº 16.395.923/0001-20 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

FERNANDO ANTONIO ORNELAS DE ALMEIDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 6.374, DE 9 DE JULHO DE 2014

Processo nº 53500.002156/2014. Expede autorização à CLIC REDE INTERNET LTDA - ME, CNPJ/MF nº 11.854.162/0001-03, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.375, DE 9 DE JULHO DE 2014

Processo nº 53500.008636/2014. Expede autorização à S R P RAMON TELECOMUNICAÇÕES - ME, CNPJ/MF nº 18.516.392/0001-01, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.376, DE 9 DE JULHO DE 2014

Processo nº 53500.002392/2014. Expede autorização à D & G COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME, CNPJ/MF nº 13.827.492/0001-35, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.378, DE 9 DE JULHO DE 2014

Processo nº 53500.020012/2013. Expede autorização à JOSE CARLOS GONZAGA CARDOSO ME, CNPJ/MF nº 10.492.920/0001-28, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.381, DE 9 DE JULHO DE 2014

Processo nº 53500.027205/2013. Expede autorização à AINET INTERNET & INFORMÁTICA LTDA - ME, CNPJ/MF nº 18.555.539/0001-72, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.384, DE 9 DE JULHO DE 2014

Processo nº 53500.002686/2014. Expede autorização à J M SOUZA OLIVEIRA LTDA ME, CNPJ/MF nº 09.570.711/0001-76, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.387, DE 9 DE JULHO DE 2014

Processo nº 53500.002513/2014. Expede autorização à A. ANDREGHETONE - ME, CNPJ/MF nº 18.951.542/0001-05, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.396, DE 9 DE JULHO DE 2014

Processo nº 53500.001195/2014. Expede autorização à RODRIGUES E VILELA DA SILVA LTDA - ME, CNPJ/MF nº 17.168.985/0001-61, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.397, DE 9 DE JULHO DE 2014

Processo nº 53500.004268/2014. Expede autorização à NET SET TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME, CNPJ/MF nº 13.027.142/0001-94, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.406, DE 9 DE JULHO DE 2014

Processo nº 53500.024482/2013. Expede autorização à FONELIGHT TELECOMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ/MF no 02.089.242/0001-29, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, tendo como Área de Prestação do Serviço todo o território nacional, e como Áreas de Abrangência do Atendimento aquelas indicadas em seu Projeto Técnico e alterações posteriores.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.407, DE 9 DE JULHO DE 2014

Processo nº 53500.001894/2014. Expede autorização à H. RIOS & R. FREITAS LTDA - ME, CNPJ/MF nº 18.275.013/0001-39, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.408, DE 9 DE JULHO DE 2014

Processo nº 53500.006450/2014. Expede autorização à CENTRAL DE TECNOLOGIA LTDA - ME, CNPJ/MF nº 13.934.667/0001-03, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.409, DE 9 DE JULHO DE 2014

Processo nº 53500.003129/2014. Expede autorização à NETMIDIA COMERCIO E SERVICOS DE INTERNET LTDA - ME, CNPJ/MF nº 17.741.179/0001-30, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.410, DE 9 DE JULHO DE 2014

Processo nº 53500.003487/2014. Expede autorização à T.A.LUIZ ELETRONICO LTDA - ME, CNPJ/MF nº 18.152.528/0001-41, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.411, DE 9 DE JULHO DE 2014

Processo nº 53500.002503/2014. Expede autorização à M & R NETWORK LTDA - ME, CNPJ/MF nº 08.655.603/0001-33, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.412, DE 9 DE JULHO DE 2014

Processo nº 53500.000311/2014. Expede autorização à NOVUMNET ACESSO A INTERNET EIRELI, CNPJ/MF nº 16.551.447/0001-99, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.413, DE 10 DE JULHO DE 2014

Processo nº 53500.003105/2014. Expede autorização à J P MAGALHÃES PEREIRA - ME, CNPJ/MF nº 12.830.382/0001-60, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.415, DE 10 DE JULHO DE 2014

Processo nº 53500.001035/2014. Expede autorização à J PEREIRA DE CARVALHO - ME, CNPJ/MF nº 11.049.765/0001-32, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.416, DE 10 DE JULHO DE 2014

Processo nº 53500.002601/2014. Expede autorização à WEDENARDO PEDRO DA COSTA - ME, CNPJ/MF nº 19.044.970/0001-17, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.420, DE 10 DE JULHO DE 2014

Processo no 53500.017246/2013. Expede autorização à BRISKCOM LTDA, CNPJ/MF no 05.493.946/0001-50, para explorar o Serviço Móvel Global por Satélite, de interesse coletivo, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito interior e internacional e tendo como área de prestação do serviço o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.426, DE 10 DE JULHO DE 2014

Processo nº 53500.001196/2014. Expede autorização à HARDNET PROVEDOR LTDA - ME, CNPJ/MF nº 18.074.020/0001-72, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO Nº 6.427, DE 10 DE JULHO DE 2014

Processo nº 53500.021749/2013. Expede autorização à RUBETEL TELECOMUNICACOES S.A, CNPJ/MF no 08.699.236/0001-70, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, tendo como Área de Prestação do Serviço todo o território nacional, e como Áreas de Abrangência do Atendimento aquelas indicadas em seu Projeto Técnico e alterações posteriores.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.498, DE 14 DE JULHO DE 2014

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Criciúma/SC, , no período de 14/07/2014 a 17/07/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.499, DE 14 DE JULHO DE 2014

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Salvador/BA, , no período de 15/07/2014 a 20/07/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.508, DE 15 DE JULHO DE 2014

Autorizar a(o) Embaixada da República do Chile a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Brasília/DF, , no período de 15/07/2014 a 18/07/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.509, DE 15 DE JULHO DE 2014

Autorizar a(o) Embaixada da República da Colômbia a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Brasília/DF, , no período de 16/07/2014 a 17/07/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Autorizativa nº 4.795, de 1º de julho de 2014, publicada em resumo no DOU nº 133, de 15 de julho de 2014, Seção 1, página 51, onde se lê: "Nº 4.795", leia-se: "Nº 4.745.".

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 15 de julho de 2014

Nº 2.668 - Processo nº 48500.002439/2013-95. Interessado: DGE Soluções Renováveis Ltda.. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Lagoa dos Barros I, com 22.400 kW de Potência Instalada, localizada no município de Osório, estado do Rio Grande do Sul.

Nº 2.669 - Processo nº 48500.002446/2013-97. Interessado: DGE Soluções Renováveis Ltda.. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Lagoa dos Barros II, com 22.400 kW de Potência Instalada, localizada no município de Osório, estado do Rio Grande do Sul.

Nº 2.670 - Processo nº 48500.002437/2013-04. Interessado: DGE Soluções Renováveis Ltda.. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Lagoa dos Barros III, com 22.400 kW de Potência Instalada, localizada no município de Osório, estado do Rio Grande do Sul.

Nº 2.671 - Processo nº 48500.005600/2013-82. Interessado: Central Geradora Eólica Estância Retiro Ltda. Decisão: Alterar o posicionamento georreferenciado dos aerogeradores do Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga nº 3.377/2013, referente à EOL Estância Retiro, localizada no município de Dom Pedrito, no estado do Rio Grande do Sul.

Nº 2.672 - Processo nº 48500.005601/2013-27. Interessado: Central Geradora Eólica Estância Retiro II Ltda. Decisão: Alterar o posicionamento georreferenciado dos aerogeradores do Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga nº 3.378/2013, referente à EOL Estância Retiro II, localizada no município de Dom Pedrito, no estado do Rio Grande do Sul.

Nº 2.673 - Processo nº 48500.002752/2014-12. Interessado: Alto dos Ventos Geradora de Energia S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Alto dos Ventos IA, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Macau, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 2.674 - Processo nº 48500.002731/2014-99. Interessado: Alto dos Ventos Geradora de Energia S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Alto dos Ventos IB, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Macau, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 2.675 - Processo nº 48500.005248/2006-01. Interessado: Hydro Kuhlemann Geração Ltda. Decisão: Alterar, de 1.750 para 2.016 kW, a Potência Instalada, e de uma para duas, o número de unidades geradoras da PCH Karl Kuhlemann, outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 2.585, de 26 de outubro de 2010.

Nº 2.676 - Processo nº 48500.002899/2014-02. Interessado: Ventos Fortes Geradora Eólica S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL União dos Ventos 19, com 22.000 kW de Potência Instalada, localizada no município Pedra Grande, no estado do Rio Grande do Norte.
Nº 2.677. Processo nº: 48500.002455/2007-30. Interessado: Inxú Geradora e Comercializadora de Energia S.A. Decisão: alterar a configuração da instalação de transmissão de interesse restrito da PCH Inxú.

Nº 2.678 - Processo nº 48500.003343/2014-25. Interessado: Brilhante Projetos SPE Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga da UFV Taboleiro do Meio IV, com 27.500 kW de Potência Instalada, localizada no município Coremas, estado Paraíba.

A íntegra destes Despachos consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 15 de julho de 2014

Nº 2.679 - Processos nºs: 48500.005057/2009-37 e 48500.003596/2010-75. Decisão: (i) selecionar, para fins de análise e aprovação, pela aplicação dos critérios de seleção estabelecidos pela Resolução ANEEL nº 398/2001, de 21 de setembro de 2001, os Estudos de Inventário Hidrelétrico do ribeirão Água Branca e seu afluente rio Cuiabá-Mirim, localizado na sub-bacia 66, bacia hidrográfica do rio Paraná, no estado do Mato Grosso, apresentados pela empresa GPD - Serviços Administrativos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 79.537.486/0001-51. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ODENIR JOSÉ DOS REIS

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 2.665, de 14 de julho de 2014, constante no Processo n° 48500.007245/2006-86, referente à PCH Cachoeira do Cambará, publicado em resumo no DOU nº 133, de 15 de julho de 2014, Seção 1, página 52, onde se lê: "Nº 2.665", leia-se: "Nº 2.666".

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 15 de julho de 2014

Nº 2.680 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria nº 798, de 20 de novembro de 2007, e de acordo com o que consta no Processo nº 48500.000270/2010-96, decide aprovar a aplicação do Custo Variável Unitário - CVU no valor de R$ 680,19/MW.h (seiscentos e oitenta reais e dezenove centavos por megawatt-hora), para a Usina Termelétrica Termo Norte II, no processo de contabilização do mês de junho de 2014 na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para pagamento dos custos incorridos com a geração da usina a serem ressarcidos via Encargo de Serviço de Sistema - ESS.

RUI GUILHERME ALTIERI SILVA

Nº 2.681 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO E O SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio das Portarias nº 798, de 20 de novembro de 2007, e nº 914, de 29 de abril de 2008, e de acordo com o que consta no Processo nº 48500.003125/2013-18, decidem conhecer o pedido efetuado pela Tractebel Energia para o recálculo do Preço de Liquidação das Diferenças com base na Resolução Normativa nº 568, de 23 de julho de 2013, realizado por meio da Carta CE DC-0005/2014, de 1º de julho de 2014, e, no mérito, negar-lhe provimento.

RUI GUILHERME ALTIERI SILVA

FREDERICO RODRIGUES

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 261, DE 15 DE JULHO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de Agosto de 2011, e tendo em vista o que consta do processo ANP n.º 48610.011642/2009-29, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA, CNPJ n.º 19.791.896/0064-86, habilitada na ANP como distribuidora de gás liqüefeito de petróleo, autorizada a operar a ampliação (vasos de pressão nº 05, nº 06, nº 07, nº 08, nº 09 e nº 10) das instalações de armazenamento e distribuição para GLP, a granel e envasado, localizadas na Av. Presidente Tancredo Neves, nº 1.200 - Jardim Americano - Município de São José dos Campos - SP - CEP: 12225-000.

As referidas instalações compreendem os vasos de pressão listados na tabela abaixo, perfazendo, com a inclusão dos vasos de pressão nº 05, nº 06, nº 07, nº 08, nº 09 e nº 10, a capacidade total de armazenamento de 1.117,53 m3.

Vaso de Pressão Nº	Diâmetro (m)	Comprimento (m)	Volume (m3)	SITUAÇÃO
01	3,64	10,90	105,67	OPERANDO
02	3,63	10,80	104,76	OPERANDO
03	3,66	10,86	106,90	OPERANDO
04	3,66	10,86	106,82	OPERANDO
05	2,75	20,60	116,40	A OPERAR
06	2,75	20,61	116,52	A OPERAR
07	2,75	20,63	116,75	A OPERAR
08	2,75	20,58	116,04	A OPERAR
09	2,75	20,34	114,97	A OPERAR
10	2,74	20,04	112,70	A OPERAR

Art. 2º O objeto da presente Autorização deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

AUTORIZAÇÃO Nº 262, DE 15 DE JULHO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 08, de 06 de março de 2007 e da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.006999/2002-19, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a PETRONAR COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 04.313.943/0001-25, habilitada na ANP como Transportador - Revendedor - Retalhista, autorizada a operar as instalações de armazenamento localizadas na Avenida Rio Grande 5510, Valinhos, no Município de Passo Fundo - RS, 99042-000 (Lat/Lon: -28.227676, -52.463589).

O parque de tancagem de produtos é constituído dos seguintes tanques aéreos horizontais listados a seguir, perfazendo o total de 46,08 m³.

TANQUE	DIÂMETRO (m)	ALT/COMP (m)	VOLUME (m³)	CLASSE DE PRODUTO
01	1,86	5,40	15,36	II e III
02	1,86	5,40	15,36	II e III
03	1,86	5,40	15,36	II e III

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º A PETRONAR COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 04.313.943/0001-25, deverá encaminhar, até a data de vencimento do licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização, cópia autenticada da solicitação de renovação deste licenciamento protocolado junto ao órgão ambiental competente no prazo regulamentar, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua emissão, sob pena de revogação desta Autorização, após conclusão do respectivo processo legal instaurado para tal, assegurado o direito do contraditório e da ampla defesa.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

AUTORIZAÇÃO Nº 263, DE 15 DE JULHO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. ° 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n. º 8, de 08 de março de 2007, e o que consta do processo ANP n.º 48610.006999/2002-19, torna público o seguinte ato:

Art.1º - Fica a Petronar Comércio de Derivados de Petróleo Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 04.313.943/0001-25, habilitada como transportador-revendedor-retalhista (TRR), localizada na Avenida Rio Grande, nº 5510 - Bairro Valinhos, Município Passo Fundo/RS. CEP: 99042-000, autorizada a exercer a atividade de transportador-revendedor-retalhista (TRR).

Art.2º - Os efeitos da presente Autorização ficam condicionados à manutenção das condições comprovadas pela empresa para o exercício da atividade de TRR.

Art.3º - Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação.

AURELIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 15 de julho de 2014

N° 959 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92 de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP nº 8, de 08 de março de 2007, e o que consta do Processo ANP nº 48610.006999/2002-19, torna pública a habilitação da empresa Petronar Comércio de Derivados de Petróleo Ltda.,inscrita no CNPJ sob o nº 04.313.943/0001-25, localizada na Avenida Rio Grande, nº 5510 - Bairro Valinhos, Município Passo Fundo/RS. CEP: 99042-000, para o exercício da atividade de transportador-revendedor-retalhista (TRR).

Nº 960 - Em virtude de decisão judicial exarada nos autos do Processo nº 0012919-59.2014.4.01.3300, emitida pela 16ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia, e considerando as atribuições conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP 41/2013, torna público o restabelecimento da autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos ao POSTO DE COMBUSTÍVEIS JAGUARIBE LTDA., CNPJ nº 00.187.214/0001-19, conforme Processo ANP nº 48610.005366/2001-11.

AURELIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 264, DE 15 DE JULHO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. º 64, de 01 de março de 2012, tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.015211/2009-31, nos termos do art. 56, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e considerando o atendimento a todas as exigências da Portaria ANP nº 170, de 26 de novembro de 1998, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa TERCOM - Terminal de Armazenagem de Combustíveis Ltda., CNPJ: 09.361.622/0001-10, autorizada a operar 02 (dois) dutos para movimentação de etanol anidro e hidratado entre seu terminal e seu desvio ferroviário no Município de Paulínia, Estado de São Paulo, com as características descritas a seguir:

TAG	Diâmetro (pol)	Extensão (m)	Material	Pressão de operação (kgf/cm²)	Temperatura de operação (°C)	Vazão (m³/h)
10"-FD-DV01	10	436	ASTM A106 Gr. B Sch. 40	9,0	25	250
10"-FD-DV02	10	436	ASTM A106 Gr. B Sch. 40	9,0	25	250

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 3º A TERCOM - Terminal de Armazenagem de Combustíveis Ltda. deverá apresentar à ANP, até a data de vencimento do licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização, cópia autenticada do protocolo de solicitação de renovação deste licenciamento junto ao órgão ambiental competente, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua renovação.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 15 de julho de 2014

Nº 961 - A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria ANP nº 338, de 21 de outubro de 2008, e com base no disposto da Resolução ANP nº 6, de 05 de fevereiro de 2014, publicada em 6 de fevereiro de 2014, concede a alteração no cadastro da CENTRAL ANALÍTICA DO INSTITUTO DE QUÍMICA DA UNICAMP, pertencente à FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP-FUNCAMP, localizada na cidade de Campinas - SP, CNPJ nº 49.607.336/0001-06, e que consiste na inclusão dos ensaios: Corrosividade - Método da lâmina de cobre (NBR 14359:2013), Viscosidade cinemática (ASTM D445-12), Resíduo de carbono pelo Método Micro (ASTM D4530-11), Cinza sulfatada (NBR 6294:2009), Ponto de entupimento de filtro a frio (NBR 14747:2008), Determinação de sódio, potássio, magnésio e cálcio (NBR 15556:2008), Teor de metanol (BS EN 14110:2003), Teor de Ester (BS EN 14103:2011), Glicerol livre, total, mono, di e triglicerídeos (ASTM D6584-13), Contaminação Total (NBR 15995:2011), Ponto de Fulgor Pensky-Martens (NBR 14598:2012), Teor de Água pelo Método de Titulação Coulométrica Karl Fischer (ASTM D6304-07), Estabilidade oxidativa (BS EN 14112:2003), Enxofre total por Fluorescência Ultravioleta (ASTM D5453-12), Índice de iodo (BS EN 14111:2003).
Processo ANP: 48600.000241/2011-87
Cadastro: 046
Data de Publicação D.O.U: 28/09/2011

ROSÂNGELA MOREIRA DE ARAÚJO

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

AUTORIZAÇÃO Nº 265, DE 15 DE JULHO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 322, de 05 de novembro de 2012,

Considerando a Resolução ANP nº 33/2005 e o Regulamento Técnico ANP nº 05/2005, que dispõem sobre a admissibilidade de despesas qualificadas como Pesquisa e Desenvolvimento, visando o cumprimento da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento constante dos Contratos de Concessão para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural; e

Considerando o que consta do(s) processo(s) de nº 48610.007041/2014 - 89 torna público o seguinte ato:

Art. 1º Conceder autorização prévia para o concessionário Petróleo Brasileiro S.A, CNPJ 33.000.167/0001-01, realizar investimentos enquadrados no item 8.2 do Regulamento Técnico ANP nº 05/2005 para execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico de interesse do setor de petróleo e seus derivados e gás natural, no projeto, instituição e respectivo valor, conforme anexo.

Art. 2º A presente autorização prévia é concedida com base em valores estimados, cabendo ao concessionário verificar a coerência dos custos apresentados na proposta, bem como daqueles custos efetivamente incorridos com os custos usualmente praticados no mercado para bens e serviços de mesma natureza.

Art. 3º Compete ao concessionário acompanhar, no desenvolvimento do projeto, as condições contidas no respectivo plano de trabalho, em especial no que se refere aos objetivos, resultados esperados, prazos e valor total estimado.

Art. 4º As receitas auferidas em aplicações financeiras feitas com os recursos repassados no âmbito do projeto contratado junto a Instituições credenciadas devem ser revertidas para uso em atividades coerentes com o respectivo plano de trabalho, fazendo parte da prestação de contas e estando sujeitas a fiscalização por parte da ANP.

Parágrafo único: Em caso de não utilização, as receitas devem ser devolvidas, devendo ser contabilizadas como saldo a ser investido, como parte da obrigação de investimentos do Concessionário.

Art. 5º O concessionário deverá apresentar, quando do encaminhamento dos Relatórios Demonstrativos Anuais, os dados referentes aos valores contratados e a execução efetiva do projeto até a data de referência do Relatório Demonstrativo, cotejando com aqueles apresentados no respectivo plano de trabalho, objeto da presente autorização.

Art. 6º Nos termos do item 10 do Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, as despesas previstas nesta autorização, para efeito de cumprimento da Cláusula de Pesquisa e Desenvolvimento, estão sujeitas à análise técnica da ANP, quando da apresentação dos Relatórios Demonstrativos Anuais e da documentação de comprovação dos resultados obtidos.

Art. 7º O concessionário deverá usar a logomarca da ANP, acompanhada da expressão "Compromisso com Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento", em todo material de divulgação relacionado ao projeto, objeto da presente autorização prévia.

Art. 8º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

ELIAS RAMOS DE SOUZA

Nº do Projeto	Título	Área Tecnológica	Instituição	Unidade de Pesquisa	Valor (R$)	Item de Enquadramento
2013/00182-1	Implantação de laboratório para montagem de células de ensaios para avaliação de juntas de vedação por descompressão rápida (RGD - RAPID GAS DESCOMPRESSION) - LABINFRARGD	Manutenção e Inspeção	UERJ	Laboratório de engenharia e tecnologia de petróleo e petroquímica/ LETPP/UERJ	5.889.939,98	8.2.3

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 15 de julho de 2014

Nº 936 - O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 08 de julho de 2014, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, e a documentação constante no Processo ANP nº 48610.003684/2014-53, torna público o seguinte ato:

Art. 1º CREDENCIAR a Unidade de Pesquisa Laboratório de Automação e Controle - LAC, vinculada à Universidade de São Paulo - USP, localizada em São Paulo - SP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 63.025.530/0001-04, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento constante dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural.

Art. 2º As atividades de pesquisa e desenvolvimento deverão ser executadas em conformidade com as normas estabelecidas pela Resolução ANP nº 33/2005 e Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, e demais normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionadas às linhas de pesquisa das seguintes áreas, temas e subtemas:

Credenciamento ANP Nº	195/2014		
Unidade de Pesquisa	LABORATÓRIO DE AUTOMAÇÃO E CONTROLE - LAC		
Instituição Credenciada	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP		
Área	Tema	Subtema	Linhas de Pesquisa
TEMAS TRANSVERSAIS	AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE, MONITORAMENTO E CONTROLE	AUTOMAÇÃO, CONTROLE, INSTRUMENTAÇÃO E METROLOGIA	Modelos Matemáticos e Sistemas Dinâmicos
			Modelos Probabilísticos e Sistemas Estocásticos
			Sistemas de Controle e Automação

Art. 3º O Laboratório de Automação e Controle - LAC da Universidade de São Paulo - USP está sujeito ao estabelecido no Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, devendo confirmar ou atualizar as informações referentes a este credenciamento a cada 12 (doze) meses, a contar da data de publicação deste Despacho.

Nº 937 - O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 08 de julho de 2014, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, e a documentação constante no Processo ANP nº 48610.004305/2014-42, torna público o seguinte ato:

Art. 1º CREDENCIAR a Unidade de Pesquisa Laboratório de Tecnologia Oceânica - LABOCEANO, vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, localizada no Rio de Janeiro - RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 33.663.683/0001-16, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento constante dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural.

Art. 2º As atividades de pesquisa e desenvolvimento deverão ser executadas em conformidade com as normas estabelecidas pela Resolução ANP nº 33/2005 e Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, e demais normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionadas às linhas de pesquisa das seguintes áreas, temas e subtemas:

Credenciamento ANP Nº	190/2014		
Unidade de Pesquisa	LABORATÓRIO DE TECNOLOGIA OCEÂNICA - LABOCEANO		
Instituição Credenciada	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ		
Área	Tema	Subtema	Linhas de Pesquisa
EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - ONSHORE E OFFSHORE	PRODUÇÃO - HORIZONTE PRÉ-SAL, ÁGUAS PROFUNDAS, CAMPOS MADUROS E NOVAS FRONTEIRAS EXPLORATÓRIAS	UNIDADES FLUTUANTES DE PRODUÇÃO, SISTEMAS DE ANCORAGEM E AMARRAÇÃO E POSICIONAMENTO DINÂMICO	Hidrodinâmica de Sistemas Oceânicos
OUTRAS FONTES DE ENERGIA	OUTRAS FONTES ALTERNATIVAS	ENERGIA DOS OCEANOS	Desenvolvimento de Sistemas para Extração da Energia do Mar

Art. 3º O Laboratório de Tecnologia Oceânica - LABOCEANO da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ está sujeito ao estabelecido no Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, devendo confirmar ou atualizar as informações referentes a este credenciamento a cada 12 (doze) meses, a contar da data de publicação deste Despacho.

Nº 938 - O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 08 de julho de 2014, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, e a documentação constante no Processo ANP nº 48610.004478/2014-61, torna público o seguinte ato:

Art. 1º CREDENCIAR a Unidade de Pesquisa Laboratório de Palinofácies e Fácies Orgânica - LAFO, vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, localizada no Rio de Janeiro - RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 33.663.683/0001-16, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento constante dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural.

Art. 2º As atividades de pesquisa e desenvolvimento deverão ser executadas em conformidade com as normas estabelecidas pela Resolução ANP nº 33/2005 e Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, e demais normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionadas às linhas de pesquisa das seguintes áreas, temas e subtemas:

Credenciamento ANP Nº	188/2014		
Unidade de Pesquisa	LABORATÓRIO DE PALINOFÁCIES E FÁCIES ORGÂNICA - LAFO		
Instituição Credenciada	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ		
Área	Tema	Subtema	Linhas de Pesquisa
BIOCOMBUSTÍVEIS	BIODIESEL	PRODUÇÃO DE BIODIESEL	Utilização de hidropirolisadores associados a biomarcadores moleculares para caracterização e produção de biodiesel
EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - ONSHORE E OFFSHORE	EXPLORAÇÃO - HORIZONTE PRÉ-SAL, ÁGUAS PROFUNDAS, BACIAS MADURAS E NOVAS FRONTEIRAS EXPLORATÓRIAS	ESTUDOS GEOLÓGICOS DAS BACIAS SEDIMENTARES	Faciologia Orgânica - Palinofácies

Art. 3º O Laboratório de Palinofácies e Fácies Orgânica - LAFO da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ está sujeito ao estabelecido no Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, devendo confirmar ou atualizar as informações referentes a este credenciamento a cada 12 (doze) meses, a contar da data de publicação deste Despacho.

Nº 939 - O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 08 de julho de 2014, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, e a documentação constante no Processo ANP nº 48610.003238/2014-49, torna público o seguinte ato:

Art. 1º CREDENCIAR a Unidade de Pesquisa Laboratório de Biocorrosão, vinculada à Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro - PUC-Rio, localizada no Rio de Janeiro - RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 33.555.921/0001-70, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento constante dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural.

Art. 2º As atividades de pesquisa e desenvolvimento deverão ser executadas em conformidade com as normas estabelecidas pela Resolução ANP nº 33/2005 e Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, e demais normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionadas às linhas de pesquisa das seguintes áreas, temas e subtemas:

Credenciamento ANP Nº	193/2014		
Unidade de Pesquisa	LABORATÓRIO DE BIOCORROSÃO		
Instituição Credenciada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO - PUC-Rio		
Área	Tema	Subtema	Linhas de Pesquisa
EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - ONSHORE E OFFSHORE	PRODUÇÃO - HORIZONTE PRÉ-SAL, ÁGUAS PROFUNDAS, CAMPOS MADUROS E NOVAS FRONTEIRAS EXPLORATÓRIAS	CARACTERIZAÇÃO E PROCESSAMENTO DE FLUIDOS PRODUZIDOS	Aplicação de Aços API X80
EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - ONSHORE E OFFSHORE	PRODUÇÃO - HORIZONTE PRÉ-SAL, ÁGUAS PROFUNDAS, CAMPOS MADUROS E NOVAS FRONTEIRAS EXPLORATÓRIAS	CARACTERIZAÇÃO E PROCESSAMENTO DE FLUIDOS PRODUZIDOS	Estudo da cinética e formação de biofilmes em substratos metálicos e poliméricos
TEMAS TRANSVERSAIS	MATERIAIS	CORROSÃO E PROTEÇÃO	Corrosão por CO_2

Art. 3º O Laboratório de Biocorrosão da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio está sujeito ao estabelecido no Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, devendo confirmar ou atualizar as informações referentes a este credenciamento a cada 12 (doze) meses, a contar da data de publicação deste Despacho.

Nº 940 - O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 08 de julho de 2014, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, e a documentação constante no Processo ANP nº 48610.003860/2014-57, torna público o seguinte ato:

Art. 1º CREDENCIAR a Unidade de Pesquisa Núcleo de Pesquisa em Sistemas e Gestão de Engenharia - GESTORE, vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, localizada no Rio de Janeiro - RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 33.663.683/0001-16, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento constante dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural.

Art. 2º As atividades de pesquisa e desenvolvimento deverão ser executadas em conformidade com as normas estabelecidas pela Resolução ANP nº 33/2005 e Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, e demais normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionadas às linhas de pesquisa das seguintes áreas, temas e subtemas:

Credenciamento ANP Nº	200/2014		
Unidade de Pesquisa	NÚCLEO DE PESQUISA EM SISTEMAS E GESTÃO DE ENGENHARIA - GESTORE		
Instituição Credenciada	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ		
Área	Tema	Subtema	Linhas de Pesquisa
BIOCOMBUSTÍVEIS	BIODIESEL	CADEIA PRODUTIVA	Análise da Sustentabilidade do Ciclo de Vida do Biodiesel da Soja
	BIOQUEROSENE DE AVIAÇÃO	AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE	Inovação e Estratégias de Sustentabilidade do Diesel Verde
	ENERGIA A PARTIR DE OUTRAS FONTES DE BIOMASSA	OUTROS PROCESSAMENTOS DE BIOMASSA	Polo Ecoindustrial Centrado em Microalgas
TEMAS TRANSVERSAIS	SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE	EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA NA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	Sequestro e Valoração do CO2
		INDICADORES DE SMS PARA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	Desenvolvimento de Indicadores de Gestão do Conhecimento em Sistemas Petrolíferos

Art. 3º O Núcleo de Pesquisa em Sistemas e Gestão de Engenharia - GESTORE da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ está sujeito ao estabelecido no Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, devendo confirmar ou atualizar as informações referentes a este credenciamento a cada 12 (doze) meses, a contar da data de publicação deste Despacho.

Nº 941 - O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 08 de julho de 2014, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, e a documentação constante no Processo ANP nº 48610.003673/2014-73, torna público o seguinte ato:

Art. 1º CREDENCIAR a Unidade de Pesquisa Laboratório de Geotecnia - LABGEO - Setor de Pavimentos, vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, localizada no Rio de Janeiro - RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 33.663.683/0001-16, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento constante dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural.

Art. 2º As atividades de pesquisa e desenvolvimento deverão ser executadas em conformidade com as normas estabelecidas pela Resolução ANP nº 33/2005 e Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, e demais normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionadas às linhas de pesquisa das seguintes áreas, temas e subtemas:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Credenciamento ANP Nº	201/2014		
Unidade de Pesquisa	LABORATÓRIO DE GEOTECNIA - LABGEO - SETOR DE PAVIMENTOS		
Instituição Credenciada	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ		
Área	Tema	Subtema	Linhas de Pesquisa
ABASTECIMENTO	REFINO	TECNOLOGIA EM ASFALTO	Avaliação de ligantes asfálticos convencionais e modificados
			Ensaios de campo em pavimentos asfálticos
			Misturas asfálticas: dosagem e avaliação mecânica

Art. 3º O Laboratório de Geotecnia - LABGEO - Setor de Pavimentos da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ está sujeito ao estabelecido no Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, devendo confirmar ou atualizar as informações referentes a este credenciamento a cada 12 (doze) meses, a contar da data de publicação deste Despacho.

Nº 942 - O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 08 de julho de 2014, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, e a documentação constante no Processo ANP nº 48610.003632/2014-87, torna público o seguinte ato:

Art. 1º CREDENCIAR a Unidade de Pesquisa Laboratório de Sensores a Fibra Óptica, vinculada à Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro - PUC-Rio, localizada no Rio de Janeiro - RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 33.555.921/0001-70, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento constante dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural.

Art. 2º As atividades de pesquisa e desenvolvimento deverão ser executadas em conformidade com as normas estabelecidas pela Resolução ANP nº 33/2005 e Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, e demais normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionadas às linhas de pesquisa das seguintes áreas, temas e subtemas:

Credenciamento ANP Nº	189/2014		
Unidade de Pesquisa	LABORATÓRIO DE SENSORES A FIBRA ÓPTICA		
Instituição Credenciada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO - PUC-Rio		
Área	Tema	Subtema	Linhas de Pesquisa
EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - ONSHORE E OFFSHORE	ENGENHARIA DE POÇO	AUTOMAÇÃO, CONTROLE, INSTRUMENTAÇÃO E METROLOGIA	Sensores a Fibra Óptica
EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - ONSHORE E OFFSHORE	ENGENHARIA DE POÇO	EQUIPAMENTOS DE POÇO E SUBMARINO	Completação Inteligente
EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - ONSHORE E OFFSHORE	ENGENHARIA DE POÇO	ESTABILIDADE DE POÇOS	Monitoramento da Integridade de Poços
EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - ONSHORE E OFFSHORE	ENGENHARIA DE POÇO	PERFURAÇÃO E COMPLETAÇÃO - TÉCNICAS E TECNOLOGIAS	Lasers de Alta Potência
EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - ONSHORE E OFFSHORE	PRODUÇÃO - HORIZONTE PRÉ-SAL, ÁGUAS PROFUNDAS, CAMPOS MADUROS E NOVAS FRONTEIRAS EXPLORATÓRIAS	RISERS, UMBILICAIS E DUTOS SUBMARINOS	Monitoramento de Risers Flexíveis

Art. 3º O Laboratório de Sensores a Fibra Óptica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio está sujeito ao estabelecido no Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, devendo confirmar ou atualizar as informações referentes a este credenciamento a cada 12 (doze) meses, a contar da data de publicação deste Despacho.

Nº 943 - O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 08 de julho de 2014, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, e a documentação constante no Processo ANP nº 48610.003703/2014-41, torna público o seguinte ato:

Art. 1º CREDENCIAR a Unidade de Pesquisa Laboratório de Mecânica dos Fluidos e Aerodinâmica, vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, localizada no Rio de Janeiro - RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 33.663.683/0001-16, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento constante dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural.

Art. 2º As atividades de pesquisa e desenvolvimento deverão ser executadas em conformidade com as normas estabelecidas pela Resolução ANP nº 33/2005 e Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, e demais normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionadas às linhas de pesquisa das seguintes áreas, temas e subtemas:

Credenciamento ANP Nº	203/2014		
Unidade de Pesquisa	LABORATÓRIO DE MECÂNICA DOS FLUIDOS E AERODINÂMICA		
Instituição Credenciada	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ		
Área	Tema	Subtema	Linhas de Pesquisa
EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - ONSHORE E OFFSHORE	PRODUÇÃO - HORIZONTE PRÉ-SAL, ÁGUAS PROFUNDAS, CAMPOS MADUROS E NOVAS FRONTEIRAS EXPLORATÓRIAS	RISERS, UMBILICAIS E DUTOS SUBMARINOS	Mecânica dos Fluidos e Aerodinâmica
OUTRAS FONTES DE ENERGIA	OUTRAS FONTES ALTERNATIVAS	ENERGIA EÓLICA	Energia Eólica
TEMAS TRANSVERSAIS	DISTRIBUIÇÃO, LOGÍSTICA E TRANSPORTE	TECNOLOGIA DE DUTOS	Modelagem de escoamento bifásico em gasoduto

Art. 3º O Laboratório de Mecânica dos Fluidos e Aerodinâmica da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ está sujeito ao estabelecido no Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, devendo confirmar ou atualizar as informações referentes a este credenciamento a cada 12 (doze) meses, a contar da data de publicação deste Despacho.

Nº 944 - O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 08 de julho de 2014, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, e a documentação constante no Processo ANP nº 48610.003853/2014-55, torna público o seguinte ato:

Art. 1º CREDENCIAR a Unidade de Pesquisa Laboratório de Métodos de Modelagem e Geofísica Computacional - LAMEMO, vinculada à Instituição de P&D Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, localizada no Rio de Janeiro - RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 33.663.683/0001-16, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento constante dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural.

Art. 2º As atividades de pesquisa e desenvolvimento deverão ser executadas em conformidade com as normas estabelecidas pela Resolução ANP nº 33/2005 e Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, e demais normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionadas às linhas de pesquisa das seguintes áreas, temas e subtemas:

Credenciamento ANP Nº	197/2014		
Unidade de Pesquisa	LABORATÓRIO DE MÉTODOS DE MODELAGEM E GEOFÍSICA COMPUTACIONAL - LAMEMO		
Instituição Credenciada	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ		
Área	Tema	Subtema	Linhas de Pesquisa
EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - ONSHORE E OFFSHORE	EXPLORAÇÃO - HORIZONTE PRÉ-SAL, ÁGUAS PROFUNDAS, BACIAS MADURAS E NOVAS FRONTEIRAS	TÉCNICAS DE AQUISIÇÃO, PROCESSAMENTO E INTERPRETAÇÃO DE DADOS GEOFÍSICOS	Interpretação de dados sísmicos e eletromagnéticos
EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - ONSHORE E OFFSHORE	PRODUÇÃO - HORIZONTE PRÉ-SAL, ÁGUAS PROFUNDAS, CAMPOS MADUROS E NOVAS FRONTEIRAS	TÉCNICAS DE AQUISIÇÃO, PROCESSAMENTO E INTERPRETAÇÃO DE DADOS GEOFÍSICOS EM ESCALA DE RESERVATÓRIO	Modelagem, migração e inversão de dados sísmicos e eletromagnéticos
EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - ONSHORE E OFFSHORE	PRODUÇÃO - HORIZONTE PRÉ-SAL, ÁGUAS PROFUNDAS, CAMPOS MADUROS E NOVAS FRONTEIRAS	ENGENHARIA DE RESERVATÓRIO (SIMULAÇÃO DE FLUXO)	Escoamento multifásico
EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - ONSHORE E OFFSHORE	PRODUÇÃO - HORIZONTE PRÉ-SAL, ÁGUAS PROFUNDAS, CAMPOS MADUROS E NOVAS FRONTEIRAS	GEOMECÂNICA/ESTABILIZAÇÃO DE POÇOS	Algoritmos para modelagem geomecânica
EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - ONSHORE E OFFSHORE	EXPLORAÇÃO - HORIZONTE PRÉ-SAL, ÁGUAS PROFUNDAS, BACIAS MADURAS E NOVAS FRONTEIRAS	DESENVOLVIMENTO DE NOVOS ALGORITMOS	Novos métodos de modelagem numérica

Art. 3º O Laboratório de Métodos de Modelagem e Geofísica Computacional - LAMEMO da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ está sujeito ao estabelecido no Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, devendo confirmar ou atualizar as informações referentes a este credenciamento a cada 12 (doze) meses, a contar da data de publicação deste Despacho.

Nº 945 - O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 08 de julho de 2014, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, e a documentação constante no Processo ANP nº 48610.003849/2014-97, torna público o seguinte ato:

Art. 1º CREDENCIAR a Unidade de Pesquisa PMI - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE MINAS E DE PETRÓLEO, vinculada à UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP, localizada em São Paulo - SP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 63.025.530/0001-04, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento constante dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural.

Art. 2º As atividades de pesquisa e desenvolvimento deverão ser executadas em conformidade com as normas estabelecidas pela Resolução ANP nº 33/2005 e Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, e demais normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionadas às linhas de pesquisa das seguintes áreas, temas e subtemas:

Credenciamento ANP Nº	204/2014		
Unidade de Pesquisa	PMI - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE MINAS E DE PETRÓLEO		
Instituição Credenciada	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP		
Área	Tema	Subtema	Linhas de Pesquisa
EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - ONSHORE E OFFSHORE	ENGENHARIA DE POÇO	INTERFACE FORMAÇÃO - POÇO	Escoamento dentro de poço horizontal acoplado ao reservatório
EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - ONSHORE E OFFSHORE	ENGENHARIA DE POÇO	PERFURAÇÃO E COMPLETAÇÃO - TÉCNICAS E TECNOLOGIAS	Estudo do Comportamento Reológico de Fluídos de Perfuração
EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - ONSHORE E OFFSHORE	EXPLORAÇÃO - HORIZONTE PRÉ-SAL, ÁGUAS PROFUNDAS, BACIAS MADURAS E NOVAS FRONTEIRAS EXPLORATÓRIAS	ACUMULAÇÕES NÃO CONVENCIONAIS (UNCONVENCIONAL RESERVOIRS)	Estudo da viabilidade técnica-econômica do folhelho oleígeno (xisto)
EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - ONSHORE E OFFSHORE	EXPLORAÇÃO - HORIZONTE PRÉ-SAL, ÁGUAS PROFUNDAS, BACIAS MADURAS E NOVAS FRONTEIRAS EXPLORATÓRIAS	GEOMECÂNICA/ESTABILIZAÇÃO DE POÇOS	Caracterizaçãp Mecânica de Formações Rochosas
EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - ONSHORE E OFFSHORE	EXPLORAÇÃO - HORIZONTE PRÉ-SAL, ÁGUAS PROFUNDAS, BACIAS MADURAS E NOVAS FRONTEIRAS EXPLORATÓRIAS	PETROFÍSICA, PERFILAGEM DE POÇOS E AVALIAÇÃO DE FORMAÇÕES	Caracterização tecnológica das formações
EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - ONSHORE E OFFSHORE	EXPLORAÇÃO - HORIZONTE PRÉ-SAL, ÁGUAS PROFUNDAS, BACIAS MADURAS E NOVAS FRONTEIRAS EXPLORATÓRIAS	TÉCNICAS DE AQUISIÇÃO, PROCESSAMENTO E INTERPRETAÇÃO DE DADOS GEOFÍSICOS	Modelagem de reservatórios a partir de técnicas multivariadas aplicadas a dados geofísicos

Art. 3º O PMI - Departamento de Engenharia de Minas e de Petróleo, vinculada à UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP está sujeito ao estabelecido no Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, devendo confirmar ou atualizar as informações referentes a este credenciamento a cada 12 (doze) meses, a contar da data de publicação deste Despacho.

Nº 946 - O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 08 de julho de 2014, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, e a documentação constante no Processo ANP nº 48610.003858/2014-88, torna público o seguinte ato:

Art. 1º CREDENCIAR a Unidade de Pesquisa Laboratório de Mecânica da Fratura - LAMEF , vinculada à Instituição de P&D Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, localizada no Rio de Janeiro - RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 33.663.683/0001-16, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento constante dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º As atividades de pesquisa e desenvolvimento deverão ser executadas em conformidade com as normas estabelecidas pela Resolução ANP nº 33/2005 e Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, e demais normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionadas às linhas de pesquisa das seguintes áreas, temas e subtemas:

Credenciamento ANP Nº	202/2014		
Unidade de Pesquisa	LABORATÓRIO DE MECÂNICA DA FRATURA - LAMEF		
Instituição Credenciada	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ		
Área	Tema	Subtema	Linhas de Pesquisa
TEMAS TRANSVERSAIS	MATERIAIS	INTEGRIDADE ESTRUTURAL, SOLDAGEM E CARACTERIZAÇÃO DE MATERIAIS	Fratura e fadiga de materiais estruturais

Art. 3º O Laboratório de Mecânica da Fratura - LAMEF da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ está sujeito ao estabelecido no Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, devendo confirmar ou atualizar as informações referentes a este credenciamento a cada 12 (doze) meses, a contar da data de publicação deste Despacho.

Nº 947 - O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 08 de julho de 2014, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, e a documentação constante no Processo ANP nº 48610.003674/2014-18, torna público o seguinte ato:

Art. 1º CREDENCIAR a Unidade de Pesquisa Laboratório de Otimização de Recursos, de Simulação Operacional e de Apoio a Decisões na Indústria do Petróleo - LORDE, vinculada à Instituição de P&D Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, localizada no Rio de Janeiro - RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 33.663.683/0001-16, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento constante dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural.

Art. 2º As atividades de pesquisa e desenvolvimento deverão ser executadas em conformidade com as normas estabelecidas pela Resolução ANP nº 33/2005 e Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, e demais normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionadas às linhas de pesquisa das seguintes áreas, temas e subtemas:

Credenciamento ANP Nº	199/2014		
Unidade de Pesquisa	LABORATÓRIO DE OTIMIZAÇÃO DE RECURSOS, DE SIMULAÇÃO OPERACIONAL E DE APOIO A DECISÕES NA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO - LORDE		
Instituição Credenciada	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ		
Área	Tema	Subtema	Linhas de Pesquisa
ABASTECIMENTO	REFINO	OTIMIZAÇÃO E CONFIABILIDADE DE EQUIPAMENTOS, PROCESSOS E SISTEMAS	Incorporação de incertezas no planejamento de operações de uma refinaria
ABASTECIMENTO	REFINO	OTIMIZAÇÃO E CONFIABILIDADE DE EQUIPAMENTOS, PROCESSOS E SISTEMAS	Incorporação de incertezas no plano de abastecimento de um parque de refino
ABASTECIMENTO	REFINO	OTIMIZAÇÃO E CONFIABILIDADE DE EQUIPAMENTOS, PROCESSOS E SISTEMAS	Planejamento e controle na cadeia logística da indústria de petróleo
EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - ONSHORE E OFFSHORE	PRODUÇÃO - HORIZONTE PRÉ-SAL, ÁGUAS PROFUNDAS, CAMPOS MADUROS E NOVAS FRONTEIRAS EXPLORATÓRIAS	DESENVOLVIMENTO DE EQUIPAMENTOS	Monitoramento da condição e diagnóstico de turbomáquinas
EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - ONSHORE E OFFSHORE	PRODUÇÃO - HORIZONTE PRÉ-SAL, ÁGUAS PROFUNDAS, CAMPOS MADUROS E NOVAS FRONTEIRAS EXPLORATÓRIAS	ENGENHARIA DE RESERVATÓRIO (SIMULAÇÃO DE FLUXO)	Planejamento do desenvolvimento de campos de petróleo
EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - ONSHORE E OFFSHORE	PRODUÇÃO - HORIZONTE PRÉ-SAL, ÁGUAS PROFUNDAS, CAMPOS MADUROS E NOVAS FRONTEIRAS EXPLORATÓRIAS	ENGENHARIA DE RESERVATÓRIO (SIMULAÇÃO DE FLUXO)	Uso de inteligência computacional no gerenciamento de reservatórios
EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - ONSHORE E OFFSHORE	PRODUÇÃO - HORIZONTE PRÉ-SAL, ÁGUAS PROFUNDAS, CAMPOS MADUROS E NOVAS FRONTEIRAS EXPLORATÓRIAS	MÉTODOS E PROCESSOS DE ESCOAMENTO	Incorporação de incertezas no gerenciamento das operações de elevação e escoamento
EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - ONSHORE E OFFSHORE	PRODUÇÃO - HORIZONTE PRÉ-SAL, ÁGUAS PROFUNDAS, CAMPOS MADUROS E NOVAS FRONTEIRAS EXPLORATÓRIAS	MÉTODOS E PROCESSOS DE ESCOAMENTO	Localização de manifolds e plataformas
TEMAS TRANSVERSAIS	DISTRIBUIÇÃO, LOGÍSTICA E TRANSPORTE	LOGÍSTICA	Dimensionamento de rede logística de transporte de carga offshore
TEMAS TRANSVERSAIS	DISTRIBUIÇÃO, LOGÍSTICA E TRANSPORTE	LOGÍSTICA	Localização dinâmica de armazéns
TEMAS TRANSVERSAIS	DISTRIBUIÇÃO, LOGÍSTICA E TRANSPORTE	LOGÍSTICA	Problema de roteamento e sequenciamento de sondas
TEMAS TRANSVERSAIS	DISTRIBUIÇÃO, LOGÍSTICA E TRANSPORTE	LOGÍSTICA	Programação de embarcações para atendimento a unidades marítimas
TEMAS TRANSVERSAIS	DISTRIBUIÇÃO, LOGÍSTICA E TRANSPORTE	LOGÍSTICA	Programação estocástica do suprimentos de sondas

Art. 3º O Laboratório de Otimização de Recursos, de Simulação Operacional e de Apoio a Decisões na Indústria do Petróleo - LORDE da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ está sujeito ao estabelecido no Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, devendo confirmar ou atualizar as informações referentes a este credenciamento a cada 12 (doze) meses, a contar da data de publicação deste Despacho.

Nº 948 - O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 08 de julho de 2014, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, e a documentação constante no Processo ANP nº 48610.003693/2014-44, torna público o seguinte ato:

Art. 1º CREDENCIAR a Unidade de Pesquisa LABORATÓRIOS DE GEOFÍSICA APLICADA E DE ESTUDOS SISMOLÓGICOS, vinculada à UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN, localizada em Natal - RN, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 24.365.710/0001-83, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento constante dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural.

Art. 2º As atividades de pesquisa e desenvolvimento deverão ser executadas em conformidade com as normas estabelecidas pela Resolução ANP nº 33/2005 e Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, e demais normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionadas às linhas de pesquisa das seguintes áreas, temas e subtemas:

Credenciamento ANP Nº	205/2014		
Unidade de Pesquisa	LABORATÓRIOS DE GEOFÍSICA APLICADA E DE ESTUDOS SISMOLÓGICOS		
Instituição Credenciada	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN		
Área	Tema	Subtema	Linhas de Pesquisa
EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - ONSHORE E OFFSHORE	EXPLORAÇÃO - HORIZONTE PRÉ-SAL, ÁGUAS PROFUNDAS, BACIAS MADURAS E NOVAS FRONTEIRAS EXPLORATÓRIAS	ESTUDOS GEOLÓGICOS DAS BACIAS SEDIMENTARES	Estudo de bacias sedimentares e de reservatórios envolvendo integração de dados geológicos e geofísicos
EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - ONSHORE E OFFSHORE	EXPLORAÇÃO - HORIZONTE PRÉ-SAL, ÁGUAS PROFUNDAS, BACIAS MADURAS E NOVAS FRONTEIRAS EXPLORATÓRIAS	PETROFÍSICA, PERFILAGEM DE POÇOS E AVALIAÇÃO DE FORMAÇÕES	Estudos petrofísicos e petrológicos envolvendo imageamento de microestrutura (tomografia) e caracterização de parâmetros e propriedades
EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - ONSHORE E OFFSHORE	EXPLORAÇÃO - HORIZONTE PRÉ-SAL, ÁGUAS PROFUNDAS, BACIAS MADURAS E NOVAS FRONTEIRAS EXPLORATÓRIAS	TÉCNICAS DE AQUISIÇÃO, PROCESSAMENTO E INTERPRETAÇÃO DE DADOS GEOFÍSICOS	Processamento de dados geofísicos e estudo de metodologias de modelagem e de problemas inversos

Art. 3º O Laboratórios de Geofísica Aplicada e de Estudos Sismológicos, vinculada à UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN está sujeito ao estabelecido no Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, devendo confirmar ou atualizar as informações referentes a este credenciamento a cada 12 (doze) meses, a contar da data de publicação deste Despacho.

Nº 949 - O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 08 de julho de 2014, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, e a documentação constante no Processo ANP nº 48610.003766/2014-06, torna público o seguinte ato:

Art. 1º CREDENCIAR a Unidade de Pesquisa Laboratório de Estudos Marinhos e Ambientais - LABMAM, vinculada à Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro - PUC-Rio, localizada no Rio de Janeiro - RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 33.555.921/0001-70, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento constante dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural.

Art. 2º As atividades de pesquisa e desenvolvimento deverão ser executadas em conformidade com as normas estabelecidas pela Resolução ANP nº 33/2005 e Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, e demais normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionadas às linhas de pesquisa das seguintes áreas, temas e subtemas:

Credenciamento ANP Nº	0196/2014		
Unidade de Pesquisa	LABORATÓRIO DE ESTUDOS MARINHOS E AMBIENTAIS - LABMAM		
Instituição Credenciada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO - PUC-Rio		
Área	Tema	Subtema	Linhas de Pesquisa
TEMAS TRANSVERSAIS	SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE	MONITORAMENTO DE ÁREAS IMPACTADAS POR ATIVIDADES DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	Desenvolvimento e aplicação de ferramentas analíticas na investigação geoquímica e ambiental voltada à indústria de óleo e gás

Art. 3º O Laboratório de Estudos Marinhos e Ambientais - LABMAM da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio está sujeito ao estabelecido no Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, devendo confirmar ou atualizar as informações referentes a este credenciamento a cada 12 (doze) meses, a contar da data de publicação deste Despacho.

Nº 950 - O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 08 de julho de 2014, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, e a documentação constante no Processo ANP nº 48610.003239/2014-93, torna público o seguinte ato:

Art. 1º CREDENCIAR a Unidade de Pesquisa Grupo de Geofísica Aplicada - GPR, vinculada à Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro - PUC-Rio, localizada no Rio de Janeiro - RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 33.555.921/0001-70, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento constante dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural.

Art. 2º As atividades de pesquisa e desenvolvimento deverão ser executadas em conformidade com as normas estabelecidas pela Resolução ANP nº 33/2005 e Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, e demais normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionadas às linhas de pesquisa das seguintes áreas, temas e subtemas:

Credenciamento ANP Nº	194/2014		
Unidade de Pesquisa	GRUPO DE GEOFÍSICA APLICADA - GPR		
Instituição Credenciada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO - PUC-Rio		
Área	Tema	Subtema	Linhas de Pesquisa
GÁS NATURAL	MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAMENTO	TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO DE GN E GNL	Desenvolvimento de novas metodologias de construção e montagem de dutos terrestres
TEMAS TRANSVERSAIS	SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE	MODELAGEM E PREVENÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS	Levantamento geofísico com uso de georadar GPR

Art. 3º O Grupo de Geofísica Aplicada - GPR da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio está sujeito ao estabelecido no Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, devendo confirmar ou atualizar as informações referentes a este credenciamento a cada 12 (doze) meses, a contar da data de publicação deste Despacho.

Nº 951 - O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 08 de julho de 2014, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, e a documentação constante no Processo ANP nº 48610.003678/2014-04, torna público o seguinte ato:

Art. 1º CREDENCIAR a Unidade de Pesquisa Laboratório de Micropaleontologia Aplicada - LABMICRO, vinculada à Instituição de P&D Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, localizada no Rio de Janeiro - RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 33.663.683/0001-16, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento constante dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º As atividades de pesquisa e desenvolvimento deverão ser executadas em conformidade com as normas estabelecidas pela Resolução ANP nº 33/2005 e Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, e demais normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionadas às linhas de pesquisa das seguintes áreas, temas e subtemas:

Credenciamento ANP Nº	198/2014		
Unidade de Pesquisa	LABORATÓRIO DE MICROPALEONTOLOGIA APLICADA - LABMICRO		
Instituição Credenciada	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ		
Área	Tema	Subtema	Linhas de Pesquisa
EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - ONSHORE E OFFSHORE	EXPLORAÇÃO - HORIZONTE PRÉ-SAL, ÁGUAS PROFUNDAS, BACIAS MADURAS E NOVAS FRONTEIRAS EXPLORATÓRIAS	ESTUDOS GEOLÓGICOS DAS BACIAS SEDIMENTARES	Estudos bioestratigráficos, paleoecológicos, paleoceanográficos e paleoclimáticos baseados em microfósseis, integrados com ferramentas geológicas como sedimentologia, geofísica e geoquímica.

Art. 3º O Laboratório de Micropaleontologia Aplicada - LABMICRO da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ está sujeito ao estabelecido no Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, devendo confirmar ou atualizar as informações referentes a este credenciamento a cada 12 (doze) meses, a contar da data de publicação deste Despacho.

Nº 952 - O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 08 de julho de 2014, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, e a documentação constante no Processo ANP nº 48610.006057/2014-74, torna público o seguinte ato:

Art. 1º CREDENCIAR a Unidade de Pesquisa LEDAV - LABORATÓRIO DE ENSAIOS DINÂMICOS E ANÁLISE DE VIBRAÇÃO, vinculada à Instituição de P&D Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, localizada no Rio de Janeiro - RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 33.663.683/0001-16, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento constante dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural.

Art. 2º As atividades de pesquisa e desenvolvimento deverão ser executadas em conformidade com as normas estabelecidas pela Resolução ANP nº 33/2005 e Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, e demais normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionadas às linhas de pesquisa das seguintes áreas, temas e subtemas:

Credenciamento ANP Nº	206/2014		
Unidade de Pesquisa	LEDAV - LABORATÓRIO DE ENSAIOS DINÂMICOS E ANÁLISE DE VIBRAÇÃO		
Instituição Credenciada	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ		
Área	Tema	Subtema	Linhas de Pesquisa
TEMAS TRANSVERSAIS	AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE, MONITORAMENTO E CONTROLE	AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DESEMPENHO E CERTIFICAÇÃO	Desenvolvimento de sistema supervisor de parâmetros de máquinas e estruturas, particularmente, de estruturas navais e offshore.
TEMAS TRANSVERSAIS	MATERIAIS	INTEGRIDADE ESTRUTURAL, SOLDAGEM E CARACTERIZAÇÃO DE MATERIAIS	Manutenção e Gestão de Ativos por Medição, Simulação e Análise de Vibração em Instalações de Máquinas

Art. 3º O LEDAV - Laboratório de Ensaios Dinâmicos e Análise de Vibração da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ está sujeito ao estabelecido no Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, devendo confirmar ou atualizar as informações referentes a este credenciamento a cada 12 (doze) meses, a contar da data de publicação deste Despacho.

Nº 953 - O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 08 de julho de 2014, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, e a documentação constante no Processo ANP nº 48610.003679/2014-41, torna público o seguinte ato:

Art. 1º CREDENCIAR a Unidade de Pesquisa LABORATÓRIO DE MÁQUINAS TÉRMICAS, vinculada à Instituição de P&D Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, localizada no Rio de Janeiro - RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 33.663.683/0001-16, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento constante dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural.

Art. 2º As atividades de pesquisa e desenvolvimento deverão ser executadas em conformidade com as normas estabelecidas pela Resolução ANP nº 33/2005 e Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, e demais normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionadas às linhas de pesquisa das seguintes áreas, temas e subtemas:

Credenciamento ANP Nº	207/2014		
Unidade de Pesquisa	LABORATÓRIO DE MÁQUINAS TÉRMICAS		
Instituição Credenciada	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ		
Área	Tema	Subtema	Linhas de Pesquisa
ABASTECIMENTO	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	DESEMPENHO E EMISSÕES	Desenvolvimento de Novas Formulações de Combustíveis Navais
ABASTECIMENTO	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	TECNOLOGIA VEICULAR	Desenvolvimento de Metodologia de Testes de Combustíveis Navais
BIOCOMBUSTÍVEIS	BIODIESEL	USOS DO BIODIESEL	Utilização Eficiente de Biocombustíveis
BIOCOMBUSTÍVEIS	ENERGIA A PARTIR DE OUTRAS FONTES DE BIOMASSA	GASEIFICAÇÃO DE BIOMASSA	Simulação Numérica da Gaseificação de Biomassa
EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - ONSHORE E OFFSHORE	ENGENHARIA DE POÇO	ELEVAÇÃO ARTIFICIAL E ESCOAMENTO MULTIFÁSICO	Garantia de escoamento sob a presença de bloqueios de parafina
EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - ONSHORE E OFFSHORE	PRODUÇÃO - HORIZONTE PRÉ-SAL, ÁGUAS PROFUNDAS, CAMPOS MADUROS E NOVAS FRONTEIRAS EXPLORATÓRIAS	DESENVOLVIMENTO DE EQUIPAMENTOS	Caracterização Térmica de Dutos Submarinos

Art. 3º O Laboratório de Máquinas da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ está sujeito ao estabelecido no Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, devendo confirmar ou atualizar as informações referentes a este credenciamento a cada 12 (doze) meses, a contar da data de publicação deste Despacho.

Nº 954 - O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 08 de julho de 2014, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, e a documentação constante no Processo ANP nº 48610.003332/2014-06, torna público o seguinte ato:

Art. 1º CREDENCIAR a Unidade de Pesquisa LABORATÓRIO DE BIOGEOQUÍMICA, vinculada à Instituição de P&D Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, localizada no Rio de Janeiro - RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 33.663.683/0001-16, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento constante dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural.

Art. 2º As atividades de pesquisa e desenvolvimento deverão ser executadas em conformidade com as normas estabelecidas pela Resolução ANP nº 33/2005 e Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, e demais normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionadas às linhas de pesquisa das seguintes áreas, temas e subtemas:

Credenciamento ANP Nº	208/2014		
Unidade de Pesquisa	LABORATÓRIO DE BIOGEOQUÍMICA		
Instituição Credenciada	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ		
Área	Tema	Tema	Tema
BIOCOMBUSTÍVEIS	BIODIESEL	BIODIESEL	BIODIESEL
TEMAS TRANSVERSAIS	SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE	SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE	SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE

Art. 3º O Laboratório de Biogeoquímica da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ está sujeito ao estabelecido no Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, devendo confirmar ou atualizar as informações referentes a este credenciamento a cada 12 (doze) meses, a contar da data de publicação deste Despacho.

Nº 955 - O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 08 de julho de 2014, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, e a documentação constante no Processo ANP nº 48610.003689/2014-86, torna público o seguinte ato:

Art. 1º CREDENCIAR a Unidade de Pesquisa CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATERIAIS - CCTM, vinculada à Instituição de P&D COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - CNEN, localizada em São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 00.402.552/0005-50, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento constante dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural.

Art. 2º As atividades de pesquisa e desenvolvimento deverão ser executadas em conformidade com as normas estabelecidas pela Resolução ANP nº 33/2005 e Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, e demais normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionadas às linhas de pesquisa das seguintes áreas, temas e subtemas:

Credenciamento ANP Nº	209/2014		
Unidade de Pesquisa	CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATERIAIS - CCTM		
Instituição Credenciada	COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - CNEN		
Área	Tema	SubTema	Linha de Pesquisa
OUTRAS FONTES DE ENERGIA	HIDROGÊNIO	ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE HIDROGÊNIO	Obtenção de compósitos TiFe-TiC, TiFe-TiH2 e La2Mg17-LaNi5 por moagem com alta energia para o armazenamento sólido do hidrogênio
OUTRAS FONTES DE ENERGIA	HIDROGÊNIO	CÉLULA COMBUSTÍVEL	Síntese, processamento e caracterização de componentes de células a combustível de temperaturas altas e intermediarias
TEMAS TRANSVERSAIS	MATERIAIS	CORROSÃO E PROTEÇÃO	Desenvolvimento de revestimentos para proteger materiais metálicos contra oxidação, sulfetação e erosão-oxidação a altas temperaturas
TEMAS TRANSVERSAIS	MATERIAIS	INTEGRIDADE ESTRUTURAL, SOLDAGEM E CARACTERIZAÇÃO DE MATERIAIS	Desenvolvimentos de tecnologias e componentes fabricados por soldagem e por metalurgia do pó
TEMAS TRANSVERSAIS	MATERIAIS	NANOMATERIAIS	Produção de pós nanocristalinos pela técnica de pirólise por aspersão e moinho de alta energia; caracterização, conformação e sinterização e preparação de revestimentos. Produção de pós cerâmicos nanoestruturados por diversas técnicas de síntese química
TEMAS TRANSVERSAIS	MATERIAIS	NOVOS MATERIAIS	Novos eletrólitos sólidos à base de zircônia-escândia
TEMAS TRANSVERSAIS	SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE	MINIMIZAÇÃO DE RESÍDUOS - REDUÇÃO, REUTILIZAÇÃO E RECICLAGEM	Reciclagem e reaproveitamento de resíduos sólidos industriais

Art. 3º O Centro de Ciência e Tecnologia de Materiais - CCTM da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN está sujeito ao estabelecido no Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, devendo confirmar ou atualizar as informações referentes a este credenciamento a cada 12 (doze) meses, a contar da data de publicação deste Despacho.

Nº 956 - O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 08 de julho de 2014, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, e a documentação constante no Processo ANP nº 48610.006056/2014-20, torna público o seguinte ato:

Art. 1º CREDENCIAR a Unidade de Pesquisa LABORATÓRIO DE MODELAGEM, SIMULAÇÃO E CONTROLE DE PROCESSOS-EQ, vinculada à Instituição de P&D Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, localizada no Rio de Janeiro - RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 33.663.683/0001-16, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento constante dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º As atividades de pesquisa e desenvolvimento deverão ser executadas em conformidade com as normas estabelecidas pela Resolução ANP nº 33/2005 e Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, e demais normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionadas às linhas de pesquisa das seguintes áreas, temas e subtemas:

Credenciamento ANP Nº	192/2014		
Unidade de Pesquisa	LABORATÓRIO DE MODELAGEM, SIMULAÇÃO E CONTROLE DE PROCESSOS - EQ		
Instituição Credenciada	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ		
Área	Tema	Subtema	Linhas de Pesquisa
ABASTECIMENTO	REFINO	PROCESSAMENTO DE PETRÓLEO	Estabilidade e separação de emulsões por eletrocoalescência e microondas
EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - ONSHORE E OFFSHORE	PRODUÇÃO - HORIZONTE PRÉ-SAL, ÁGUAS PROFUNDAS, CAMPOS MADUROS E NOVAS FRONTEIRAS EXPLORATÓRIAS	MÉTODOS E PROCESSOS DE ESCOAMENTO	Garantia de escoamento em óleos parafínicos. Estudo da reologia destes sistemas
		PERFURAÇÃO E COMPLETAÇÃO DE POÇOS	Desenvolvimentos de partículas (micro e nano) contendo compostos ativos para auxiliar na exploração e e produção de petróleo
TEMAS TRANSVERSAIS	MATERIAIS	NANOMATERIAIS	Síntese, modelagem, simulação, caracterização e avaliação de materiais poliméricos, incluindo micropartículas e nanopartículas "inteligentes"
		NOVOS MATERIAIS	Síntese, modelagem, simulação, caracterização e avaliação de materiais poliméricos, incluindo micropartículas e nanopartículas "inteligentes"
		TECNOLOGIA DE MATERIAIS	Síntese, modelagem, simulação, caracterização e avaliação de materiais poliméricos, incluindo micropartículas e nanopartículas "inteligentes"

Art. 3º O Laboratório de Modelagem, Simulação e Controle de Processos - EQ da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ está sujeito ao estabelecido no Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, devendo confirmar ou atualizar as informações referentes a este credenciamento a cada 12 (doze) meses, a contar da data de publicação deste Despacho.

Nº 957 - O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 08 de julho de 2014, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, e a documentação constante no Processo ANP nº 48610.006055/2014-85, torna público o seguinte ato:

Art. 1º CREDENCIAR a Unidade de Pesquisa LABORATÓRIO DE MODELAGEM, SIMULAÇÃO E CONTROLE DE PROCESSOS-COPPE, vinculada à Instituição de P&D Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, localizada no Rio de Janeiro - RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 33.663.683/0001-16, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento constante dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural.

Art. 2º As atividades de pesquisa e desenvolvimento deverão ser executadas em conformidade com as normas estabelecidas pela Resolução ANP nº 33/2005 e Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, e demais normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionadas às linhas de pesquisa das seguintes áreas, temas e subtemas:

Credenciamento ANP Nº	191/2014		
Unidade de Pesquisa	LABORATÓRIO DE MODELAGEM, SIMULAÇÃO E CONTROLE DE PROCESSOS - COPPE		
Instituição Credenciada	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ		
Área	Tema	Subtema	Linhas de Pesquisa
TEMAS TRANSVERSAIS	MATERIAIS	NANOMATERIAIS	Pesquisa , desenvolvimento e produção de materiais nanopoliméricos.
		NOVOS MATERIAIS	Pesquisa, desenvolvimento e produção de novos materiais poliméricos.
		TECNOLOGIA DE MATERIAIS	Pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias para produção de polímeros.

Art. 3º O Laboratório de Modelagem, Simulação e Controle de Processos-COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ está sujeito ao estabelecido no Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, devendo confirmar ou atualizar as informações referentes a este credenciamento a cada 12 (doze) meses, a contar da data de publicação deste Despacho.

Nº 958 - O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 08 de julho de 2014, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, e a documentação constante no Processo ANP nº 48610.004939/2014-03, torna público o seguinte ato:

Art. 1º CREDENCIAR a Unidade de Pesquisa LTP - LABORATÓRIO DE TECNOLOGIA DE PAVIMENTAÇÃO, vinculada à UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP, localizada em São Paulo - SP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 63.025.530/0001-04, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento constante dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural.

Art. 2º As atividades de pesquisa e desenvolvimento deverão ser executadas em conformidade com as normas estabelecidas pela Resolução ANP nº 33/2005 e Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, e demais normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionadas às linhas de pesquisa das seguintes áreas, temas e subtemas:

Credenciamento ANP Nº	210/2014		
Unidade de Pesquisa	LTP - LABORATÓRIO DE TECNOLOGIA DE PAVIMENTAÇÃO		
Instituição Credenciada	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP		
Área	Tema	Subtema	Linhas de Pesquisa
TEMAS TRANSVERSAIS	MATERIAIS	TECNOLOGIA DE MATERIAIS	MATERIAIS ASFÁLTICOS PARA PAVIMENTAÇÃO

Art. 3º O LTP - LABORATÓRIO DE TECNOLOGIA DE PAVIMENTAÇÃO, vinculada à UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP está sujeito ao estabelecido no Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, devendo confirmar ou atualizar as informações referentes a este credenciamento a cada 12 (doze) meses, a contar da data de publicação deste Despacho.

ELIAS RAMOS DE SOUZA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL
SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 206/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
824.560/1971-COLORMINAS COLORIFÍCIO E MINERAÇÃO S A-OF. N°746/2014
860.541/2003-BRASÍLIA MINERAÇÃO INDÚSTRIA COMÉRCIO EXP. DE ROCHAS E METAIS LTDA.-OF. N°796/2014
860.923/2003-JOSÉ CATARINA DA MATA-OF. N°792/2014
861.084/2006-VOTORANTIM METAIS S.A-OF. N°787/2014
861.106/2006-MARIA DA GLÓRIA LEÃO-OF. N°779/2014
860.300/2007-WALDIR DONA FERNANDES LTDA-OF. N°789/2014
862.090/2007-CAMPINORTE MINERAÇÃO S.A-OF. N°798/2014
862.091/2007-CAMPINORTE MINERAÇÃO S.A-OF. N°797/2014
862.092/2007-CAMPINORTE MINERAÇÃO S.A-OF. N°800/2014
862.095/2007-CAMPINORTE MINERAÇÃO S.A-OF. N°799/2014
860.653/2008-MARIA MIRAMAR RAMOS-OF. N°854/2014
860.775/2008-JOÃO FERREIRA COSTA-OF. N°780/2014
860.187/2010-JOSE PEDRO VAZ NETO-OF. N°849/2014
860.441/2011-FRANCISCO CANINDE GOMES DE ARAUJO-OF. N°801/2014
860.584/2011-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-OF. N°781/2014
860.585/2011-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-OF. N°782/2014
860.589/2011-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-OF. N°793/2014
860.590/2011-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-OF. N°783/2014
860.591/2011-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-OF. N°784/2014
860.592/2011-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-OF. N°785/2014
860.593/2011-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-OF. N°786/2014
860.626/2011-EDUARDO FERREIRA MELO-OF. N°855/2014
861.943/2012-MINERAÇÃO ELDORADO LTAD ME-OF. N°852/2014
861.944/2012-MINERAÇÃO ELDORADO LTAD ME-OF. N°851/2014
861.521/2013-HEBERT VALLIM BARBOSA-OF. N°853/2014
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
860.235/2008-RIBEIRO E PAIVA LTDA. ME-OF. N°794/2014
Reitera exigência(366)
860.360/1982-CIANITA SERRA DAS ARARAS LTDA.-OF. N°747/2014-180 dias
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
004.853/1964-INDAIÁ BRASIL ÁGUAS MINERAIS LTDA-OF. N°816/2014
824.205/1971-INDAIATUR - INDAIA TURISMO LTDA-OF. N°795/2014
860.090/1983-INDAIÁ BRASIL ÁGUAS MINERAIS LTDA-OF. N°817/2014
861.203/1987-ÁGUA MINERAL SUPER VIDA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°808/2014
860.463/1991-HELLEN JARJOUR ME-OF. N°818/2014
861.172/1991-SEIVA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°813/2014
760.819/1996-CALEVI MINERADORA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°812/2014
760.844/1996-LENDA INDÚSTRIA DE ÁGUA MINERAL LTDA.-OF. N°815/2014
860.054/2000-OÁSIS ÁGUAS MINERAIS LTDA-OF. N°809/2014
860.386/2001-INDUSTRIA DE ÁGUA MINERAL IBIA LTDA-OF. N°814/2014
860.831/2001-BRASIL KIRIN INDUSTRIA DE BEBIDAS S A-OF. N°806/2014
860.591/2002-REFRIGERANTES CERRADINHO LTDA.-OF. N°810/2014
860.591/2002-REFRIGERANTES CERRADINHO LTDA.-OF. N°810/2014
860.094/2009-AGROPECUARIA ANDORINHAS DO CERRADO LTDA-OF. N°811/2014
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1799)
861.823/1985-CERAMICA SAFFRAN SA-OF. N°788/2014

RELAÇÃO Nº 211/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
861.593/2013-WALID EL KOURY DAOUD
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
860.051/2014-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF. N°936/2014
860.508/2014-CALCÁRIO HIPERCAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-OF. N°938/2014
860.509/2014-CALCÁRIO HIPERCAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-OF. N°938/2014
860.510/2014-CALCÁRIO HIPERCAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-OF. N°938/2014
860.512/2014-JOSE RAIMUNDO MARQUES-OF. N°939/2014
860.518/2014-JAIME DE MELO REIS-OF. N°943/2014
860.528/2014-MINERAÇÃO CIPOEIRO LTDA ME-OF. N°940/2014
860.536/2014-MINERAÇÃO PIRINEUS LTDA-OF. N°957/2014
860.537/2014-HS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°941/2014
860.538/2014-LÁZARO VALDIVINO DA SILVA-OF. N°942/2014
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)
862.046/2011-JONIO CARLOS RESENDE-OF. N°934/2014
862.530/2011-MIGUEL FERNANDES FRANCO JUNIOR-OF. N°932/2014
862.662/2011-INDALECIO JOSÉ DE QUEIROZ-OF. N°933/2014
860.030/2012-LACIR ANGELO QUEIROZ-OF. N°935/2014
860.265/2012-ONICE DE AGUIAR OLIVEIRA-OF. N°937/2014
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
860.520/2014-CALBRAX CALCARIO AGRICOLA LTDA ME-Registro de Licença N°118/2014 de 09/07/2014-Vencimento em indeterminado

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

RELAÇÃO Nº 344/2014

Fase de Disponibilidade
Indefere requerimento de habilitação a área disponibilidade -Edital/Pesquisa(313)
831.619/2008-FRANCISCO XAVIER FRANÇA (CNPJ:25.780.594/0001-21)
830.790/2011-RENATO VIEGAS DA SILVEIRA (CPF:027.173.376-44) e RODRIGO CAMARGOS DE MAGALHÃES PINTO(CPF:238.663.736-00)
Não conhece proposta de habilitação protocolizado fora do prazo ou em desacordo com a legislação(1116)
832.932/2009-MINERAÇÃO OURO BRANCO LTDA (CNPJ:18.886.836/0001-09)
No julgamento das habilitações para área em disponibilidade, DECLARO:(1803)
832.720/2007- HABILITADOS os proponentes: CBM EMPRESA BRASILEIRA DE MINERAIS LTDA (CNPJ:13.933.607/0001-76-Juntada nº48403-000243/2012-90) e CBM EMPRESA BRASILEIRA DE MINERAIS LTDA (CNPJ:13.933.607/0001-76 - Juntada nº48403-000244/2012-34) e INABILITADOS os proponentes: Nenhum
832.721/2007- HABILITADOS os proponentes: CBM EMPRESA BRASILEIRA DE MINERAIS LTDA (CNPJ:13.933.607/0001-76-Juntada nº48403-012108/2012-97) e CBM EMPRESA BRASILEIRA DE MINERAIS LTDA (CNPJ:13.933.607/0001-76 - Juntada nº48403-012109/2012-31) e INABILITADOS os proponentes: Nenhum
831.619/2008- HABILITADOS os proponentes: SIDERÚRGICA SANTO ANTÔNIO LTDA- CNPJ:20.148.953/0001-09 e INABILITADOS os proponentes: FRANCISCO XAVIER FRANÇA (CNPJ:25.780.594/0001-21)
832.932/2009- HABILITADOS os proponentes: ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA RUAS (CPF:422.414.647-91) e INABILITADOS os proponentes: MINERAÇÃO OURO BRANCO LTDA (CNPJ:18.886.836/0001-09)
830.790/2011- HABILITADOS os proponentes: P.C. MINERAÇÃO LTDA(CNPJ:19.827.831/0001-60 - juntada nº48403-016599/2012-45) e P.C. MINERAÇÃO LTDA - (CNPJ:19.827.831/0001-60-juntada nº48403-016601/2012-86) e INABILITADOS os proponentes: RENATO VIEGAS DA SILVEIRA(CPF 027.173.376-44) e RODRIGO CAMARGOS DE MAGALHÃES PINTO (CPF 238.663.736-00)

RELAÇÃO Nº 422/2014

Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
834.379/2007-FLÁVIO GRISI -PF - CPF:786.253.438-72-Substância Aprovada:Minério de Ferro
834.724/2007-GERDAU AÇOMINAS SA-CNPJ:17.227.422/0001-05- Área de 76,96 ha- Substância Aprovada:Minério de Ferro
834.773/2007-ALASKA COMERCIAL DE MINÉRIOS LTDA-CNPJ:10.375.506/0001-39 - Área de 623,9 ha.- Substância Aprovada:Minério de Ferro e Dolomito
Propostas desclassificadas para o procedimento de disponibilidade(1808)
834.379/2007-Carlito Faria - PF - EDITAL N° 451/2012 - Publicado DOU de 06/08/2012

RELAÇÃO Nº 452/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
833.132/2006-OURO PRETO M GRANITOS LTDA. ME.-OF. N°1358/14-FISC
832.362/2008-RICARDO PEREIRA DE FREITAS ME-OF. N°875/14-FISC
832.977/2008-CARLOS JOSÉ GONÇALVES-OF. N°1067/14-FISC
833.024/2009-NILSON OLIVEIRA ME-OF. N°130/14-ERPC
833.912/2010-ITINGA MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°1101/14-FISC
833.374/2011-F.P. GRAN MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°1102/14-FISC

RELAÇÃO Nº 453/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
831.560/2007-M & M EXTRAÇÃO DE AREIA E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA.-OF. N°862/14-FISC
Defere pedido de reconsideração(262)
831.560/2007-M & M EXTRAÇÃO DE AREIA E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA.

RELAÇÃO Nº 454/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
832.898/2005-MINERAÇÃO MINAS BAHIA S.A.-OF. N°1066/14-FISC
834.394/2007-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.-OF. N°1068/14-FISC
832.492/2009-MINERAÇÃO FERREIRA ALVES LTDA-OF. N°1063/14-FISC
831.566/2010-TPG TECNOLOGIA DE PRODUÇÃO DE GUSA LTDA.-OF. N°1070/14-FISC
831.568/2010-TPG TECNOLOGIA DE PRODUÇÃO DE GUSA LTDA.-OF. N°1071/14-FISC
831.570/2010-TPG TECNOLOGIA DE PRODUÇÃO DE GUSA LTDA.-OF. N°1072/14-FISC
834.980/2010-TPG TECNOLOGIA DE PRODUÇÃO DE GUSA LTDA.-OF. N°1073/14-FISC
834.981/2010-TPG TECNOLOGIA DE PRODUÇÃO DE GUSA LTDA.-OF. N°1074/14-FISC
830.256/2011-PAGEOMIN PROJETOS DE GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA. ME-OF. N°1090/14-FISC
832.620/2011-AMBTEC MINERAÇÃO MEIO AMBIENTE ASSESSORIA LTDA-OF. N°1084/14-FISC

RELAÇÃO Nº 455/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
831.382/1999-MINERAÇÃO ITAITINGA LTDA.
832.226/1999-CHRISTIAN KLEBER CARDOSO DE ALMEIDA ME
831.017/2001-FERNANDO SILVA DE MIRANDA CARVLAHO
830.655/2002-FRANQUARTZO LTDA
832.017/2002-MINERAÇÃO ANDORINHA LTDA. - M.E.
830.313/2003-INDUSTRIA DE MÁRMORES ITALVA LTDA
831.566/2003-GEORGIMAR FERREIRA
832.677/2010-MARCELO RIBEIRO DE SOUZA ME

RELAÇÃO Nº 456/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
836.843/1994-OMEGA GAMA MINERAÇÃO LTDA
830.681/2005-VALE S A
830.707/2005-VALE S A
830.725/2005-VALE S A
830.726/2005-VALE S A
830.731/2005-VALE S A
830.733/2005-VALE S A
832.048/2006-MINERAÇÃO SANTA CRUZ LTDA-ME
832.841/2007-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A
832.845/2007-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A
833.279/2007-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
833.280/2007-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
833.283/2007-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
833.323/2007-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
834.314/2007-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
830.321/2008-VALE S A
832.638/2008-CAZER MINERAÇÃO LTDA
832.639/2008-CAZER MINERAÇÃO LTDA
832.640/2008-CAZER MINERAÇÃO LTDA
832.641/2008-CAZER MINERAÇÃO LTDA
832.520/2010-ITINGA MINERAÇÃO LTDA.
832.781/2010-ITINGA MINERAÇÃO LTDA.
832.782/2010-ITINGA MINERAÇÃO LTDA.
832.795/2010-CENTAURUS BRASIL MINERAÇÃO LTDA
832.872/2010-COSTA E VITA LTDA
833.362/2010-MASTER NIQUEL EXPLORAÇÃO E LAVRA DE JAZIDAS MINERAIS LTDA
833.481/2010-DRAGA EMPREENDIMENTOS LTDA
833.603/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
833.825/2010-CAZER MINERAÇÃO LTDA
833.826/2010-CAZER MINERAÇÃO LTDA
833.829/2010-CAZER MINERAÇÃO LTDA
833.832/2010-CAZER MINERAÇÃO LTDA
833.836/2010-CAZER MINERAÇÃO LTDA
833.913/2010-ITINGA MINERAÇÃO LTDA.
834.004/2010-ADJALME DE JESUS CHAVES
834.044/2010-PETRUS MINERAÇÃO LTDA.
834.077/2010-INTERNATIONAL CORP COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.
834.078/2010-INTERNATIONAL CORP COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.
834.169/2010-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA
834.341/2010-CAZER MINERAÇÃO LTDA
834.342/2010-CAZER MINERAÇÃO LTDA
834.344/2010-CAZER MINERAÇÃO LTDA
834.345/2010-CAZER MINERAÇÃO LTDA
834.347/2010-CAZER MINERAÇÃO LTDA
834.350/2010-CAZER MINERAÇÃO LTDA
834.351/2010-CAZER MINERAÇÃO LTDA
834.352/2010-CAZER MINERAÇÃO LTDA
834.411/2010-MINERAÇÃO NÍQUEL SANTA MARIA LTDA.
834.471/2010-MINERAÇÃO NÍQUEL SANTA MARIA LTDA.
834.474/2010-MINERAÇÃO NÍQUEL SANTA MARIA LTDA.
834.476/2010-MINERAÇÃO NÍQUEL SANTA MARIA LTDA.
834.860/2010-VALE S A
830.166/2011-CAZER MINERAÇÃO LTDA
830.168/2011-CAZER MINERAÇÃO LTDA
830.169/2011-CAZER MINERAÇÃO LTDA
830.565/2011-ITINGA MINERAÇÃO LTDA.
831.714/2011-LEANDRO PEREIRA DA SILVA
832.504/2011-MINERAÇÃO POR DO SOLL EIRELI EPP
832.507/2011-MINERAÇÃO POR DO SOLL EIRELI EPP
832.878/2011-PAULO CÉLIO DE FIGUEIREDO

RELAÇÃO Nº 457/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
830.728/2005-VALE S A
833.259/2005-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A
832.409/2006-MINERAÇÃO PEIXE BRAVO S.A.
832.410/2006-MINERAÇÃO PEIXE BRAVO S.A.
832.411/2006-MINERAÇÃO PEIXE BRAVO S.A.
832.412/2006-MINERAÇÃO PEIXE BRAVO S.A.
832.413/2006-MINERAÇÃO PEIXE BRAVO S.A.
832.432/2006-MINERAÇÃO PEIXE BRAVO S.A.
832.840/2007-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A
832.957/2007-RUBENS SILVA GOMES
833.331/2007-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
832.780/2010-ITINGA MINERAÇÃO LTDA.
833.830/2010-CAZER MINERAÇÃO LTDA
833.835/2010-CAZER MINERAÇÃO LTDA
833.843/2010-GABRIEL CLAUDIO DE SALES
834.343/2010-CAZER MINERAÇÃO LTDA
834.346/2010-CAZER MINERAÇÃO LTDA
834.348/2010-CAZER MINERAÇÃO LTDA
830.165/2011-CAZER MINERAÇÃO LTDA
830.167/2011-CAZER MINERAÇÃO LTDA
832.506/2011-MINERAÇÃO POR DO SOLL EIRELI EPP
831.297/2012-GIACAMPOS DIAMOND LTDA

RELAÇÃO Nº 458/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
831.738/2006-GREEN PROJETOS E SERVIÇOS LTDA-OF. N°2964/13-FISC

RELAÇÃO Nº 459/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
830.666/2005-GERALDO EDUARDO CARDOSO RODRIGUES
833.430/2010-PEROBAS LTDA
834.869/2010-JOSÉ LUIZ DOS REIS

RELAÇÃO Nº 460/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
833.999/2008-CENTAURUS BRASIL MINERAÇÃO LTDA- Alvará n°parte 11.177/2010 - Cessionario:832.924/2013-PAULO ALVES BARROZO ME- CPF ou CNPJ 18.117.985/0001-03
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de direitos(193)
831.712/2009-GLOBAL FERROUS MINERAÇÃO LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
832.399/2003-MILENIUS MINERAÇÃO DE GRANITOS LTDA-OF. N°67/14 - CESD e Apache Mineração Ltda ME
830.901/2008-EMITANG EMPRESA DE MINERAÇÃO TANGUÁ LTDA-OF. N°69/14-CESD e Panamérica Granitos Ltda
830.902/2008-EMITANG EMPRESA DE MINERAÇÃO TANGUÁ LTDA-OF. N°69/14-CESD e Panamérica Granitos Ltda
832.858/2008-RENATA DE FREITAS OSÓRIO AARÃO-OF. N°68/14-CESD e Global Adonai Mineração Ltda
834.276/2010-NADSON TORRES SARMENTO-OF. N°62/14-CESD e M.Calixto Mineração e Invest. Ltda ME
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
832.579/1986-GERALDO MACHADO- Cessionário:AREIA RIO MANSO LTDA ME- CPF ou CNPJ 15.452.995/0001-07- Alvará n°18009/2008
832.139/2004-DJALMA RIBEIRO ALVES- Cessionário:CONSTRUTORA CAVI LTDA ME- CPF ou CNPJ 17.001.167/0001-70- Alvará n°8571/2004

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

832.608/2006-JULIO GONÇALVES DOS REIS- Cessionário:COMERCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA REIS AMARAL LTDA- CPF ou CNPJ 11.185.087/0001-35- Alvará n°13131/2007

831.938/2007-FREDERICO ALVIM SOUZA- Cessionário:ROMULO DARCIO ALVES PEREIRA- CPF ou CNPJ 251.041.606-53- Alvará n°11908/2009,prorrogado por 03(três) anos.

833.687/2008-AMILCAR MAGELA ALVES CPF 545.331.046-49- Cessionário:PBX MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 09.451.127/0001-00- Alvará n°2345/2010

830.414/2011-TIAGO RASSILAN- Cessionário:ROSANGELA NUNES BARROSO DE LELIS- CPF ou CNPJ 15.558.411/0001-74- Alvará n°9245/2011

833.626/2011-LUIZ DE OLIVEIRA DA SILVA- Cessionário:FERDINANDO LAMOUNIER LEITE- CPF ou CNPJ 798.471.966-72- Alvará n°5498/2012

830.256/2012-BRIDGE PARTICIPAÇÕES- Cessionário:ARA MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 16.879.795/0001-90- Alvará n°7107/2013

830.257/2012-BRIDGE PARTICIPAÇÕES- Cessionário:ARA MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 16.879.795/0001-90- Alvará n°7108/2013

832.712/2012-GISLAYNE CRISTINE AVILA- Cessionário:BRUNO VIEIRA MACIEL OLIVEIRA- CPF ou CNPJ 103.273.086-21- Alvará n°2037/2013

Fase de Requerimento de Lavra

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)

830.257/2001-EXTRAÇÃO DE AREIA SUL DE MINAS LTDA.- Cessionário:MINERAÇÃO ARCO IRIS LTDA ME- CPF ou CNPJ 03.939.562/0001-93- Alvará n°4462/2002

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

831.822/1999-DUCAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°61/14-CESD e Mineração Ducal Indústria e Comércio Ltda

833.095/2004-LUCIANO CARRARO TAVARES-OF. N°66/14-CESD e Areias Ludri Ltda

831.598/2005-R & M MINERACAO LTDA-OF. N°70/14-CESD e Leandro Fornazier Eireli Me

830.094/2007-ADEL MATTAR FILHO-OF. N°71/14-CESD, e Estaciomamento,Representação,Distrib. e Com.Adel Mattar Neto Ltda.

833.284/2013-LEANDRO FORNAZIER EIRELI ME-OF. N°70/14-CESD e R&M Mineração Ltda

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)

830.994/1979-NILZA DA COSTA PEREIRA- n° 6647/2006 - Cessionário: COPAC MINÉRIOS LTDA ME- CNPJ 20.808.564/0001-62

831.701/1985-MINERAÇÃO CURIMBABA LTDA- n° 4137/1998 - Cessionário: MINERAÇÃO CALDENSE LTDA- CNPJ 19.095.249/0001-56

831.865/2000-MINERADORA VALE DO PARAOPEBA LTDA- n° 1880/2001 - Cessionário: VALE DO RIO SUL MINERADORA LTDA- CNPJ 05.264.943/0001-45

830.216/2002-ECB ARDÓSIAS LTDA- n° 4000/2012 - Cessionário: ALEIXO PIZARRAS INDUSTRIA E EXPORTAÇÃO DE ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA- CNPJ 08.884.613/0001-40

831.076/2002-WALDIR BATISTA VELOSO- n° 5146/2002 - Cessionário: CIDEF DO BRASIL SA- CNPJ 02.572.323/0001-85

833.053/2003-GRANITOS PARADISE LTDA. EPP- n° 1472/2004 - Cessionário: ANTÔNIO CEZAR LIMA ME- CNPJ 30.679.484/0001-08

831.625/2007-MINERAÇÃO CURIMBABA LTDA- n° 11.722/2007 - Cessionário: MINERAÇÃO CALDENSE LTDA- CNPJ 19.095.249/0001-56

834.536/2007-SÉRGIO HEITOR DA SILVA- n° 2501/2009 - Cessionário: SÉRGIO HEITOR DA SILVA- CNPJ 17.716.800/0001-06

830.383/2008-VERDE FERTILIZANTES LTDA- n° 8470/2009 - Cessionário: FVS MINERAÇÃO LTDA- CNPJ 08.282.454/0001-04

833.841/2010-VERDE FERTILIZANTES LTDA- n° 8011/2011 - Cessionário: FVS MINERAÇÃO LTDA- CNPJ 08.282.454/0001-04

Fase de Concessão de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

831.861/1987-MARMINDÚSTRIA LTDA-OF. N°65/14-CESD, e Andrade Minas Granitos Ltda

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

830.778/2003-CTR BRITAGEN INDUSTRIAS E CONSTRUÇÕES LTDA-OF. N°63/14-CESD e Ecobrix Britagem e Usinagem Ltda

830.779/2003-ARAGUAIA ENGENHARIA LTDA.-OF. N°64/14-CESD e Ecobrix Britagem e Usinagem Ltda

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)

833.471/2010-DAILANCE MINERAÇÃO LTDA- Cessionário:PAULO CESAR DE QUEIROZ MINERAÇÃO ME- CNPJ 16.987.883/0001-05- Registro de Licença n°3857/2012- Vencimento da Licença: 12/08/2020

RELAÇÃO Nº 461/2014

Fase de Concessão de Lavra

Multa aplicada /Prazo para pagamento 30 dias(460)

007.262/1949-ÁGUAS FRAYHA LTDA.- AI Nº 001 e 002/14-FISC

Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1693)

831.538/1984-D M GODINHO MINERTAÇÃO- AI N°521/14-MG

Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento: 30 dias.(1713)

001.360/1940-SANTA MARIANA PARTICIPAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO LTDA EPP- AI N°2119,2120,2121 e 2122/13-FISC

011.417/1942-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO- AI N°2382,2383,2384 e 2385/13-FISC

001.172/1965-SINEZIO BORGES- FIRMA INDIVIDUAL- AI N°2113,2114,2115,2116 e 2117/13-FISC

806.650/1974-COOPERATIVA REGIONAL GARIMPEIRA DE DIAMANTINA- AI N°2133,2134,2135,2136 e 2137/13-FISC

811.158/1974-EMPRESA BRASILEIRA DE MINERAÇÃO COROMANDEL EIRELI ME- AI N°204 e 205/14-FISC

805.338/1977-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A- AI N°1946/13-FISC

801.351/1978-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A- AI N°203/14-FISC

830.730/1982-GRANITOS VERDE MINAS LTDA- AI N°2173,2174,2175,2176 e 2177/13-FISC

830.713/1983-MINERAÇÃO GRANOESTE LTDA- AI N°2168,2169,2170,2171 e 2172/13-FISC

830.015/1986-MINCOEL - MINERAÇÃO INDÚSTRIA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA.- AI N°101,102,103,104 e 105/14-FISC

831.363/1987-MATHIAS MINERAÇÃO LTDA- AI N°1780,1781,1782,1783 e 1784/13-FISC

830.249/1990-GRAELI - GRANITOS ELIZEU LTDA- AI N°1941 e 1942/13-FISC

830.994/1993-MINERACAO MILHO BRANCO LTDA- AI N°2184,2185,2186 e 2187/13-FISC

838.047/1994-AREIEIRA SOBRITA LTDA.- AI N°2218,2219,2220,2221 e 2222/13-FISC

832.665/1995-MPC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- AI N°2213,2214,2215,2216 e 2217/13-FISC

831.712/1997-MINERACAO PETRIS SAN BENEDICTO LTDA. ME- AI N°2203,2204,2205,2206 e 2207/13-FISC

831.911/1997-MINCOEL - MINERAÇÃO INDÚSTRIA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA.- AI N°2269,2270,2271,2272 e 2273/13-FISC

830.416/1998-NICE MINERAÇÃO LTDA- AI N°2158,2159,2160,2161 e 2162/13-FISC

831.863/1999-RONALDO RIBEIRO DE PAULA- AI N°1788 e 1950/13-FISC

830.956/2001-AGUA MINERAL BOM JARDIM LTDA- AI N°99/14-FISC

831.329/2003-MINERAÇÃO AGUA VIRTUOSA LTDA ME- AI N°1110/13,2558 e 2559/13-FISC

Fase de Autorização de Pesquisa

Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)

831.451/2007-HUMBERTO MALUF-AI N°1020/14-FISC

834.533/2008-MAGBAN - MÁRMORES E GRANITOS AQUIDABAN LTDA-AI N°589/2014-MG

834.866/2008-CRISTAL MINERAÇÃO E TRANSPORTE DE MERCÊS LTDA-AI N°1008/14-FISC

830.677/2009-MAGBAN - MÁRMORES E GRANITOS AQUIDABAN LTDA-AI N°592/2014-MG

831.122/2009-MAGBAN - MÁRMORES E GRANITOS AQUIDABAN LTDA-AI N°590/2014-MG

831.296/2009-MAGBAN - MÁRMORES E GRANITOS AQUIDABAN LTDA-AI N°591/2014-MG

831.297/2009-MAGBAN - MÁRMORES E GRANITOS AQUIDABAN LTDA-AI N°594/2014-MG

830.399/2010-CRISTAL MINERAÇÃO E TRANSPORTE DE MERCÊS LTDA-AI N°1009/14-FISC

830.400/2010-CRISTAL MINERAÇÃO E TRANSPORTE DE MERCÊS LTDA-AI N°1010/14-FISC

830.671/2010-CRISTAL MINERAÇÃO E TRANSPORTE DE MERCÊS LTDA-AI N°1011/14-FISC

831.496/2010-CRISTAL MINERAÇÃO E TRANSPORTE DE MERCÊS LTDA-AI N°1012/14-FISC

831.707/2010-HUMBERTO MALUF-AI N°1021/14-FISC

832.324/2010-CRISTAL MINERAÇÃO E TRANSPORTE DE MERCÊS LTDA-AI N°1007/14-FISC

830.288/2011-MAGBAN - MÁRMORES E GRANITOS AQUIDABAN LTDA-AI N°593/2014-MG

Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)

832.865/2005-FÁTIMA MARLI MARIA - AI N°300/14-FISC

833.023/2005-TRATEX MINERAÇAO LTDA - AI N°301/14-FISC

831.712/2006-RAIMUNDO SOARES PIRONI - AI N°305/14-FISC

Fase de Licenciamento

Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)

831.896/1998-Elenita Silva Bérgamo Me- AI N°586/2014-MG

RELAÇÃO Nº 464/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa

Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)

834.757/2008-REUBI LUIZ DE MATOS

830.840/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A.

833.456/2012-MARIA DE LOURDES SANTOS COSTA ME

830.083/2013-MSF MINERAÇÃO S.A.

830.861/2013-MINERADORA E EXPORTADORA SANTA INÊS LTDA ME

Fase de Concessão de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

835.687/1993-EMPRESA DE MINERAÇÃO FAVORETO LTDA.-OF. N°1691/14-FISC

832.932/1994-ÁGUA MINERAL OURO DE MINAS LTDA EPP-OF. N°1656/14-FISC

833.829/1994-INDAIÁ BRASIL ÁGUAS MINERAIS LTDA-OF. N°1666/14-FISC

835.286/1995-ALVARENGA MINERAÇÃO E ENGENHARIA LTDA ME-OF. N°1694/14-FISC

830.711/1998-HIDRO - MINERAÇÃO DIVINA PUREZA LTDA-OF. N°1657/14-FISC

832.206/2001-ÁGUAS DE SANTA CRUZ LTDA-OF. N°1647/14-FISC

832.814/2002-ANDREA VILAR SILVA ZILLE ME-OF. N°1695/14-FISC

831.230/2005-ÁGUA MINERAL SANTÍSSIMA LTDA-OF. N°1655/14-FISC

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

833.948/2008-MINERAÇÃO DE AREIA LAMBARI LTDA-OF. N°221.44.036/14-FISC

Não conhece requerimento protocolizado(1202)

832.151/2007-PORTO DE AREIA SÃO SEBASTIÃO

830.110/2008-ROCHA ETERNA MINERAÇÃO LTDA

Fase de Requerimento de Licenciamento

Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)

832.418/2006-BRETON RICARDO MUNDIM DA SILVA

Fase de Disponibilidade

Determina arquivamento definitivo do processo(1678)

833.166/2005-JOSÉ PEDRA JUNIOR

831.060/2008-MANOEL DE OLIVEIRA NETO

832.693/2009-EMPRESA BRASILEIRA DO QUARTZO LTDA.

830.950/2011-FALCON METAIS LTDA

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1737)

832.391/2001-MINERCAL CRISTO REI LTDA.-OF. N°1096/14-FISC

RELAÇÃO Nº 466/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa

Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)

830.850/2009-VALE S A

832.714/2009-MINERAÇÃO PEIXE BRAVO S.A.

833.303/2010-NADSON TORRES SARMENTO

834.934/2010-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.

834.684/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.

833.088/2012-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.

830.598/2013-DEVANEI AGOSTINHO RODRIGUES

831.217/2013-FERTIMAX FERTILIZANTES ORGANICOS LTDA

832.211/2013-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A

Fase de Autorização de Pesquisa

Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)

832.059/2007-ALVARO JOSÉ BATISTA -Alvará N°11268/2008

832.060/2007-ALVARO JOSÉ BATISTA -Alvará N°11277/2008

832.852/2009-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE AREIA DE UBÁ E REGIÃO LTDA COOPERAR -Alvará N°4793/2011

833.202/2011-ANDRÉ REBELLO PIRES -Alvará N°1687/2012

833.963/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A. -Alvará N°1553/2013

833.964/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A. -Alvará N°1603/2013

833.970/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A. -Alvará N°1606/2013

833.972/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A. -Alvará N°1608/2013

833.973/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A. -Alvará N°1609/2013

834.216/2011-BILLION MINERACAO LTDA -Alvará N°1976/2013

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

834.879/2011-CERÂMICA DAIZIANE LTDA ME -Alvará N°3712/2014
830.363/2012-AFONSO GERALDO GOMES -Alvará N°8070/2012
831.423/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A -Alvará N°1876/2013
832.323/2012-DAVI ZOTTI -Alvará N°1996/2013
832.903/2012-AREIAS 2 IRMÃOS LTDA -Alvará N°3217/2013
830.069/2013-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA. -Alvará N°4153/2013
830.070/2013-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA. -Alvará N°4154/2013
830.071/2013-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA. -Alvará N°4155/2013
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
832.129/2013-PAULO HENRIQUE FERREIRA DA SILVA
Homologa desistência do requerimento de PLG(613)
831.360/2013-MIDAS MINERAIS LTDA ME
831.362/2013-MIDAS MINERAIS LTDA ME
Fase de Requerimento de Licenciamento
Homologa desistência do requerimento de Registro de Licença(783)
834.019/2011-CERÂMICA PAIS E FILHOS LTDA ME
832.516/2012-JEQUITI MINERAÇÃO LTDA
832.863/2013-CERÂMICA PÁSSARO VERDE LTDA
Fase de Licenciamento
Homologa renúncia do registro de Licença(784)
834.169/2011-HELENO VILELA LIMA
Fase de Registro de Extração
Determina o cancelamento do Registro de Extração(943)
832.634/2009-SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA PREFEITURA- Registro de Extração N°01/2010- DOU de 31/05/2010

CELSO LUIZ GARCIA

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 14/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
846.028/2012-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-DOU de 04/04/2012

RELAÇÃO Nº 117/2014

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
840.570/1989-ITA ROCA ATLANTIS MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°565/2014

GUILHERME HENRIQUE SILVEIRA E SILVA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 80/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
826.215/2014-VOTORANTIM CIMENTOS S A
826.472/2014-TERRA PURA INDUSTRIA E COMERCIO DE CERÂMICA LTDA.
826.473/2014-TERRA PURA INDUSTRIA E COMERCIO DE CERÂMICA LTDA.
826.474/2014-TERRA PURA INDUSTRIA E COMERCIO DE CERÂMICA LTDA.
826.475/2014-JORGE TADEU GAI
826.479/2014-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.
826.481/2014-LUCIO IRAJÁ FURTADO
826.482/2014-AREAL PORTO PALMIRA LTDA ME
826.484/2014-OLARIA SALESBRAM LTDA ME
Indefere de Plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(126)
826.281/2014-REINALDO RENATO COSTA
Indefere de Plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(127)
826.390/2014-JOSÉ KAMPA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
826.225/2014-AREAL PRATA LTDA ME-OF. N°1181/2014/DGTM/DNPM/PR
826.476/2014-JORGE TADEU GAI-OF. N°1119/2014/DGTM/DNPM/PR
826.478/2014-DEAM 3 MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE MATERIAL PÉTREO LTDA-OF. N°1120/2014/DGTM/DNPM/PR
826.483/2014-JOSE BENEDITO DOS SANTOS E CIA LTDA ME-OF. N°1121/2014/DGTM/DNPM/PR
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
826.336/2014-F. C. BOLETTI CERÂMICA
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
826.262/2007-PRIMOCAL INDUSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES LTDA- Alvará n°6785/2012 - Cessionario:826.460/2014-DIAMANTE INDUSTRIA DE CAL LTDA- CPF ou CNPJ 79.456.943/0001-83
826.588/2012-MADÉRITO ANDRIGUETTO- Alvará n°4412/2013 - Cessionario:826.453/2014-EXCOLETTO COMERCIO DE AREIA LTDA- CPF ou CNPJ 79.054.045/0001-07
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
826.658/2001-RICARDO THEODOCIO ATHANASIO-OF. N°60/2014
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
826.815/1994-JOSÉ LUIZ RIVABEM-FI- Cessionário:CARLOS PIANARO- CPF ou CNPJ 519.034.409-63- Alvará n°9.460/2006
826.387/2001-EDSON FERNANDES SILVA- Cessionário:JOSE MENDES FERREIRA- CPF ou CNPJ 103.287.858-49- Alvará n°8.272/2001
826.073/2004-JOSÉ MENDES FERREIRA- Cessionário:MINERAÇÃO GOMES & SANTOS LTDA- CPF ou CNPJ 19.879.528/0001-00- Alvará n°3219/2004
826.074/2004-JOSÉ MENDES FERREIRA- Cessionário:MINERAÇÃO GOMES & SANTOS LTDA- CPF ou CNPJ 19.879.528/0001-00- Alvará n°3220/2004
826.068/2012-NOVA TERRA MINERAÇÃO LTDA ME- Cessionário:ASTROS ADMINISTRADORA DE BENS LTDA- CPF ou CNPJ 10.345.266/0001-20- Alvará n°5307/2012
826.151/2012-DANIEL WESGUEBER NETO- Cessionário:BOLESLAU WESGUEBER ME- CPF ou CNPJ 80.806.011/0001-00- Alvará n°2554/2012
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
826.593/2011-J. A. GAI COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA EPP- Área de 116,12ha para 49,74ha-Areia e Argila
826.439/2013-INDUSPAVER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- Área de 60,75ha para 42,89ha-Areia
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
826.697/2012-GAI BLOCOS DE CONCRETO LTDA-Areia
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
826.167/2011-SENGÉS FLORESTADORA E AGRÍCOLA LTDA
826.415/2011-MANOEL DAVID DE SOUZA JUNIOR
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
826.442/2011-U.K UNITED KINGDOM COMERCIO DE MINERIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇAO LTDA.-ALVARÁ N°12.445/2011
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
826.197/1995-MINAS BRANCAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°1016/2014/DGTM/DNPM/PR
826.332/1998-MINERADORA TIBAGIANA LTDA-OF. N°1117/2014/DGTM/DNPM/PR
826.003/2002-BASALTO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1018/2014/DGTM/DNPM/PR
826.769/2005-MINAS BRANCAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°1115/2014/DGTM/DNPM/PR
Indefere pedido de reconsideração(393)
826.284/2007-LUIZ CLAUDIO CHAVES XAVIER ME
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
826.048/1997-ITAVEL SERVIÇOS RODOVIÁRIOS LTDA-SANTA HELENA/PR - Guia n° 39/2014-50.000TONELADAS-BASALTO- Validade:25/06/2015
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
826.165/2003-ODIVAN FRANCISCO NEGRELLO- ALVARÁ n° 3724/2003 - Cessionário: AREAL QUITANDINHA LTDA- CNPJ 01.553.917/0001-86
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
826.306/1994-F ANDREIS NETO-OF. N°1011/2014/DGTM/DNPM/PR
826.307/1994-F ANDREIS NETO-OF. N°1012/2014/DGTM/DNPM/PR
826.288/2003-MINERAÇÃO DE AREIA MANOEL RIBAS LTDA M.E-OF. N°1179/2014/DGTM/DNPM/PR
826.305/2003-EXCOPAR EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE PEDRAS E AREIA LTDA-OF. N°1122/2014/DGTM/DNPM/PR
826.003/2005-PORTO DE AREIA POR DO SOL LTDA.-OF. N°1174/2014/DGTM/DNPM/PR
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
826.161/1988-CAMPUSMORÃO CONSTRUÇÃO LTDA.-AI N° 367/2014
827.098/1996-SOCIEDADE MAFRENSE DE ENGENHARIA LTDA.- AI N° 366/2014
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
820.716/1983-GABARDO IND E COM DE MARMORES E GRANITOSLTDA-OF. N°801/2014
827.098/1996-SOCIEDADE MAFRENSE DE ENGENHARIA LTDA.-OF. N°802/2014
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
816.635/1968-ACO MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°169/2013
826.065/2002-ÁGUA MINERAL JORDÃO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL LTDA-OF. N°184/2013
Aceita defesa apresentada(475)
820.221/1979-REFRATRÁRIO SCANDELARI LTDA.
820.324/1979-PEDREIRA INGÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
826.525/2001-INCEPA REVESTIMENTOS CERÃMICOS LTDA
Nega provimento a defesa apresentada(476)
826.462/2001-ÁGUA MINERAL VALE ENCANTADO LTDA
Indefere requerimento de Guia de Utilização(1096)
820.366/1983-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.
Determina arquivamento Auto de Infração - RAL(1708)
820.221/1979-REFRATRÁRIO SCANDELARI LTDA.- AI N°244/2014
820.324/1979-PEDREIRA INGÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.- AI N°233/2014
826.525/2001-INCEPA REVESTIMENTOS CERÃMICOS LTDA- AI N°204/2014
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
826.049/1994-PEDREIRA EXPRESSA LTDA-OF. N°804/2014
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação:(924)
827.126/2013-MUNICIPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA- Registro de Extração N°03/2014 de 17/06/2014
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento Auto de infração.(1844)
826.231/1999-LUCIO IRAJÁ FURTADO-AI N°897/2006

RELAÇÃO Nº 83/2014

Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)
826.231/1999-LUCIO IRAJA FURTADO- NOT. N°142/2010
Torna sem efeito Multa Aplicada.(1849)
826.231/1999-LUCIO IRAJÁ FURTADO- AI N°897/2006
Fase de Autorização de Pesquisa
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1782)
826.994/2001-GIUSEPPE NAPPA - Publicado DOU de 10/04/2014, Relação n° 39/2014, Seção I, pág. 63- ONDE SE LÊ:"...APROVA O RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA COM REDUÇÃO DE ÁREA DE 1.867,96HA PARA 38,90HA - DIABÁSIO (SAIBRO)..." LEIA-SE "...APROVA O RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA COM REDUÇÃO DE ÁREA DE 1.867,96HA PARA 38,60HA - SAIBRO."

RELAÇÃO Nº 84/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
826.445/2014-AREAL PRATA LTDA ME-OF. N°1111/2014/DGTM/DNPM/PR
Fase de Autorização de Pesquisa
Aceita defesa apresentada(241)
826.669/2010-PAULO FIORESE
Nega provimento a defesa apresentada(242)
826.180/2010-GIUSEPPE NAPPA
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
826.572/2012-ATHENAS MINERADORA LTDA.
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
826.606/2007-FOGGIATTO & CIA LTDA-PIÊN/PR - Guia n° 40/2014-50.000TONELADAS-AREIA (Arenito Friável)- Validade:07/07/2015
Determina arquivamento Auto de Infração -Relatório de Pesquisa(640)
826.669/2010-PAULO FIORESE-AI N°318/2014
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)
826.634/2003-MINERAÇÃO TABIPORÃ LTDA - AI N°361/2014
826.180/2010-GIUSEPPE NAPPA - AI N°311/2014
826.199/2010-M.T. TORTATO - ME - AI N°312/2014
826.460/2010-MINERAÇÃO TABIPORÃ LTDA - AI N°314/2014
826.625/2010-SIRLEI APARECIDA DUDEK PELANDA - AI N°315/2014
826.664/2010-AREAL PRATA LTDA ME - AI N°317/2014
826.670/2010-SILVANIRA MARQUES DE CASTRO - AI N°319/2014
826.673/2010-SILVANIRA MARQUES DE CASTRO - AI N°320/2014

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

826.702/2010-PAI EXTRAÇÃO E PESQUISA MINERAL LTDA ME - AI N°321/2014
826.712/2010-ARGILAJE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LAJES LTDA - AI N°322/2014
826.713/2010-ARGILAJE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LAJES LTDA - AI N°323/2014
826.715/2010-ARGILAJE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LAJES LTDA - AI N°324/2014
826.741/2010-CYPRUS PARTICIPAÇÕES LTDA - AI N°328/2014
826.755/2010-MINERAÇÃO REI DO CAL LTDA. - AI N°335/2014
826.756/2010-FOGGIATTO & CIA LTDA - AI N°336/2014
826.057/2011-MINERAÇÃO TABIPORÃ LTDA - AI N°340/2014
826.767/2011-FABRICAÇÃO DE MATERIAL ARGILOSO E PRODUTOS DE MADEIRA SAN PIETRO LTDA - AI N°349/2014
826.768/2011-GRANDO ENGENHARIA E TERRAPLENAGEM - AI N°350/2014
826.788/2011-FRANCISCO DE JESUS CORDEIRO - AI N°351/2014
826.818/2011-PEDRO VITOR LUKASIEVICZ - ME - AI N°352/2014
826.852/2011-DAVID FERNANDES - AI N°355/2014
826.859/2011-MANOEL RUBENS ALEIXO - AI N°356/2014
826.878/2011-SERGIO LUIZ SCHERER - AI N°359/2014
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
826.944/2001-S G MIRANDA & CIA LTDA.-OF. N°900/2014
826.440/2014-AREAL PRATA LTDA ME-OF. N°209/2014
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
826.944/2001-S G MIRANDA & CIA LTDA.-GUARATUBA/PR - Guia n° 41/2014-24.000TONELADAS-AREIA- Validade:03/07/2015
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
826.856/2013-MARMORARIA ÁGUA VERDE LTDA-OF. N°200/2014 e 201/2014
826.417/2014-MINERAÇÃO TRES CORREGOS LTDA ME-OF. N°198/2014
826.440/2014-AREAL PRATA LTDA ME-OF. N°208/2014
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
826.595/2006-HOBI & CIA.LTDA.- AI N° 368/2014
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
826.187/1988-MARMORARIA ÁGUA VERDE LTDA-OF. N°816/2014
826.595/2006-HOBI & CIA.LTDA.-OF. N°820/2014
Aceita defesa apresentada(475)
820.095/1978-REFRATRÁRIO SCANDELARI LTDA.
Nega provimento a defesa apresentada(476)
807.042/1971-MINERAÇÃO CAPUAVA LTDA.
804.198/1972-PARANÁ GRANITOS LTDA
811.874/1972-AGROMINERAL SANTA FÉ INDÚSTRIA E COMÉRCIO
817.048/1973-PARANÁ GRANITOS LTDA
806.146/1976-SEPAMAR SERRARIA PARANAENSE DE MARMORES LTDA
820.149/1979-PARANÁ GRANITOS LTDA
820.557/1980-PARANÁ GRANITOS LTDA
820.752/1980-SEPAMAR SERRARIA PARANAENSE DE MARMORES LTDA
820.077/1983-PARANÁ GRANITOS LTDA
820.751/1983-PARANÁ GRANITOS LTDA
820.556/1984-PARANÁ GRANITOS LTDA
826.121/1989-PARANÁ GRANITOS LTDA
826.132/1989-ACO MINERAÇÃO LTDA.
826.226/1992-QUADRADO, FILHOS & CIA LTDA
826.277/1998-PORTO DE AREIA DO LAGO LTDA. ME
Determina arquivamento Auto de Infração - RAL(1708)
820.095/1978-REFRATRÁRIO SCANDELARI LTDA.- AI N°243/2014
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
826.035/1989-MINERAÇÃO NOVA PRATA LTDA. EPP.-OF. N°317/2014
826.525/2001-INCEPA REVESTIMENTOS CERÃMICOS LTDA-OF. N°194/2014
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
826.490/2014-GILMAR JOSE MERKS-OF. N°1189/2014/DGTM/DNPM/PR

HUDSON CALEFE

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 127/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito a caducidade do alvará de pesquisa-TAH(651)
890.459/2012-GRAAP GRANITOS APIACÁ LTDA EPP-Publicado DOU de 09/06/2014
Torna sem efeito o arquivamento do processo(1675)
890.588/2009-GUILHERME CARVALHO SERAFIM ME-DOU de 02/07/2014

JADIEL PIRES NOGUEIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 107/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.493/2010-CEDRO ENGENHARIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2590/2014
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
815.408/2012-TERRA BRANCA MINERAÇÃO LTDA-Cessionário:Tida Empreendimento Ltda.- CPF ou CNPJ 17.601.416/0001-68- Alvará n°11.509/2009
815.409/2012-TERRA BRANCA MINERAÇÃO LTDA-Cessionário:Tida Empreendimentos Ltda.- CPF ou CNPJ 17.601.416/0001-68- Alvará n°11.509/2009
815.411/2012-TERRA BRANCA MINERAÇÃO LTDA-Cessionário:Dnxs Cerâmicas e Mineração Ltda Me.- CPF ou CNPJ 07.786.901/0001-08- Alvará n°11.509/2009
815.413/2012-TERRA BRANCA MINERAÇÃO LTDA-Cessionário:Dnxs Cerâmicas e Mineração Ltda. Me.- CPF ou CNPJ 07.786.901/0001-08- Alvará n°11.509/2009
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
815.576/2008-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.- Área de 304,02 para 44,18-Saibro
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.531/2009-CEDRO ENGENHARIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2590/2014
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
815.803/2006-SAN MARCOS REVEST CERÂMICOS LTDA-TIMBÉ DO SUL/SC - Guia n° 060/2014-50.000toneladas-Argila- Validade:10/07/2015
Determina arquivamento definitivo do processo(1039)
815.490/1994-UNIMIN DO BRASIL LTDA.
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
815.521/2006-FABIANO BATTISTOTTI PEREIRA- 9.652 n° 9.652/2006 - Cessionário: Fabiano Battistotti Peeira FI- CNPJ 73.398.109/0001-00
815.729/2006-RIBEIRÃO DO COBRE-EXTRAÇÃO,COM.TRANSP.EREPR.DE MINERIOS LTDA.-ME- 191 n° 191/2007 - Cessionário: Ribeirão Mineradora Ltda Epp.- CNPJ 11.419.126/0001-11
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
815.228/1988-SAIBRITA MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA- AI N° 558/2014
815.706/2004-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA- AI N° 549/2014, 550/2014, 551/2014, 552/2014, 553/2014, 554/2014, 555/2014 e 556/2014.
Multa aplicada /Prazo para pagamento 30 dias(460)
815.706/2004-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA- AI Nº 141/2014 e 142/2014
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
815.706/2004-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA-OF. N°2.348/2014
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
815.233/1998-PAVIMENTADORA E CONST. FALCHETTI LTDA-OF. N°2478/2014
815.065/2013-PAVIMENTADORA E CONST. FALCHETTI LTDA-OF. N°2478/2014
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
815.085/1993-EXTRAÇÃO DE AREIA IRMÃOS ZIMMERMANN LTDA- Registro de Licença N°:441/1994 - Vencimento em 18/06/2017
815.337/1997-TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES AUGUSTO LTDA- Registro de Licença N°:647/1998 - Vencimento em 21/03/2018
815.477/2010-RF REFLORESTADORA LTDA- Registro de Licença N°:1477/2010 - Vencimento em 05/06/2018
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
815.630/2009-Comércio de Pedras Irmãos Galancini Ltda.-AI N°594/2014
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
815.630/2009-COMÉRCIO DE PEDRAS IRMÃOS GALANCINI LTDA-OF. N°2603/2014
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
815.630/2009-COMÉRCIO DE PEDRAS IRMÃOS GALANCINI LTDA-OF. N°2604/2014
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
815.334/2014-CDV MINERAÇÃO E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS LTDA.-OF. N°2599/2014
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
815.595/1993-IVALCI CECÍLIO SIMAS

RICARDO MOREIRA PEÇANHA

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 68/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
820.045/2012-MINERAÇÃO CAJ LTDA.
820.529/2013-WDC MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA - ME
820.759/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A
820.760/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
820.728/2008-JOSE MUCARE
820.770/2013-IMOBILIÁRIA PARAMIRIM S.A.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
820.658/2008-PEDREIRA SANSON LTDA-OF. N°397/2014/DTM/DNPM/SP.
820.830/2008-GILBERTO JORGE SALIBA-OF. N°434/2014/DTM/DNPM/SP.
820.917/2008-PEDREIRA MARIA TERESA LTDA.-OF. N°373/2014/DTM/DNPM/SP.
820.191/2010-MINERAÇÃO RIO CLARO M.V. LTDA.-OF. N°398/2014/DTM/DNPM/SP.
820.269/2010-MINERAL PROJECTS CONSULTORIA LTDA-OF. N°399/2014/DTM/DNPM/SP.
820.871/2012-MINERAÇÃO CAJ LTDA.-OF. N°381/2014/DTM/DNPM/SP.
821.299/2012-LUIS ANTONIO ROLAND MONTEIRO-OF. N°402/2014/DTM/DNPM/SP.
820.522/2013-DANIEL SANTOS MENDES-OF. N°407/2014/DTM/DNPM/SP.
820.534/2013-DANIEL DE CAMPOS VISENTINI-OF. N°408/2014/DTM/DNPM/SP.
820.558/2013-JULEMAR PEREIRA DE SOUZA ME-OF. N°410/2014/DTM/DNPM/SP.
820.582/2013-PORTO DE AREIA SÃO LUCAS LTDA-OF. N°412/2014/DTM/DNPM/SP.
820.636/2013-ROSSAM NAVEGAÇÃO CABOTAGEM E DRAGAGEM LTDA-OF. N°438/2014/DTM/DNPM/SP.
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)
820.968/2008-MINERADORA TATUÍ LTDA-OF. N°372/2014/DTM/DNPM/SP.
Indefere por interferência com área especial- Lei 9.985/2000-SNUC.(173)
820.001/2007-MINERAÇÃO RIO DO BRAÇO LTDA.
Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)
820.644/2007-BENEDITO MARIO FERREIRA-OF. N°374/2014/DTM/DNPM/SP.
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
820.860/2007-COPLAN CONSTRUTORA PLANALTO LTDA.- Alvará n°5.366/2008 - Cessionario:821.527/2013-LUIZ RAIMUNDO NEVES- CPF ou CNPJ 387.012.948-49.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
820.633/2007-NICOLAU MANCINI NETO-OF. N°453/2014/DTM/DNPM/SP.
820.348/2010-EDENA MARIA PECHIO SASAKI EPP-OF. N°364/2014/DTM/DNPM/SP.
820.974/2013-BUNGE FERTILIZANTES S A-OF. N°382/2014/DTM/DNPM/SP.
Declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
821.108/2010-MARIA FRANCISCA BAGATTA ME-Alvará N°16.417/2011.
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
820.150/2011-PURAREIA COMÉRCIO DE AREIA LTDA- Cessionário:- CPF ou CNPJ PURAREIA COMÉRCIO VAREJISTA DE AREIA E INCORPORADORA DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.- Alvará n°19.564/2011.
820.523/2012-ADILSON PEREIRA- Cessionário:TOTI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 08.489.149/0001-98- Alvará n°1.261/2013.
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
820.555/2004-RODNEI SEMOLINI- Alvará n°2.025/2006 - Cessionário: AUTO CENTER ITALIANOS LTDA. ME- CNPJ 15.717.930/0001-38.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
820.008/2003-SALIONI ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°234/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.565/2003-CERÂMICA SAFIRA LTDA-OF. N°246/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.534/2005-CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPAÇÕES LTDA.-OF. N°233/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.302/2007-SALIONI ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°234/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.662/2007-PORTO DE AREIA CORAÇA LTDA-OF. N°236/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.748/2008-EXTRABASE EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRASNPORTES LTDA.-OF. N°249/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.241/2011-LUIZ FERNANDO NAMURA-OF. N°362/2014/DTM/DNPM/SP.
820.163/2012-ENGEPAC BRITAGEM E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.-OF. N°446/2014/DTM/DNPM/SP.
820.321/2012-VIEL & CIA LTDA EPP-OF. N°238/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.966/2013-MOGIANA MINERADORA DE AREIA E PEDRA LTDA.-OF. N°227/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.178/2014-SANDMIX MINERAÇÃO LTDA-OF. N°248/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.178/2014-SANDMIX MINERAÇÃO LTDA-OF. N°249/14-SAP/DTM/DNPM/SP
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
801.382/1971-JACOB CARDOSO LOPES- Alvará n° 842/1971 - Cessionário: EMPRESA DE MINERAÇÃO LOPES LTDA.- CNPJ 44.291.318/0001-44.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
820.565/2003-CERÂMICA SAFIRA LTDA-OF. N°247/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.559/2005-MARIA JOSÉ DE LIMA MUCHACHITO ME-OF. N°240/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.290/2009-JUSTO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°235/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.966/2013-MOGIANA MINERADORA DE AREIA E PEDRA LTDA.-OF. N°228/14-SAP/DTM/DNPM/SP
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
820.182/1989-USIPEDRAMIX BRITAGEM E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.-OF. N°446/2014/DTM/DNPM/SP.
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
820.049/1993-RUI GONÇALVES TEIXEIRA & CIA. ME-OF. N°371/2014/DTM/DNPM/SP.
820.839/2003-JOSÉ HENRIQUE SANTICHOLLI ME-OF. N°442/2014/DTM/DNPM/SP.
820.493/2013-PRADO & PRADO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE ARGILA LTDA.-OF. N°444/2014/DTM/DNPM/SP.
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
820.679/1989-P. C. LOPES -EPP- Registro de Licença N°:1.648/1991 - Vencimento em 26/05/2015.
820.680/1989-P. C. LOPES -EPP- Registro de Licença N°:1.649/1991 - Vencimento em 26/05/2015.
821.338/2001-B. GOMES & OLIVEIRA - ME- Registro de Licença N°:3.068/2008 - Vencimento em 19/05/2019.
820.575/2012-EXTRAÇÃO DE PEDRAS SOUZA LIMA LTDA ME- Registro de Licença N°:3.328/2014 - Vencimento em 03/05/2017.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
821.045/2008-GOBBI, MACIEL & CIA LTDA ME-Registro de Licença N°3.346/2014 de 23/05/2014-Vencimento em 07/11/2015.
821.083/2008-CERÂMICA FARTURA 3 IRMÃOS LTDA - ME-Registro de Licença N°3.350/2014 de 05/06/2014-Vencimento em 05/12/2028.
820.010/2010-M.A. DOGNANI ME-Registro de Licença N°3.352/2014 de 16/06/2014-Vencimento em 15/10/2014.
820.881/2013-CATÃO & CIA LTDA-Registro de Licença N°3.351/2014 de 06/06/2014-Vencimento em 15/07/2016.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
820.024/2014-AURICCHIO BARROS EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E PEDRA LTDA-OF. N°361/2014/DTM/DNPM/SP.
820.160/2014-MERCADO DE TERRA DO VALE LTDA ME-OF. N°455/2014/DTM/DNPM/SP.

RELAÇÃO Nº 76/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
820.753/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A
820.755/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A
820.756/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A
820.757/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A
820.758/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
820.747/2006-CENTRAL MATATLÂNTICA LTDA.-OF. N°433/2014/DTM/DNPM/SP.
820.939/2008-AREIAS SALIONI LTDA-OF. N°435/2014/DTM/DNPM/SP.
820.940/2008-AREIAS SALIONI LTDA-OF. N°436/2014/DTM/DNPM/SP.
820.836/2009-VETRIA MINERAÇÃO S A.-OF. N°389/2014/DTM/DNPM/SP.
820.837/2009-VETRIA MINERAÇÃO S A.-OF. N°390/2014/DTM/DNPM/SP.
820.839/2009-VETRIA MINERAÇÃO S A.-OF. N°391/2014/DTM/DNPM/SP.
821.209/2010-MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.-OF. N°400/2014/DTM/DNPM/SP.
821.209/2010-MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.-OF. N°400/2014/DTM/DNPM/SP.
820.320/2012-ADNAN ABDUL KADRI-OF. N°401/2014/DTM/DNPM/SP.
821.161/2012-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-OF. N°392/2014/DTM/DNPM/SP.
821.163/2012-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-OF. N°393/2014/DTM/DNPM/SP.
821.164/2012-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-OF. N°394/2014/DTM/DNPM/SP.
821.165/2012-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-OF. N°395/2014/DTM/DNPM/SP.
820.314/2013-_____ROBERTO FARIA CAVALCANTI-OF. N°404/2014/DTM/DNPM/SP.
820.351/2013-CARLOS ROBERTO GARCIA GUTIERRES-OF. N°409/2014/DTM/DNPM/SP.
820.512/2013-IMOBILIÁRIA DALLA ROSA LTDA ME-OF. N°405/2014/DTM/DNPM/SP.
820.521/2013-CONSTRUTORA SIMOSO LTDA.-OF. N°406/2014/DTM/DNPM/SP.
820.542/2013-PARANÁ GRANITOS LTDA-OF. N°386/2014/DTM/DNPM/SP.
820.543/2013-PARANÁ GRANITOS LTDA-OF. N°387/2014/DTM/DNPM/SP.
820.544/2013-PARANÁ GRANITOS LTDA-OF. N°388/2014/DTM/DNPM/SP.
820.561/2013-VALE DO PAITITI LTDA ME-OF. N°384/2014/DTM/DNPM/SP.
820.567/2013-FÁBIO FERNANDO FRANCISCATE-OF. N°411/2014/DTM/DNPM/SP.
820.590/2013-ANTONIO CARLOS ESPER CURIATI-OF. N°413/2014/DTM/DNPM/SP.
820.606/2013-BRASIL KIRIN INDUSTRIA DE BEBIDAS S A-OF. N°437/2014/DTM/DNPM/SP.
820.608/2013-BOCAINA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°415/2014/DTM/DNPM/SP.
820.609/2013-BOCAINA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°416/2014/DTM/DNPM/SP.
820.610/2013-BOCAINA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°417/2014/DTM/DNPM/SP.
820.669/2013-FREDERICO LOPES PEREIRA-OF. N°439/2014/DTM/DNPM/SP.
820.716/2013-MINERIUM DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°418/2014/DTM/DNPM/SP.
820.717/2013-MINERIUM DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°419/2014/DTM/DNPM/SP.
820.718/2013-MINERIUM DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°420/2014/DTM/DNPM/SP.
820.719/2013-MINERIUM DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°421/2014/DTM/DNPM/SP.
820.720/2013-MINERIUM DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°422/2014/DTM/DNPM/SP.
820.721/2013-MINERIUM DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°423/2014/DTM/DNPM/SP.
820.722/2013-MINERIUM DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°424/2014/DTM/DNPM/SP.
820.723/2013-MINERIUM DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°425/2014/DTM/DNPM/SP.
820.724/2013-MINERIUM DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°426/2014/DTM/DNPM/SP.
820.725/2013-MINERIUM DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°427/2014/DTM/DNPM/SP.
820.726/2013-MINERIUM DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°428/2014/DTM/DNPM/SP.
820.727/2013-MINERIUM DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°429/2014/DTM/DNPM/SP.
820.728/2013-MINERIUM DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°430/3024/DTM/DNPM/SP.
820.729/2013-MINERIUM DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°431/2014/DTM/DNPM/SP.
820.730/2013-MINERIUM DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°432/2014/DTM/DNPM/SP.
821.099/2013-VALE DO PAITITI LTDA ME-OF. N°385/2014/DTM/DNPM/SP.
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
820.310/2006-LUIZ UMBERTO CAVAÇANA-OF. N°451/2014/DTM/DNPM/SP.
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
820.364/2007-BASALTO PEDREIRA E PAVIMENTAÇÃO LTDA-OF. N°254/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.392/2008-MINERAÇÃO CURIMBABA LTDA-OF. N°383/2014/DTM/DNPM/SP.
820.570/2009-CFR LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA. ME-OF. N°259/14-SAP/DTM/DNPM/SP
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
820.654/1985-CHIARELLI MINERACAO LTDA-OF. N°261/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.710/2004-LANZI MINERAÇÃO LTDA-OF. N°251/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.861/2007-MINERADORA PONTE ALTA LTDA-OF. N°257/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.288/2009-MIGUEL FELIPE GATTAZ ME-OF. N°255/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.520/2009-PLANETUR PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO LTDA.-OF. N°260/14-SAP/DTM/DNPM/SP
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
820.358/2005-MARTINS LARA & LARA LTDA.-OF. N°460/2014/DTM/DNPM/SP.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
820.494/2013-MINERAÇÃO PORTO BRANCO LTDA-Registro de Licença N°3.354/2014 de 25/06/2014-Vencimento em 08/04/2015.

RELAÇÃO Nº 78/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
820.834/2013-SANTA TERESA DI RIVA LTDA ME
820.856/2013-MINERADORA BARREIRO RICO LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
820.607/2013-BOCAINA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°414/2014/DTM/DNPM/SP.
820.754/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF. N°468/2014/DTM/DNPM/SP.
820.778/2013-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-OF. N°470/2014/DTM/DNPM/SP.
820.787/2013-DANIEL DE CAMPOS VISENTINI-OF. N°471/2014/DTM/DNPM/SP.
820.821/2013-AREIA DO VALE EXTRAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°488/2014/DTM/DNPM/SP.
820.856/2013-MINERADORA BARREIRO RICO LTDA-OF. N°472/2014/DTM/DNPM/SP.
820.859/2013-JOÃO ROBERTO TAVARES DE MENDONÇA-OF. N°484/2014/DTM/DNPM/SP.
820.860/2013-SENPAR LTDA.-OF. N°486/2014/DTM/DNPM/SP.
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
820.804/2013-ADRIANO AUGUSTO RIBEIRO
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
821.104/2001-EXTRABASE EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRASNPORTES LTDA.- Alvará n°171/2002 - Cessionario:821.061/2013, 821.062/2013, 821.063/2013, 821,064/2013-3A PARTICIPAÇÕES S.A.- CPF ou CNPJ 14.482.711/0001-54.
821.104/2001-EXTRABASE EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRASNPORTES LTDA.- Alvará n°171/2002 - Cessionario:821.065/2013, 821.066/2013-SANDIMIX MINERAÇÃO LTDA.- CPF ou CNPJ 13.364.860.0001-56.
820.277/2007-CHIARELLI MINERACAO LTDA- Alvará n°4.308/2012 - Cessionario:821.440/2013-CERVITAM PRODUTOS CERÂMICOS LTDA.- CPF ou CNPJ 59.546.606/0001-70.
820.444/2008-TIETZ - EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA- Alvará n°8.623/2011 - Cessionario:820.462/2014 e 820.463/2014-JOSÉ EDVALDO TIETZ- CPF ou CNPJ 015.941.388-50.
Instaura processo administrativo de Declaração de Caducidade/Nulidade do Alvará - Prazo para defesa: 60 (sessenta) dias(237)
821.157/2012-EGEMINAS MINERAÇÃO LTDA.- OF. N° 467/2014/DTM/DNPM/SP.
Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
820.330/2009-Mineração Turvo Ltda.- Substância Aprovada:Areia
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
820.330/2009-HENRIQUE ZANQUETA MONTEIRO
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
821.067/1981-BUNGE FERTILIZANTES S A-OF. N°447/2014/DTM/DNPM/SP.
820.454/1982-SOCIEDADE EXTRATIVA DOLOMIA LTDA-OF. N°276/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.140/1987-CHIARELLI MINERACAO LTDA-OF. N°277/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.807/1987-MINERAÇÃO MONTE ALEGRE LTDA EPP-OF. N°273/14-SAP/DTM/DNPM/SP

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

820.389/2004-EVENTOS SERRA DOURADA LTDA ME-OF. N°269/14-SAP/DTM/DNPM/SP e 270/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.461/2005-GALVANI MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°252/14-SAP/DTM/DNPM/SP e 253/14-SAP/DTM/DNPM/SP
821.025/2013-ERG MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-OF. N°271/14-SAP/DTM/DNPM/SP
821.526/2013-EMPRESA DE MINERAÇÃO FIORI DO TABOÃO LTDA.-OF. N°265/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.523/2014-CERÂMICA NOVA UNIÃO DE TATUÍ LTDA - EPP-OF. N°262/14-SAP/DTM/DNPM/SP
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
820.454/1982-SOCIEDADE EXTRATIVA DOLOMIA LTDA-OF. N°275/14-SAP/DTM/DNPM/SP-180 dias
Reitera exigência(366)
821.212/1996-PIRAMIDE EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°267/14-SAP/DTM/DNPM/SP-60 dias
821.215/1996-PIRAMIDE EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°267/14-SAP/DTM/DNPM/SP-60 dias
821.216/1996-PIRAMIDE EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°267/14-SAP/DTM/DNPM/SP-60 dias
821.219/1996-PIRAMIDE EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°267/14-SAP/DTM/DNPM/SP-60 dias
821.220/1996-PIRAMIDE EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°267/14-SAP/DTM/DNPM/SP-60 dias
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
820.451/2007-JOSÉ ROBERTO PELLA- Alvará n° 8.608/2007 - Cessionário: P & J. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO LTDA. ME- CNPJ 10.388.176/0001-16.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
820.753/1995-MARIA JOSÉ DE LIMA MUCHACHITO ME-OF. N°266/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.095/2006-ESMALTÊS COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA. ME-OF. N°268/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.663/2006-CERÂMICA SARTORI LTDA.ME.-OF. N°274/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.063/2007-MINERADORA CURUMIM LTDA- EPP-OF. N°258/14-SAP/DTM/DNPM/SP
821.526/2013-EMPRESA DE MINERAÇÃO FIORI DO TABOÃO LTDA.-OF. N°264/14-SAP/DTM/DNPM/SP
820.152/2014-COLORMINAS COLORIFÍCIO E MINERAÇÃO S A-OF. N°263/14-SAP/DTM/DNPM/SP
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
820.219/1991-PORTO DE AREIA GRAMINHA LTDA EPP-OF. N°445/2014/DTM/DNPM/SP.
820.226/1991-PORTO DE AREIA GRAMINHA LTDA EPP-OF. N°445/2014/DTM/DNPM/SP.
820.229/1991-PORTO DE AREIA GRAMINHA LTDA EPP-OF. N°445/2014/DTM/DNPM/SP.
820.230/1991-PORTO DE AREIA GRAMINHA LTDA EPP-OF. N°445/2014/DTM/DNPM/SP.
820.232/1991-PORTO DE AREIA GRAMINHA LTDA EPP-OF. N°445/2014/DTM/DNPM/SP.
821.443/2001-POLY EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE CASCALHO LTDA. E. P. P.-OF. N°466/2014/DTM/DNPM/SP.
820.710/2012-ESTÂNCIA MONTE BELO MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°479/2014/DTM/DNPM/SP.
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
820.051/1992-ROBERTO MOUSESSIAN ME- Registro de Licença N°:2.247/1999 - Vencimento em 03/06/2016.
820.061/1998-UILSON ROMANHA & CIA LTDA- Registro de Licença N°:1.922/1998 - Vencimento em 20/05/2017.
821.854/1998-MARTINS LARA & LARA LTDA.- Registro de Licença N°:2.623/2001 - Vencimento em 05/06/2024.
821.861/1998-MARTINS LARA & LARA LTDA.- Registro de Licença N°:2.594/2001 - Vencimento em 05/06/2024.
820.193/2009-EXTRATORA DE AREIA E PEDREGULHO NEVES LTDA. ME- Registro de Licença N°:3.139/2010 - Vencimento em 01/04/2019.
820.660/2009-ANTONIA DEOLINDA ARANTES PIZETTA & CIA LTDA ME- Registro de Licença N°:3.171/2011 - Vencimento em 13/03/2019.
820.587/2011-MINERAÇÃO CAJU LTDA.- Registro de Licença N°:3.211/2012 - Vencimento em 23/05/2018.
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
821.414/2000-JOSÉ SYRTO SOBRINHO ME- Cessionário:MINERAÇÃO BRUTAL LTDA. ME- CNPJ 19.855.371/0001-83- Registro de Licença n°2.583/2001- Vencimento da Licença: 25/06/2016.
Indefere requerimento de transformação do regime de Licenciamento para Autorização de Pesquisa(791)
820.170/2005-MINERAÇÃO PORTO BRANCO LTDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
820.596/2013-MARCOS ROGÉRIO THOMAZINI ME-Registro de Licença N°3.353/2014 de 17/06/2014-Vencimento em 12/06/2018.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
820.219/2013-EXTRAÇÃO DE AREIA CINCO LAGOS LTDA.-OF. N°459/2014/DTM/DNPM/SP.
821.332/2013-PAULO JOSE AIELLO BASTOS ME-OF. N°473/2014/DTM/DNPM/SP.
820.142/2014-MELEGA OLARIA LTDA EPP-OF. N°477/2014/DTM/DNPM/SP.

RICARDO DE OLIVEIRA MORAES

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 53/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)
878.009/2007-CERÂMICA SERRA AZUL LTDA - AI N°122/2010
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
878.036/2005-CERÂMICA HIGINO LTDA-OF. N°327/2014
878.135/2009-CERÂMICA HIGINO LTDA-OF. N°328/2014
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
878.017/2009-CONSENTRE CONSULTORIA AMBIENTAL E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA- Registro de Licença N°:36/2009 - Vencimento em 04/12/2014
Fase de Requerimento de Licenciamento
Da provimento ao recurso interposto(1171)
878.121/2013-CAIO MONTEIRO SANTOS EXTRAÇÃO DE ARGILAS ME

JOSÉ ANDRADE DE OLIVEIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem no tempo, registrando a informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61)3441 9618

Ministério do Desenvolvimento, Indústriae Comércio Exterior

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA
DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 108, DE 14 DE JULHO DE 2014

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para bombas medidoras para combustíveis líquidos, aprovado pela Portaria Inmetro n.º 23/1985; e

Considerando o constante do processo Inmetro nº 52600.011385/2014, resolve:

Aprovar os modelos 7HB-W, 11B-W e 11BP-W, de bicos de descarga, marca OPW, para uso em bombas medidoras para combustíveis líquidos, de acordo com as condições especificadas na íntegra da Portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 109, DE 14 DE JULHO DE 2014

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para instrumentos de pesagem não automáticos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 236/1994; e

Considerando os elementos constantes do processo Inmetro nº 52600.034578/2013, apresentados por Salvador Dvulhatka Siciliano - ME, resolve:

Incluir na Portaria Inmetro/Dimel nº 116/2010 os modelos SS5, SS10 e SS20, de instrumento de pesagem não automático, de equilíbrio automático, eletrônico, digital, classe de exatidão III, marca Salvador, de acordo com as condições especificadas na íntegra da portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 235, DE 10 DE JULHO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das suas atribuições legais, dispostas no § 1º do art. 50 e § 2º do art. 51 da Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, considerando a aplicação do que estabelecem os caputs dos referidos artigos, aos produtos listados nos anexos desta Portaria, nos termos da Nota Técnica nº 055/2014-SPR/CGAPI/COPIN, resolve:

Art. 1º Publicar a relação dos produtos constantes nos anexos desta Portaria, cujos incentivos foram cancelados automaticamente, por aplicação do disposto nos artigos 50 ou 51 da Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, seja por não obtenção do laudo de produção no prazo de 36 (trinta e seis) meses, contado a partir da publicação, no Diário Oficial da União, do documento aprobatório do respectivo projeto técnico-econômico, seja por paralisação de produção por período superior a 36 (trinta e seis) meses consecutivos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

THOMAZ AFONSO QUEIROZ NOGUEIRA

ANEXO 1

(enquadramento no art. 50 da res. nº 203/2012)
Inscrição SUFRAMA: 201063018
Razão Social: ECOPACK INDÚSTRIA DE COMPONENTES LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0307	MICROCOMPUTADOR PORTÁTIL	0261/2009	RESOLUÇÃO	05/11/2009	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200690019
Razão Social: FLEX IMP., EXP., IND E COM. DE MAQ. E MOTORES LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1813	RECEPTOR-SINTONIZADOR DE TV DIGITAL TERRESTRE PARA COMPUTADORES COM CONEXÃO USB	0262/2010	PORTARIA	04/06/2010	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201060019
Razão Social: IMPORTADORA, EXPORTADORA E INDUSTRIA JIMMY LIMITADA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0234	ACESSÓRIO PARA TELEJOGO (EXCETO DE INFORMÁTICA)	0308/2009	RESOLUÇÃO	10/12/2009	Diversificação
0227	BRINQUEDO INJETADO DE PLÁSTICO	0035/2011	RESOLUÇÃO	24/02/2011	Diversificação
0108	RECEPTOR DE SINAL DE TELEVISÃO VIA SATÉLITE	0325/2010	RESOLUÇÃO	16/12/2010	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201190010
Razão Social: J. R. A. INDUSTRIA ELETROMECANICA LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1119	PEÇAS PLÁSTICAS MOLDADAS POR VÁCUO FORMAGEM	0039/2006	RESOLUÇÃO	17/03/2006	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 201451018
Razão Social: METALÚRGICA DE TUBOS DE PRECISÃO DA AMAZÔNIA LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1487	PARTES E PEÇAS USINADAS PARA CICLOMOTORES, MOTONETAS, MOTOCICLETAS, TRICICLOS E QUADRIC	0008/2008	PORTARIA	07/01/2008	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 200216015
Razão Social: PRISMATIC DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1965	VIDROS ISOLANTES DE PAREDES MÚLTIPLAS	0317/2010	RESOLUÇÃO	16/12/2010	Diversificação

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Inscrição SUFRAMA: 200561014
Razão Social: PROCOMP AMAZONIA INDUSTRIA ELETRONICA LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1956	APARELHO PARA COLETA DE DADOS COM FUNÇÃO DE CONTROLE DE ACESSO E DE FREQUÊNCIA, BASEADO EM MICROPROCESSADOR	0159/2010	RESOLUÇÃO	30/06/2010	Diversificação
0333	LEITOR DE CARTÃO MAGNÉTICO	0278/2010	RESOLUÇÃO	04/11/2010	Diversificação
0307	MICROCOMPUTADOR PORTÁTIL	0207/2010	RESOLUÇÃO	26/08/2010	Diversificação
1940	SUBCONJ GUILHOTINA, APLICADO EM TERMINAIS DE AUTO ATENDIMENTO	0070/2010	RESOLUÇÃO	07/04/2010	Diversificação
0699	DIGITALIZADOR DE IMAGEM "SCANNER"	0275/2010	RESOLUÇÃO	04/11/2010	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200711016
Razão Social: P S T ELETRONICA LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1217	CENTRAL ELETRÔNICA DE PORTARIA	0117/2010	RESOLUÇÃO	20/05/2010	Diversificação
1215	INTERFONE	0117/2010	RESOLUÇÃO	20/05/2010	Diversificação
1942	MÓDULO EXPANSOR DE CENTRAL DE PORTARIA	0117/2010	RESOLUÇÃO	20/05/2010	Diversificação
1216	PORTEIRO ELETRÔNICO	0117/2010	RESOLUÇÃO	20/05/2010	Diversificação
1176	SENSOR DE FUMAÇA PARA ALARME CONTRA INCÊNDIO	0028/2009	PORTARIA	21/01/2010	Diversificação
1266	UNIDADE EXTERNA DO PORTEIRO ELETRÔNICO	0117/2010	RESOLUÇÃO	20/05/2010	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 300165013
Razão Social: S. A. PHARMACOS E COSMETICOS LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1051	ENCAPSULADO DE ÓLEOS ORGÂNICOS DE ORIGEM REGIONAL	0164/2006	PORTARIA	28/04/2006	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 201168014
Razão Social: SCORPION IND E COM. DE PRODUTOS EM POLIURETANO E EMBALAGENS LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1935	UNIDADE REMOVÍVEL DE REFRIGERAÇÃO PARA MÁQUINA EXPOSITORA DE USO COMERCIAL	0103/2010	RESOLUÇÃO	07/04/2010	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200334018
Razão Social: TECTOY S.A.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0115	PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (EXCETO DE USO EM INFORMÁTICA)	0267/2010	RESOLUÇÃO	04/11/2010	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200178016
Razão Social: TECPLAM INDUSTRIA ELETRONICA LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0099	AUTORRÁDIO	0161/2010	RESOLUÇÃO	30/06/2010	Diversificação
0100	AUTORRÁDIO COM TOCA-DISCOS DIGITAL A LASER	0115/2010	RESOLUÇÃO	20/05/2010	Diversificação

ANEXO 2 DA PORTARIA Nº 235 , DE 10 DE JULHO DE 2014 (ENQUADRAMENTO NO ART. 51 DA RES. Nº 203/2012)
Inscrição SUFRAMA: 201126010
Razão Social: A. G. R. PRODUTOS FOTOGRÁFICOS LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0372	PAPEL FOTOGRÁFICO PARA FOTOGRAFIA E ARTES GRÁFICAS	0321/2002	RESOLUÇÃO	23/10/2002	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 201242010
Razão Social: AMACOMP IND E COM DE COMP ELET E ELETR DA AMAZ LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1309	CABO DE FORÇA COM PEÇAS DE CONEXÃO	0214/2008	RESOLUÇÃO	28/08/2008	Diversificação
0116	BOBINA DESMAGNETIZADORA DE CINESCÓPIO	0081/2008	PORTARIA	15/02/2008	Implantação
1307	FIOS E CABOS COM CONECTORES PARA MÁQUINAS E APARELHOS DOS CAPÍTULOS 84 E 85 DA NCM	0081/2008	PORTARIA	15/02/2008	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 200117017
Razão Social: BRASIL ELETRONICA COMPONENTES LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1219	PEÇAS ESTAMPADAS A PARTIR DE CHAPAS, PELÍCULAS OU TIRAS METÁLICAS	0130/2007	PORTARIA	09/04/2007	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200120018
Razão Social: CIFEC COMPENSADOS DA AMAZONIALTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0404	MADEIRA COMPENSADA	0175/1992	RESOLUÇÃO	10/04/1992	Ampliação/ Diversificação
0405	MADEIRA LAMINADA	0175/1992	RESOLUÇÃO	10/04/1992	Ampliação Diversificação

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Inscrição SUFRAMA: 201339013
Razão Social: CHUMBOS DA AMAZÔNIA LTDA -EPP

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1699	ARTEFATO DE CHUMBO RECICLADO	0317/2009	RESOLUÇÃO	10/12/2009	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 201261014
Razão Social: COMPONEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1248	TELEVISOR EM CORES COM TELA DE CRISTAL LÍQUIDO	0297/2008	PORTARIA	27/06/2008	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201320010
Razão Social: COMPONEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1533	PARTES E PEÇAS ESTAMPADAS E/OU FORMATADAS PARA CICLOMS, MOTONETAS, MOTOCICLETAS, TRICICLOS E QUADRIC	0106/2008	RESOLUÇÃO	29/04/2008	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201321017
Razão Social: COMPONEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0395	ARTIGO DE MATÉRIA PLÁSTICA (EXCETO DE POLIESTIRENO EXPANSÍVEL) PARA TRANSPORTE OU EMBALAGEM	0122/2008	RESOLUÇÃO	29/04/2008	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201334011
Razão Social: CONTINENTAL INDUSTRIA E COMERCIO AUTOMOTIVOS LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0099	AUTORRÁDIO	0248/2005	RESOLUÇÃO	30/08/2005	Implantação
0115	PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (EXCETO DE USO EM INFORMÁTICA)	0163/2007	RESOLUÇÃO	23/08/2007	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201063018
Razão Social: ECOPACK INDÚSTRIA DE COMPONENTES LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0008	PEÇAS PLÁSTICAS MOLDADAS POR INJEÇÃO	0001/2005	PORTARIA	04/01/2005	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 300094019
Razão Social: ELETROPAINEIS LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1058	CABINA BLINDADA PARA SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	0258/1997	PORTARIA	05/08/1997	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 200030019
Razão Social: ERIN ESTALEIROS RIO NEGRO LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0425	OBRAS DE FERRO AÇO (PEÇAS ESTAMPADAS E/OU FORJADAS E/OU SOLDADAS)	0133/1974	CERTIFICADO	30/04/1974	Implantação
0876	RESERVATÓRIO METÁLICO	0133/1974	CERTIFICADO	30/04/1974	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 200690019
Razão Social: FLEX IMP., EXP., IND E COM. DE MAQ. E MOTORES LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0309	UNIDADE DIGITAL DE PROCESSAMENTO DE PEQUENO PORTE MONTADA EM UM MESMO CORPO OU GABINETE - (UCP)	0162/2006	RESOLUÇÃO	03/08/2006	Ampliação/ Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201508010
Razão Social: FUJIFILM DO BRASIL LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0395	ARTIGO DE MATÉRIA PLÁSTICA (EXCETO DE POLIESTIRENO EXPANSÍVEL) PARA TRANSPORTE OU EMBALAGEM	0070/2007	RESOLUÇÃO	08/05/2007	Atualização
0371	FILME FOTOGRÁFICO PARA FOTOGRAFIA	0276/2010	RESOLUÇÃO	04/11/2010	Ampliação
0814	"MAGAZINE" PARA FILME FOTOGRÁFICO	0070/2007	RESOLUÇÃO	08/05/2007	Atualização
0815	TAMPA DO "MAGAZINE" DE FILME FOTOGRÁFICO	0070/2007	RESOLUÇÃO	08/05/2007	Atualização

Inscrição SUFRAMA: 201169010
Razão Social: GBR COMPONENTES DA AMAZONIA LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0332	TERMINAL DE CAIXA BANCÁRIO	0241/2009	PORTARIA	17/06/2009	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200557017
Razão Social: IBT INDUSTRIA BRASILEIRA DE TELEVISORES S/A

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0004	TELEVISOR EM CORES	0328/2008	RESOLUÇÃO	18/12/2008	Atualização

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Inscrição SUFRAMA: 200305018
Razão Social: INDUSTRIA DE LATICINIOS DA FAZENDA LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1195	DOCE DE LEITE	0363/1995	PORTARIA	06/10/1995	Implantação
0538	MANTEIGA	0363/1995	PORTARIA	06/10/1995	Implantação
1202	REQUEIJÃO (DE MATÉRIA-PRIMA DA REGIÃO AMAZÔNICA)	0363/1995	PORTARIA	06/10/1995	Implantação
1197	REQUEIJÃO (EXCETO DE MATÉRIA-PRIMA DA REGIÃO AMAZÔNICA)	0363/1995	PORTARIA	06/10/1995	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 201060019
Razão Social: IMPORTADORA, EXPORTADORA E INDUSTRIA JIMMY LIMITADA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0100	AUTORRÁDIO COM TOCA-DISCOS DIGITAL A LASER	0002/2006	RESOLUÇÃO	17/03/2006	Diversificação
1490	DIGITAL VIDEO DISC (DVD) PORTÁTIL COM TELA DE CRISTAL LIQUIDO (LCD) INCORPORADA	0013/2006	RESOLUÇÃO	17/03/2006	Diversificação
0001	MOTOCICLETA ATÉ 100 CM3	0081/2006	RESOLUÇÃO	17/05/2006	Diversificação
1283	REPRODUTOR DE CD/DVD COMBINADO COM AMPLIFICADOR "HOME THEATER"	0237/2008	RESOLUÇÃO	06/11/2008	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201250012
Razão Social: JABIL INDUSTRIAL DO BRASIL LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0589	CONTROLE REMOTO PARA APARELHOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS	0145/2008	PORTARIA	26/03/2008	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 200898019
Razão Social: L. SERGIO VILELA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0589	CONTROLE REMOTO PARA APARELHOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS	0184/1999	RESOLUÇÃO	05/11/1999	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 201290014
Razão Social: LEONTEC DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO DE CADERNOS LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0447	CADERNO ESCOLAR	0555/2008	PORTARIA	18/11/2008	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 200135015
Razão Social: MASA DA AMAZONIA LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0780	CÂMERA DE VÍDEO DE IMAGENS FIXAS	0299/2006	RESOLUÇÃO	18/12/2006	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200478010
Razão Social: METAL ALLOY INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0202	RELÓGIO DE PULSO	0160/1994	RESOLUÇÃO	26/07/1994	Ampliação/ Atualização

Inscrição SUFRAMA: 201029014
Razão Social: PLACIBRAS DA AMAZONIA LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0361	PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (DE USO EM INFORMÁTICA)	0057/2009	RESOLUÇÃO	30/08/2005	Ampliação
0115	PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (EXCETO DE USO EM INFORMÁTICA)	0057/2009	RESOLUÇÃO	17/05/2006	Ampliação

Inscrição SUFRAMA: 200216015
Razão Social: PRISMATIC DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0674	CHAPA, FOLHA, TIRA, FITA, PELÍCULA DE PLÁSTICO (EXCETO A DE POLIESTIRENO EXPANSIVEL E A AUTO-ADESIVA)	0211/1986	RESOLUÇÃO	25/09/1986	Inclusão
0394	CHAPA, FOLHA, TIRA, FITA, PELÍCULA DE PLÁSTICO (EXCETO DE POLIESTIRENO EXPANSÍVEL) AUTO-ADESIVA	0158/1982	RESOLUÇÃO	31/07/1982	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 200841017
Razão Social: PROVIEW ELETRONICA DO BRASIL LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0320	MONITOR DE VÍDEO COM TELA DE CRISTAL LÍQUIDO (USO EM INFORMÁTICA)	0170/2006	RESOLUÇÃO	03/08/2006	Ampliação
1755	RECEPTOR DE SINAL DE TELEVISÃO VIA TRANSMISSÃO LOCAL TERRESTRE	0243/2008	RESOLUÇÃO	06/11/2008	Ampliação

Inscrição SUFRAMA: 201292017
Razão Social: REMACO IND. E COM. DE ELETRO ELETRONICOS DA AMAZONIA LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1784	MÁQUINA FOTOCOPIADORA ANALÓGICA (RECONSTRUÍDA)	0318/2009	RESOLUÇÃO	10/12/2009	Implantação

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Inscrição SUFRAMA: 200091018
Razão Social: SANYO DA AMAZONIA, IND. E COM. DE PRODUTOS ELETRO-ELETRÔNICOS LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0636	BATERIA PARA TELEFONE CELULAR	0078/1998	RESOLUÇÃO	03/07/1998	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200903012
Razão Social: SAT BRAS IND. ELETRONICA DA AMAZ. LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0668	AMPLIFICADOR DE SINAIS DE MICROONDAS DE BAIXO RUÍDO (LNB) PARA BANDA C	0088/2003	RESOLUÇÃO	29/04/2003	Atualização
1248	TELEVISOR EM CORES COM TELA DE CRISTAL LÍQUIDO	0123/2012	RESOLUÇÃO	28/06/2012	Atualização

Inscrição SUFRAMA: 201168014
Razão Social: SCORPION IND E COM. DE PRODUTOS EM POLIURETANO E EMBALAGENS LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0395	ARTIGO DE MATÉRIA PLÁSTICA (EXCETO DE POLIESTIRENO EXPANSÍVEL) PARA TRANSPORTE OU EMBALAGEM	0060/2006	PORTARIA	06/03/2006	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 200897012
Razão Social: SONDAI ELETRONICA LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0077	DIGITAL VIDEO DISC - DVD PLAYER	0298/2005	PORTARIA	04/10/2005	Atualização
1751	GRAVADOR/REPRODUTOR DE AUDIO/VÍDEO NO FORMATO MP4 COM TELA DE CRISTAL LIQUIDO, PORTÁTIL	0073/2007	RESOLUÇÃO	08/05/2007	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 201193019
Razão Social: SUNSIX INDÚSTRIA ELETRÔNICA LTDA

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0309	UNIDADE DIGITAL DE PROCESSAMENTO DE PEQUENO PORTE MONTADA EM UM MESMO CORPO OU GABINETE - (UCP)	0399/2006	PORTARIA	06/09/2006	Implantação

Inscrição SUFRAMA: 200334018
Razão Social: TECTOY S.A.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
1856	DIGITAL VIDEO DISC - DVD PLAYER BLU RAY	0565/2008	PORTARIA	24/11/2008	Diversificação
1813	RECEPTOR-SINTONIZADOR DE TV DIGITAL TERRESTRE PARA COMPUTADORES COM CONEXÃO USB	0061/2008	PORTARIA	29/01/2008	Inclusão
0231	TELEJOGO (BEM DE INFORMÁTICA)	0102/1992	RESOLUÇÃO	26/02/1992	Diversificação
1933	TELEVISOR LCD COM GRAVADOR/REPRODUTOR DE ÁUDIO/VIDEO NOS FORMATOS MP3/MP4, PORTÁTIL	0313/2009	RESOLUÇÃO	10/12/2009	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200985019
Razão Social: VISIONTEC DA AMAZONIA LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0931	SUBCONJUNTO CHASSI MONTADO PARA APARELHO DE ÁUDIO OU VIDEO	0464/2009	PORTARIA	23/11/2009	Diversificação

Inscrição SUFRAMA: 200814010
Razão Social: VISTEON AMAZONAS LTDA.

Código	Produto	Nro.Doc.	Tipo Doc.	Data Doc.	Tipo Projeto
0115	PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (EXCETO DE USO EM INFORMÁTICA)	0161/2009	RESOLUÇÃO	30/07/2009	Diversificação
0098	AUTORRÁDIO COM TOCA-FITAS	0236/2005	RESOLUÇÃO	30/08/2005	Atualização

COORDENAÇÃO-GERAL DE ANÁLISE DE PROJETOS INDUSTRIAIS

DESPACHOS

Com fundamento nos termos do art. 25 da Lei n.º 8.666/93 e considerando o contido na Proposição nº 015, de 05/06/2014, Resolução do CAS nº 27, de 05/06/2014, Parecer e Adendo ao Parecer Técnico nº 025/2014-SPR/CGPRI/COPEA e Parecer nº81/2014/COJUR/PF-SUFRAMA/PGF/AGU, além do cumprimento da Decisão nº 153/2001-TCU Plenário, prolatada nos autos do Processo n.º TC 927.102/1998-6, reconheço a inexigibilidade de licitação para alienação do lote n° 3-3A com área total de 17.000,00m², localizado na Travessa Escola, s/n Expansão do Distrito Industrial Marechal Castello Branco, pelo preço total de R$ 17.000,00 (Dezessete mil reais) à empresa BUREAU COMERCIAL LTDA., por inviabilidade de competição em situação excepcional, motivada na aplicação do art. 29 e Parágrafo Único do Decreto-lei n.º 288/67, referente à implantação do projeto aprovado pela SUFRAMA, tudo de acordo com o processo n.º52710001359/2006-95.

Manaus - AM, 14 de julho de 2014.
GUSTAVO ADOLFO IGREJAS FILGUEIRAS
Superintendente Adjunto de Projetos

Ratifico a inexigibilidade de licitação, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei n.º 8.666/93, por atender aos requisitos legais pertinentes, e determino a publicação dos atos no Diário Oficial da União, como condição de eficácia legal.

Manaus - AM, 14 de julho de 2014.
THOMAZ AFONSO QUEIROZ NOGUEIRA
Superintendente

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 603, DE 15 DE JULHO DE 2014

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 06/05/2014, 03/06/2014 e 02/07/2014, e nas reunião extraordinária realizada em 26/02/2014.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 267, de 24 de outubro de 2013, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 06/05/2014, 03/06/2014 e 02/07/2014, e nas reunião extraordinária realizada em 26/02/2014.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 3 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação dos projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para os projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO VIEIRA
Presidente da Comissão

ANEXO I

1- Processo: 58701.007673/2013-04
Proponente: Associação Pro Esporte e Cultura
Título: Bola Bacana
Registro: 02SP080492010
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 01.285.504/0001-68
Cidade: Ribeirão Preto UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 833.648,85
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3312 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 31092-1
Período de Captação até: 31/12/2015
2- Processo: 58701.001764/2014-17
Proponente: Confederação Brasileira de Basketball
Título: Seleção Brasileira Adulta Masculina de Basquete - Campeonato Mundial 2014
Registro: 02RJ011152007
Manifestação Desportiva: Desporto Rendimento
CNPJ: 34.265.884/0001-28
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 768.231,62
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0392 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 50882-9

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Período de Captação até: 25/08/2014
3- Processo: 58701.011138/2013-40
Proponente: Confederação Brasileira de Orientação
Título: Projeto Apuração Eletrônica WMOC 2014
Registro: 02RS010042007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 03.071.250/0001-00
Cidade: Santa Maria UF: RS
Valor aprovado para captação: R$ 266.600,89
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0126 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 73203-6
Período de Captação até: 26/10/2014
4- Processo: 58701.000950/2014-21
Proponente: Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos - CBDA
Título: Ações de Pólo Aquático 2015
Registro: 02RJ009472007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 29.980.273/0001-21
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 1.838.428,94
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3520 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 26605-1
Período de Captação até: 31/12/2015
5- Processo: 58701.005325/2012-11
Proponente: Associação Social de Cultura e Esporte Vivalis
Título: Projeto Escola de Voleibol - Sacando Para o Futuro
Registro: 02SP085822011
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 13.704.749/0001-61
Cidade: Campinas UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 339.747,96
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2857 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 37279-X
Período de Captação até: 16/02/2015

ANEXO II

1-Processo-58701.001706/2013-02
Proponente: Instituto Joaquim Cruz
Título: Programa Rumo ao Pódio Olímpico
Valor aprovado para captação: R$ 2.178.209,76
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1003 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 41535-9
Período de Captação até: 02/09/2014
2-Processo-58701.002704/2011-61
Proponente: Brasília Country Club
Título: Cavaleiro Paraolímpico Sérgio Oliva
Valor aprovado para captação: R$ 326.395,55
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1004 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 44412-X
Período de Captação até: 08/05/2015
3-Processo-58701.001835/2013-92
Proponente: Instituto Internacional Correr Bem - Instituto IBC
Título: Circuito de Corrida e Caminhada da Longevidade - Capitais II
Valor aprovado para captação: R$ 2.199.077,62
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0598 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 38759-2
Período de Captação até: 08/09/2015
4-Processo-58701.009984/2013-08
Proponente: Confederação Brasileira de Mountain Bike
Título: Descida das Escadas de Santos
Valor aprovado para captação: R$ 1.048.146,96
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2807 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 44873-7
Período de Captação até: 10/02/2015
5-Processo-58701.007797/2013-81
Proponente: Confederação Brasileira de Golfe
Título: Circuito Brasileiro de Golfe 2014
Valor aprovado para captação: R$ 2.090.035,71
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2807 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 44783-8
Período de Captação até: 31/07/2014
6-Processo-58701.000456/2013-85
Proponente: Franca Basquetebol Clube
Título: Franca Basquete - Projeto de Treinamento e Competição 2013
Valor aprovado para captação: R$ 763.183,67
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0053 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 76707-7
Período de Captação até: 30/07/2014

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA Nº 1.037, DE 11 DE JULHO DE 2014

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, nomeado por Decreto de 16 de maio de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 22, parágrafo único do Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no D.O.U, de 27 de abril de 2007, resolve:

Art. 1º Convocar para Contratação de profissionais para atender necessidade temporária de excepcional interesse público na forma da alínea j do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745/93, para execução de projetos de Tecnologia da Informação, os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado, tendo em vista a autorização por meio da Portaria nº 373, publicada no D.O.U de 23 de outubro de 2013.

Art. 2º A contratação dos profissionais, relacionados no Anexo I, dar-se-á exclusivamente na Coordenação-Geral de Recursos Humanos, na Administração Central, no Distrito Federal, após a apresentação individual dos documentos e da consequente homologação dos exames médicos pré-admissionais, até o prazo de 15 dias corridos a contar da publicação desta portaria.

Art. 3º O início da vigência do Contrato será no primeiro dia útil do mês de Agosto de 2014.

Art. 4º Para a perícia médica, a ser realizada por Junta Médica Oficial do SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal, o candidato deverá agendar a inspeção através do telefone 3316-1144, e comparecer munido dos resultados dos exames médicos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VOLNEY ZANARDI JUNIOR

ANEXO I

Código da Vaga	Classif.	Nome
101	1	GUSTAVO ROCHA ANDRADE
101	2	OSVALDO RAMOS DA SILVA
102	1	MARCELO CHAVES CURCIO
102	2	MONIQUE DA COSTA SANTOS
102	3	CLAUDIO AUGUSTO NOVAIS FERRAZ
102	4	WINICIUS FERRAZ NERES
102	5	VITOR FILINCOWSKY RIBEIRO
102	6	JOSE AUGUSTO LUIS DE CARVALHO
102	7	LOIDIANNE ALVES MARINHO SILVA RAMOS
102	8	ALCIONE JANDIR CANDEAS RAMOS
102	9	DANIEL DE SOUZA VASCONCELOS
102	10	FABIO VIEWEGER VASQUES
103	1	JEAN CARLOS BORGES BRITO
103	2	GIOVANI CORDEIRO SANTANA
103	3	MARCELO LIMA BITTENCOURT
103	4	THAIS CRHISTINE OLIVEIRA MACHADO ARRAES

Ministério do Planejamento,Orçamento e Gestão

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

PORTARIA Nº 17, DE 15 DE JULHO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS - DEST, no exercício da atribuição que lhe confere o art. 38, § 1º, inciso II, alínea "a" da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, e considerando a necessidade de adequar as fontes de recursos aprovadas, de modo a viabilizar a execução do Orçamento de Investimento para 2014, de Companhias Docas, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II a esta Portaria, as fontes de financiamento do Orçamento de Investimento para 2014, aprovado pela Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014, em favor das empresas estatais Companhia Docas do Ceará - CDC, Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA, Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP, Companhia Docas do Pará - CDP, Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ e Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MURILO FRANCISCO BARELLA

ANEXOS
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Outras Alterações Orçamentárias — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	119.911.780
6.2.0.0.00.00 - Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	119.911.780
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	119.911.780
6.2.1.1.00.00 - Direto	119.911.780
TOTAL GERAL	119.911.780
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	119.911.780

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Outras Alterações Orçamentárias — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	119.911.780
6.2.0.0.00.00 - Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	119.911.780
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	119.911.780
6.2.1.1.00.00 - Direto	119.911.780
TOTAL GERAL	119.911.780
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	119.911.780

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos
UNIDADE: 68205 - Companhia Docas do Ceará - CDC

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)	Outras Alterações Orçamentárias Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	8.293.040
6.2.0.0.00.00 - Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	8.293.040
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	8.293.040
6.2.1.1.00.00 - Direto	8.293.040
TOTAL GERAL	8.293.040
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	8.293.040

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos
UNIDADE: 68207 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)	Outras Alterações Orçamentárias Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	18.900.780
6.2.0.0.00.00 - Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	18.900.780
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	18.900.780
6.2.1.1.00.00 - Direto	18.900.780
TOTAL GERAL	18.900.780
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	18.900.780

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos
UNIDADE: 68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)	Outras Alterações Orçamentárias Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	38.445.316
6.2.0.0.00.00 - Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	38.445.316
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	38.445.316
6.2.1.1.00.00 - Direto	38.445.316
TOTAL GERAL	38.445.316
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	38.445.316

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos
UNIDADE: 68210 - Companhia Docas do Pará - CDP

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)	Outras Alterações Orçamentárias Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	25.039.842
6.2.0.0.00.00 - Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	25.039.842
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	25.039.842
6.2.1.1.00.00 - Direto	25.039.842
TOTAL GERAL	25.039.842
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	25.039.842

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos
UNIDADE: 68211 - Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)	Outras Alterações Orçamentárias Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	26.959.444
6.2.0.0.00.00 - Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	26.959.444
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	26.959.444
6.2.1.1.00.00 - Direto	26.959.444
TOTAL GERAL	26.959.444
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	26.959.444

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos
UNIDADE: 68212 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)	Outras Alterações Orçamentárias Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	2.273.358
6.2.0.0.00.00 - Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	2.273.358
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	2.273.358
6.2.1.1.00.00 - Direto	2.273.358
TOTAL GERAL	2.273.358
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	2.273.358

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)	Outras Alterações Orçamentárias Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	119.911.780
6.2.0.0.00.00 - Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	119.911.780
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	119.911.780
6.2.1.3.00.00 - Saldos de Exercícios Anteriores	119.911.780
TOTAL GERAL	119.911.780
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	119.911.780

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos

ANEXO II	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	119.911.780
6.2.0.0.00.00 - Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	119.911.780
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	119.911.780
6.2.1.3.00.00 - Saldos de Exercícios Anteriores	119.911.780
TOTAL GERAL	119.911.780
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	119.911.780

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos
UNIDADE: 68205 - Companhia Docas do Ceará - CDC

ANEXO II	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	8.293.040
6.2.0.0.00.00 - Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	8.293.040
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	8.293.040
6.2.1.3.00.00 - Saldos de Exercícios Anteriores	8.293.040
TOTAL GERAL	8.293.040
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	8.293.040

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos
UNIDADE: 68207 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA

ANEXO II	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	18.900.780
6.2.0.0.00.00 - Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	18.900.780
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	18.900.780
6.2.1.3.00.00 - Saldos de Exercícios Anteriores	18.900.780
TOTAL GERAL	18.900.780
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	18.900.780

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos
UNIDADE: 68208 - Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP

ANEXO II	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	38.445.316
6.2.0.0.00.00 - Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	38.445.316
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	38.445.316
6.2.1.3.00.00 - Saldos de Exercícios Anteriores	38.445.316
TOTAL GERAL	38.445.316
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	38.445.316

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos
UNIDADE: 68210 - Companhia Docas do Pará - CDP

ANEXO II	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	25.039.842
6.2.0.0.00.00 - Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	25.039.842
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	25.039.842
6.2.1.3.00.00 - Saldos de Exercícios Anteriores	25.039.842
TOTAL GERAL	25.039.842
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	25.039.842

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos
UNIDADE: 68211 - Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ

ANEXO II	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	26.959.444
6.2.0.0.00.00 - Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	26.959.444
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	26.959.444
6.2.1.3.00.00 - Saldos de Exercícios Anteriores	26.959.444
TOTAL GERAL	26.959.444
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	26.959.444

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos
UNIDADE: 68212 - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN

ANEXO II	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	2.273.358
6.2.0.0.00.00 - Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	2.273.358
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	2.273.358
6.2.1.3.00.00 - Saldos de Exercícios Anteriores	2.273.358
TOTAL GERAL	2.273.358
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	2.273.358

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 61, DE 15 DE JULHO DE 2014

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 38, § 1º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, e

Considerando a ilegalidade da aplicação de recursos oriundos da fonte " 44 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações", no financiamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais com trânsito em julgado, no âmbito da Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL, e a possibilidade de utilização de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2013, relativo a Recursos Ordinários, para o financiamento dos aludidos gastos, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014, no que concerne ao Ministério da Defesa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERNANDES JÚNIOR

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52221 - Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							240.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0901 0022	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							240.000
28 846	0901 0022 0001	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional	F	1	1	90	0	300	240.000
TOTAL - FISCAL									240.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									240.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52221 - Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							240.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0901 0022	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							240.000
28 846	0901 0022 0001	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional	F	1	1	90	0	144	240.000
TOTAL - FISCAL									240.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									240.000

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 15 de julho de 2014

O Coordenador-Geral de Imigração - Substituto, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0275/2014 de 11/06/2014, 0301/2014 de 27/06/2014, 0327/2014 de 10/07/2014, 0333/2014 de 11/07/2014 e 0334/2014 de 14/07/2014, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 94 - Resolução Normativa, de 16/03/2011:

Processo: 46094003728201404 Empresa: ARMOR BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE FITAS PARA IMPRESSAO LTDA Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: GUILLAUME DANIEL CHRISTIAN CASSARD Passaporte: 12AX44963.

Temporário - Com Contrato - RN 98 - Resolução Normativa, de 14/11/2012:

Processo: 46094004577201401 Empresa: COMITE ORGANIZADOR DOS JOGOS OLIMPICOS RIO 2016 Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTY MARIE NICOLAY Passaporte: 452067212, Processo: 47039006908201467 Empresa: ATOS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JORDI NADAL RODRIGUEZ Passaporte: AAE005351, Processo: 47039006909201410 Empresa: ATOS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL MORALES FITO Passaporte: AAI890731.

Temporário - Com Contrato - RN 99 - Resolução Normativa, de 12/12/2012:

Processo: 47039004221201497 Empresa: KNAUF ISOPOR DA AMAZONIA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JÉRÔME THIERRY GERS Passaporte: 12DD06943, Processo: 47039004851201461 Empresa: INSTITUTO DE ACAO SOCIAL PELA MUSICA - IASPM Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANGELICA ANDREINA OLIVO LEON Passaporte: 060539014, Processo: 46094003864201496 Empresa: SAMJIN STEEL STRUCTURE DO BRASIL MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SUNGHO CHANG Passaporte: M36785273, Processo: 46094003887201409 Empresa: PROENGEL INTERNATIONAL PROJECTS BRASIL ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Vanessa Maria Ribeiro Ouro Dias Passaporte: H396614, Processo: 46207002464201449 Empresa: CINCO ESTRELAS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANA RITA SOARES MOTA DE ALMEIDA Passaporte: M209061, Processo: 46094003745201433 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TAO JU Passaporte: G 35052732, Processo: 46094003748201477 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUN KONG Passaporte: G34569854, Processo: 46094003744201499 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YUGANG ZHAO Passaporte: E 23568824, Processo: 46094003742201408 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SIJUN GUO Passaporte: G 33636575, Processo: 46094003743201444 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GUANGDONG SHEN Passaporte: G 33639540, Processo: 46094003740201419 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ZHAOFENG WANG Passaporte: E 35321953, Processo: 46094003741201455 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FANGHUA ZHANG Passaporte: G33639197, Processo: 46094003750201446 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: XINGHUA GENG Passaporte: E10548398, Processo: 46094003749201411 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: XIZHONG WANG Passaporte: E 31406463, Processo: 46094003507201428 Empresa: ENERTA ENERGIAS RENOVAVEIS EIRELI - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SARA SANCHIS MORALES Passaporte: AAA439871, Processo: 46094004033201431 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HAIFENG WANG Passaporte: G 20835072, Processo: 46094003866201485 Empresa: DAEHYUK ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HOON KANG Passaporte: M 72538030, Processo: 46094004350201458 Empresa: SEIL ENG CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BYUNGGYO KO Passaporte: M 81272381, Processo: 46094004351201401 Empresa: SEIL ENG CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HYOSEON YOON Passaporte: M 27506172, Processo: 46094004352201447 Empresa: SEIL ENG CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TAEYEONG SONG Passaporte: M 27395015, Processo: 46094004353201491 Empresa: SEIL ENG CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YEONGLAE PARK Passaporte: M86343133, Processo: 46094004149201471 Empresa: SAMJIN STEEL STRUCTURE DO BRASIL MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHANGKI LEE Passaporte: M 39164573, Processo: 46207004297201471 Empresa: ATELIER MOVEIS PLANEJADOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Carlos Manuel Vieira do Espírito Santo Passaporte: L889403, Processo: 46094004323201485 Empresa: SHOWA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TETSUYA KOBUKATA Passaporte: TK2420885, Processo: 46094004306201448 Empresa: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHARLES MET DEN ANCXT Passaporte: 13DD85436, Processo: 46207004482201465 Empresa: TPK LOGISTICA S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EUNICE PEREIRA PINELA RODRIGUES DA SILVA Passaporte: L823619, Processo: 46094004151201440 Empresa: S.P BRASIL CONSTRUCAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SEOKJONG KIM Passaporte: M 82339431, Processo: 46094004152201494 Empresa: S.P BRASIL CONSTRUCAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NAMKI LEE Passaporte: M 42733047, Processo: 46094004274201481 Empresa: LEW'LARA/TBWA PUBLICIDADE PROPAGANDA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARINE CLARA ISAELLE PAJOT Passaporte: 05TT69778, Processo: 46215012283201421 Empresa: KNAUF DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JEAN-LUC GASTON GÉRARD HAULTCOEUR Passaporte: 10AA52016, Processo: 46094004372201418 Empresa: FUNDACAO FACULDADE DE MEDICINA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Fatuma Catherine Atieno Odongo Passaporte: A1672599, Processo: 46094004373201462 Empresa: COTTON ON DO BRASIL COMERCIAL E PARTICIPACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Pedro Jorge Gomes de Andrade de Jesus Nunes Passaporte: N055482, Processo: 46094004375201451 Empresa: DTGR.BR - FORMAS E ESCORAMENTOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANA CATARINA CARDOSO NATÁRIO VARAJÃO Passaporte: M686919, Processo: 47039004874201476 Empresa: FIAT AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUAN PABLO DE LA PARRA MEJIA Passaporte: 07390023348, Processo: 46094004354201436 Empresa: SEIL ENG CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YONGJUN LEE Passaporte: M 62722998, Processo: 46215011591201430 Empresa: A.C.SILVA COMERCIO ATACADISTA DE COSMESTICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MATHILDE BARRE Passaporte: 09PE62164, Processo: 46880000161201440 Empresa: TRANSBIAGA - TRANSPORTES USABIAGA DO BRASIL SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CARLOS ALBERTO HERNÁNDEZ DE LA HUERTA NADADOR Passaporte: BE992912, Processo: 46094004399201419 Empresa: BANCO SUMITOMO MITSUI BRASILEIRO S A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KAZUO INOUE Passaporte: TH3521191, Processo: 46094004338201443 Empresa: AISIN AUTOMOTIVE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KENJI MORI Passaporte: TH3407165, Processo: 47039004995201418 Empresa: PHILIPS CLINICAL INFORMATICS - SISTEMAS DE INFORMACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIA CLARA CORREIA MARTINS Passaporte: M099493, Processo: 47039005003201470 Empresa: FUNDACAO VISCONDE DE PORTO SEGURO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTJE KATHRIN KRAHN Passaporte: C9H3J7YLO, Processo: 46094004357201470 Empresa: NESIC BRASIL S/A Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: JUN HARIMA Passaporte: TZ0754089, Processo: 47039005038201417 Empresa: VEDAMOTOR'S INDUSTRIA E COMERCIO DE JUNTAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARCEL SCHAEFER Passaporte: 105513439, Processo: 47039005059201424 Empresa: SGS ENGER ENGENHARIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SUSANA MARIA VELOSO CASINHA Passaporte: L280491, Processo: 46094004355201481 Empresa: SEIL ENG CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: INKYU PARK Passaporte: M 31511041, Processo: 46880000160201403 Empresa: METALURGICA FALLGATTER LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IRIS HOLLICK Passaporte: P6203287, Processo: 46094004403201431 Empresa: NGS - NEW GENERATION SERVICES INFRAESTRUTURAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DELFIM ALFREDO CRISTOVÃO DOS SANTOS Passaporte: L643521, Processo: 46215011884201417 Empresa: SOMARSIL - CONSTRUCOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARA NATALIA FERREIRA DA SILVA Passaporte: N063622, Processo: 47039005113201431 Empresa: TELEFONICA BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUAN DIAZ CARMONA Passaporte:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AAG080150, Processo: 46094004392201499 Empresa: NOKIA SOLUTIONS AND NETWORKS DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA. Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: HUGO DUARTE GODINHO DE SOUSA Passaporte: H341069, Processo: 47039005211201479 Empresa: CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GUILLAUME PERCHE Passaporte: 12AV42314, Processo: 47039005267201423 Empresa: EMPRESA CONSTRUTORA BRASIL SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RODRIGO ROSEIRO MESQUITA MACHADO Passaporte: L367576, Processo: 47039005277201469 Empresa: PAN AMERICAN CHRISTIAN ACADEMY Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Roger William Mercer Passaporte: 442626749, Processo: 47039005456201404 Empresa: BROSE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Thorsten Albrecht Passaporte: 509058903.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 47039005260201410 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STUART CAMERON MCLEAN Passaporte: M2577566, Processo: 47039005286201450 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARINUS JOHANNES DINGEMAN ROKS Passaporte: NV6FJF764, Processo: 47039005305201448 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PETRUS CORNELIS JOZEF PAARDEKOOPER Passaporte: NW484F020, Processo: 47039005319201461 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MAIK CORNELIS ADRIANUS BEERENS Passaporte: NPL1PH9H0, Processo: 47039005320201496 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BRAM ANTONIUS HULTERMANS Passaporte: NNCP8HK82, Processo: 47039005326201463 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TIMOTHY BEREND VAN AS Passaporte: NXBP02RC3, Processo: 47039005392201433 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DANIAN LI Passaporte: E35608286, Processo: 47039005395201477 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FANG HUANG Passaporte: E35829024, Processo: 47039005398201419 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JIANJUN CHEN Passaporte: E35616219, Processo: 47039005400201441 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ZHOU ZHIYUAN Passaporte: E24634521, Processo: 47039005403201485 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SIGUANG CHEN Passaporte: E06023024, Processo: 47039005482201424 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WANG CHEN Passaporte: E35498809, Processo: 47039005483201479 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YONGJUN JIN Passaporte: G60827424, Processo: 47039005484201413 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CANXING YANG Passaporte: G35356116, Processo: 47039005485201468 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: XIAOWEI JIANG Passaporte: E31350764, Processo: 47039005486201411 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ZHU ZHENYU Passaporte: E35606377, Processo: 47039005558201411 Empresa: ASIA TRADE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MING ZHAO Passaporte: P01430867, Processo: 47039005561201435 Empresa: ASIA TRADE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GUODONG HU Passaporte: P01361698, Processo: 47039005622201464 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: changqing liao Passaporte: G56255583, Processo: 47039005623201417 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUIS MANUEL MARQUES CORREIA Passaporte: M644958, Processo: 47039005625201406 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HENDRIKUS JOHANNES BROUWER Passaporte: NS8DHHHJ8, Processo: 46094003514201420 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: CARL WELLS Passaporte: 309585992, Processo: 46094003516201419 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: RAYMOND HOLMES Passaporte: 511386496, Processo: 46094003515201474 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: WLADIMIR SCHISTKA Passaporte: CG623VXF9, Processo: 46094003979201481 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HAROON RAZEETH ABDUL KADER Passaporte: Z1947682, Processo: 46094003891201469 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: OLEKSII TEMCHENIUK Passaporte: EP212385, Processo: 46094003717201416 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHEN, JIANLI Passaporte: PE0077308, Processo: 46094003718201461 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DENG JIANAN Passaporte: P01515441, Processo: 46094003716201471 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LIU, ZHENJIANG Passaporte: PE0077304, Processo: 46094003710201402 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: QIAN,CHANGYAN Passaporte: PE0073907, Processo: 46094003715201427 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TANG, MIN Passaporte: PE0076617, Processo: 46094003714201482 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WU, CHANGWEI Passaporte: PE0077307, Processo: 46094003711201449 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: XU, WEIWEI Passaporte: PE0077301, Processo: 46094003713201438 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Zhang Chunli Passaporte: PE0076613, Processo: 46094003712201493 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ZHOU, JUNCHANG Passaporte: PE0077719, Processo: 46094003941201416 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EDWIN DE GROOT Passaporte: NM4H2BC72, Processo: 46094003874201421 Empresa: SEVEME INDUSTRIAS METALURGICAS SA Prazo: 10 Mês(es) Estrangeiro: ANDRÉ FILIPE DA SILVA TAVARES Passaporte: N029079, Processo: 46094003876201411 Empresa: SEVEME INDUSTRIAS METALURGICAS SA Prazo: 10 Mês(es) Estrangeiro: CÉSAR ALEXANDRE CASTRO VENTURA Passaporte: N029077, Processo: 46094003875201476 Empresa: SEVEME INDUSTRIAS METALURGICAS SA Prazo: 10 Mês(es) Estrangeiro: JOÃO CLEMENTINO PINTO ROSADO Passaporte: M249323, Processo: 46094003801201430 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUO, YUANHONG Passaporte: PE0077718, Processo: 46094003797201418 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LIU, CHUANKUN Passaporte: PE0073595, Processo: 46094003803201429 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: XIAO, JIAN Passaporte: PE0077806, Processo: 46094003804201473 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ZENG, YAN Passaporte: PE0077808, Processo: 46094003798201454 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HU, BO Passaporte: PE0077388, Processo: 46094003799201407 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Fu Jie Passaporte: PE0076607, Processo: 46094003802201484 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Guo Yuechuan Passaporte: PE0076609, Processo: 46094003800201495 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Yan Hao Passaporte: PE0076614, Processo: 46094004036201475 Empresa: T.O.S SERVICO DE TECNOLOGIA SUBAQUATICA LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NORBERTO ADRIAN FRANK KIN Passaporte: AAG 039231, Processo: 46094003872201432 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jia Xiaoping Passaporte: PE0076610, Processo: 47039004833201480 Empresa: HONEYWELL DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BHUPESH KUMAR KOLI Passaporte: Z2901644, Processo: 46094004242201485 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Shen Juan Passaporte: PE0174943, Processo: 46094004240201496 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Liu Xiaosong Passaporte: PE0174944, Processo: 46094004238201417 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Dai Lishu Passaporte: PE0174941, Processo: 46094004239201461 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Xiang Chunde Passaporte: PE0174945, Processo: 46094004243201420 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Yin Zhongkai Passaporte: PE0174942, Processo: 46094004244201474 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Zhuo Xiaohua Passaporte: PE0174940, Processo: 46094004241201431 Empresa: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Zhang Xiaojun Passaporte: PE0174946, Processo: 47039004850201417 Empresa: SNEF ENGENHARIA S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FLOREA RADU Passaporte: 050977381, Processo: 47039004853201451 Empresa: SNEF ENGENHARIA S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NICOLAE FRINCU Passaporte: 086507315, Processo: 47039004857201439 Empresa: SNEF ENGENHARIA S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARCEL JECU Passaporte: 14766913, Processo: 47039004968201445 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SATYENDRA BINDHYACHAL PANDEY Passaporte: Z2291340, Processo: 47039005205201411 Empresa: CERNER SOLUCOES PARA A SAUDE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NELSON ADAM NORMAHOMED Passaporte: M874648, Processo: 47039005210201424 Empresa: CERNER SOLUCOES PARA A SAUDE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER RYAN DAILEY Passaporte: 423674881, Processo: 47039005213201468 Empresa: CERNER SOLUCOES PARA A SAUDE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SARAH JOY JENSEN Passaporte: 488073424, Processo: 47039005216201400 Empresa: CERNER SOLUCOES PARA A SAUDE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ESTEBAN MONTERO BARREIRO Passaporte: XD543448, Processo: 47039005219201435 Empresa: CERNER SOLUCOES PARA A SAUDE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOANNA JAMES Passaporte: 520751181, Processo: 47039005222201459 Empresa: CERNER SOLUCOES PARA A SAUDE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VASILIKI LIASKA Passaporte: AH3624366, Processo: 47039005254201454 Empresa: EMPRESA DE NAVEGACAO ELCANO S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUAN ANTONIO ANITUA MALAXECHEVARRIA Passaporte: AAC756280, Processo: 47039005268201478 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARIAN GRAMA Passaporte: 11670584, Processo: 47039005343201409 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROY ARNE KARLSEN Passaporte: 30115811, Processo: 47039005378201430 Empresa: FIAT AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GAUDENZIO MELLO Passaporte: AA1197503, Processo: 47039005404201420 Empresa: CONSORCIO ANDRADE GUTIERREZ-CAMARGO CORREA - LINHA 5 - LILAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUIZ VICENTE MARTINEZ SEGURA Passaporte: CC7330743, Processo: 47039005412201476 Empresa: BUHLER SA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: THOMAS GEISLER Passaporte: F2212021, Processo: 47039005413201411 Empresa: SERABI MINERACAO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARTIN HUAMAN CRISPIN Passaporte: 6264229, Processo: 47039005414201465 Empresa: SERABI MINERACAO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FREDY CHOCCE APARCO Passaporte: 6264106, Processo: 47039005417201407 Empresa: DAIKIN AR CONDICIONADO AMAZONAS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: YUKIO HAMAGUCHI Passaporte: TH7538690, Processo: 47039005418201443 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BOMA Passaporte: E10632060, Processo: 47039005420201412 Empresa: DAIKIN AR CONDICIONADO AMAZONAS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: HIROFUMI HIRADE Passaporte: TH2420491, Processo: 47039005421201467 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JING XU Passaporte: G50030822, Processo: 47039005426201490 Empresa: SERABI MINERACAO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JORGE ENRIQUE PARIONA ANCIETA Passaporte: 6244887, Processo: 47039005428201489 Empresa: HORNBECK OFFSHORE NAVEGACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Rodrigo Domingo Olivares Tapia Passaporte: 99437707, Processo: 47039005437201470 Empresa: SERABI MINERACAO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUAN BUENDIA TICLLASUCA Passaporte: 6237501, Processo: 47039005443201427 Empresa: FIAT AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DANILO MARINO Passaporte: YA5177851, Processo: 47039005444201471 Empresa: FIAT AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WALTER SALVADOR Passaporte: YA5935539, Processo: 47039005447201413 Empresa: FIAT AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MAURO SALVADOR Passaporte: YA3043726, Processo: 47039005450201429 Empresa: FIAT AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ORAZIO VIZZACCARO Passaporte: YA5301539, Processo: 47039005474201488 Empresa: METSO AUTOMATION DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VINCENT DEVON MOREHEAD Passaporte: 466231538, Processo: 47039005505201409 Empresa: ENGINEERING DO BRASIL S/A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FULVIO PECORARI Passaporte: YA2029953, Processo: 47039005511201458 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WENTING XU Passaporte: G59393674, Processo: 47039005532201473 Empresa: BASF SA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Chris David Passaporte: C7HZY5TFR, Processo: 47039005537201404 Empresa: DOMINION INSTALACOES E MONTAGENS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VICTOR VERDEJO HERRERO Passaporte: AD454718, Processo: 47039005539201495 Empresa: ESTALEIRO ATLANTICO SUL S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TOSHIAKI NISHIYAMA Passaporte: TH9576151, Processo: 47039005547201431 Empresa: ESTALEIRO ATLANTICO SUL S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KIYOSHI ISHIZUKA Passaporte: TK1811064, Processo: 47039005550201455 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TEODOR RADU Passaporte: 14857874, Processo: 47039005553201499 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SILVIU DOBRE Passaporte: 12836640, Processo: 47039005554201433 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VASILE DANIEL GHEORGHE Passaporte: 12749051, Processo: 47039005557201477 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: GEORGE JAMES MICHAUD Passaporte: BA389227, Processo: 47039005560201491 Empresa: ANOTECH ENERGY DO BRASIL SERVICOS E CONSULTORIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CLIVE WILLIAM WORTHINGTON Passaporte: 706039804, Processo: 47039005567201411 Empresa: SISMA DO BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FRANCESCO GARDELLIN Passaporte: YA2450677, Processo: 47039005621201410 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL HUELZENBECHER Passaporte: C80539N1Y, Processo: 47039005640201446 Empresa: DAIKIN AR CONDICIONADO AMAZONAS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: YUKIHIRO MATSUDA Passaporte: MS8621771, Processo: 47039005642201435 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GRZEGORZ IRENEUSZ PIECHNIK Passaporte: EG4273969, Processo: 47039005644201424 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JANUSZ PIOTR KUROWSKI Passaporte: AS0084752, Processo: 47039005647201468 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOHAN HENRIK NAESS Passaporte: 25835960, Processo: 47039005648201411 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JONAS LARS JONSSON Passaporte: 87057167, Processo: 47039005649201457 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KRZYSZTOF GRZECHOWIAK Passaporte: EB6642636, Processo: 47039005653201415 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SEBASTIAN LASKOWSKI Passaporte: AT3283081, Processo: 47039005655201412 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SVENN ERIK RINDSEM Passaporte: 27029005, Processo: 47039005656201459 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: TOMMY ANDRE LARSEN Passaporte: 27053598, Processo: 47039005660201417 Empresa: SAMSUNG SDS LATIN AMERICA SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JONGRYONG LIM Passaporte: M03754656, Processo: 47039005687201418 Empresa: DAIKIN AR CONDICIONADO AMAZONAS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: MASANORI IJICHI Passaporte: TH5279395.

Temporário - Sem Contrato - RN 69 - Resolução Normativa, de 22/03/2006:

Processo: 47039006871201477 Empresa: PERFORMAS PRODUCOES ARTISTICAS E SOCIO-CULTURAIS LTDA - ME Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANNE MARIE BUREAU Passaporte: QH360420 Estrangeiro: ANTHONY JAMES GUILFOYLE Passaporte: 522561204 Estrangeiro: BENJAMIN PENNELL GRANT Pas-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

saporte: N8117160 Estrangeiro: CATHERINE HUGHES Passaporte: WH462474 Estrangeiro: DONATO RAYMOND WHARTON Passaporte: 705335584 Estrangeiro: ERIC PIERRE BLANCHARD Passaporte: QL957360 Estrangeiro: JOHN ALEXANDER COBB Passaporte: 506271625 Estrangeiro: KATIA TALBOT Passaporte: WM772840 Estrangeiro: LOUIS FORTIER Passaporte: JX571688 Estrangeiro: LOUISE ROUSSEL Passaporte: GM045773 Estrangeiro: MARIE-PIERRE GAGNÉ Passaporte: WM762480 Estrangeiro: MARTIN OTTMAR HABERSTROH Passaporte: 231404805 Estrangeiro: NICOLAS BOUDREAU Passaporte: QC494965 Estrangeiro: NURIA GARCIA RUIZ Passaporte: BC916935 Estrangeiro: OLIVIER NORMAND-LAPLANTE Passaporte: WM678898 Estrangeiro: PATRICK DURNIN Passaporte: GL006933 Estrangeiro: REDA GUERINIK Passaporte: QF736079 Estrangeiro: RENAUD PETTIGREW Passaporte: GC932148 Estrangeiro: ROBERTO HERNANDEZ GONZALEZ Passaporte: AAH189663 Estrangeiro: SILVIO MANUEL ARRIOLA Passaporte: QH293994 Estrangeiro: SOPHIE LUCIENNE MARTIN Passaporte: X1681529 Estrangeiro: STANISLAS ELIE Passaporte: WM738198 Estrangeiro: STEVE MONTAMBAULT Passaporte: GC149097 Estrangeiro: SYLVIE COURBRON Passaporte: WM620039 Estrangeiro: VIRGINIE LECLERC Passaporte: QH360684, Processo: 46094004969201462 Empresa: CARLOS ROBERTO DE TOLEDO JUNIOR Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BRANDON LOUIS ALANIS Passaporte: 488220789 Estrangeiro: EDDIE OERTELL Passaporte: 505422168 Estrangeiro: JOSIAH JAMES FULFORD Passaporte: 214571129 Estrangeiro: LUIS JORGE CASTILLO Passaporte: 501676577 Estrangeiro: MARCOS CURIEL Passaporte: 463340908 Estrangeiro: MARK TRAA DANIELS Passaporte: 465270469 Estrangeiro: NOAH CHARLES BERNARDO Passaporte: 516886083 Estrangeiro: PAUL JOSHUA SANDOVAL Passaporte: 475255964, Processo: 46094004999201479 Empresa: AZUL PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - EPP Prazo: 10 Dia(s) Estrangeiro: PAUL EVAN DORIN Passaporte: 488580319 Estrangeiro: RAUL STERLING MIDON Passaporte: 422064463, Processo: 47039006663201478 Empresa: MONIQUE DE OLIVEIRA DARDENNE TAVARES DE SOUZA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARC ROMBOY Passaporte: C6YRR6F2H, Processo: 47039006823201489 Empresa: RPG & BAR DANCANTE LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: KATHRYN ELIZABETH FRANZEN Passaporte: 467506446, Processo: 47039006825201478 Empresa: THIAGO ESTEVAO REIS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PARIS FOTIS-ZOUBRIS Passaporte: GB977569 Estrangeiro: SIMONE TETI Passaporte: WG648378, Processo: 47039006868201453 Empresa: FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DO ESTADO DE SAO PAULO - FUNDACAO OSESP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Kevin A Hays Passaporte: 488407631, Processo: 47039006870201422 Empresa: FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DO ESTADO DE SAO PAULO - FUNDACAO OSESP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Bradford Alexander Mehldau Passaporte: 451097842, Processo: 47039006882201457 Empresa: IUNA MARKETING EIRELI - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: AKIL DASAN BAKER Passaporte: 505656014 Estrangeiro: ANATOL EREMCIUC BAGHICI Passaporte: AAH163354 Estrangeiro: ANDREW RODRICA WARD Passaporte: 510755507 Estrangeiro: BABATUNDE JOEL JEGEDE Passaporte: 099115408 Estrangeiro: CECILIA BEATRIZ BELLORIN BYRNE Passaporte: BD578466 Estrangeiro: CHUKWUKA FORTUNE ECHEFU Passaporte: AO5793219 Estrangeiro: JEAN PHILIPPE DEMERS LELOTTE Passaporte: QI467451 Estrangeiro: LORENZO GIULIANO RAINER DOLCE Passaporte: C5HTY9KN1 Estrangeiro: LUCAS ZIMBEL Passaporte: QA347416 Estrangeiro: MARIIA TERIAEVA Passaporte: 726959827 Estrangeiro: MARTIN MIGUEL PIRAGINO Passaporte: F421625 Estrangeiro: NADEZDA GRITSKEVICH Passaporte: 71 8679443 Estrangeiro: PAUL DAWSON Passaporte: QC788257 Estrangeiro: RAFAEL ARNOLDO SOTOMAYOR GALLARDO Passaporte: 136648586 Estrangeiro: SEDAT KOÇ Passaporte: U04734335 Estrangeiro: TOMASZ HENRYK WITIAK Passaporte: AL0339493, Processo: 47039006893201437 Empresa: JELB- RIO PRODUCOES E EVENTOS LTDA - ME Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANA CORTE-REAL DE MATOS FERNANDES Passaporte: N200882 Estrangeiro: EDMUNDO CARLOS CERQUEIRA DA SILVA Passaporte: M643329 Estrangeiro: EVA MARISE CRUZEIRO ALEXANDRE Passaporte: M780331 Estrangeiro: KID SEBASTIÃO MANUEL Passaporte: N1603042 Estrangeiro: NELSON DA SILVA DUARTE Passaporte: N133276 Estrangeiro: SAMUEL MARTINS TORRES SANTIAGO MIRA Passaporte: M328055, Processo: 47039006917201458 Empresa: VITOR PIMENTA DA COSTA LIMA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MONROE ROMAN WALKER Passaporte: 488163594, Processo: 47039006935201430 Empresa: TWR GRAVADORA, EDITORA E PROMOTORA DE EVENTOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: COSTANDIA COSTI Passaporte: 720028902, Processo: 47039006939201418 Empresa: ARTE RUMO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANA MILENA DA ROCHA GASPAR BESCHE Passaporte: N035225 Estrangeiro: MARIA CRISTINA ROSAL GONÇALVES Passaporte: M544124 Estrangeiro: MATHIEU VINCENT D. GERARD Passaporte: EJ918262 Estrangeiro: MIGUEL ROSAL MARTINS Passaporte: L577079 Estrangeiro: PIERRE JACQUES PASCAL GILLET Passaporte: EK164752 Estrangeiro: THIBAULT ROMAIN S. DILLE Passaporte: EK278938, Processo: 47039006944201421 Empresa: PAULO FERRAZ PIRES NETO Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: John Grannis Beesemyer-Monkman Passaporte: 443894597.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 46094004110201453 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDRE GUSE Passaporte: 480529976, Processo: 46094004112201442 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KENNETH ANDREW MORTELL Passaporte: 761230169, Processo: 46094004111201406 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WILLIAM BRYCE Passaporte: 506237927, Processo: 47041002121201487 Empresa: ASTRO INTERNACIONAL S/A Prazo: até 28/12/2014 Estrangeiro: Arkadiusz Marek Jakubik Passaporte: ED2250006, Processo: 47041002173201453 Empresa: ASTRO INTERNACIONAL S/A Prazo: até 28/12/2014 Estrangeiro: David Keith Wrightson Passaporte: 521343477, Processo: 47041002179201421 Empresa: ASTRO INTERNACIONAL S/A Prazo: até 28/12/2014 Estrangeiro: Mariusz Waldemar Ogonowski Passaporte: ED4236068, Processo: 47041002185201488 Empresa: ASTRO INTERNACIONAL S/A Prazo: até 28/12/2014 Estrangeiro: Przemyslaw Karkuszewski Passaporte: ED2938487, Processo: 47041002186201422 Empresa: ASTRO INTERNACIONAL S/A Prazo: até 28/12/2014 Estrangeiro: Adrian Benedict Wanza Passaporte: 482907237 Estrangeiro: Bartlomiej Jerzy Zielinski Passaporte: ED7734321 Estrangeiro: DEREK STEWART MORRISON GRIFFITHS Passaporte: 093124800 Estrangeiro: JOHN RONALD ATKINSON Passaporte: 110522364 Estrangeiro: Jaroslaw Wincenty Krzyzanowski Passaporte: ED2734359 Estrangeiro: MARCIN STANISLAW MACIEJEWSKI Passaporte: ED2249372 Estrangeiro: Radoslaw Loziak Passaporte: EE2619635 Estrangeiro: Rafal Arkadiusz Jankuniec Passaporte: EB1532888 Estrangeiro: SLOBODAN UZELAC Passaporte: 002806508 Estrangeiro: Waheed Jamalodien Passaporte: M00006865 Estrangeiro: Zeljko Tanfara Passaporte: 046248902, Processo: 46094004305201401 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GRAEME HARRY WILEMAN Passaporte: 478832004, Processo: 47041002321201430 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: DAVID ALEXANDER FRASER Passaporte: 761250889 Estrangeiro: RAYMOND JARVIE SMITH Passaporte: 402863081, Processo: 47041002557201476 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ernesto Jr Tomas Salacup Passaporte: EB1873754, Processo: 46094004540201475 Empresa: PACIFIC DRILLING DO BRASIL SERVICOS DE PERFURACAO LTDA. Prazo: até 04/02/2015 Estrangeiro: DAVID ROY TUKEY Passaporte: 463695031, Processo: 46094004621201475 Empresa: PACIFIC DRILLING DO BRASIL SERVICOS DE PERFURACAO LTDA. Prazo: até 04/02/2015 Estrangeiro: RUSSEL ANTHONY D COSTA Passaporte: H2005210, Processo: 46094004486201468 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOHN AIDEN SUGRUE Passaporte: 099223827, Processo: 46094004483201424 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GORDON FRANK ROWLEY Passaporte: 099111076, Processo: 46094004487201411 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 31/03/2015 Estrangeiro: ELIO TARICANI Passaporte: EI645206 Estrangeiro: GEERT VERVAET Passaporte: EI673889, Processo: 46094004489201400 Empresa: ROHDE NIELSEN DO BRASIL DRAGAGEM LTDA Prazo: até 03/09/2014 Estrangeiro: MIKAEL LYNDERUP ELIASEN Passaporte: 207399114, Processo: 46094004482201480 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KEVIN ALDEN PHYFER Passaporte: 800575311, Processo: 46094004535201462 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BLAISE WILLIAM MORRIS Passaporte: M00104508, Processo: 46094004494201412 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 28/05/2015 Estrangeiro: ANDREW CAMPBELL Passaporte: 801531884 Estrangeiro: DAVID CHRISTOPHER MACKAY Passaporte: 513600955 Estrangeiro: ROSS HEWITT Passaporte: 402653412, Processo: 46094004505201456 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KIRK GEORGE COLWELL Passaporte: 309647055, Processo: 46094004502201412 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GRAEME EDWARD PERRY Passaporte: 508054762, Processo: 46094004504201410 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DUNCAN JAMES MCISSAC Passaporte: 465210994, Processo: 46094004501201478 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GRAHAM ALASTAIR TYRE Passaporte: 403113097, Processo: 47041002642201434 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/05/2015 Estrangeiro: Glib Buga Passaporte: EK229046, Processo: 46094004533201473 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: COLIN LESLIE CAMPBELL Passaporte: 800713088, Processo: 46094004532201429 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAMIAN GRAHAM MORRIS Passaporte: 508568589, Processo: 46094004534201418 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHAUN CONMAN Passaporte: 507036934, Processo: 46094004498201492 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BONIFACIO CUERDO CAIBIGAN Passaporte: EB2948597 Estrangeiro: CELESTEO EVANGELISTA CADEVIDA Passaporte: EB4125149 Estrangeiro: CLARETH ANTHONY MEDIDA MARFA Passaporte: EB6434660 Estrangeiro: HARMON CATINOY MOSCOSO Passaporte: XX0544840 Estrangeiro: JOSEPH FUENTES RESURRECCION Passaporte: EC1050432 Estrangeiro: MARCELINO MANANSALA OCAMPO Passaporte: EB1586844, Processo: 46094004493201460 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: até 10/08/2015 Estrangeiro: RUSTOM RONDA VARGAS Passaporte: EB1872522, Processo: 46094004495201459 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: até 10/08/2015 Estrangeiro: CHRISTIAN HENRIKSEN Passaporte: 28958393 Estrangeiro: JAMES BRETT BUNN Passaporte: 136074113 Estrangeiro: STEPHEN VELLA Passaporte: 1021763, Processo: 46094004500201423 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LAZAR POPOVIC Passaporte: H52HJ8071, Processo: 46094004499201437 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JULIUS QUITOY DELOS SANTOS Passaporte: XX4830770, Processo: 46094004496201401 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: até 10/08/2015 Estrangeiro: JOHNNY HALTBAAK Passaporte: 27424194, Processo: 46094004544201453 Empresa: BRATEXCO - REPRESENTACOES E SERVICOS EM ENERGIA LTDA Prazo: até 31/12/2015 Estrangeiro: SCIBOR ZDZISLAW SMOLICZ Passaporte: EB 7357744, Processo: 46094004531201484 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PETER PULTZ MADSEN Passaporte: 205015800, Processo: 46094004497201448 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: até 10/08/2015 Estrangeiro: GLENN ANGELO CENIZA NONAN Passaporte: EB3684600, Processo: 46094004537201451 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MYKHAYLO MATVIYETS Passaporte: ET177720, Processo: 46094004529201413 Empresa: SEALION DO BRASIL NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAVID GARETH HUGHES Passaporte: 505313835, Processo: 46094004566201413 Empresa: PACIFIC DRILLING DO BRASIL SERVICOS DE PERFURACAO LTDA. Prazo: até 04/02/2015 Estrangeiro: DAWID RAFAL ZOLYNIAK Passaporte: AV3341769, Processo: 46094004536201415 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOHN LEONARD WILSON Passaporte: 093233782, Processo: 47041002717201487 Empresa: BASSDRILL BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JARELL TARUS BOUDREAUX Passaporte: 428054772, Processo: 46094004581201461 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROBERT JANUSZ PISZCZYNSKI Passaporte: AS 4450166, Processo: 46094004601201402 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NOE MILGAR CANETE Passaporte: XX5121969 Estrangeiro: SANDY LUMIO SUCRO Passaporte: EC1010735, Processo: 46094004563201480 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 31/03/2015 Estrangeiro: Kristof Vercammen Passaporte: EJ329791 Estrangeiro: Raphael Georges Luc Marie J. Vervenne Passaporte: EJ792891, Processo: 46094004582201414 Empresa: ASSO MARITIMA NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTONINO IZZO Passaporte: F 529116, Processo: 46094004604201438 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BENGIE ALO-AD APOSTOL Passaporte: EB4781231 Estrangeiro: EMERITO LACSAMANA RAMOS Passaporte: EB4583613 Estrangeiro: NEPTHALIE ENDONILA SUGUITAN Passaporte: EB3470506 Estrangeiro: WILLIAM CANETE MATANDAC Passaporte: EB6011121, Processo: 46094004603201493 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAY ILLUT GILBUENA Passaporte: EB3364054, Processo: 46094004578201448 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SVENNING DYBDAL Passaporte: 207296652, Processo: 46094004580201417 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDERS CHRISTENSEN Passaporte: 206544554, Processo: 46094004602201449 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 15/06/2015 Estrangeiro: GARY NAPIER MURISON Passaporte: 800902813, Processo: 47041002804201434 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: até 30/12/2015 Estrangeiro: JAMES NOLON WILLIAMS II Passaporte: 505896813, Processo: 47041002842201497 Empresa: ASTRO INTERNACIONAL S/A Prazo: até 26/01/2016 Estrangeiro: PEDRO MELO CANALES Passaporte: 5700923, Processo: 47041002883201483 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Lasha Tavadze Passaporte: 10BB35645, Processo: 47041002893201419 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 13/07/2016 Estrangeiro: PERRY NEIL WIGGINS Passaporte: 514242003, Processo: 47041002896201452 Empresa: RELIANCE SERVICOS MARITIMOS DO BRASIL LTDA Prazo: até 23/09/2015 Estrangeiro: JOHN HAAKAN HELLQVIST Passaporte: 81351946, Processo: 47041002901201427 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 19/09/2015 Estrangeiro: Allan Ramos Maloles Passaporte: EB3374688, Processo: 47041002905201413 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Sotirios Megas Passaporte: AH4412712, Processo: 47041002914201404 Empresa: GOLAR SERVICOS DE OPERACAO DE EMBARCACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Daniel Arnold Sabate Agus Passaporte: EB8649390, Processo: 47041002916201495 Empresa: GOLAR SERVICOS DE OPERACAO DE EMBARCACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Bonifacio Cloma Milay Passaporte: EB8377417, Processo: 47041002918201484 Empresa: GOLAR SERVICOS DE OPERACAO DE EMBARCACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Erwin Culanibang Villarin Passaporte: EB5723722, Processo: 47041002923201497 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 04/08/2015 Estrangeiro: Igors Rudikins Passaporte: LV4449249, Processo: 47041002924201431 Empresa: GOLAR SERVICOS DE OPERACAO DE EMBARCACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Maflih Majazi Passaporte: A2264605, Processo: 47041002927201475 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/08/2015 Estrangeiro: Neil Orilla Castillo Passaporte: EB2084990, Processo: 47041002926201421 Empresa: GOLAR SERVICOS DE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

OPERACAO DE EMBARCACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Hasan Abdullah Passaporte: A5887869, Processo: 47041002928201410 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 31/10/2015 Estrangeiro: Jude Puentespina Bersamin Passaporte: EB2550305, Processo: 47041002929201464 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/09/2015 Estrangeiro: KONSTANTINOS BRILIS Passaporte: AH2914932, Processo: 47041002932201488 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 03/02/2015 Estrangeiro: GERRY CASTELLANO CAAMPUED Passaporte: EB1535502 Estrangeiro: JOHN-JOHN GENER AGUIHAP Passaporte: EB6122541, Processo: 47041002931201433 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 07/03/2016 Estrangeiro: Manthonikos Katsaros Passaporte: AK1056979, Processo: 47041002934201477 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 27/03/2016 Estrangeiro: DAMIR MARIJANOVIC Passaporte: 004186694, Processo: 47041002935201411 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 07/03/2016 Estrangeiro: Felix Esquivel Canas Passaporte: 002111989, Processo: 47041002937201419 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Antonio Tadin Passaporte: 003077032, Processo: 47041002939201408 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Claude Guy Michel Maerten Passaporte: EI589462, Processo: 47041002940201424 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 31/10/2015 Estrangeiro: Allan Arceño Elardo Passaporte: EB1962854 Estrangeiro: Leoncio Abarintos Castillo Passaporte: EB7289988, Processo: 47041002945201457 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIA YSABEL HUDSON Passaporte: 518092473, Processo: 47041002947201446 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HELDER ENRIQUE RODRIGUEZ TOLOZA Passaporte: AM771042, Processo: 47041002948201491 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 17/02/2016 Estrangeiro: Venkateswara Rao Katta Passaporte: Z1825503, Processo: 47041002949201435 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 17/02/2016 Estrangeiro: Vivek Bhandarkar Passaporte: K0993699, Processo: 47041002950201460 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Vitaliy Frolov Passaporte: EP063856, Processo: 47041002951201412 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Arkadiusz Obszanski Passaporte: ED0303971, Processo: 47041002953201401 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Dmitry Surtaev Passaporte: 704996513, Processo: 47041002952201459 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Donat Bajlo Passaporte: 161367550, Processo: 47041002957201481 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SUKHCHANDAN SINGH GILL Passaporte: H6078691, Processo: 47041002961201440 Empresa: POSIDONIA SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 05/05/2015 Estrangeiro: Koralalage Don Sri Kasun Jayanath Kalutara Passaporte: N3330410 Estrangeiro: Loreto Jr. Nogales Vargas Passaporte: EB1006646 Estrangeiro: Narciso Basa Alcantara Passaporte: EB0070510, Processo: 47041002959201471 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 19/03/2016 Estrangeiro: Piotr Wieczorek Passaporte: EG6554132, Processo: 47041002958201426 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Fred Tuble Tuares Passaporte: EB6092100, Processo: 47041002960201403 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BJOERN OVE RUUD Passaporte: 26360406, Processo: 47041002962201494 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Mykhaylo Sedunov Passaporte: EK852495, Processo: 47041002963201439 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Bo Vibech Hauge Passaporte: 207373761, Processo: 47041002964201483 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Hanus Ingi Hansen Passaporte: 205317520, Processo: 47041002965201428 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Gines Amazona Alonso Passaporte: EB9571053, Processo: 47041002966201472 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Genadi Plujnikov Passaporte: 09AL78432, Processo: 47041002969201414 Empresa: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A Prazo: até 07/01/2015 Estrangeiro: MICHAL MIROSLAW JUSZCZAK Passaporte: AL9138181 Estrangeiro: PAVLO KHODZHAYEV Passaporte: EX602166, Processo: 47041002967201417 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jorge Delos Santos Maranon Passaporte: EB8688287, Processo: 47041002968201461 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Feliciano Dordas Dumalayang Passaporte: EB2170392, Processo: 47041002971201485 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Dmytro Burlachenko Passaporte: EE334026, Processo: 47041002989201487 Empresa: ETESCO CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA Prazo: até 02/06/2016 Estrangeiro: DEVENDRA VASANTRAO SHIMPI Passaporte: Z2445011, Processo: 47041002975201463 Empresa: CHEVRON BRASIL UPSTREAM FRADE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CORY MICHAEL DURHAM Passaporte: 428589580 Estrangeiro: GRZEGORZ ZBIGNIEW DANIK Passaporte: EF4034796, Processo: 47041002976201416 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Siddhesh Harishchandra Chaulkar Passaporte: L4824449, Processo: 47041002978201405 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JENS CHRISTIAN BOJESEN Passaporte: 203913186 Estrangeiro: RENE STEEN DAHL DYRING Passaporte: 201006946, Processo: 47041002980201476 Empresa: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A Prazo: até 10/12/2014 Estrangeiro: ROBERT PIOTR MICHALIK Passaporte: AS9115451, Processo: 47041002983201418 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 28/02/2016 Estrangeiro: Alaa Eldin Abd Elbaky Abdalla Abdalla Khalifa Passaporte: 2114430, Processo: 47041002986201443 Empresa: PARAGON OFFSHORE DO BRASIL LTDA Prazo: até 18/10/2015 Estrangeiro: Marko Bicanic Passaporte: 200225455, Processo: 47041002987201498 Empresa: BASSDRILL BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LARS FREDRIK STARK Passaporte: 82030067, Processo: 47041002988201432 Empresa: PARAGON OFFSHORE DO BRASIL LTDA Prazo: até 13/08/2015 Estrangeiro: Samuel Wayne Mckee Passaporte: 458898698, Processo: 47041002990201410 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 31/01/2015 Estrangeiro: Atmaram Dhuri Passaporte: L3094031, Processo: 47041002991201456 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Paul Souvik Passaporte: H4486178, Processo: 47041002993201445 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jaime Talaroc Manginsay Passaporte: EB5921690, Processo: 47041002994201490 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Serafeim Tsiamis Passaporte: AK1162315, Processo: 47041002995201434 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Stein Egil Sjuve Passaporte: 25686035, Processo: 47041002996201489 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Valeriy Podolyan Passaporte: EA261629, Processo: 47041002997201423 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/07/2015 Estrangeiro: Santos Gabriel Ginog Tabugo Passaporte: EB9871498, Processo: 47041002998201478 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 04/06/2015 Estrangeiro: Thomas Therp Christensen Passaporte: 207027056, Processo: 47041002999201412 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/07/2016 Estrangeiro: Carlos Velasco Gerona Passaporte: EB4513383, Processo: 47041003001201405 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Anargyros Liosis Passaporte: AK3214108, Processo: 47041003002201441 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/07/2016 Estrangeiro: Danilo Siguenza Valenciano Passaporte: EB7175804 Estrangeiro: Jerson Navarro Gosiaco Passaporte: EB5398308, Processo: 47041003003201496 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/05/2015 Estrangeiro: Glib Zaichenko Passaporte: EA902237, Processo: 47041003004201431 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Vjaceslavs Saplavskis Passaporte: LV4060118, Processo: 47041003005201485 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Hans Erik Saue Passaporte: 27887359, Processo: 47041003007201474 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Francis Bertrand Passaporte: QJ454970 Estrangeiro: François Demontigny Passaporte: QM505413 Estrangeiro: Frederic Cote Passaporte: WM734847 Estrangeiro: Laurence Guenette Passaporte: GI204524, Processo: 47041003008201419 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 17/01/2015 Estrangeiro: Adriano Benedicto Del Rosario Passaporte: EB3915473 Estrangeiro: Tirpati Singpilli Passaporte: F9319044, Processo: 47041003009201463 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ildefonso Malazarte Costelo Passaporte: EC1111014, Processo: 47041003010201498 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 27/03/2016 Estrangeiro: Sharad Mehta Passaporte: Z2755499, Processo: 47041003011201432 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Donald Michael Carey Passaporte: BA423410, Processo: 47041003012201487 Empresa: TEEKAY PIRANEMA SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Magnus Aarflot Passaporte: 29969554, Processo: 47041003013201421 Empresa: TEEKAY PIRANEMA SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Helge Grande Passaporte: 26120805, Processo: 47041003014201476 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 07/03/2016 Estrangeiro: Mikel Stefan Sarris Passaporte: E392518, Processo: 47041003015201411 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 07/03/2016 Estrangeiro: Cristian Constantin Passaporte: 14531998, Processo: 47041003016201465 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/09/2015 Estrangeiro: Alvin Ronnel Mamayson Mislang Passaporte: EB7121068, Processo: 47041003019201407 Empresa: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NESTOR FERNANDO GUERRERO FAMY Passaporte: EB9543008, Processo: 47041003017201418 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/09/2015 Estrangeiro: Aleksei Seleznev Passaporte: 644192185, Processo: 47041003018201454 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Kostas Gkiata Passaporte: AI3821213, Processo: 47041003020201423 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 17/01/2015 Estrangeiro: SHAHOUL HAMID S/O JAHABAR ALI Passaporte: E2347334F, Processo: 47041003021201478 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 17/01/2015 Estrangeiro: Ivanov Aleksandr Passaporte: 73 1509839, Processo: 47041003023201467 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/08/2015 Estrangeiro: ALFREDO SIAGAN TIGUE Passaporte: EB2182031, Processo: 47041003024201410 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AMELITO PEPINO NOVERA Passaporte: EB0374300, Processo: 47041003028201490 Empresa: SEVAN MARINE SERVICOS DE PERFURACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WILLIAM ADRIAN CHURCHILL Passaporte: E3048211, Processo: 47041003026201409 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/09/2015 Estrangeiro: Gel Galamiton Limpag Passaporte: EB8261433, Processo: 47041003027201445 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Birger Michael Gormsen Passaporte: 206898672 Estrangeiro: Marek Stanislaw Godlewski Passaporte: AU9741029 Estrangeiro: Wojciech Baryla Passaporte: AT 4233267, Processo: 47041003030201469 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LAURO BARILLA MACASOCOL Passaporte: EB4922088, Processo: 47041003033201401 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHARLITO JENTERONI DOYDOY Passaporte: XX5689971, Processo: 47041003032201458 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 04/06/2015 Estrangeiro: Ivans Hmelevskis Passaporte: LM0859732, Processo: 47041003034201447 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TOMMY PESADO CASUPANAN Passaporte: EB7044523, Processo: 47041003035201491 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VIRGILIO ORDONEZ LAGAC Passaporte: EC0681923, Processo: 47041003036201436 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PORFERIO MENDRES DIAZ Passaporte: EB4691297, Processo: 47041003038201425 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BENITO QUIOCSON GERMO Passaporte: EB9213565, Processo: 47041003040201402 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. - ME Prazo: até 28/03/2015 Estrangeiro: JAMES MURRAY KENNEDY Passaporte: BA453539 Estrangeiro: JEFFREY ROBERT MCDONALD Passaporte: QJ383972 Estrangeiro: NOEL BANIQUED MENDOZA Passaporte: EB5862490, Processo: 47041003042201493 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. - ME Prazo: até 18/01/2016 Estrangeiro: ANDRIY ZAKHARCHENKO Passaporte: ET317721 Estrangeiro: IGOR ANOPRIIEV Passaporte: EK730428, Processo: 47041003044201482 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 07/07/2016 Estrangeiro: Gorkem Kuruçayli Passaporte: U02975502, Processo: 47041003047201416 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/07/2016 Estrangeiro: June Bernard Lauron Passaporte: EB0575127, Processo: 47041003048201461 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Nikolaos Doukas Passaporte: AK0178201, Processo: 47041003051201484 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Georgios Neofytos Passaporte: AH3932391, Processo: 47041003052201429 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 04/04/2016 Estrangeiro: Tarek Said Mohamed Amer Passaporte: 3024032, Processo: 47041003056201415 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ceciron Alejo Duran Passaporte: EB7757008, Processo: 47041003053201473 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 15/11/2015 Estrangeiro: Mohamed Elsayed Soliman Ahmed Passaporte: A02532689, Processo: 47041003055201462 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. - ME Prazo: até 28/03/2015 Estrangeiro: KOSTYANTYN SHABALIN Passaporte: EP275254, Processo: 47041003057201451 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: AGUS DARMAWAN SAPUTRA Passaporte: A2919350, Processo: 47041003058201404 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Lourence Manlukot Duran Passaporte: EB0592664 Estrangeiro: Uldarico Jr Acosta Guillermo Passaporte: EC0056275, Processo: 47041003059201441 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. - ME Prazo: até 12/02/2015 Estrangeiro: EUAN VOIGT MACKAY Passaporte: 521320249 Estrangeiro: FRANCIS DING Passaporte: K24044843 Estrangeiro: MARCEL BABIN Passaporte: BA453795, Processo: 47041003063201417 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AJITH BANDARA KONARATHNA MUDIYANSELAGE Passaporte: N5177607 Estrangeiro: AMILA KUMARA RANEGE Passaporte: N5181922 Estrangeiro: AWANTHA SHYAMAL THAMBAWITAGE DON Passaporte: N3584430 Estrangeiro: DHARMASIRI WEERASINGHE KANDE GEDARA Passaporte: N5103732 Estrangeiro: NANDANA NEELARATNE KUMARASINGHE KUMARASINGHE HETTIARACHCHIGE Passaporte: N5153085 Estrangeiro: RUWAN GUNARATHNA PURANE GEDARA Passaporte: N2977184 Estrangeiro: SAMANTHA KUMARA ILANDARA PEDIGE Passaporte: N5178218 Estrangeiro: UPUL KUMARA THENNAKOON THENNAKOON MUDIYANSELE GEDARA Passaporte: N2274145, Processo: 47041003060201475 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Viacheslav Kuznietsov Passaporte: EC431827, Processo: 47041003061201410 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ivica Grubelic Passaporte: 153802567, Processo: 47041003062201464 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Gerlie Juaneza Dela Cruz Passaporte: EB5946161 Estrangeiro: Marvin Miguel Apape Passaporte: EC1383427, Processo: 47041003064201453 Empresa: INTERNACIONAL MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MACIEJ RYSZARD PROCHNICKI Passaporte: ED5618775, Processo: 47041003065201406 Empresa: INTERNACIONAL MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MATEUSZ KAMIL KAROLIK Passaporte: EC2255611, Processo: 47041003066201442 Empresa: INTERNACIONAL MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RAFAL DOMINIK PALUSZKIEWICZ Passaporte: EA5359576, Processo: 47041003070201419 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 17/01/2015 Estrangeiro: Johnson Kazhunnadiyil Cherian Passaporte: Z1933119.

Temporário - Sem Contrato - RN 87 - Resolução Normativa, de 15/09/2010:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014071600076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 47039004920201437 Empresa: EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANA LUCIA PIRES CORREIA Passaporte: M283958, Processo: 47039005281201427 Empresa: HYUNDAI HEAVY INDUSTRIES BRASIL - INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EUNSE LEE Passaporte: M58594344, Processo: 47039005287201402 Empresa: HYUNDAI HEAVY INDUSTRIES BRASIL - INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SEMYUNG KWON Passaporte: M46578185, Processo: 47039005292201415 Empresa: HYUNDAI HEAVY INDUSTRIES BRASIL - INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MINGI PARK Passaporte: M73582866, Processo: 47039005296201495 Empresa: HYUNDAI HEAVY INDUSTRIES BRASIL - INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SEOYOON KIM Passaporte: M59303856, Processo: 47039005508201434 Empresa: GEICO BRASIL LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: ROBERTO PORZIA Passaporte: E557664, Processo: 47039005708201497 Empresa: MITSUBISHI CORPORATION DO BRASIL S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YUICHI MATSUURA Passaporte: TH 9.187.828.

Temporário - Sem Contrato - RN 98 - Resolução Normativa, de 14/11/2012:

Processo: 47039006933201441 Empresa: COMITE ORGANIZADOR DOS JOGOS OLIMPICOS RIO 2016 Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BJOERN JOHAN BJOERKLUND Passaporte: 81034625, Processo: 47039006937201429 Empresa: COMITE ORGANIZADOR DOS JOGOS OLIMPICOS RIO 2016 Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SPYRIDOULA MAGKLARA Passaporte: AH3235863.

Temporário - Com Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 47039006168201469 Empresa: ASSOCIACAO PARANAENSE DE CULTURA - APC Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OLIVIER MARTIN LOUIS ALBERT RENÉ FERON Passaporte: EJ 051951.

Permanente - Sem Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 46094004914201452 Empresa: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO Prazo: Indeterminado Estrangeiro: NATALIIA GOLOSHCHAPOVA Passaporte: EA680779, Processo: 46094004915201405 Empresa: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JAROSLAVA VARELLA VALENTOVA Passaporte: 41776312.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso I):

Processo: 47039006266201404 Empresa: FCF - FABRICA CATARINENSE DE FIXADORES S.A Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DALE EDWARD HAMPTON Passaporte: 221729545, Processo: 47039006278201421 Empresa: MAERSK OIL BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Fernando Manuel Lanca Passaporte: 13FV22564, Processo: 46094004968201418 Empresa: PIONEER DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: NORIYA INOUE Passaporte: TK3642194, Processo: 46094004883201430 Empresa: KINUGAWA FABRICACAO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PECAS AUTOMOTIVAS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: YOSHIHIRO KOYANAGI Passaporte: TK1405017, Processo: 46094004939201456 Empresa: MAZAK SULAMERICANA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MAKOTO HASUO Passaporte: TZ0780236, Processo: 47039006730201454 Empresa: MANITOWOC CRANE GROUP (BRAZIL) - GUINDASTES LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: Bruce Buchan Passaporte: 420300695, Processo: 47039006729201420 Empresa: HALTON DO BRASIL AMBIENTES, ENERGIA E SEGURANCA LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: Ismo Antero Manninen Passaporte: PU1319986, Processo: 47039006741201434 Empresa: SHILLA BRASIL PARTICIPACOES LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: EUN SEOK PARK Passaporte: M01272896, Processo: 47039006742201489 Empresa: SHILLA BRASIL PARTICIPACOES LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SEUNGSOO KIM Passaporte: M00666987, Processo: 47039006750201425 Empresa: MMC METAL DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: AKIRA OKAMOTO Passaporte: TG8033779, Processo: 47039006781201486 Empresa: AVIC INTERNATIONAL DO BRASIL REPRESENTACOES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Bo Peng Passaporte: P01676745, Processo: 47039006835201411 Empresa: KYODO BRASIL AGENCIA DE NOTICIAS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Masahiro Watanabe Passaporte: TH2581347, Processo: 47039006876201408 Empresa: YOKOGAWA AMERICA DO SUL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: KEN FUJIMOTO Passaporte: TH3517661, Processo: 47039006877201444 Empresa: YOKOGAWA AMERICA DO SUL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: YASUHARO SHODA Passaporte: TK5928029, Processo: 47039006878201499 Empresa: YOKOGAWA AMERICA DO SUL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TATSUKI MASUDA Passaporte: TH7562075.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso II):

Processo: 47039006522201455 Empresa: TAE YANG DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE INJECAO PLASTICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YURI KIM Passaporte: M92522043, Processo: 47039006666201410 Empresa: TAE YANG DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE INJECAO PLASTICA LTDA Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: JAEHYUN KIM Passaporte: M83291479, Processo: 47039006668201409 Empresa: TAE YANG DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE INJECAO PLASTICA LTDA Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: MYEONGGEUN PARK Passaporte: M68680568.

Permanente - Sem Contrato - RN 84 - Resolução Normativa, de 10/02/2009:

Processo: 46212016252201399 Empresa: TRANSPORTES RORAIMA DO PARANA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Gerardo Antonio Celli Kubler Passaporte: 074096927, Processo: 46880000187201498 Empresa: FASHION TRADERS LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JAN WILLEM OOST Passaporte: BC779HFR9, Processo: 46094002853201499 Empresa: VIOLET BIJUTERIAS LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SANG CHUNG Passaporte: M80880657, Processo: 46215014430201406 Empresa: MAANNOLO CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: joachim pierre alexandre beuscher Passaporte: 05RP22795, Processo: 46094004839201420 Empresa: GDM CONSULTORIA E ASSESSORIA EM DESIGN E DECORACAO DE INTERIORES LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Christian Marcel Alain Gonnet Passaporte: 12AK25484, Processo: 46205011824201413 Empresa: XPRO INCORPORADORA LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Arnis Mikelionis Passaporte: 21169670, Processo: 46205011571201488 Empresa: DIARCA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JAUME VALLVERDU MUNOZ Passaporte: AAE584755, Processo: 46880000198201478 Empresa: BAVARIA PRETZEL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FRANZ LORENZ PRÖBSTL Passaporte: CF5KOLX99, Processo: 46205011734201422 Empresa: JFP PARTICIPACOES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JORGE FRANCISCO DA CUNHA PINHEIRO Passaporte: L959282, Processo: 47039006692201430 Empresa: BRAFILTROS COMERCIO DE FILTROS INDUSTRIAIS LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GIOVANNI MANNELLI Passaporte: YA1145210, Processo: 47039006693201484 Empresa: BRAFILTROS COMERCIO DE FILTROS INDUSTRIAIS LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PAOLO VITALONI Passaporte: C949191, Processo: 47039006743201423 Empresa: FALCAO INCORPORACOES IMOBILIARIAS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GONÇALO NUNO FERREIRA CAPELA GODINHO Passaporte: L836013.

O Coordenador Geral de Imigração - Substituto no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: ANGELO MINOTTA a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Financeiro, Diretor de Relações Institucionais e Diretor de Tecnologia da Informação na MAXLAV LAVANDERIA ESPECIALIZADA S.A. Processo: 47039.005719/2014-77, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.028839/2012-53.

O Coordenador Geral de Imigração - Substituto no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: LUCIANO FACCHINI a exercer concomitantemente o cargo de Diretor de Relações Institucionais e Diretor de Tecnologia de Informação na VIDA LAVANDERIAS ESPECIALIZADA S.A. Processo: 47039.005767/2014-65, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.021585/2013-23.

O Coordenador-Geral de Imigração - Substituto, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 46094004231201403 Empresa: MARCIO TURCATO AGENCIA DE VIAGEM - ME Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: Genoveva Maria Montiel Company Passaporte: BE024278, Processo: 47039005847201411 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: luis alfredo arbona haddad Passaporte: 060891772, Processo: 47039005506201445 Empresa: BRACO CONSTRUTORA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Dae Sung Lim Passaporte: M07070891, Processo: 46094004054201457 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 11/07/2015 Estrangeiro: ALEKSANDR ILJIN Passaporte: 22068407, Processo: 46094004052201468 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 11/07/2015 Estrangeiro: ROMEO BARAKA Passaporte: 072630888, Processo: 46094004045201466 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 11/07/2015 Estrangeiro: BARTLOMIEJ BOGDAN HOLOWCZYC Passaporte: AU5750665, Processo: 46094004046201419 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 11/07/2015 Estrangeiro: MILAN BURIC Passaporte: 156135084, Processo: 46094004047201455 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 11/07/2015 Estrangeiro: IVAN VANTIC Passaporte: 174078661, Processo: 46094004048201408 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 11/07/2015 Estrangeiro: VOLODYMYR MINKO Passaporte: EH030487, Processo: 46094004051201413 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 11/07/2015 Estrangeiro: SLAVEN RADOVIC Passaporte: 150985719, Processo: 46094004049201444 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 11/07/2015 Estrangeiro: MARIO MARINOVIC Passaporte: 168140098, Processo: 46094004298201430 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 11/07/2015 Estrangeiro: JORG PANKOW Passaporte: C0HGCRRMJ, Processo: 47041002977201452 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jose Jr Fernandez Zamora Passaporte: EB9438446, Processo: 47039005120201433 Empresa: M E M POUSADA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JULIANNE ROSE MANZETTI Passaporte: 09AT97307.

O Coordenador Geral de Imigração - Substituto, no uso de suas atribuições, resolve: não conhecer do pedido de reconsideração, em razão da intempestividade do pedido, previsto no parágrafo 1º do art. 3º da Resolução Normativa n. 104, de 2013, do Conselho Nacional de Imigração. Processo: 47039.001703/2014-95, Empresa: INSTITUTO EQUIT - GENERO, ECONOMIA E CIDADANIA GLOBAL Estrangeiro: ERIKA MASINARA Passaporte: AA5849706.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

RETIFICAÇÕES

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 125 de 03/07/2014, Seção 1, pág. 102, Processo: 47039.003990/2014-78, onde se lê: Prazo: 2 Ano(s), leia-se: Prazo: 1 Ano(s).

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 84 de 06/05/2014, Seção 1, pág. 68, Processo: 46215.031159/2013-84, onde se lê: Estrangeiro: AEXANDER JORG RUSCHEINSKY, leia-se: Estrangeiro: ALEXANDER JORG RUSCHEINSKY.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAPÁ

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
Em 15 de julho de 2014

A Superintendente Regional do Trabalho e Emprego no Amapá, usando da competência que lhe foi delegada pela Portaria SRT nº 1900, de 10 de dezembro de 2013, publicada na Seção 2 do DOU de 10.12.2013 e tendo em vista o que consta o processo nº 46203.002955/2014-20.

HOMOLOGADA o Plano de Cargos e Carreiras do Conselho Regional de engenharia e Agronomia do Amapá, sediado no município de Macapá Estado do Amapá, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no Quadro, dependerá de prévia aprovação desta Superintendência.

A Superintendente Regional do Trabalho e Emprego no Amapá, usando da competência que lhe foi delegada pela Portaria SRT nº 1900, de 10 de dezembro de 2013, publicada na Seção 2 do DOU de 10.12.2013 e tendo em vista o que consta o processo nº 46203.001809/2014-87.

HOMOLOGA o aditamento do Plano de Cargos e Carreira da União das faculdades do Amapá Ltda.; sediado no município de Macapá Estado do Amapá, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no Quadro, dependerá de prévia aprovação desta Superintendência.

JOELMA DE MORAIS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 149, DE 25 DE JUNHO DE 2014

Institui a obrigatoriedade de adoção do Sistema HomologNet nas unidades de Atendimento da SRTE/MG e dá outras providências.

O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego no Estado em Minas Gerais, no uso das suas atribuições e tendo em vista a instituição ministerial do Sistema HomologNet e a normatização da Secretaria de Relações do Trabalho, resolve:

1º Fica estabelecida para fins de assistência à homologação da rescisão de contratos de trabalho, prevista no § 1º do Art. 477 da CLT, a obrigatoriedade da utilização do Sistema HomologNet, de que trata a Portaria nº 1620 e a Instrução Normativa nº15, ambas de 14 de julho de 2010, a partir de 04 de agosto de 2014, na seguinte Gerência Regional do Ministério do Trabalho e Emprego em Minas Gerais:

- Gerência Regional do Trabalho e Emprego de Contagem

2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

HELI SIQUEIRA DE AZEVEDO
Substituto

PORTARIA Nº 161, DE 14 DE JULHO DE 2014

Institui a obrigatoriedade de adoção do Sistema HomologNet nas unidades de Atendimento da SRTE/MG e dá outras providências.

O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego no Estado em Minas Gerais, no uso das suas atribuições e tendo em vista a instituição ministerial do Sistema HomologNet e a normatização da Secretaria de Relações do Trabalho, resolve:

1º Fica estabelecida para fins de assistência à homologação da rescisão de contratos de trabalho, prevista no § 1º do Art. 477 da CLT, a obrigatoriedade da utilização do Sistema HomologNet, de que trata a Portaria nº 1620 e a Instrução Normativa nº15, ambas de 14 de julho de 2010, a partir de 18 de agosto de 2014, na seguinte Gerência Regional do Ministério do Trabalho e Emprego em Minas Gerais:

- Gerência Regional do Trabalho e Emprego de Curvelo

2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

HELI SIQUEIRA DE AZEVEDO
Substituto

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 3 de julho de 2014

Nº 12 - O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais, tendo em vista o que consta no processo n.º 46211.003496/2014-01 e os termos do despacho exarado no processo supracitado e usando da competência delegada pela Portaria da SRT/MTE n.º 02, de 25 de maio de 2006, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União n.º 102, de 30 de maio de 2006, homologa o

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Plano de Cargos e Salários da Associação dos Funcionários do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, inscrita no CNPJ 16.532.830/0001-08, situada na Rua Bernardo Guimarães, 1.587, CEP. 30.140-081, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no Quadro dependerá de prévia aprovação desta Superintendência.

HELI SIQUEIRA DE AZEVEDO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 17 de junho de 2014

Processo: 46215.005493/2014-63 - À vista do Despacho da Seção de Relações do Trabalho, às fls. 34, e usando da competência que me foi delegada no Artigo 1° da Portaria SRT/MTE N° 2, de 25 de maio de 2006, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União, de 30 de maio de 2006.

Homologo O Plano de Cargos e Salários do Corpo Docente da Fundação CESGRANRIO.

ANTÔNIO HENRIQUE DE ALBUQUERQUE FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 80, DE 11 DE JULHO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da Portaria n.º 02 de 25/05/2006, da Secretaria de Relações do Trabalho - MTE, de conformidade com a documentação juntada no processo n.º 47998.001721/2012-67(anexos: 46219.032070/2012-14, 46219.023335/2013-74, 46219.012819/2013-98), constante das fls. 01, fls. 02, fls. 48 às fls.51, fls. 81, fls.83 às fls. 86, fls. 165 às fls. 167, fls. 179, fls. 180, fls. 195 às fls. 197, fls. 216 às fls. 236, fls. 242 às fls. 255 e fls. 266, e ante os termos da proposta de fls. 268, através da Seção de Relações do Trabalho.

Homologa O Quadro de Carreira dos Setores de Fundição, Usinagem I, Usinagem Ii Plástico, Montagem/Verificação, Montagem Gás, Ferramentaria, Manutenção e Montagem Eletricidade, Quanto à: Denominação das Carreiras e Suas Subdivisões, Discriminação Ocupacional de Cada Cargo, Subdivisão de Cada Cargo, Abrangência Territorial e Disposições Gerais e Transitórias. No mais, (ante a decisão do Poder Judiciário - histórico de fls. 108 às fls. 150 e Parecer nº 0749/2013/SAZP/CJU-SP/CGU/AGU - fls. 155 às fls. 161), foram homologados judicialmente os critérios de promoção, de avaliação e de desempate da empresa Itron Soluções Para Energia e áGua LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 60.882.719/0001-25, com sede na Avenida Joaquim Bôer , 792 - CEP: 13477-360 - Americana - SP.

LUIZ ANTONIO MEDEIROS

PORTARIA Nº 81, DE 11 DE JULHO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, em atendimento à solicitação da SOCIEDADE EDUCACIONAL DAS AMÉRICAS LTDA (FACULDADE DAS AMÉRICAS - FAM), CNPJ Nº 03.523.852/0001-51 ALTERA A ABRANGÊNCIA TERRITORIAL DO QUADRO DE CARREIRA DOCENTE, homologado pela Portaria Nº 11, de 1º de fevereiro de 2010, publicada no DOU em 03 de fevereiro de 2010 - seção I - pág.104, considerando que nada obsta à alteração proposta no quadro de Carreira Docente vigente da SOCIEDADE EDUCACIONAL DAS AMÉRICAS LTDA (FACULDADE DAS AMÉRICAS-FAM), PROCESSO Nº 46219.029382/2009-45 (ANEXOS: 46219.001319/2010-88, 46219.007656/2013-21, 46219.001651/2014-76). Abrangência territorial:

1)CAMPUS I (MATRIZ) - Rua Augusta, 1508 - Consolação - CEP 01605-100 - São Paulo/SP - CNPJ 03.523.852/0001-51.

2)CAMPUS II - Rua Augusta., 973 - Consolação - CEP 01605-100 - São Paulo/SP - CNPJ 03.523.852/0002-32.

3)CAMPUS III - Rua Borges de Figueiredo, 510 - Mooca - CEP 03110-010 - São Paulo/SP - CNPJ 03.523.852/0003-13.

Outrossim, ficam convalidados e ressalvados todos os direitos adquiridos pelos trabalhadores na vigência da abrangência territorial do Quadro de Carreira ora alterado, inclusive os resultantes de reflexos futuros, de natureza jurídico-trabalhista.

Consta às fls. 237 do processo pedido de desistência quanto a uma alteração do Quadro de Carreira anterior homologado e que, com isto, continuará em vigor.

LUIZ ANTONIO MEDEIROS

PORTARIA Nº 82, DE 11 DE JULHO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da Portaria n.º 02 de 25/05/2006, da Secretaria de Relações do Trabalho - MTE, de conformidade com a documentação juntada no processo n.º 47998.006781/2013-57 (Anexos: 47998.03162/2013-19, 47998.004209/2014-34), constante das fls. 01 às fls. 06; fls. 165 e fls. 166; fls. 171 às fls. 175, fls. 177 e fls.178; fls. 183 às fls. 198, fls. 204 às fls. 280 e fls. 293-a e 293-b, e ante os termos da proposta de fls. 295, através da Seção de Relações do Trabalho.

Homologa O Quadro de Carreira de Apoio, Operacional, Assistente, Técnico e Superior da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas S/A - EMDEC, empresa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 44.602.720/0001-00, com sede na Rua Dr. Salles de Oliveira, 1028 - CEP: 13035-270 - Vila Industrial - Campinas - SP. O Quadro de Carreira abrange os trabalhadores das unidades: Sede - Rua Dr. Salles de Oliveira, 1028-Vila Industrial-CEP 13035-270 - Campinas/SP, Inspeção Veicular - Av. John Boyd Dunlop, 8050 - Jd. Satélite Iris - CEP 13059-587 - Campinas/SP, Pátio Municipal de Guarda e Recolhimento de Veículos - Rua Miguel Cascaldi Júnior, 141 - Jd. São João - CEP 13051-153 - Campinas/SP, Departamento de Implantação de Sinalização - Rua 24 de Maio, 349 - Vila Industrial - CEP 13035-435 - Campinas/SP e Rua José Cruz F. Jorge, 66 - Vila Industrial - CEP 13035-435 - Campinas/SP.

LUIZ ANTONIO MEDEIROS

PORTARIA Nº 83, DE 14 DE JULHO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta a Portaria Ministerial N.º 375, de 21/3/2014, publicada no D.O.U. de 24/3/2014, que subdelegou competência ao SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, para decidir acerca dos pedidos de autorização permanente para o trabalho aos domingos e feriados civis e religiosos e, considerando o que consta dos autos do Processo n.º 46257.002714/2014-55 e conceder autorização à empresa: DHL LOGISTICS BRAZIL-Unidade Osasco, inscrita no CNPJ sob o nº 00.233.065/0005-00, situada à Praça Agrícola La Paz Tristante, nº 121, Município de Osasco, Estado de São Paulo, nos termos do que prescreve os artigos 68 e 70, da C.L.T. e as disposições da Lei Nº 605, de 05/01/49 e seu Regulamento aprovado pelo Decreto Nº 27.048, de 12/08/49, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos constantes nas alíneas do artigo 2º, da referida Portaria Ministerial N.º 3118/89. Outrossim, observa-se que a presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

LUIZ ANTONIO MEDEIROS

PORTARIA Nº 84, DE 14 DE JULHO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta a Portaria Ministerial N.º 375, de 21/3/2014, publicada no D.O.U. de 24/3/2014, que subdelegou competência ao SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, para decidir acerca dos pedidos de autorização permanente para o trabalho aos domingos e feriados civis e religiosos e, considerando o que consta dos autos do Processo n.º 46472.001503/2014-51 e conceder autorização à empresa: COLGATE-PALMOLIVE INDUSTRIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.816.532/0003-51, situada à Rua Santo Eurilo, nº 195, Jaguaré, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, nos termos do que prescreve os artigos 68 e 70, da C.L.T. e as disposições da Lei Nº 605, de 05/01/49 e seu Regulamento aprovado pelo Decreto Nº 27.048, de 12/08/49, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos constantes nas alíneas do artigo 2º, da referida Portaria Ministerial N.º 3118/89. Outrossim, observa-se que a presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

LUIZ ANTONIO MEDEIROS

PORTARIA Nº 85, DE 14 DE JULHO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos do processo n.º 46263.002115/2014-52 e conceder autorização à empresa: FASTPLÁS AUTOMOTIVE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.760.713/0001-41, situada à Rua Luiz Lawrie Reid, Nº 250, Bairro Parque Reid, Município de Diadema, Estado de São Paulo para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 08 de abril de 2016 a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Os intervalos e os turnos a serem observados são conforme fls. 26 a 28 do referido processo. Outrossim, a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

LUIZ ANTONIO MEDEIROS

PORTARIA Nº 86, DE 14 DE JULHO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos do processo n.º 46264.000631/2014-32 e conceder autorização à empresa: TECUMSEH DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 45.361.425/0001-64, situada à Rua Cel. José Augusto de Oliveira Salles, Nº 478, Bairro Vila Izabel, Município de São Carlos, Estado de São Paulo para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 19 de maio de 2016 a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Os intervalos a serem observados são conforme fls.03 e 04 do referido processo. Outrossim, a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

LUIZ ANTONIO MEDEIROS

PORTARIA Nº 87, DE 14 DE JULHO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos do processo n.º 46264.000632/2014-87 e conceder autorização à empresa: TECUMSEH DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 45.361.425/0005-98, situada à Rua Ray Wesley Herrick, Nº 700, Município de São Carlos, Estado de São Paulo para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 19 de maio de 2016 a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Os intervalos a serem observados são conforme fls.04 e 05 do referido processo. Outrossim, a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

LUIZ ANTONIO MEDEIROS

PORTARIA Nº 88, DE 14 DE JULHO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos do processo n.º 46269.000593/2014-78 e conceder autorização à empresa: PRYSMIAN DRAKA BRASIL S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 03.737.402/0001-61, situada à Rua Chicri Maluf, Nº 121, Bairro Alto da Boa Vista, Município de Sorocaba, Estado de São Paulo para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 31 de dezembro de 2015 a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. O intervalo a ser observado é conforme fls. 93 do referido processo. Outrossim, a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

LUIZ ANTONIO MEDEIROS

PORTARIA Nº 89, DE 14 DE JULHO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos do processo n.º 46269.000630/2014-48 e conceder autorização à empresa: PRYSMIAN DRAKA BRASIL S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 03.737.402/0008-38, situada à Av. Pirelli, Nº 1100, bloco B, Bairro Eden, Município de Sorocaba, Estado de São Paulo para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 31 de maio de 2016 a contar da publicação desta, devendo o res-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

pectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Os intervalos e turnos a serem observados são conforme fls. 141 e 142 do referido processo. Outrossim, a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

LUIZ ANTONIO MEDEIROS

PORTARIA Nº 90, DE 14 DE JULHO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos do processo n.º 46269.000594/2014-12 e conceder autorização à empresa: PRYSMIAN FIBRAS ÓTICAS DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.742.747/0001-03, situada à Rua Chicri Maluf, nº 210, Bairro Alto da Boa Vista, Município de Sorocaba, Estado de São Paulo para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 31 de dezembro de 2015 a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. O intervalo a ser observado é conforme fls. 103 e 104 do referido processo. Outrossim, a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

LUIZ ANTONIO MEDEIROS

PORTARIA Nº 91, DE 14 DE JULHO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos do processo n.º 46269.000631/2014-92 e conceder autorização à empresa: PRYSMIAN ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 61.150.751/0091-35, situada à Av. Pirelli, Nº 1100, Bairro Eden, Bloco A Município de Sorocaba, Estado de São Paulo para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 31 de maio de 2016 a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Os intervalos e os turnos a serem observados são conforme fls. 213 e 214 do referido processo. Outrossim, a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

LUIZ ANTONIO MEDEIROS

PORTARIA Nº 92, DE 14 DE JULHO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos do processo n.º 46472.001502/2014-14 e conceder autorização à empresa: COLGATE-PALMOLIVE INDUSTRIAL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.816.532/0003-51, situada à Rua Santo Eurilo, Nº 195, Jaguaré, Município de São Paulo, Estado de São Paulo para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 31 de maio de 2016 a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. O intervalo a ser observado é conforme fls. 21 do referido processo. Outrossim, a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

LUIZ ANTONIO MEDEIROS

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA

RESOLUÇÃO Nº 4.356, DE 15 DE JULHO DE 2014

Autoriza o início da cobrança de pedágio na Praça de Pedágio de Xerém - P4, localizada no km 102 da BR - 040/MG/RJ - trecho Juiz de Fora/MG - Rio de Janeiro/RJ.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada nos artigos 24 e 25 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, no Voto DNM - 089, de 14 de julho de 2014, bem como no que consta do Processo nº 50500.080467/2014-76, resolve:

Art. 1º Autorizar o início da cobrança de pedágio na Praça de Pedágio de Xerém - P4, localizada no km 102 da BR-040/MG/RJ - trecho Juiz de Fora/MG - Rio de Janeiro/RJ.

Art. 2º Esta Resolução entre em vigor a partir da zero hora do dia 18 de julho de 2014.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

RESOLUÇÃO Nº 4.358, DE 15 DE JULHO DE 2014

Arbitrar o conflito existente entre a concessionária Transnordestina Logística S/A - TLSA e o usuário MT4 Participações e Empreendimentos S/A

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, com fulcro na Lei nº 10.233/2001, art. 20, inc. II, al. "b" e art. 24, inc. II; no Decreto nº 4.130/2002, Anexo I, art. 2º, al. "b" e "c", art. 3º, inc. II, XXVIII e XXX; e na Resolução ANTT nº 3.000/2009, Anexo, art. 109, inc. II; fundamentada no Voto DG - 037, de 15 de julho de 2014, e no que consta do Processo nº 50500.173999/2013-75, resolve:

Art. 1º Arbitrar o conflito existente entre a concessionária Transnordestina Logística S/A - TLSA, CNPJ 02.281.836/0001-37 e o usuário dependente MT4 Participações e Empreendimentos S/A, CNPJ 09.303.359/0001-02, no que tange à definição do valor da tarifa para o transporte ferroviário de cargas do produto minério de ferro no trecho ferroviário entre o município de Paulistana - PI e o Porto de Suape, no estado de Pernambuco, no âmbito do Projeto Planalto Piauí.

Art. 2º O usuário possui o direito de ter seu fluxo de transporte atendido na condição de:

I - Operador Ferroviário Independente - OFI: caso em que poderá ser autorizado pela ANTT a realizar ou prestar o serviço de transporte ferroviário de cargas não associado à exploração de infraestrutura ferroviária, para si ou terceiros, nos termos da Resolução ANTT nº 4.348/2014; ou

II - Contratante de Serviço Exclusivo: caso em que poderá celebrar Contrato de Prestação de Serviço Exclusivo de Transporte Ferroviário de Cargas com a concessionária, que deve contemplar, necessariamente, as atividades de licenciamento, condução e abastecimento, nos termos do Capítulo II da Resolução ANTT nº 3.694/2011; ou

III - Contratante de Serviço de Transporte: caso em que poderá celebrar Contrato de Prestação de Serviço de Transporte Ferroviário de Cargas com a concessionária, nos termos do Título III da Resolução ANTT nº 3.694/2011.

Art. 3º As tarifas de transporte para a condição prevista no art. 2º, inc. I, serão:

I - Por livre negociação para o estabelecimento da Tarifa de Disponibilidade de Capacidade Ociosa - TDCO, a ser paga pela VALEC Engenharia, Construções e Ferroviais S/A à concessionária, em função da cessão do direito de uso da capacidade ociosa, na forma do art. 55 da Resolução ANTT nº 4.348/2014;

II - Por livre negociação para estabelecimento da Tarifa de Capacidade de Tráfego - TCT, a ser paga pelo OFI à VALEC Engenharia, Construções e Ferroviais S/A, em função da cessão do direito de uso da capacidade de tráfego, na forma do art. 56 da Resolução ANTT nº 4.348/2014; ou

III - R$ 1,07 (um real e sete centavos) por mil toneladas quilômetros brutas (1000.TKB) para a Tarifa de Fruição - TF, a ser pago pelo OFI à concessionária, em função da utilização da infraestrutura ferroviária, na forma do art. 57 da Resolução ANTT nº 4.348/2014.

Art. 4º O valor da tarifa de transporte arbitrado pela ANTT é de:

I - Na hipótese prevista no art. 2º, inc. II desta Resolução:

a) R$ 30,62 (trinta reais e sessenta e dois centavos) por tonelada útil, caso a manutenção do material rodante seja por conta e risco do usuário; ou

b) R$ 33,26 (trinta e três reais e vinte e seis centavos) por tonelada útil, caso a manutenção do material rodante seja por conta da concessionária.

II - Na hipótese prevista no art. 2º, inc. III desta Resolução é R$ 35,91 (trinta e cinco reais e noventa e um centavos) por tonelada útil.

Parágrafo único. Os valores constantes no inciso II deste artigo pressupõem a aquisição de material rodante pelo usuário.

Art. 5º O usuário deverá comunicar à ANTT, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados a partir da publicação desta Resolução, qual a condição de transporte eleita, dentre aquelas constantes no art. 2º desta Resolução.

Art. 6º O reajustamento da tarifa a ser aplicada será anual, seguindo as mesmas bases e regras legais e contratuais aplicáveis à tabela tarifária da concessionária.

§ 1º Na condição prevista no art. 2º, inc. I, o reajuste seguirá as regras previstas na Resolução ANTT nº 4.348/14.

§ 2º Todos os valores de tarifa constantes desta Resolução estão referenciados à data-base de julho de 2013.

Art. 7º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

RESOLUÇÃO Nº 4.359, DE 15 DE JULHO DE 2014

Estabelece Tabela Tarifária para a mercadoria celulose para a concessionária de transporte ferroviário ALL Malha Norte - ALLMN.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DCN - 084, de 15 de julho de 2014, e no que consta do Processo nº 50500.049857/2014-79, resolve:

Art. 1º Estabelecer tabela tarifária, conforme anexo a esta Resolução, para a mercadoria celulose para a concessionária de transporte ferroviário ALL Malha Norte .

Parágrafo único. Os valores apresentados na tabela tarifária em anexo estão referenciados à data-base de 31 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

ANEXO

Mercadoria	Parcela Fixa		Parcela Variável				
	Valor	Unidade	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Unidade
			0-400 km	401-800 km	801-1600 km	Acima 1600 km	
Celulose	11,05	R$/T	0,0740	0,0666	0,0592	0,0444	R$/T.KM

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Fórmula de Cálculo:
1) Para distância de transporte de até 400km:
Tmax = Pfix + Dist x Pvar1
2) Para distância de transporte de 401km a 800km:
Tmax= Pfix + 400 x Pvar1 + (Dist - 400) x Pvar2
3) Para distância de transporte de 801km a 1600km:
Tmax = Pfix + 400 x Pvar1 + 400 x Pvar2 + (Dist - 800) x Pvar3
4) Para distância de transporte acima de 1600 Km:
Tmax = Pfix + 400 x Pvar1 + 400 x Pvar2 + 800 x Pvar3 + (Dist - 1600) x Pvar4
Onde:
Tmax = tarifa máxima a ser cobrada pelo transporte de uma unidade de carga da estação de origem à estação de destino;
Pfix = parcela fixa, em R$ por unidade de carga;
Pvar1 = parcela variável, em R$ por unidade de carga para a faixa 1 (0 - 400Km);
Pvar2 = parcela variável, em R$ por unidade de carga para a faixa 2 (401- 800Km);
Pvar3 = parcela variável, em R$ por unidade de carga para a faixa 3 (801-1.600Km);
Pvar4 = parcela variável, em R$ por unidade de carga para a faixa 4 (acima de 1.600Km);
Dist = distância em quilômetros, da estação de origem à estação de destino.

RESOLUÇÃO Nº 4.360, DE 15 DE JULHO DE 2014

Concede anuência prévia para a operação de transferência do controle societário indireto das concessionárias Ferrovia Centro-Atlântica ("FCA") e Ferrovia Norte Sul ("FNS") para a Brasil Port Holdings LP ("Brasil Port"), Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FI-FGTS"), Brookfield Brazil Infrastructure Fundo de Investimento em Participações ("FIP Brookfield") e Mitsui & Co., Ltd. ("Mitsui").

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DCN - 085, de 15 de julho de 2014, e no que consta do Processo nº 50500.018453/2014-33, resolve:

Art. 1º Conceder anuência para a operação de transferência do controle societário indireto das concessionárias Ferrovia Centro-Atlântica ("FCA") e Ferrovia Norte Sul ("FNS") para a Brasil Port Holdings LP ("Brasil Port"), Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FI-FGTS"), Brookfield Brazil Infrastructure Fundo de Investimento em Participações ("FIP Brookfield") e Mitsui & Co., Ltd. ("Mitsui"), nos termos apresentados.

Art. 2º Determinar que a concessionárias comprovem a ocorrência de aporte financeiro antes no fechamento da operação, por parte da Brasil Port Holdings LP, conforme manifestado nos autos, em até 30 dias após a sua ocorrência, sob pena de nulidade desta anuência.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

DELIBERAÇÃO Nº 161, DE 15 DE JULHO DE 2014

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada nos Voto DNM - 085, de 11 de julho de 2014, e no que consta do Processo nº 50500.062490/2014-89, delibera:

Art. 1º Autorizar a captação de Empréstimo Ponte no valor de até R$ 664.000.000,00 (seiscentos e sessenta e quatro milhões de reais), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, destinado aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT, no âmbito do Programa de Exploração da Rodovia - PER, objeto do Edital de Concessão nº 003/2013, e do posterior Contrato de Concessão nº 003/2013, celebrado entre a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a Concessionária Rota do Oeste S.A. - CRO, em 12 de março de 2014.

Parágrafo único. Fica autorizada a constituição dos direitos emergentes da Concessão em garantia da presente captação, até o limite estabelecido no art. 1º, desde que não comprometam a operacionalização e a continuidade do serviço público concedido.

Art. 2º A Concessionária Rota do Oeste - CRO deverá encaminhar à ANTT cópia autenticada dos contratos de financiamentos avençados e das garantias constituídas na operação, em até 10 (dez) dias úteis da data de sua assinatura.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

Conselho Nacional do Ministério Público

DESPACHO DE 9 DE JULHO DE 2014

Processo CNMP nº 0.00.000.000979/2014-20
Requerente: Wanderson Alves da Silva
DECISÃO
(...)Isto posto, sendo a matéria ventilada estranha ao rol de atribuições do Conselho Nacional do Ministério Público, discriminadas no 130-A, § 2º, da Constituição Federal, determino o arquivamento dos autos, com base no artigo 12, XXX, do Regimento Interno.
Publique-se. Comunique-se, por via eletrônica, ao requerente e à Procuradora da República em Teixeira de Freitas/Ba.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL

SESSÕES DE DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE PROCESSOS

Sessão: 1532 Data da Sessão10/07/2014
Processo: 0.00.000.001004/2014-19
Classe: Pedido de Providências
DistribuiçãoWalter de Agra Júnior
Processo: 0.00.000.001005/2014-63
Classe: Procedimento de Controle Administrativo
DistribuiçãoLeonardo de Farias Duarte
Processo: 0.00.000.001006/2014-16
Classe: Pedido de Providências
DistribuiçãoMarcelo Ferra de Carvalho

Sessão: 1533 Data da Sessão: 11/07/2014
Processo: 0.00.000.001007/2014-52
Classe: Inspeção
DistribuiçãoCorregedoria
Processo: 0.00.000.001008/2014-05
Classe: Inspeção
DistribuiçãoCorregedoria
Processo: 0.00.000.001009/2014-41
Classe: Inspeção
DistribuiçãoCorregedoria
Processo: 0.00.000.001010/2014-76
Classe: Reclamação Disciplinar
DistribuiçãoCorregedoria
Processo: 0.00.000.001011/2014-11
Classe: Reclamação Disciplinar
DistribuiçãoCorregedoria

Sessão: 1534 Data da Sessão14/07/2014
Processo: 0.00.000.000136/2014-23
Classe: Reclamação Disciplinar
DistribuiçãoWalter de Agra Júnior
Processo: 0.00.000.000982/2014-43
Classe: Procedimento de Controle Administrativo
DistribuiçãoLeonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Processo: 0.00.000.001012/2014-65
Classe: Reclamação Disciplinar
DistribuiçãoCorregedoria
Processo: 0.00.000.001013/2014-18
Classe: Reclamação Disciplinar
DistribuiçãoCorregedoria
Processo: 0.00.000.001014/2014-54
Classe: Reclamação Disciplinar
DistribuiçãoCorregedoria
Processo: 0.00.000.001015/2014-07
Classe: Reclamação Disciplinar
DistribuiçãoCorregedoria
Processo: 0.00.000.001017/2014-98
Classe: Anteprojeto de Lei
DistribuiçãoJeferson Luiz Pereira Coelho
Processo: 0.00.000.001018/2014-32
Classe: Reclamação Disciplinar
DistribuiçãoCorregedoria
Processo: 0.00.000.001019/2014-87
Classe: Reclamação Disciplinar
DistribuiçãoCorregedoria
Processo: 0.00.000.001020/2014-10
Classe: Reclamação Disciplinar
DistribuiçãoCorregedoria
Processo: 0.00.000.001021/2014-56
Classe: Reclamação Disciplinar
DistribuiçãoCorregedoria
Processo: 0.00.000.001022/2014-09
Classe: Reclamação Disciplinar
DistribuiçãoCorregedoria
Processo: 0.00.000.001023/2014-45
Classe: Reclamação Disciplinar
DistribuiçãoCorregedoria
Processo: 0.00.000.001024/2014-90
Classe: Reclamação Disciplinar
DistribuiçãoCorregedoria
Processo: 0.00.000.001025/2014-34
Classe: Procedimento Interno de Comissão
DistribuiçãoComissão da Infância e Juventude
Processo: 0.00.000.001026/2014-89
Classe: Procedimento Interno de Comissão
DistribuiçãoComissão da Infância e Juventude
Processo: 0.00.000.001027/2014-23
Classe: Reclamação Disciplinar
DistribuiçãoCorregedoria
Processo: 0.00.000.001028/2014-78
Classe: Reclamação Disciplinar
DistribuiçãoCorregedoria
Processo: 0.00.000.001029/2014-12
Classe: Reclamação Disciplinar
DistribuiçãoCorregedoria
Processo: 0.00.000.001030/2014-47
Classe: Pedido de Providências
DistribuiçãoJarbas Soares Júnior
Processo: 0.00.000.001031/2014-91
Classe: Pedido de Providências
DistribuiçãoEsdras Dantas de Souza
Processo: 0.00.000.001032/2014-36
Classe: Reclamação Disciplinar
DistribuiçãoCorregedoria
Processo: 0.00.000.001033/2014-81
Classe: Pedido de Providências
DistribuiçãoMarcelo Ferra de Carvalho
Processo: 0.00.000.001034/2014-25
Classe: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo
DistribuiçãoLeonardo de Farias Duarte

ALCÍDIA SOUZA
Coordenadora de Autuação e Distribuição

PLENÁRIO

DECISÃO DE 9 DE JULHO DE 2014

PROCESSO N° 0.00.000.000985/2014-87
RELATOR: Conselheiro Esdras Dantas de Souza
REQUERENTE: Valmir Lauda
REQUERIDO: Ministério Público do Estado de São Paulo
DECISÃO
(...)Diante do todo exposto, observa-se que se trata de inconformismo do requerente diante dos vários arquivamentos promovidos pelos membros do Parquet local, desta forma determino o arquivamento dos presentes autos, em razão da manifesta improcedência dos pedidos do Requerente, nos termos do Enunciado Nº 06, de 28 de abril de 2009 (CNMP) e do artigo 43, IX, "c" e "d", do RI/CNMP.

ESDRAS DANTAS DE SOUZA
Relator

DECISÃO DE 15 DE JULHO DE 2014

Procedimento de Controle Administrativo Nº 0.00.000.000699/2014-11
Relator: Conselheiro Luiz Moreira
Requerente: Conselheiro Fábio George Cruz Da Nóbrega
Requerido: Ministério Público Do Estado Do Tocantins
DECISÃO
(...) Pelo exposto, julgo extinto o presente procedimento, por não conter providência a ser adotada, nos termos do art. 43, IX, alínea "c", determinando o seu arquivamento.
Publique-se.

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR
Relator

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 884, DE 10 DE JULHO DE 2014

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando

que, com base em denúncia apresentada em face do empreendimento denominado XIS E PIZZARIA DO NEI, que estaria estabelecido na Rua Machado de Assis, 516, Osório/RS., no sentido de que ocorreriam diversas irregularidades trabalhistas relacionadas aos seguintes temas: a) horas extras; b) adicional de insalubridade; c) discriminação e preconceito; d) adicional noturno; e) trabalho em feriados e em domingos;

que as práticas denunciadas, em tese, dentre outros, violam disposições do artigo 1º, inciso III, 5º, inciso X, e 7º, incisos IX, XIII e XV, da Constituição Federal, do artigo 58 e seguintes, além do art. 73, caput, ambos da Consolidação das Leis do Trabalho, e dos artigos 1º, 8º e 9º da Lei nº 605/49;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público, resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face de XIS E PIZZARIA DO NEI, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 001592.2014.04.000/5;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 417, DE 15 DE JULHO DE 2014

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região, pelo Procurador do Trabalho ao final assinado, no uso de suas atribuições institucionais e ao amparo dos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, artigos 6º, inciso VII, "d", e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85;

Considerando o procedimento 001019.2014.20.000/5 instaurado a partir de representação apresentada por Wesley Silva Santos, tendo como Temas: Acidente de Trabalho Típico ou por Equiparação; Doença Ocupacional ou Profissional e PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;

Considerando que a Constituição da República atribui ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988);

Considerando que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores (art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93), promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos (art. 83, inciso III, da Lei Complementar n.º 75/93);

Considerando a necessidade de apurar os fatos noticiados e a eventual ocorrência de lesão a direitos metaindividuais, resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face da ENGEB - Botelho Engenharia Ltda., tendo por objeto a apuração dos fatos em toda a sua extensão e a busca de soluções administrativas ou de elementos para a propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, visando à defesa da ordem jurídica e à proteção dos interesses que ao Ministério Público do Trabalho incumbe resguardar;

II - Determinar a formação dos autos de INQUÉRITO CIVIL com a juntada desta Portaria e das peças que compõe o Procedimento 001019.2014.20.000/5

III - Determinar a publicação desta Portaria no quadro de avisos desta Procuradoria Regional do Trabalho e na imprensa oficial;

IV - Determinar o cumprimento das demais diligências contidas no despacho de fls.17/18.

ADSON SOUZA DO NASCIMENTO

PORTARIA Nº414, DE 11 DE JULHO DE 2014

INQUÉRITO CIVIL n.º 000927.2014.20.000/2. REPRESENTADO: CLEOGENISSON FREITAS. TEMA(s): 07.06. OUTROS TEMAS PREVISTOS NAS DEMAIS ÁREAS TEMÁTICAS (incluir obrigatoriamente o código do tema complementar), 07.06. OUTROS TEMAS PREVISTOS NAS DEMAIS ÁREAS TEMÁTICAS (incluir obrigatoriamente o código do tema complementar), 09.06.02.01. Jornada Extraordinária em Desacordo com a Lei.

O Ministério Público do Trabalho, por seu PROCURADOR DO TRABALHO, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República; arts. 5º, inciso III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93; e art. 8º da Lei 7.347/85;

Considerando a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos sociais constitucionalmente garantidos no âmbito das relações de trabalho;

Considerando a notícia de fato emergente das peças informativas existentes nos autos, relacionas aos temas acima listados, resolve:

1) Instaurar inquérito civil para apuração dos fatos em toda a sua extensão;

2) Designar a servidora Katia Silene Rodrigues Prado Nery para atuar como secretária.

LUIS FABIANO PEREIRA

PORTARIA Nº 418, DE 15 DE JULHO DE 2014

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região, pelo Procurador do Trabalho ao final assinado, no uso de suas atribuições institucionais e ao amparo dos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, artigos 6º, inciso VII, "d", e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85;

Considerando o procedimento 000565.2014.20.000/6 instaurado a partir de representação com identidade resguardada por sigilo, tendo como Tema: Vale-Transporte;

Considerando que a Constituição da República atribui ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988);

Considerando que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores (art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93), promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos (art. 83, inciso III, da Lei Complementar n.º 75/93);

Considerando a necessidade de apurar os fatos noticiados e a eventual ocorrência de lesão a direitos metaindividuais, resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face do Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS e TENASA - Técnica Nacional de Serviços Auxiliares Ltda., tendo por objeto a apuração dos fatos em toda a sua extensão e a busca de soluções administrativas ou de elementos para a propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, visando à defesa da ordem jurídica e à proteção dos interesses que ao Ministério Público do Trabalho incumbe resguardar;

II - Determinar a formação dos autos de INQUÉRITO CIVIL com a juntada desta Portaria e das peças que compõe o Procedimento 000565.2014.20.000/6;

III - Determinar a publicação desta Portaria no quadro de avisos desta Procuradoria Regional do Trabalho e na imprensa oficial;

IV - Determinar o cumprimento das demais diligências contidas no despacho de fls.22/23.

ADSON SOUZA DO NASCIMENTO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

PORTARIA Nº 345, DE 16 DE JUNHO DE 2014

ICP n.º 08190.153641/14-75.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Primeira Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor);

CONSIDERANDO que a informação adequada e clara sobre os serviços prestados, com a especificação correta de seus atributos, é direito básico dos consumidores (art. 6.º, III, do CDC);

CONSIDERANDO que a dignidade, a boa-fé, a transparência, a eficiência, a eficácia, a celeridade e a cordialidade são princípios diretores do serviço de atendimento ao cliente (art. 8º do Decreto nº 6.523/2008);

CONSIDERANDO que "o tempo máximo para o contato direto com o atendente, quando essa opção for selecionada pelo consumidor, será de até 60 (sessenta) segundos" (art. 1º da Portaria nº 2014/2008, do Ministério da Justiça);

CONSIDERANDO ao conhecimento do Ministério Público representação contra a empresa Global Village Telecom Ltda. (GVT) dando conta de que o consumidor, ao ser atendido pelo SAC da referida empresa, levou cerca de uma hora para ser atendido;

CONSIDERANDO que, em sua resposta, a empresa limitou-se a enaltecer sua própria política de SAC e, no mérito, a confessar o ocorrido, alegando que se tratara de "evento massivo pontual e único", o que vai de encontro à grande quantidade de reclamações que pesa contra a empresa a respeito do problema, conforme consta dos autos da investigação preliminar;

CONSIDERANDO que a GVT, ainda, informou que reduz significativamente o contingente de atendentes durante os finais de semana, em especial após as 22:00, momento em que a empresa põe à disposição 360 atendentes aos sábados e 308 aos domingos para todo o Brasil;

CONSIDERANDO que hánecessidade de diligências e outros procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos, resolve:

com suporte nas Leis Federai n.ºs .347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar n.º 75/93, convertero presente Procedimento Preparatório em

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

a ser conduzido pela 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando a apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, determinando-se, desde logo, as seguintes providências:

1. Aguarde-se a resposta da ANATEL ao Ofício nº 217/2014 (fl. 71);

2. Após, venham-me os autos conclusos;

3. Comunique-se à E. Câmara de Coordenação e Revisão Cível Especializada sobre a instauração deste inquérito civil.

PAULO ROBERTO BINICHESKI

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

PORTARIA Nº 27, DE 15 DE JULHO DE 2014

A Promotora de Justiça Adjunta do Distrito Federal e Territórios em exercício na 2ª PRODEP, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.010765/14-49, que tem como interessados Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS e Centro de Educação e Assessoria Profissional - CEDASPY, para apurar supostas irregularidades relacionadas à emissão de falsas declarações de escolaridade para aquisição de passe livre estudantil - PLE.

CÍNTIA COSTA DA SILVA

PORTARIA Nº 28, DE 15 DE JULHO DE 2014

O Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 5ª PRODEP, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.010766/14-10, que tem como interessados a Polícia Civil do Distrito Federal e Edson Viana de Oliveira, para apurar supostas irregularidades na nomeação do Delegado da Polícia Civil do Distrito Federal, Edson Viana de Oliveira.

ALEXANDRE FERNANDES GONÇALVES

Tribunal de Contas da União

2ª CÂMARA

RETIFICAÇÃO

Na Ata nº 23/2014 - Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, publicada no D.O.U nº 131, de 11/07/2014, Seção1, página 84, 1ª coluna.

Onde se lê:

ATA Nº 23, DE 9 DE JULHO DE 2014
(Sessão Extraordinária da Segunda Câmara)

Presidência do Ministro Aroldo Cedraz
Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretária da Sessão: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Com a presença dos Ministros Raimundo Carreiro e José Jorge; do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir a Ministra Ana Arraes), bem como da Representante do Ministério Público, Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva; o Presidente, Ministro Aroldo Cedraz, invocando a proteção de Deus declarou aberta a Sessão Extraordinária da Segunda Câmara às onze horas. Ausentes, em férias, a Ministra Ana Arraes e o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho (Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, artigos 33, 55, inciso I, alíneas a e b, II, alíneas a e b e III, 133, incisos I a IV, VI e VII, 134 a 136 e 140).

Leia-se:

ATA Nº 23, DE 9 DE JULHO DE 2014
(Sessão Extraordinária da Segunda Câmara)

Presidência do Ministro Aroldo Cedraz
Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretária da Sessão: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Com a presença dos Ministros Raimundo Carreiro e José Jorge; do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir a Ministra Ana Arraes) e André Luís de Carvalho, bem como da Representante do Ministério Público, Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva; o Presidente, Ministro Aroldo Cedraz, invocando a proteção de Deus declarou aberta a Sessão Extraordinária da Segunda Câmara às onze horas. Ausente, em férias, a Ministra Ana Arraes (Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, artigos 33, 55, inciso I, alíneas a e b, II, alíneas a e b e III, 133, incisos I a IV, VI e VII, 134 a 136 e 140).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 376, DE 14 DE JULHO DE 2014

Dispõe sobre a publicação do cronograma anual de desembolso mensal do Superior Tribunal de Justiça.

O VICE-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no exercício da Presidência, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o que determinam os arts. 8º e 9º da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, e os arts. 50 e 51 da Lei n. 12.919, de 24 de dezembro de 2013, bem como o que dispõem o Decreto de 29 de maio de 2014 e a Portaria Conjunta STF, CNJ, TSE, STJ, TST, STM, CJF, CSJT e TJDFT n. 1 de 27 de março de 2014, resolve:

Art. 1º O cronograma anual de desembolso mensal do Superior Tribunal de Justiça a que se refere a Portaria STJ n. 40 de 5 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 11 de fevereiro de 2014, passa a ser o constante do anexo desta portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. GILSON DIPP

ANEXO

CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL
ÓRGÃO: 11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
R$ 1,00

ATÉ O MÊS	CATEGORIA A		CATEGORIAS C e D		
	Pessoal e Encargos Sociais	Cumprimento de Sentença Judicial Devida pela União, Autarquias e Fundações (art. 100, CF) - Precatório e RPV	Outras Despesas Correntes e de Capital	Cumprimento de Sentença Judicial Devida pela União, Autarquias e Fundações (art. 100, CF) - Precatório	Pensões Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais
JANEIRO	94.934.231,66	-	24.436.146,33	-	2.715,00
FEVEREIRO	158.414.502,51	7.263.811,00	52.803.811,66	37.687.041,00	3.429.622,82
MARÇO	221.894.773,36	7.263.811,00	81.171.476,99	37.687.041,00	3.432.389,44
ABRIL	285.375.044,21	7.263.811,00	109.539.142,32	37.687.041,00	3.435.156,06
MAIO	348.855.315,06	7.263.811,00	137.806.562,65	37.687.041,00	4.072.577,68
JUNHO	412.335.585,91	7.263.811,00	166.073.982,98	37.687.041,00	4.075.344,30
JULHO	475.815.856,75	7.263.811,00	194.341.403,31	37.687.041,00	4.078.110,92
AGOSTO	539.296.127,60	7.263.811,00	222.608.823,64	37.687.041,00	4.080.877,54
SETEMBRO	602.776.398,45	7.263.811,00	250.876.243,97	37.687.041,00	4.083.644,16
OUTUBRO	666.256.669,30	7.263.811,00	279.143.664,30	37.687.041,00	4.086.410,78
NOVEMBRO	729.736.940,15	7.263.811,00	307.411.084,63	37.687.041,00	4.089.177,40
DEZEMBRO	793.217.211,00	7.263.811,00	335.678.505,00	37.687.041,00	4.091.946,00

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 22, DE 10 DE JULHO DE 2014

Altera a Resolução Administrativa nº 22/2013, que homologou o resultado final do Concurso Público para provimento dos cargos de Analista Judiciário - Área Judiciária; Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade: Oficial de Justiça Avaliador Federal; Analista Judiciário - Área Administrativa e Técnico Judiciário - Área Administrativa.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o decidido, por unanimidade, pelo Órgão Especial, reunido em Sessão Extraordinária, no dia 10 de julho de 2014, de acordo com o que consta da Resolução Administrativa nº 6/2012, do PA nº 00690-2012-000-01-00-3 e do artigo 15, inciso VIII, do Regimento Interno deste Tribunal, resolve:

Homologar o Edital nº 13, de 11 de junho de 2014, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 13 de junho de 2014, que retificou o resultado final do Concurso Público para provimento de cargos de TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA do quadro permanente de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, realizado pela Fundação Carlos Chagas.

Des. CARLOS ALBERTO ARAUJO DRUMMOND

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DELIBERAÇÃO Nº 6, DE 27 DE JUNHO DE 2014

Fixa o valor das multas aplicadas pelo CRF/PE com base no art. 24 da Lei nº 3.820/60, em consonância com a Lei nº 5.724/71.

O Plenário do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Pernambuco, reunido em sessão Ordinária de 27.06.2014, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3.820/60, Regimento Interno deste Conselho Regional de Farmácia e,

CONSIDERANDO as penalidades e os limites de valor previstos no art. 24 da Lei n.3.820/60;

CONSIDERANDO que a partir da entrada em vigor da Lei n. 5.724/71 (art. 1º) as referidas penalidades não mais restaram vinculadas ao salário mínimo regional, mas sim a salário mínimo;

CONSIDERANDO a consolidação do entendimento perante o E. Superior Tribunal de Justiça acerca da inaplicabilidade da vedação trazida pelo art. 1º da Lei 6.205/75 (vedação de vinculação ao salário mínimo) às multas administrativas aplicadas pelos Conselhos Regionais de Farmácia, como, dentre diversos outros julgamentos neste mesmo sentido, se extrai dos RESP´s 674.884/PR, 354.406/PR,738.845/PR, 776.682/SC, 383.269/PR, 265.733/PR. 264.235/PR, 250.905/PR, 975172/SP;

CONSIDERANDO a inaplicabilidade da vedação trazida pelo art. 7º, IV, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessária manutenção do caráter inibitório e disciplinador da sanção, reduzido em relação ao piso salarial farmacêutico;

CONSIDERANDO o risco de o valor defasado da penalidade acarretar em incentivo à manutenção da ilegalidade pelo infrator;

CONSIDERANDO a omissão de parâmetros para aplicação da penalidade que vai de um a três salários mínimos, dobrando com a reincidência (Lei 5.724/71), e a necessária submissão aos princípios constitucionais da proporcionalidade e razoabilidade, delibera:

Artigo 1.º - O descumprimento ao artigo 24 da Lei 3.820/60 por estabelecimentos farmacêuticos ensejará a aplicação das seguintes da sanção pecuniárias, obedecidos os limites previstos no parágrafo único do mesmo dispositivo legal:

I - Multa de três salários mínimos nacionais vigentes à época da infração em desfavor do estabelecimento em funcionamento sem qualquer anotação de responsabilidade técnica por profissional farmacêutico;

II - Multa de três salários mínimos nacionais vigentes à época da infração em desfavor do estabelecimento em que seja constatado o desenvolvimento de atividade farmacêutica além do horário de assistência técnica declarado no CRFPE sem a anotação de responsável técnico.

III - Multa de três salários mínimos nacionais vigentes em desfavor do estabelecimento em que seja constatada a ausência do profissional farmacêutico nos horários declarados na Certidão de Regularidade, obedecidos os critérios da Resolução 579/2013 do Conselho Federal de Farmácia.

Parágrafo Único: A reincidência em qualquer das hipóteses descritas nos incisos deste artigo ensejará a aplicação da penalidade respectivamente prevista em dobro.

Artigo 2.º - Esta deliberação entra em vigor a partir do dia 01 de agosto de 2014.

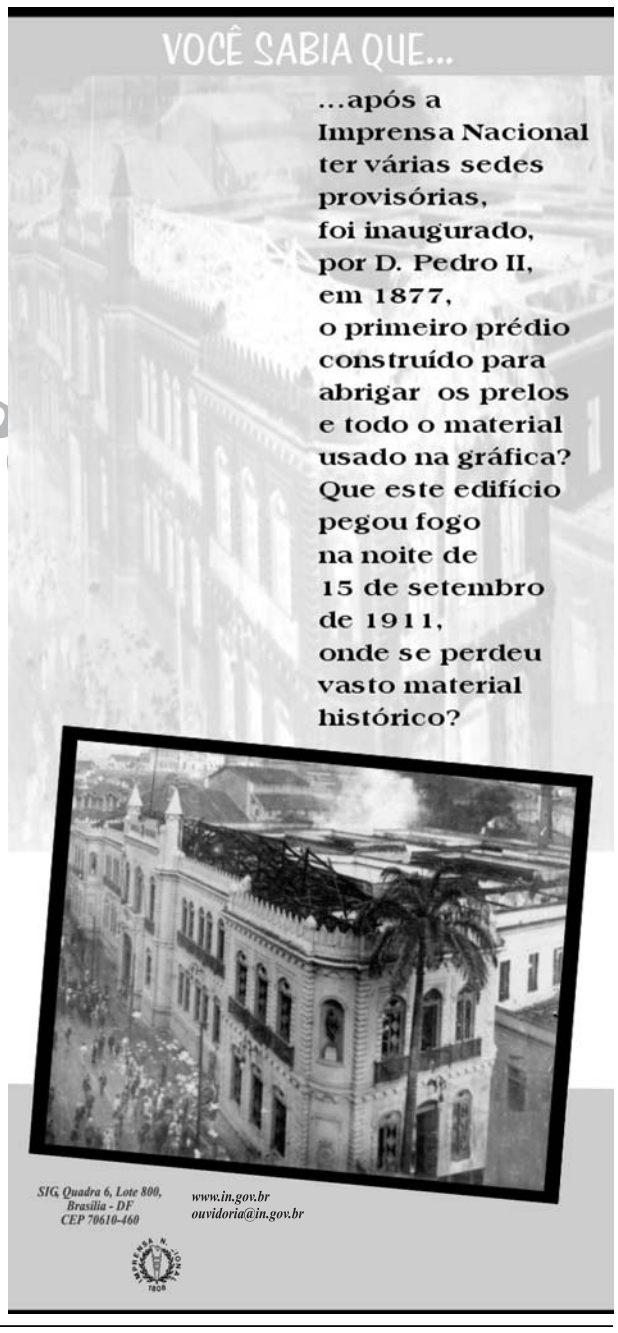
BRÁULIO CÉSAR DE SOUSA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 4ª REGIÃO

DECISÃO

Processo Administrativo nº: 14.673/07/2013 - sindicado: Kátia Aparecida Domingos Chaves/crefito-4 nº: 167162f - acórdão: ementa: diploma de graduação invalidado por ies - requisito para inscrição perante o crefito-4 não cumprido - exercício profissional - art. 2º, decreto nº 938/1969 - registro deferido antes da invalidação do diploma - competência da autarquia - art. 2º e 3º, lei federal nº 6.316/75 - cassação do registro. decisão sujeita a recurso ex officio ao coffito. Sessão Plenária do dia 05/06/2014. decisão por unanimidade. Publicação - art. 47, Resolução COFFITO nº 182/1997.

HUGO PEREIRA GORETTI
Conselheiro-Relator



COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014071600083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Desde 1º de outubro de 2004, os assinantes dos jornais oficiais eletrônicos contam com a Certificação Digital, que garante a autenticidade desses produtos.

